



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGE**

DANIELLA PEREIRA DE SOUZA SILVA

**“ARRUANDO” VEJO RIO, HOMENS, PEDRA & CAL:
A DES-RE-PATRIMONIALIZAÇÃO DO SÍTIO
HISTÓRICO TOMBADO DE PENEDO-AL**



**São Cristóvão/SE
2016**

DANIELLA PEREIRA DE SOUZA SILVA

**“ARRUANDO” VEJO RIO, HOMENS, PEDRA & CAL:
A DES-RE-PATRIMONIALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO DE
PENEDO-AL**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Augusta Mundim Vargas, como requisito à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais.

São Cristóvão/SE

2016

AGRADECIMENTOS

O momento do agradecimento é sempre aquele no qual olhamos pra trás e lembramos das vivências e (con)vivências marcantes com pessoas e situações ao longo dessa caminhada E também rememoramos as nossas ausências.

Por isso, agradeço primeiramente a Deus por ter chegado até aqui.

À toda a minha família e principalmente aos meus pais Carlos e Mere, às minhas irmãs Andréa e Roberta e ao meu sobrinho Gabriel, pelo apoio, paciência e torcida em cada conquista, seja ela grande ou pequena, sempre acompanhada dos mais sinceros desejos de uma trajetória de sucesso. Ao mesmo tempo em que sei que compreenderam e administraram as saudades, recíprocas, lamento as ausências inúmeras, das ‘coisas da nossa família’.

À minha orientadora Maria Augusta Mundim Vargas, que me acolheu no grupo de pesquisa sem me conhecer. Agradeço pelos nossos encontros norteadores, que ora traduziram ideias ainda pouco amadurecidas e desorganizadas na minha mente, ora trouxeram e suscitaram caminhos fecundos para a reflexão. Guta, agradeço principalmente pela sua paciência, presença e carinho para com as minhas urgências.

Aos penedenses que me acolheram e ajudaram, através dos seus olhares e percepções plurais, a compreender melhor essa Penedo que não escolhi para morar, mas para onde felizmente fui conduzida e então, escolhi arruar, estudar, me encantar e amar.

Ao amigo-irmão Marcos Pereira Campos, que vindo das terras pantaneiras para trabalhar em Penedo, compartilhou, apoiou e viveu comigo as alegrias e angústias do fazer uma pós-graduação unindo a Geografia ao Turismo, nossas grandes paixões científicas, “naquelas condições”. Obrigada meu amigo pela amizade e também pela atenção, dedicação e carinho com que revisou este texto.

À amiga Auceia Matos Dourado pelas inúmeras conversas e troca de ideias, e pelos momentos inesquecíveis de apoio, carinho e acolhimento em Aracaju e em Penedo.

Aos amigos Angela Fagna e Rodrigo Herles, não só pelos momentos de descontração, carinho e hospitalidade de vocês que tornaram Aracaju, para mim,

ainda amais agradável mas também pelas contribuições dadas neste trabalho. Meus mais sinceros agradecimentos.

À amiga Cláudia Helena, artista penedense de um coração imenso e afetuoso. Obrigada pela sua amizade, apoio e acolhimento em Penedo.

Aos amigos do grupo de pesquisa Sociedade e Cultura, que fazem parte desta trajetória e que levo no coração com amor: Jorgenaldo, Rose, Eliete, Vanessa, Ninha, Dani San, Cesar, Edivaldo, Luan, Heberly, Marister, Rodrigo Lima, Rodrigo Herles, Angela, Auceia, Solimar e Benizário.

Aos amigos professores do curso de Turismo da UFAL, Daniel Vasconcelos, Silvana Pirillo, Fabiana Oliveira e Cleidijane Siqueira pela amizade e pela gentileza na hospedagem em Penedo durante uma das minhas coletas de dados.

Às amigas professoras do curso de Turismo da UFS, Lillian Mesquita e Mariana Selister pela amizade, bons momentos e apoio incondicional ao meu afastamento no último ano desta pós-graduação. Agradeço também ao professor Joab Almeida pela compreensão, amizade e apoio durante a minha ausência das atividades acadêmicas, e aos professores Airton Souza e Davi Soares, fundamentais neste processo de afastamento institucional.

Aos professores do PPGEQ/UFS, Maria Augusta Mundim Vargas, Alexandrina Luz Conceição, Josefa de Lisboa Santos, Ana Rocha dos Santos, Vera Lucia Alves França. Aos servidores da secretaria pela atenção com que me atenderam Everton Santos, Francly Pereira e Matheus Alvarenga. Aos professores do PPGA/UFS, Frank Marcon e Ulisses Rafael.

Aos membros da minha banca de qualificação e de defesa Sônia Mendonça de Souza Menezes e Silvana Pirillo Ramos pela leitura atenta, contribuições e reflexões.

Ao querido professor Caio Augusto Amorim Maciel, que esteve comigo em momentos decisivos da minha vida acadêmica, trazendo sempre importantes contribuições. Obrigada pela colaboração em minha banca de defesa.

Ao professor José Wellington de Carvalho Vilar pela leitura atenta e preciosas contribuições e reflexões.

Ao meu namorado, Celso José Viana Barbosa, companheiro que surgiu em meio a esse momento turbulento de qualificação, e tornou-se fundamental nesta

conquista. Obrigada pela paciência com as ausências, pelo carinho e pela compreensão diante das minhas oscilações de humor, principalmente.

Aos amigos e pessoas queridas Ana Flávia Figueiredo, Vanessa Dias, Sandra Queiroz, Aristeu Therres, Marcelo Carvalho, Priscila Marques, Patrícia Galvão, Mayse Cavalcanti, Sandra Pereira, Renata Meira, Karina Dantas, Bruna Moury, Roberta Cajaseiras, Matheus Alvarenga, Taciana Kramer, Andréa Paiva, Meirielly Holanda, Antonio Flávio, Zaira Vasconcelos, D. Iraci, Sr. Enoque, D. Salete, Tadeu dos Bonecos, Antonio Félix Neto, Geraldo Inácio, Maisle, Leonardo Serafim, Osvaldo Maciel, Luana Teixeira e Márcia Silva.

Cada um à sua maneira contribuiu com esta caminhada e tornou este sonho possível. Agora é seguir em busca de novos desafios...

Há, na paisagem, uma fisionomia, um olhar, uma escuta, como uma expectativa ou uma lembrança. E porque é concreta e atualiza o próprio homem em sua existência e porque nela o homem se supera e se evade, comporta também uma temporalização, uma história, um acontecimento.

Eric Dardel

RESUMO

A patrimonialização entendida como processo de ressignificação dos lugares tem criado conflitos como consequência da sua territorialização em territórios preexistentes, forçando um encontro entre cultura, hábitos, modos e estilos de vida consolidados e singulares, e o competitivo mercado turístico das cidades-patrimônio. O presente estudo pretendeu compreender como a patrimonialização é processada institucionalmente e como é percebida cotidianamente pela população dos sítios históricos tombados considerando a sua relação com os agentes da patrimonialização e a paisagem cultural. Selecionamos o município de Penedo, localizado na região do Baixo São Francisco alagoano, por ser tombado a nível federal, estadual e municipal. Como objetivo geral, buscamos entender quais mecanismos, processos, estratégias e conflitos estão na base do processo patrimonializador do sítio histórico tombado de Penedo-AL, explicitando a complexidade das relações travadas entre os agentes externos e internos da patrimonialização e a população daquela área para viabilizá-lo. A pesquisa desenvolveu-se tomando como caminho metodológico a abordagem qualitativa e procurou ater-se a três questões estruturantes: as mudanças e permanências no município de Penedo como fatores contributivos do processo patrimonializador em suas várias dimensões; as múltiplas percepções da/na paisagem-patrimônio e, a patrimonialização percebida como processo des-re-territorializador. As reflexões em torno destas questões permitiram concluir que o processo de patrimonialização afeta a percepção da paisagem cultural pela população residente bem como pelos empresários/autônomos que “usam” o sítio histórico; que como processo institucional ainda persistem fragilidades nas políticas e nas gestões, no caso de Penedo, nas escalas municipal, estadual e federal. Ademais, a mercantilização dos lugares com vistas à competitividade no setor turístico os conduz a um processo de des-re-patrimonialização que vai se concretizando num *continuum* baseado na i-mobilidade da população dos sítios históricos tombados, na medida em que novos sentidos estão sendo concebidos e novas funções estabelecidas devido à valorização do patrimônio com a normatização e não pela vivência.

Palavras-chave: Patrimonialização; Patrimônio; Paisagem Cultural; Território; Lugar.

ABSTRACT

The patrimonialization understood as a process of resignification of places has been created conflicts as consequence of its territorialization in preexisting territories, forcing a meeting between culture, habits, modes and lifestyles consolidated and unique, and the competitive tourist market of cities heritage. This study intended to understand how the patrimonialization is institutionally processed and how its daily perceived by the people in the historic sites preserved considering their relationship with the patrimonialization agents and the cultural landscape. We chose the county of Penedo, situated at the Baixo São Francisco region in the state of Alagoas, because its preserved in the federal, state and county level. As principal objective we sought to understand which mechanisms, processes, strategies and conflicts are in the basis of the patrimonialization process of the historical preserved county of Penedo-AL, explaining the complexity of relationships between the external and internal agents of patrimonialization and the people of that area, to make it viable. This research was developed using as methodological way the qualitative approach and tried to stick in three structural issues: the changes and continuities in the county of Penedo as contributory factors of the patrimonialization process in its various dimensions; the multiple perceptions of/in the heritage landscape and, the patrimonialization perceived as a des-re-territorialization process. Those reflections around these issues allowed to conclude that the process of patrimonialization affects the perception of cultural landscape by the resident population such as by the entrepreneurs and self-employed people that "use" the historic area; that as an institutional process still persists weaknesses in policies and management, in the case of Penedo, in the county, state and federal scales. Moreover, the commodification of places with competitive intent in the tourism sector, leads them to a process of des-re-patrimonialization that follows performing a *continuum* based on the population immobility of the historic sites preserved because new meanings are being created and new functions are being established as a consequence of the recognition of heritage through standardization instead of experience.

Keywords: Patrimonialization; Heritage; Cultural Landscape; Territory; Place

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AGB	Associação de Geógrafos Brasileiros
AITPP	Associação dos Informantes de Turismo Pedagógico de Penedo
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
APA	Área de Proteção Ambiental
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CODEVASF	Companhia para o Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
DR	Diretoria Regional
DRP	Delegacia Regional de Penedo
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FAPEAL	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUMIN	Fundo Multilateral de Investimentos
FUNPATRI	Fundo de Preservação do Patrimônio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IHGAL	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAL.	Marechal
MTUR	Ministério do Turismo
MZR	Macrozona Rural
MZU	Macrozona Urbana
MZUR	Macrozona Urbano-Rural
OEA	Organização dos Estados Americanos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PÇA	Praça
PCH	Plano de Cidades Históricas
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S.A.
PMP	Prefeitura Municipal de Penedo
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SCM	Santa Casa de Misericórdia
SCM	Santa Casa de Misericórdia
SEINFRO	Secretaria de Infraestrutura e Obras
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPLANDE	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

SESI	Serviço Social da Indústria
SEST SENAT	Serviço Social de Transporte/ Serviço Nacional de Aprendizagem de Transporte
SETUR	Secretaria de Turismo de Alagoas
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SSS	Santíssimo Sacramento
UEP	Unidade Executora do Projeto
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
ZIPP	Zona de Investimentos Públicos Prioritários
ZPHC	Zona de Proteção Histórico-Cultural

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização de Penedo no estado de Alagoas	43
Figura 2- Polígono de tombamento do Sítio Histórico de Penedo	44
Figura 3 - Demarcação da área estudada	47
Figura 4 - Mapa de Luís Teixeira (1574) com a divisão da América Portuguesa em Capitânicas. Em destaque a localização da Capitania de Jorge de Albuquerque (Capitania de Pernambuco)	77
Figura 5 - Castrum Mauritij, Marcgrav, 1647	83
Figura 6 - Vista da Rocheira, tendo o restaurante Forte da Rocheira nela encravado e a Casa da Aposentadoria no seu topo.....	83
Figura 7 – Igreja de Nossa Senhora dos Anjos e Convento Franciscano (1912).	90
Figura 8 - Recorte da Rua Comendador Manoel da Silva Peixoto, outrora do Comércio, antiga Rua da Praia (1918)	92
Figura 9 - Cheia do rio São Francisco na Rua Comendador Manoel da Silva Peixoto outrora do Comércio, antiga Rua da Praia (1906)	92
Figura 10 - Bondes puxados a burro transitando na Praça Jácome Calheiros, parte alta da cidade pertencente atualmente ao perímetro tombado	94
Figura 11 - Uma “sopa”, transporte coletivo urbano motorizado (1950)	94
Figura 12 - Feira livre na região portuária, s/d	98
Figura 13 - Feira de artigos em cerâmica e outros produtos na região portuária	98
Figura 14 - Vapor Sinimbu	99
Figura 15 - Vapor Comendador Peixoto	99
Figura 16 - Embarcações no porto de Penedo.....	100
Figura 17 - Secagem de arroz na zona portuária (Antiga Rua do Comércio)	102
Figura 18 - Cheias do Rio São Francisco atingem a av. Floriano Peixoto e o largo de São Gonçalo Garcia, paralelos à zona portuária, s/d	102
Figura 19 - Cheia do rio São Francisco na zona portuária, arrastando as embarcações para a antiga rua da Praia	103
Figura 20 - Instalações da Santa Casa de Misericórdia, na atual av. Getúlio Vargas s/d.....	112

Figura 21 - Instalações atuais da Santa Casa de Misericórdia na av. Getúlio Vargas	112
Figura 22 - Rubens de Falco e Susana Vieira na primeira edição do Festival de Cinema de Penedo (1975)	116
Figura 23 - Reportagem veiculada pelo Jornal de Hoje de 10/01/1976	117
Figura 24 - Imagem da fachada do Círculo Operário após o restauro executado pelo IPHAN com recursos do PAC 2	117
Figura 25 - Imagem do interior do Círculo Operário após o restauro.....	119
Figura 26 - Destaque para a realização da reunião anual da AGB em Penedo (1962) no Teatro Sete de Setembro	121
Figura 27 - Teatro Sete de Setembro (s/d)	122
Figura 28 – Escadarias do teatro ocupadas pelos moradores.....	122
Figura 29 - Teatro Sete de Setembro (2016)	122
Figura 30 - Carro alegórico de carnaval pelas ruas de Penedo durante o carnaval, s/d	124
Figura 31 - Igreja e Convento de Nossa Senhora dos Anjos	126
Figura 32 - Atual rua Floriano Peixoto, ao fundo a Igreja de São Gonçalo Garcia (1907).....	126
Figura 33 – - Igreja e Largo de São Gonçalo Garcia.....	127
Figura 34 - Igreja de Nossa Senhora das Correntes (1764)	127
Figura 35 - Passagem do Zepellin por Penedo (1935).....	128
Figura 36 - Mapa do Zoneamento da Macrozona Urbana do município de Penedo-AL	135
Figura 37 – Hotel São Francisco ao fundo, atrás da Associação Comercial	145
Figura 38 – Av. Floriano Peixoto sem o Hotel São Francisco. Em destaque o prédio da Associação Comercial com a sua ‘torre do relógio’	145
Figura 39 - Casas geminadas na Rua Joaquim Nabuco	154
Figura 40 – Imóvel descaracterizado na rua Joaquim Nabuco, no perímetro de tombamento estadual e municipal	154
Figura 41 - Loja da Cacau Show no prédio desativado da	165
Figura 42 - Mapa de localização da área do Programa Monumenta/BID	173
Figura 43 - Restaurante Forte Maurício de Nassau localizado dentro da Casa da Aposentadoria	177

Figura 44 - Área do Estaleiro do Bairro Vermelho	181
Figura 45 - Biblioteca Pública Municipal restaurada com recursos do PAC2	184
Figura 46 - Av. Floriano Peixoto (Abr./2016)	186
Figura 47 - Rua São Miguel (Nov./2015).....	186
Figura 48 - Rua Duque de Caxias (Nov./2015)	186
Figura 49 - Modelo do banco com estrutura em aço galvanizado e assento e encosto em madeira de lei envernizada.....	190
Figura 50 - Design de luminária proposta para o calçadão comercial da Avenida Floriano Peixoto	191
Figura 51 - Montepio dos Artistas antes do restauro	191
Figura 52 – Aula de música ao ar livre em frente ao Montepio dos Artistas.....	191
Figura 53 - Montepio dos Artistas recém-restaurado.....	191
Figura 54 - Pça Barão do Pendo	192
Figura 55 - Pça Mal. Deodoro	192
Figura 56 - Pça Padre Veríssimo.....	192
Figura 57 - Pça Frei Camilo Lélis.....	192
Figura 58 - Área da futura instalação do posto de combustível na orla	195
Figura 59 - Uso do solo atual em Penedo/AL, segundo o IPHAN/2015	196
Figura 60 – Pré-setorização do sítio histórico tombado pelo SICG.....	200
Figura 61 - Aula de capoeira dentro do Círculo Operário restaurado	224
Figura 62 - Imagem interna da Biblioteca Pública após o restauro.....	225
Figura 63 – Vista panorâmica da feira livre e do mercado de carne	229
Figura 64 - Vista da feira livre	230
Figura 65 - Ensaio na rua para o desfile de Sete de Setembro.....	232
Figura 66 - Rochedo também conhecido como Penedo ou 'Rocheira'	246
Figura 67 - Pôr-do-sol visto da Rocheira.....	246
Figura 68 – Catedral Diocesana na Praça Barão do Penedo.....	246
Figura 69 - Vista do rio a partir do canhão na Pça Barão do Penedo	250
Figura 70 - Manifestação dos servidores da Educação na Praça Barão do Penedo	250

Figura 71 - Reforma do antigo Hotel do Turista que ficará sob a administração da Diocese de Penedo	254
Figura 72 - AITPP conduzindo estudantes do curso de capacitação do PRONATEC	256
Figura 73 - Performance teatral em roteiro turístico na Igreja Nossa Senhora das Correntes (AITPP)	257
Figura 74 - Paço Imperial	258
Figura 75 – Praça do Coreto ou Praça Jácome Calheiros	260
Figura 76 - Pintura do artista plástico Tadeu dos Bonecos na Pça Pe. Veríssimo ...	262
Figura 77 - Organização das bancas da feira de Penedo	265
Figura 78 - Mercado de Carne	265
Figura 79 - Periferia em Penedo	265
Figura 80 - Rua do Camartelo	267
Figura 81 - Rua do Camartelo II.....	268
Figura 82 - Hotel São Francisco	273
Figura 83 - Prédio da Caixa Econômica Federal	274
Figura 84 - Antigo Produban, atual Shopping de Penedo	274
Figura 85 - Antiga APEAL, atual Secretaria de Fazenda do Estado/AL	274
Figura 86 - Permanências nos vínculos com o rio São Francisco.....	277
Figura 87 - Mudanças na fisionomia e nos vínculos com o rio São Francisco	279
Figura 88 - Beco estreito e sem calçadas	286
Figura 89 - Demolição do casario existente.....	286
Figura 90 - Imóveis a serem demolidos.....	286
Figura 91 - Imóvel em ruínas na rua São Francisco (julho/2014)	290
Figura 92 - Mesmo imóvel em ruínas (abril/2016)	290
Figura 93 - Imóvel em ruínas sem qualquer estrutura de escoramento	290
Figura 94 - Consagração a Nossa Senhora do Rosário(Padroeira de Penedo)	296
Figura 95 – SCM – Santa Casa de Misericórdia.....	296
Figura 96 - SSS - Irmandade do Santíssimo Sacramento.....	296
Figura 97 - Busto do ex-prefeito Raimundo Marinho	297
Figura 98 - Busto do Comendador Manoel da Silva Peixoto	297

Figura 99 - Busto do Presidente Mal. Floriano Peixoto.....	297
Figura 100 - Obelisco comemorativo ao centenário da Independência do Brasil...	298
Figura 101 - Sobrado onde viveu o mestre Santeiro Dioclécio Phydias.....	300
Figura 102 - Placa de antiga Escola de Ofícios Manuais.....	300
Figura 103 - Visibilidade na praça Barão de Penedo.....	301

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Estado civil dos moradores do sítio tombado	53
Gráfico 2 - Quantidade de membros residentes no imóvel	53
Gráfico 3 - Faixa etária dos moradores do sítio tombado.....	54
Gráfico 4 – Escolaridade dos moradores do sítio tombado	54
Gráfico 5 - Estado civil dos empresários/autônomos do sítio tombado.....	55
Gráfico 6 - Faixa etária dos empresários/autônomos do sítio tombado	55
Gráfico 7 – Escolaridade dos empresários/autônomos do sítio tombado.....	56
Gráfico 8 - Tempo de residência do morador do sítio tombado	57
Gráfico 9 - Tempo de residência do empresário/autônomo no sítio tombado	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Registro Fotográfico das reuniões do FUNPATRI	66
Quadro 2 - Quantidade de moradores entrevistados por rua ou logradouro	68
Quadro 3 - Quantidade de empresários/autônomos entrevistados e seus respectivos ramos de atuação	69
Quadro 4 - Entrevistas com Gestores Públicos.....	69
Quadro 5 – Quantidade de representações entrevistadas	71
Quadro 6 - Resumo do total de entrevistas realizadas com sujeitos, atores e outras representações.....	71
Quadro 7 - Normas adotadas para a transcrição das entrevistas	72

Quadro 8 - Mudança toponímica das ruas do sítio histórico tombado de Penedo...	91
Quadro 9 - Fatores limitadores da atuação da Secretaria de Cultura de Alagoas em Penedo.....	151
Quadro 10 - Cronologia do Processo de Proteção em Penedo	153
Quadro 11 - Percepções dos sujeitos sociais/gestores sobre a feira em Penedo ...	227
Quadro 12 - Percepções dos sujeitos sociais/gestores sobre as festas em Penedo	233
Quadro 13 - Percepções dos sujeitos sociais/gestores sobre o turismo em Penedo	236

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 CONTORNOS DA PESQUISA	28
1.1 A percepção e a pesquisa	30
1.2 Discussões teóricas norteadoras	40
1.3 Especificidades do lugar estudado	43
1.4 A natureza da pesquisa	48
1.5 As múltiplas falas da pesquisa	67
2 PENEDO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS	74
2.1 Princípios da ocupação	75
2.2 De feitoria à cidade	84
2.3 O impulso desenvolvimentista e os reveses da sua centralidade regional	95
2.4 Tempos nostálgicos	109
3 INTERFACES DA PATRIMONIALIZAÇÃO: POLÍTICAS, VALORES E CONFLITOS	132
3.1 O contexto do tombamento multiescalar	133
3.2 Problematizando a patrimonialização	155
3.3 Planos, programas e sistemas de gestão: a realidade da patrimonialização em Penedo	166
3.3.1 Programa Monumenta/BID	171
3.3.2 Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC2)	182
3.3.3 Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SICG)	195
3.4 Patrimonialização: questões e conflitos	206
4 PERCEPÇÕES MÚLTIPLAS NA/DA PAISAGEM-PATRIMÔNIO	239
4.1 Sentimentos topofílicos e topofóbicos nas relações com a paisagem patrimonializada	239
4.1.1 Paisagens topofílicas	246
4.1.2 Paisagens topofóbicas	263

4.1.3 Paisagem-símbolo do sitio tombado de Penedo no imaginário coletivo	275
4.2 'Invisibilizações' na Paisagem-Patrimonializada: entre o que se exprime e o que se encobre	282
5 DES(RE)CONSIDERAÇÕES: A PATRIMONIALIZAÇÃO COMO PROCESSO DES-RE-TERRITORIALIZADOR	304
REFERÊNCIAS	334
APÊNDICES	346
APÊNDICE A – Roteiro de Observação	346
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista com os Sujeitos da Pesquisa	347
APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista com os Agentes da Patrimonialização	349
APÊNDICE D - Termo de Concessão de Informações	351
APÊNDICE E – Extrato dos fragmentos da memória de um penedense	352

INTRODUÇÃO



Autora: Daniella Pereira, 2015.

INTRODUÇÃO

Arruar. Passear. Olhar. Contemplar. Ler. Verbos que indicam movimento, colocando o nosso corpo inteiro em marcha. As vezes apenas os nossos olhos são suficientes para abarcar uma porção do espaço, neste caso um fragmento de cidade repleto de signos que nos convidam a decifrá-los e assim, compreender melhor o mistério de séculos que envolvem o processo ininterrupto da sua criação e recriação. Signos que na verdade são códigos. Estes, por sua vez, expressam uma espécie de alfabeto único para cada cidade, um sistema de significação que só permitirá que a compreendamos, quando forem devidamente (com)partilhados.

Um processo que, para quem não cresceu na cidade, demanda tempo, paciência, curiosidade e ajuda da população, ou seja, um processo de entrega. É isso que permitirá a leitura da cidade. Tivemos ao longo de três anos de moradia em Penedo condições de observar algumas reações da população aos projetos de reabilitação urbana e revitalização¹ do patrimônio cultural no município e, com a ajuda dos vizinhos no sítio histórico tombado, decidimos tentar compreender a natureza e o significado destes conflitos.

Por esta razão, arruar foi fundamental neste trabalho. Arruando pude ver o desenrolar da vida penedense na sua relação com o majestoso rio São Francisco, uma verdadeira divindade para a população ribeirinha, sempre mencionado nas conversas/entrevistas, presente no dia a dia das pessoas, seja na dimensão do visível ou no imaginário coletivo, e assim “a cidade vem marcando seu passado pela intimidade com o rio” (SALES, 2003, p.57). As nossas pesquisas mostraram que o rio é o grande patrimônio cultural penedense.

Arruando também percebi uma paisagem de sucessivos tempos acumulados ao longo de 379 anos de história. Mas diferentemente do rio, fluido, em processo

¹ Segundo Cardoso (2007, p.33), a revitalização é um “processo que conjuga a reabilitação arquitetônica e urbana de centros históricos e a revalorização de atividades urbanas potenciais. A revitalização urbana engloba operações destinadas a reimpulsionar a vida econômica e social de uma parte da cidade em declínio [...] a reabilitação é uma estratégia de gestão urbana que permite a requalificação de uma cidade existente por meio de múltiplas intervenções [...] a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes”.

contínuo de renovação das suas águas, a paisagem patrimonializada é como a “rocha”, o penedo que está ali há gerações, a lembrar diariamente valores e sentimentos por vezes contraditórios, a excluir e a segregar mesmo quando são alardeados projetos desenvolvimentistas baseados no patrimônio edificado, material, de pedra e cal no jargão da arquitetura, como se não houvesse espírito a animá-lo.

Tanto o patrimônio líquido quanto o patrimônio de pedra e cal incorporaram simbolicamente o *status* de valor nacional. As obras de transposição do rio são forjadas no argumento inquestionável da saciedade da fome e da sede da população nordestina e no alarde em torno do desenvolvimento que tal obra trará para a região, desconsiderando-se as recomendações que qualquer política comprometida deveria observar, especialmente quando fica evidente a agonia do São Francisco.

Ao longo das últimas três décadas, Penedo intensificou a sua fragmentação socioterritorial em “parte alta” e “parte baixa”. O seu plano diretor concebido em 2007, prevê o ordenamento territorial a partir da instituição de macrozonas, que prevêem investimentos públicos e privados realizados na parte alta do município, em conjuntos habitacionais e atração de entidades relevantes como o IFAL, o SEST/SENAT e o SESI, que acentuam o processo de fragmentação de Penedo entre a parte baixa e a parte alta. Esta situação se agrava quando observamos que é na parte alta que se concentram os entroncamentos das rodovias que conectam Penedo à Arapiraca, via BR-101, e à Maceió, pela AL-101 Sul. A parte baixa, núcleo primitivo de ocupação de Penedo, é o reduto dos investimentos públicos em intervenções urbanas no patrimônio edificado.

O discurso desenvolvimentista apoia-se na importância do acionamento dos bens culturais como ‘recurso’ que cada cidade-patrimônio ‘dispõe’. É nesta percepção de patrimônio como recurso que apoiamos a nossa compreensão do significado de patrimonialização adotado nesta tese, atrelada a um processo de resignificação dos lugares (COSTA, 2011).

Pretendeu-se com esta tese, compreender como a patrimonialização opera, e a partir de Costa (2011), Luchiari (2005), Cruz (2012), Canclini (1994; 1999; 2013) é percebida e vivida cotidianamente pelos sujeitos entrevistados, considerando a sua relação com os agentes da patrimonialização e a paisagem cultural. Assim, centramos

a nossa análise no processo patrimonializador e nos conflitos decorrentes da sua territorialização em territórios preexistentes, forçando um encontro entre a cultura, os hábitos, os modos e estilos de vida precedentes e singulares, e a mercantilização dos lugares pelo turismo, especialmente quando ocorrem em realidades nas quais apesar dos investimentos vultosos em projetos de reabilitação e revitalização urbanísticas, os resultados ainda são tímidos ou até inexistentes questionando, inclusive, a própria patrimonialização e seus propósitos. Para melhor compreendermos este fenômeno, selecionamos o município de Penedo, situado a 170 km da capital Maceió na região do Baixo São Francisco alagoano e por ser considerado uma cidade-patrimônio tombada em escala federal em 1996, estadual em 1986, e municipal em 1989, e por ter nela vivido no período de 2010 a 2013. Neste trabalho assumimos como prerrogativa o fato de que os resultados apresentados dizem respeito ao município selecionado e que, embora a patrimonialização seja um fenômeno universal, as respostas e reações a ela ocorrem de modo diferenciado em cada lugar.

O processo patrimonializador em Penedo já surgiu em 1986 como um projeto redentor, nutrindo de esperanças um município em crise econômica e social. Neste contexto e considerando se tratar de uma política difundida globalmente através de uma complexa rede multiescalar e hierárquica entre as cidades-patrimônio, Penedo acolheu a patrimonialização como uma possível estratégia de soerguimento da sua economia. Ela envolve uma articulação verticalizada que mobiliza organismos na esfera internacional, embora se concretize localmente, demonstrando uma incrível capacidade de difusão e capilarização típicas de uma política universalizante e padronizadora.

Como consequência imediata, os municípios experimentam um embaralhamento e fragmentação dos arranjos horizontais previamente e até, historicamente estabelecidos. Vínculos territoriais e solidariedades locais são então fragilizados devido às formas diversas, leia-se frequentemente opostas, como as questões do patrimônio cultural edificado vêm sendo tratadas. Talvez o vício original da patrimonialização esteja nas divergências do sentido atribuído à preservação, pois há uma diferença entre a preservação da memória pelos indivíduos como pessoas que têm vivência e história e a preservação que pressupõe a apropriação de algo para

converter-se em um patrimônio comum, para além das histórias individuais (ARANTES, 1984).

Diante do impasse sobre os sentidos da preservação, a patrimonialização avança na pretensão de consolidar nos territórios patrimonializados a proposta do 'patrimônio comum' de modo que se transforma dialeticamente em "causa e efeito da mercantilização turística que rebate sobre o território das cidades-patrimônio" (COSTA, 2011, p. 37).

Por esta razão, a tese desenvolve-se apoiada numa tríade – passado, presente e futuro – seguindo a lógica de ordenamento do território; a análise das formas pelas quais as ações da patrimonialização são implementadas e percebidas; e elucubra sobre a consolidação da atividade turística. Neste trabalho nos propusemos a compreender a atual dinâmica de Penedo, a sua reconfiguração territorial e as suas necessidades socioeconômicas e culturais, verbalizadas pelos sujeitos e agentes patrimonializadores entrevistados. Estas etapas foram elucidadoras e importantes para a apreensão do significado da patrimonialização para o município e para a população do sítio histórico tombado. As expectativas em torno do surgimento do turismo cultural ²após a reabilitação urbana bem como a própria revitalização de Penedo, foram construídas em torno das suas possibilidades de inserção no competitivo mercado turístico das cidades-patrimônio.

Neste trabalho, evitamos a criação de um capítulo específico para a discussão dos marcos teórico-conceituais. Ao invés de adotarmos esta postura metodológica, privilegamos a aproximação efetiva do diálogo entre estes referenciais e os conteúdos abordados em cada capítulo e sub-capítulo, buscando nortear a nossa interpretação pela percepção dos sujeitos da pesquisa e dos agentes da patrimonialização.

Neste sentido, permitimos que a tese expressasse o livre fluir das ideias verbalizadas durante as entrevistas. Isto se fez presente nos, por vezes longos, trechos que introduzimos na redação pois a nossa intenção foi a de ir além da expressão das opiniões dos entrevistados. Nos casos em que houve a

² De acordo com o Ministério do Turismo (2010, p. 15), o turismo cultural "compreende as atividades relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura".

contextualização das respostas, decidimos reproduzi-las na íntegra pois entendemos que o contexto condiciona a verbalização daquele pensamento, uma vez que traduz, através das experiências e das informações a visão de mundo de cada entrevistado.

Várias questões surgiram e foram norteadoras do presente trabalho: o que a população do sítio histórico tombado de Penedo pensa sobre as ações de patrimonialização? Como percebem os fundamentos, objetivos e interesses que cercam a patrimonialização? Quais mecanismos, estratégias e processos a patrimonialização utiliza para garantir a sua inserção na agenda 'desenvolvimentista' de municípios fragilizados em sua dimensão socioeconômica? Como se constroem as articulações multiescalares que permitem a atuação da patrimonialização localmente? Onde, de fato, se encontram os centros de decisão do processo patrimonializador e que papel desempenham os agentes externos e internos envolvidos na sua implementação? Que papel assume o território patrimonializado no estabelecimento das correlações de forças atuantes no sítio tombado? Como são gerados os conflitos na gestão do território patrimonializado? De que forma os sujeitos sociais e os agentes patrimonializadores lidam com estes conflitos e quais reações expressam no processo de gestão do território patrimonializado? Quais planos, programas e projetos têm sido fundamentais na concretização do intento patrimonializador? Como a população do sítio tombado percebe a paisagem em seus sentimentos topofílicos e topofóbicos, em que pese inclusive as ações de invisibilização? Em que medida os aspectos topofílicos e topofóbicos são absorvidos pelos gestores do sítio tombado? É possível afirmar que a patrimonialização concretiza-se por um processo fundado na des-re-territorialização da população do sítio histórico tombado?

A hipótese deste trabalho é que a patrimonialização opera como um processo des-re-territorializador em sítios históricos tombados, fundada na prerrogativa da paisagem cultural como recurso estético, fragmentador e invisibilizador das contradições socioeconômicas e culturais, e impulsionada pela articulação entre agentes externos e internos da patrimonialização e a própria população do sítio tombado.

Como objetivo geral da pesquisa buscou-se entender quais mecanismos, processos, estratégias e conflitos estão inseridos na base do processo

patrimonializador do sítio histórico tombado de Penedo-AL, analisando a complexidade das relações travadas entre os agentes externos e internos da patrimonialização, e a população daquela área para viabilizá-lo.

No intuito de melhor operacionalizar a pesquisa, o objetivo geral foi desdobrado em objetivos específicos, apresentados a seguir:

1. Discutir as características inerentes ao conceito de patrimonialização (patrimônio, relações de poder, des-re-territorialização e paisagem cultural) reconhecido como essencial para compreender a percepção da população do sítio tombado sobre o processo patrimonializador em curso;
2. Analisar a trajetória geohistórica de Penedo no intuito de evidenciar as condicionantes e características que a tornam atraente para a patrimonialização;
3. Examinar os instrumentos (tombamento) e mecanismos (planos e projetos) utilizados pela patrimonialização, evidenciando a natureza dos embates e conflitos suscitados entre a população do sítio histórico tombado e os agentes patrimonializadores;
4. Interpretar os sentimentos topofílicos e topofóbicos percebidos pela população do sítio histórico tombado, no esforço de desvelar o que tem sido 'invisibilizado' e evidenciado na paisagem patrimonializada de Penedo;
5. Analisar as maneiras pelas quais a paisagem patrimonializada para fins mercadológicos pode ser viabilizada, tomando como referência processos des-re-territorializadores.

Buscando elucidar os objetivos acima expostos, estruturamos a tese em cinco capítulos que já incluem as considerações finais, além da bibliografia utilizada e os apêndices. Apresentamos uma sequência histórica cronológica, propositalmente utilizada como um recurso didático estratégico para melhor situar o objeto de estudo em sua dimensão espaço-temporal.

O primeiro capítulo intitulado **“Os contornos da pesquisa”** apresenta a tese nos aspectos relevantes da pesquisa, privilegiando a percepção a partir dos relatos dos entrevistados como abordagem metodológica. Expusemos as nossas motivações para o estudo da patrimonialização trazendo a problemática, a aproximação teórica

com o objeto de estudo, a exposição da metodologia e, finalmente, explicitamos os caminhos que nos possibilitaram alcançar os objetivos propostos.

O segundo capítulo traz uma ancoragem histórica-documental que respalda o objeto de estudo e a sua especificidade. **“Penedo, mudanças e permanências”** é a denominação deste capítulo que buscou traçar a trajetória da ocupação de Penedo, evidenciando seu processo de ordenamento territorial, os seus ciclos desenvolvimentistas acompanhados dos reveses e, o legado do patrimônio edificado como símbolo da nostalgia dos valores e de um determinado estilo de vida ainda presentes no imaginário de muitos entrevistados.

“Interfaces da patrimonialização” é o título do terceiro capítulo que aborda a complexidade da patrimonialização pelo viés da sua multiescalaridade no tocante ao processo de tombamento nas três esferas do poder. Buscamos problematizar conceitualmente a patrimonialização em sua abrangência e significância, mostrando como tem sido a sua materialização em Penedo, tomando como referência os planos, programas e sistema de gestão do patrimônio. Não desconsideramos a análise dos inúmeros conflitos decorrentes das relações de poder que envolvem os sujeitos e atores no processo patrimonializador.

O quarto capítulo intitulado **“Percepções múltiplas na/da paisagem-patrimônio”** privilegia a interpretação das relações topofílicas e topofóbicas estabelecidas entre a população do sítio tombado e a paisagem cultural patrimonializada, revelando através da especificidade do nosso olhar de observador-pesquisador, um sítio histórico que é, ao mesmo tempo, *locus* de ‘invisibilizações’ de determinados fatos e pessoas, e também de reafirmação da expressão de valores dominantes.

Por fim, em nossas considerações finais propusemos compreender **“A patrimonialização como processo des-re-territorializador”** baseado na i-mobilidade, conforme proposto por Haesbaert (2009) e em uma reflexão apoiada também em Fortuna (1997) e Guattari (1987), construída a partir das significações, fatores, mecanismos e estratégias que nos permitiu compreender a patrimonialização em Penedo.

Arruar por Penedo não significou apenas (re)ver o rio, os homens e a pedra & cal. Buscamos ir além do simples esbarrar em rostos conhecidos, comportamentos

familiares, paisagens habituais, para (re)construirmos laços, olhares, percepções. A pesquisa aguçou sentidos, despertou inquietações e resultou no presente estudo, uma reflexão centrada na abordagem geográfica sobre a análise do patrimônio e da patrimonialização, permitindo-nos outras leituras sobre o espaço, que desejamos compartilhar a partir de agora.

CONTORNOS DA PESQUISA



Fonte: <http://www.bahia.ws/guia-turismo-viagem-penedo-alagoas/>

1 CONTORNOS DA PESQUISA

Os debates sobre os processos que envolvem a patrimonialização de cidades históricas, os propósitos associados a esta política preservacionista e os valores envoltos nas complexas relações travadas entre quem vive e trabalha nestas áreas e os agentes da patrimonialização, vem ganhando cada vez maior atenção no Brasil. Trata-se de um conflito pois envolve, a partir das medidas preservacionistas, uma redefinição do papel das cidades reconhecidas como de 'valor cultural', orientado pelas intervenções urbanísticas que mantêm afastada da discussão o seu principal interessado: a população de residentes e de empresários/autônomos dos sítios tombados. Entendemos como fundamental compreender como estas cidades e os seus ocupantes se inserem nas especificidades de uma política preservacionista que é ao mesmo tempo universalizante e padronizadora.

Ao abordarmos o tema das cidades patrimonializadas, situações como a trajetória histórico-cultural e socioeconômica, o direito de propriedade do bem imóvel perante uma função social, o sentido da patrimonialização, os usos associados aos monumentos restaurados e ao espaço patrimonializado, merecem ser compreendidos em sua particularidade. Partimos do pressuposto de que há uma diversidade que anima o espírito de cada uma dessas cidades que buscam expressar, através da paisagem, as suas visões de mundo, os seus anseios e modos de vida, mesmo que os esforços no tombamento dos conjuntos históricos e paisagísticos ainda estejam predominantemente circunscritos à valorização dos aspectos luso-brasileiros marcantes da paisagem colonial, tomados como referência na construção da identidade nacional.

As políticas preservacionistas devem ser analisadas sob outras perspectivas, privilegiando a percepção, valores, aspirações, contexto sócioeconômico dos ocupantes, ao invés das tradicionais análises que consideram a concepção de políticas públicas a partir dos padrões urbanísticos vigentes. Nesse sentido, Penedo foi escolhida para ser tomada como objeto de estudo: i) pelas especificidades que a tornaram reconhecida como cidade-patrimônio, mesmo estando fora do circuito turístico das capitais nordestinas e, portanto, sem viabilizar a sua inserção

mercadológica que é um dos principais fundamentos da patrimonialização; ii) pelas relações conflitantes que envolvem a trajetória do tombamento como acontecimento ainda em processo de aceitação e acomodação pela população atingida, mesmo passados quase trinta anos; iii) pela maneira como a população percebe, apreende e se posiciona perante a paisagem patrimonializada.

Para melhor compreensão de como tem se operado a patrimonialização em Penedo, foi fundamental contextualizarmos o município, sobretudo a população residente neste território patrimonializado para compreendermos os conflitos decorrentes da universalização da patrimonialização, bem como vislumbrarmos na paisagem, a expressão destes conflitos. Os estudos geográficos foram de grande valia para trilharmos o caminho da percepção segundo a abordagem fenomenológica dos relatos dos entrevistados. Outras ciências mostraram-se fundamentais à compreensão do fenômeno como a Sociologia, a Antropologia e o Urbanismo que, como ciências complementares, permitiram a ampliação e interlocução das categorias trabalhadas na tese, a saber: patrimonialização, patrimônio, paisagem cultural, território e lugar.

1.1 A percepção e a pesquisa

Para Dardel (2011, p.33), “a ciência geográfica pressupõe que o mundo seja conhecido geograficamente, que o homem se sinta e se saiba ligado à Terra como ser chamado a se realizar em sua condição terrestre”. O estabelecimento destes vínculos requer uma adesão do sujeito à realidade geográfica, mediada por sua vida afetiva, seu corpo, seus hábitos. Esta adesão reforça através do vivido, sentimentos de sofrimento ou de regozijo na forma como se exteriorizam as relações do homem com a Terra. A natureza mutável e volúvel destas relações prevê uma contínua mudança nos valores que as fundam; portanto refletem o movimento da sociedade na superfície terrestre, numa síntese de relações, formas, funções e sentidos perceptíveis na paisagem.

De acordo com Santos (1997, p.62) “[...] a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso, o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal

ou informal, é feita de forma seletiva”. Temos então que a paisagem é um processo seletivo de apreensão, que se dá individualmente e de maneira diferenciada. Sob esta perspectiva, as múltiplas visões que se tem dela demonstram uma percepção específica, atribuída pelo homem a partir da aparência e este fato leva o autor a salientar que “[...] a nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação e será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que só é aparência” (1997, p.62).

Merleau-Ponty (2011, p. 378) por sua vez, afirma que “[...] toda percepção supõe um certo passado do sujeito que percebe, e a função abstrata de percepção, enquanto encontro de objetos, implica um ato mais secreto pelo qual elaboramos nosso ambiente”. Ambiente que pode ser explicado a partir da importância atribuída ao espaço vivido e toda a sua complexidade. É através do método fenomenológico que melhor se pode captar a essência das experiências no espaço, uma vez que ele possibilita apreendê-lo “como relato do espaço, do tempo, do mundo ‘vivididos’. É uma tentativa da descrição da nossa experiência tal como ela é” (2011, p.1-2).

É no contexto do mundo vivido que a experiência é construída. Buttimer (1985) reconhece que o conceito de ‘mundo vivido’ no arcabouço geográfico mostra-se ainda inconsistente, pois tem atribuído maior ênfase na observação do indivíduo e na maneira como a experiência social e a interação se dão nas relações interpessoais e menos nas grupais. Segundo a autora, o ‘mundo’ para os fenomenologistas “é o contexto dentro do qual a consciência se revela. Não é um mero mundo de fatos e negócios, mas um mundo de valores, de bens, um mundo prático” (1985, p.172). Um mundo no qual os valores assumem o papel de referências fundamentais que nos permitem viver em sociedade e que são difundidos em um sistema cultural pelos seus agentes sociais. Trata-se de um processo que se desenrola ao longo da nossa existência e visa garantir um equilíbrio, dentro do possível harmônico, dos modos de vida reconhecidos e aprovados socialmente.

Assim, para essa autora a fenomenologia “poderia ser definida como um modo filosófico de reflexão a respeito da experiência consciente e uma tentativa para explicar isso em termos de significado e significância” (BUTTIMER, 1985, p.170). Conhecer a experiência na perspectiva fenomenológica, passa tanto pela experiência

interior (pessoal) quanto pelo comportamento exterior no espaço, pela distinção de aspectos subjetivos e objetivos de conhecimento. Entretanto, por meio da fenomenologia, busca-se ultrapassar tal dualismo propondo respectivamente a diferenciação entre comportamento, atrelado à relação corpo-mente, e experiência, relação pessoa-mundo (BUTTIMER, 1985). É em nome da integridade da experiência que não se deve pressupor a dissociação entre a pessoa e o mundo, pois estão ambos comprometidos com processos e condutas observáveis no seu comportamento.

Nisto consiste ter que reconhecer e incluir as práticas cotidianas no espaço (espaço vivido) e admitir a existência de um espaço social, *locus* da realização de inter-relações sociais (espaço social) como objetos de percepção e representação mental que um indivíduo ou grupo pode construir (FRÉMONT, 1980). Para tanto, acreditamos ser importante expor as bases de sustentação do pensamento deste autor, que se fundamenta na contribuição das ciências humanas especialmente da psicologia, da sociologia e da psicanálise, para nortear a geografia na percepção e na compreensão do universo vivido.

No tocante à psicologia, ele se apoia nos estudos da psicologia da criança realizados por Piaget, que constata a existência de um processo contínuo de formação, de acúmulo de experiências e de adaptação da estrutura de inteligência às sucessivas situações, e conclui, no âmbito do espaço vivido, que “as relações do homem com o espaço não constituem um feixe de dados imanentes ou inatos; combinam-se numa experiência vivida, que de acordo com as idades da vida, se forma, se estrutura e se desfaz” (FRÉMONT, 1980, p.23). Desta feita, para a geografia, as etapas da formação do espaço vivido e a apreensão da riqueza e da complexidade das suas representações firmam-se como a grande contribuição piagetiana ao pensamento de Armand Frémont. Este espaço é visto, segundo o autor, como uma compactação de camadas sucessivas que combinam componentes pessoais de cada indivíduo com o sistema de contingências que o afeta (casamento, migrações, trabalho, serviço militar, etc.) revelando as suas referências de ordem econômica e social.

No âmbito da sociologia, ele reconhece que as estruturas sociais se manifestam através de repartições espaciais e que, inversamente, “as estruturas do espaço humanizado não podem ser captadas sem referência ao conjunto das

relações de sociedade” (FRÉMONT, 1980, p. 35). Assim, o espaço social não é neutro, mas regido por interesses materiais e classistas, sendo fundamental revelar os conflitos existentes nestas relações, mesmo diante da diversidade de formas e das sutilezas com as quais se expressam na paisagem. O autor propõe desnudar tais relações considerando o espaço da seguinte maneira:

- a) o ‘espaço-regulação’, apoiado na importância que tem os signos em sua função de uso e de representação, pois além deles se constituírem em “um vasto código de referência cotidiana (uso) está impregnado de valores simbólicos que podem exprimir a força das ideologias dominantes ou referências mais sutis a ordens desaparecidas” (1980, p. 38);
- b) o ‘espaço-apropriação’, convertido em mercadoria, meio ou suporte da produção e que mostra como o espaço se repartiu e orienta o homem sobre o seu direito de fazer ou de não fazer algo no espaço;
- c) o ‘espaço-alienação’, analisado sob duas perspectivas: a que retoma o espaço-apropriação associado às “restrições de uso, à privatização do direito de que o espaço é progressivamente objeto com o desenvolvimento do capitalismo”(1980, p. 44) e a perspectiva segundo a qual a consequência desta forma de apropriação é a alteração dos valores do espaço, onde são privilegiadas nas relações homens/natureza o valor-mercadoria, tornando-o um espaço desumanizado, favorável ao processo patrimonializador que discutiremos ao longo deste trabalho.

Finalmente, as contribuições da psicanálise se circunscrevem ao espaço que envolve o homem, que participa nos/dos seus sonhos e que aciona a dimensão do sentimento e da afetividade para estabelecer uma conexão neste caso, com a geografia. Ele propõe uma estrutura para apreender o mundo vivido baseado no corpo, no sexo e na morte, entretanto, neste trabalho o corpo será privilegiado na análise do sentimento topofílico e topofóbico da paisagem patrimonializada, tendo em vista a importância da associação do espaço ao ninho materno percebido como “invólucro, proteção, nutrição, comunicação”, sendo o espaço familiar aquele que “[...] alimenta, protege e tranquiliza (como o da mãe) e todo o passo fora do caminho, [como] a aventura”(FRÉMONT, 1980, p.50).

O que Frémont (1980) nos mostra ao estimular a aproximação da geografia com as demais ciências humanas é a possibilidade de alargamento do pensamento geográfico a fim de romper com o aspecto meramente descritivo desta ciência e propõe, pela percepção e pelas representações, uma aproximação e um intercâmbio com as pessoas comuns e as suas práticas cotidianas. “Precisamos reconhecer que a percepção espacial é um fenômeno de estrutura e só se compreende no interior de um campo perceptivo que inteiro contribui para motivá-la, propondo ao sujeito concreto uma ancoragem possível [...]” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 377).

A forma como se representa o espaço e se constrói um saber a partir dele, funda-se na experiência cotidiana do mundo exterior. “Quando a porta do mundo privado se fecha, uma outra porta se abre, e entramos em um outro espaço, que contém não somente características físicas e concretas, mas também uma diversidade enorme de significados e códigos simbólicos” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 23). É um espaço no qual, ao mesmo tempo em que convida ao entendimento e à decodificação, cobra do sujeito o uso de uma gama de significados apreendidos via socialização e que favorecem tanto o campo da individualidade como o da sociabilidade.

Para Tuan (2012, p. 18), a percepção é “[...] tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados”. Esta resposta dos sentidos implica a capacidade de percepção sinestésica dos estímulos externos, sendo o corpo o instrumento através do qual se pode estabelecer alguma intimidade com a realidade geográfica.

Collot (1986, p. 215) afirma que “o corpo torna-se o eixo de uma verdadeira *organização semântica* do espaço baseado em oposições como: alto-baixo, esquerda-direita, à frente-atrás, próximo-distante”. Essas expressões antitéticas acabam por estruturar uma linguagem da percepção, que permite melhor explorar os signos do mundo, pois uma vez que foram concebidas a partir das informações captadas pelo corpo, tais expressões se mostram como portadoras de significados que atestam a experiência humana.

Neste aspecto, foquemos primeiramente nas diferenças e preferências que caracterizam a individualidade, uma vez que “[...] os contrastes mais significantes

ocorrem entre os indivíduos [...]” (TUAN, 2012, p. 73). Segundo o autor, tais diferenças se fundam nas variações individuais bioquímicas e fisiológicas, portanto, tem no corpo o meio de captação e expressão do mundo. Ele destaca o papel dos sentidos na percepção do mundo e enumera situações na qual a individualidade emerge: o mundo das pessoas com problemas na visão, a exemplo da acromatopsia que torna a vida dos que sofrem desse mal menos policromático; o mundo das pessoas com problemas auditivos; destaca a sensibilidade individual na captação das temperaturas, se quente ou frio; bem como reconhece que o temperamento também interfere na postura que as pessoas adotam diante da vida, se de melancolia ou de esperança, por exemplo, pois “[...]as glândulas endócrinas liberam hormônios no sangue, que têm um efeito marcante nas emoções e sensações de bem-estar das pessoas” (TUAN, 2012, p. 73).

Para o autor, o sexo e a idade também contribuem na percepção diferenciada do mundo. No primeiro caso, masculino e feminino não são definições arbitrárias, pois as diferenças fisiológicas entre homem e mulher “[...] são claramente especificáveis e pode-se esperar que elas afetem os modos de responder ao mundo” (2012, p. 84). Tem-se como fator agregador a cultura por meio dos distintos papéis atribuídos a homens e mulheres, que foram ensinados desde a infância e que condicionam a forma com a qual ambos estruturam o seu mundo e se comportam diante dele. O ciclo de vida que varia em função da idade também é responsável pela diversidade de respostas que se tem para o mundo e no caso do adulto, “[...] é difícil recapturar a perdida vividez das impressões sensoriais (exceto ocasionalmente) como a frescura de uma cena após a chuva, a fragrância do café antes do desjejum[...]” (TUAN, 2012, p. 88).

Segundo o autor, no caso da velhice, as pessoas estão vagamente conscientes de que os seus sentidos estão se debilitando com a idade sendo que a visão e a audição são os que mais apresentam a perda do vigor, aliados a problemas de mobilidade que gradualmente vão privando o idoso dos encontros recorrentes e mais ativos com o meio ambiente, pois “[...] para os velhos, o mundo se contrai não apenas porque os seus sentidos perdem acuidade, mas porque seu futuro está truncado” (2012, p. 90).

As condições de acessibilidade do corpo determinam a capacidade de percepção do espaço, por esta razão, quando o corpo começa a se degradar ele deixa de envolver todos os elementos presentes em uma única apreensão, e concomitantemente implica “[...] no desfalecimento do tempo, que não se ergue mais em direção a um futuro e torna a cair sobre si mesmo” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 380).

Assim, no momento em que o mundo é apreendido de forma fragmentada, captada por elementos dispersos ou destoantes na superfície, incapazes de formar uma unidade que lhe atribua algum sentido coerente como um todo integrado junto ao observador, ele deixa de estabelecer uma correlação que permita compreender as mudanças em curso e os novos usos forjados. É como se houvesse um esfacelamento do sistema, da estabilidade que os referenciais de ancoragem se encarregavam de manter.

É provável que o envelhecimento da população do sítio tombado de Penedo esteja em descompasso com o que a patrimonialização está empreendendo a partir da reabilitação urbana e, portanto, a percepção vinda de corpos cada vez mais debilitados, esteja dissipando qualquer expectativa em direção ao futuro. Assim, “[...] a percepção do espaço não é uma classe particular de ‘estados de consciência’ ou de atos, e suas modalidades exprimem sempre a vida total do sujeito, a energia com a qual ele tende para um futuro através de seu corpo e de seu mundo” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 380).

A percepção se molda numa relação de complementaridade entre o homem e a natureza, a cultura e o meio ambiente. Sob o escopo da cultura, Tuan (2012) destaca as diferenças de atitudes entre o visitante e o nativo e aponta a facilidade com a qual o primeiro consegue expressar o seu ponto de vista, amparado basicamente na visão para ‘compor os quadros’, privilegiando a dimensão estética e sem estabelecer quase nenhuma empatia em relação às vidas e aos valores dos seus moradores. Por outro lado, a complexidade que assume a percepção do morador acerca da sua cidade e dos seus lugares normalmente é expressa “[...] com dificuldade e indiretamente por meio do comportamento, da tradição local, conhecimento e mito” (TUAN, 2012, p. 96).

A cidade, eleita como tema por Italo Calvino e *locus* de expressão do emaranhado das existências e experiências humanas, se apresenta ora como cenário ou sujeito das suas narrativas, ora como símbolo ou metáfora para demonstrar que “[...] ele fala da cidade para falar do homem. Mas fala do Homem para falar da cidade. Homem e cidade se tornam um [...]” Marandola Jr.(2006) citado por Marandola (2010, p.260).

Ao publicar o livro *As cidades invisíveis* (1990), Calvino construiu uma narrativa baseada em percepções nas quais o personagem, um viajante e mercador veneziano chamado Marco Polo, a serviço do imperador mongol Kublai Khan, tem como sua principal incumbência viajar para descrever as inúmeras cidades integrantes daquele vasto império. As narrativas de Marco Polo e dos demais mensageiros do imperador, sírios, persas, armênios, turcomanos, sintetizavam os distintos modos de captar e expressar a essência de cada uma das cidades, já que eram sempre relatadas a partir do lugar de fala do indivíduo, incluindo a sua subjetividade e todo um cabedal de experiências prévias que o moldam, ou seja, o seu ponto de vista:

Agora contarei o que a cidade de Zenóbia tem de extraordinário: embora situada em terreno seco, ergue-se sobre altíssimas palafitas, e as casas são de bambu e de zinco (...). Não se sabe qual necessidade ou mandamento ou desejo induziu os fundadores de Zenóbia a dar essa forma à cidade, portanto não se sabe se este foi satisfeito pela cidade tal como é atualmente (...). Mas o que se sabe com certeza é que, quando se pede a um habitante de Zenóbia que descreva uma vida feliz, ele sempre imagina uma cidade como Zenóbia (...). Dito isto, é inútil determinar se Zenóbia deva ser classificada entre as cidades felizes ou infelizes, mas em outras duas categorias: aquelas que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados (CALVINO, 1990, p. 36-37).

Neste conto a afetividade se faz presente como sentimento capaz de transformar o feio no aceitável, a infelicidade em felicidade. A percepção que tem o habitante de Zenóbia sobre as possibilidades de realização dos seus desejos é o que certamente está na base da felicidade projetada por ele, e não a sua mísera condição de sobrevivência, esta sim, um fato concreto e cotidiano. A imposição das formas, usos e funções por quem fundou a cidade sucumbiu no ato da apropriação do espaço,

da sua dominação pelo habitante, da atribuição de significado ao lugar. Aprofundou-se a relação entre o ser e a Terra, pois a experiência íntima encarregou-se de estabelecer os laços.

Com efeito, tanto a percepção quanto a interpretação das paisagens só pode ser compreendida a partir das distintas realidades culturais responsáveis pela dinâmica de (des)construção/(re)construção das paisagens e também pelos processos de preservação, haja vista que é através da cultura que as regras são interiorizadas, e é pela cultura que se destacam saberes e práticas de determinado grupo, que delinea um modo de ser e de viver e, por conseguinte, uma forma de se relacionar e de ler a paisagem (GEERTZ, 2008). São estes sistemas culturais que possibilitam no ato da interpretação da paisagem, a criação de relações dialógicas e mediadoras abertas, que revelam significados e possibilitam ativar processos de resignificação dos seus lugares através da experiência.

A percepção não está dissociada da sensação, pois a maneira como sentimos e percebemos as formas, a paisagem, estão estruturadas numa totalidade e não numa parcialidade, por isso é que se atribui sentido e significação. É nesta relação dialógica que torna possível captar de uma só vez na paisagem as características “[...] ligadas à cor, texturas, traços, componentes, extensão, distâncias, sons, odores, movimentos, fluxos, e tanto mais” (GUIMARÃES, 2007, p. 76), mas também atende ao objetivo de “[...] reproduzir normas culturais e estabelecer os valores de grupos dominantes por toda uma sociedade” (COSGROVE, 1998, p. 106).

A percepção se expressa das mais distintas maneiras e não se circunscreve apenas à fala. Assim, ao retomarmos a narrativa de Marco Polo, percebemos a importância da adoção de outros recursos corporais para possibilitar a compreensão desejada, momento no qual ele mobilizou a capacidade imaginativa para projetar na mente o seu ideal de cidade:

Recém-chegado e ignorando totalmente as línguas do Levante, Marco Polo só podia se exprimir extraindo objetos de suas malas: tambores, peixes salgados, e, indicando-os com gestos, saltos, gritos de maravilha ou de horror (...). Nem sempre as relações entre os diversos elementos da narrativa resultavam claras para o imperador; os objetos podiam significar coisas diferentes (...) Mas o que Kublai considerava valioso em todos os fatos e notícias referidos por seu inarticulado informante era o espaço que restava em torno deles, um vazio não preenchido por palavras. As

descrições das cidades visitadas por Marco Polo tinham esse dom: era possível percorrê-las com o pensamento, era possível se perder, parar para tomar ar fresco ou ir embora rapidamente (CALVINO, 2010, p. 53).

Para o imperador, a interpretação demandou a percepção de diversos signos associados aos processos de conhecimento previamente estabelecidos a partir dos contatos frequentes com o seu mensageiro, e que acabaram possibilitando a organização dos sistemas sógnicos, onde significantes e significados são construídos coletivamente (GUIMARÃES, 2007). A leitura da paisagem através destes códigos próprios e compartilhados possibilitam uma leitura não-verbal, estimulando a capacidade de imaginação e reinvenção.

As dificuldades encontradas por Marco Polo para conseguir explicar ou descrever, evidenciam que a essência das cidades ou dos lugares não pode ser entendida ou captada apenas através de dados objetivos, mas deve ser percebida pela vivência e experiência propiciadas por uma relação topofílica ou topofóbica das pessoas com o lugar, entendendo-se a topofilia como “[...]o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 2012, p. 19) enquanto a topofobia está associada ao sentimento de aversão ou rejeição da pessoa para com o lugar ou o ambiente em questão.

Este seria o mundo da existência, um mundo que para Dardel (2011) segundo a leitura realizada por Bresse (2011, p. 114) “agrupa certamente as dimensões do conhecimento, mas também e sobretudo, aquelas da ação e da afetividade. A geografia está implicada em um mundo vivido, o mundo ambiente da existência cotidiana dos homens”. Por esta razão, ao realçar a importância da afetividade em suas obras, tanto Tuan (2012) quanto Dardel (2011) contribuem para afastar da percepção do espaço o exclusivismo de uma visão reducionista ligada à homogeneidade e à objetividade, e enriquecem a compreensão e análise das práticas espaciais pela heterogeneidade dos valores e da significação de que estão investidas.

A percepção foi fundamental no nosso estudo pois nos possibilitou compreender os múltiplos significados que assumem para cada sujeito entrevistado, o processo de patrimonialização e a paisagem patrimonializada, especialmente quando se tem o desejo de se expressar mas faltam as circunstâncias ideais e os mecanismos de participação ainda são frágeis e insuficientes. Nesta pesquisa houve

um esforço em se tentar captar a compreensão de mundo de cada indivíduo, considerando a sua faixa etária, a sua trajetória de vida, a sua condição socioeconômica, as suas experiências vividas, os seus anseios, necessidades e desejos.

1.2 Discussões teóricas norteadoras

Para o alcance dos objetivos do presente trabalho, que está inserido no contexto de uma geografia humanista, o método fenomenológico nos possibilitou amparar as nossas preocupações com as percepções, valores e significados continentais na abordagem cultural da geografia. Ele emerge como um movimento filosófico em fins do século XIX mas só a partir do início da década de 1970 começa a ecoar na chamada Geografia Humanista, intensificando-se na década seguinte. É um método que se mostra como uma nova possibilidade de interpretar a realidade a partir de um novo 'olhar' teórico que tem na adoção da pesquisa qualitativa, o suporte para a realização de trabalhos relevantes como forma de reação ao enfoque positivista, ainda bastante presente nas pesquisas acadêmicas daquele período (PESSÔA, 2012).

A fenomenologia estuda o próprio fenômeno e não o que se diz sobre ele. A pesquisa apoiada neste método “[...] parte da compreensão do viver e não de definições ou conceitos e é uma compreensão voltada para os significados do perceber” (COLTRO, 2000, p. 39). Assim, ela busca captar as percepções que os sujeitos têm daquele fenômeno, daquilo que está sendo pesquisado e que se expressa pelos próprios sujeitos que o percebem. Esta busca tem a sua origem e os seus propósitos na “[...] volta ao mundo da vida, no confronto com o mundo dos valores, crenças, ações conjuntas, no qual o ser humano se reconhece como aquele que pensa a partir desse fundo anônimo que aí está e aí se visualiza como protagonista nesse mundo da vida” Masini (1989, p. 62) citado por Coltro (2000, p. 39).

Portanto, é a partir do mundo da vida cotidiana que o método fenomenológico se constitui. Ao ir além do observável ele penetra no significado e no contexto nos quais se insere o fenômeno, e valoriza a interpretação do mundo

que emerge de forma intencional à consciência dos sujeitos. Segundo Buttmer (1985, p. 172), o 'mundo' para os fenomenologistas "[...] é o contexto dentro do qual a consciência se revela. Não é um mero mundo de fatos e negócios [...] mas um mundo de valores, de bens, um mundo prático". Um mundo no qual os valores assumem o significado de referências fundamentais que nos permitem viver em sociedade e que são difundidos em um sistema cultural pelos seus agentes sociais. Trata-se de um processo que se desenrola ao longo da nossa existência e visa garantir um equilíbrio, dentro do possível harmônico, dos modos de vida reconhecidos e aprovados socialmente.

O fenômeno se nos apresentou através do comportamento da população em meio às reformas com e sem autorização dos órgãos fiscalizadores no intuito de acompanhar as inovações tecnológicas dos tempos atuais e de introduzir o conforto que na ausência da técnica ou do poder aquisitivo, eram impensáveis no passado. A vontade de se modernizar e os variados sentidos que a modernização assume para cada sujeito, evidenciou as dificuldades em se conciliar um novo estilo de vida com o saudosismo do passado, gerando frustrações. Deste fato podemos depreender que a impossibilidade de viver no passado, mas de conviver com ele através da patrimonialização, desencadeou reações que podemos genericamente classificar como de inconformismo, aceitação de bom grado e resignação. Esta tese revela através dos conflitos, valores, costumes e hábitos perceptíveis no cotidiano da população penedense, um estilo de vida que se refaz ininterruptamente e cujo fenômeno em Penedo, não pode ser analisado isoladamente e nem ser comparável em todas as suas dimensões e variáveis às demais cidades-patrimônio. Cada cidade traz consigo as suas particularidades.

Assim, de acordo com Zilles (2007, p. 220) "[...] o recurso ao mundo da experiência é o recurso ao mundo da vida, ou seja, ao mundo no qual sempre vivemos e que fornece o ponto de partida para todas as conquistas do conhecimento da vida e para toda a determinação científica". Essa noção de mundo vivido trouxe para a geografia os movimentos e ritmos fundados nas temporalidades e espacialidades inerentes às experiências humanas. Nesta trama, a fenomenologia busca minimizar os conflitos existentes entre a forma de conhecer o mundo e a de ser no mundo e, assim, "encorajar indivíduos a compreenderem o que são e a esclarecerem como

podem desenvolver relações com os seus ambientes visando uma auto-realização” (NIGRO, 2010, p. 67).

A problematização dos sentidos do patrimônio e da patrimonialização constantes no Capítulo 3 estiveram fundamentadas nas reflexões críticas de Canclini (1994, 1999; 2013), Costa (2011), Luchiari (2005), Cruz (2012), Cardoso (2007), Jeudy (2005), Massey (2000), Araújo e Almeida (2007), Hardt e Negri (2005), Nigro (2010). As suas contribuições de um modo geral apontam para o reconhecimento do patrimônio como recurso e para uma patrimonialização baseada na refuncionalização³ dos sítios tombados, para viabilizar o consumo turístico das cidades-patrimônio, e desnudam a rede de articulação verticalizada e multiescalar dos agentes patrimonializadores envolvidos, desde a sua esfera internacional à local.

Para a análise da paisagem cultural, discussão travada no Capítulo 4, ancoramo-nos em autores como Tuan (1983; 2012), Cosgrove (1984; 1998), Dardel (2011[1952]), Frémont (1980), Natali (2006), Guimarães (2002), Lynch (1997), Duncan (2004), Gandy (2004), Berdoulay (2012), Collot (1986) Maciel, (2005; 2012) Almeida e Sartori (2008), Silva (2015), Riegl (2014). As discussões sobre a paisagem cultural foram subdivididas considerando tanto a percepção das paisagens topofílicas e topofóbicas pelos penedenses, quanto as intencionalidades presentes nos atos invisibilizadores e nos valores veiculados nos signos dispersos pela paisagem.

No que diz respeito à fundamentação teórica sobre o território, constante no Capítulo 5, os autores basilares foram Rogério Haesbaert (1999; 2000; 2005a; 2005b; 2007, 2009), Joel Bonnemaïson (2002), Milton Santos (2005; 2008a; 2008b); Marcelo Lopes de Souza (1989; 2000; 2013), Guattari (1987), Fortuna (1997), que privilegiaram o conceito em sua dimensão integradora e relacional, enfatizando o entrelaçamento da dimensão política, econômica e cultural. A relevância do território enquanto categoria reside principalmente na sua abordagem como produto da apropriação em termos de relações de poder e da sua dimensão simbólica em um contexto multiescalar.

³ Segundo Evaso (1999) citado por Luchiari (2005, p. 97), refuncionalização significa “uma atribuição de valores atuais às formas herdadas do passado”.

1.3 Especificidades do lugar estudado

Penedo é um município que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), ocupa uma área de aproximadamente 670 km², e está situado ao Sul do estado de Alagoas (Figura 1). Limita-se ao Norte com os municípios de São Sebastião, Teotônio Vilela e Coruripe, ao Sul com o Rio São Francisco e Piaçabuçu, a Leste com Feliz Deserto, Coruripe e Piaçabuçu e a Oeste Igreja Nova. O acesso a partir de Maceió é feito através das rodovias pavimentadas BR-316, BR-101 e AL-110, cumprindo-se um percurso em torno de 172 km, ou pela AL-101 e AL 225, conhecida como a rodovia litorânea que reduz o trajeto a ser percorrido a algo em torno de 145 km.

Figura 1 - Mapa de localização de Penedo no estado de Alagoas



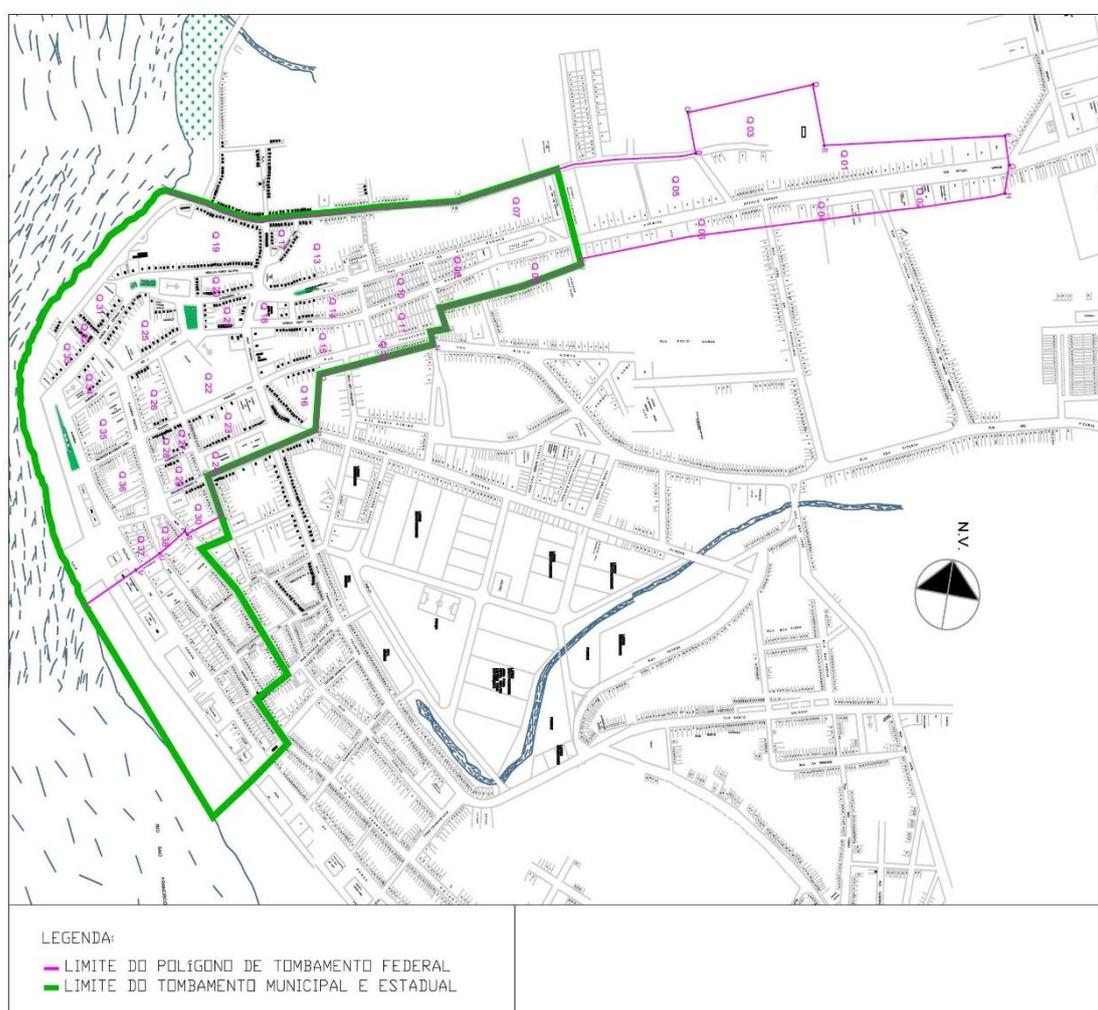
Fonte: IBGE, 2016.

Org.: CONCEIÇÃO SILVA, H. R; RAMOS, L. L., 2016.

A área do perímetro tombado a nível federal é de 27 hectares, possui aproximadamente 800 imóveis e corresponde ao núcleo original da ocupação do município, a partir do rio São Francisco e do seu porto. Se por um lado o centro reúne um acervo arquitetônico do período colonial, eclético e exemplares da arquitetura

moderna que justificaram o seu tombamento, por outro lado passa por um processo lento, mas gradual de esvaziamento que tem nas ações de expansão urbana direcionadas para a 'parte alta' do município um forte concorrente, na medida em que verificamos uma ampliação do setor de serviços e de comércio que tem contribuído para o surgimento de novas centralidades. Existem dois polígonos demarcados no sítio histórico tombado de Penedo, sendo que há um vasto trecho no qual se superpõem as três escalas de tombamento municipal, estadual e federal, conforme mostra a Figura 2 abaixo.

Figura 2- Polígono de tombamento do Sítio Histórico de Penedo



Fonte: Oficina de Projetos, 2015.

O tombamento estadual foi o primeiro a ocorrer em 08/03/1986 e veio acompanhado da demarcação de um perímetro, ao que se seguiu o segundo

tombamento na escala municipal em 09/11/1989 que acompanhou o mesmo perímetro definido pelo governo do estado de Alagoas. Os limites do polígono de tombamento federal foram os últimos a serem demarcados quando o IPHAN reconheceu Penedo como Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico em 30/10/1996.

No dossiê de tombamento federal consta que o perímetro inicia-se na interseção da margem esquerda do Rio São Francisco com o prolongamento do eixo da Rua 15 de Novembro (Marco A), prossegue pelo eixo da Rua, sentido leste-oeste, até a interseção com o Beco do Barroso (antigo Beco da Pedra), (Marco B). Desse ponto prossegue a esquerda infletindo em noventa graus e percorrendo a distância de sessenta metros, até o Marco C, daí infletindo a direita em angulo de noventa graus e percorrendo a distância de 200 metros, até o Marco D, daí infletindo novamente a direita em angulo de noventa graus e prosseguindo até a interseção com o eixo da Rua 15 de Novembro (Marco E). Infletindo à esquerda prossegue por esse eixo até a interseção com o prolongamento da divisa lateral esquerda do lote sem número da Avenida Getúlio Vargas, pertencente ao posto de Puericultura da Secretaria do Estado de Alagoas (Marco F). Prossegue por essa divisa e seu prolongamento até a interseção com o eixo da Avenida Getúlio Vargas (Marco G) e, desse ponto, prossegue pela divisa lateral direita da casa de número seiscentos e sessenta da Avenida Getúlio Vargas, até a interseção com a divisa do fundo do mesmo lote (Marco H). Desse ponto prossegue pelas divisas dos fundos dos lotes da Avenida Getúlio Vargas (lado sudeste), até o lote número um (Marco I), prosseguindo, pela divisa lateral esquerda do lote até a interseção com o eixo da Rua do Amparo (Marco J), prosseguindo por esse eixo até a interseção com o eixo do Beco da Preguiça (Marco K), e pelo eixo desse Beco até a interseção do eixo da rua São Francisco (Marco L), e, por esse, até a interseção com o eixo da Rua da Travessa Perilo Gomes (Marco M). Prossegue por esse eixo até a interseção com o prolongamento das divisas dos fundos dos lotes do lado sul da Rua São Francisco, iniciando pelo número duzentos e sessenta e um (Marco N). Desse ponto prossegue pelas divisas dos fundos dos lotes da Rua São Francisco, lado sul, até o número oitenta e dois, inclusive (Marco O), prosseguindo pelos fundos dos lotes das Ruas São Francisco, Nilo Peçanha e Ulisses Batinga até o número quatro, inclusive (Marco P). Desse ponto prossegue pelo eixo

da Travessa do Mercado, incluindo a Praça Costa e Silva, até a interseção com o eixo da Rua Sabino Romariz (Marco Q). Prossegue pela Rua Sabino Romariz até a interseção com o prolongamento do limite lateral esquerdo do lote do imóvel número quarenta e três da Rua São Miguel (Marco R). Continua por esse limite até a interseção da Rua São Miguel (Marco S) e por esse eixo até o limite lateral do imóvel número quarenta e quatro, inclusive, pelo lado sul-par dessa mesma Rua (Marco T). Prossegue pelo limite lateral desse imóvel e pelo limite dos fundos da Igreja de São Gonçalo Garcia, até a Rua Joaquim Nabuco (antiga Rua Santa Cruz), e na interseção com seu eixo grava o Marco U. Desse ponto prossegue pelo limite lateral do imóvel que tem o número cinquenta e dois para a Rua Joaquim Nabuco e número cinquenta e nove (frente) para Avenida Duque de Caxias, inclusive, até essa mesma Avenida (Marco V). Desse ponto prossegue em linha direita à Avenida Duque de Caxias, até a margem esquerda do rio São Francisco (Marco X) e, desse ponto, prossegue pela margem do Rio, à montante, até encontrar o Marco A, fechando o perímetro”.

De todas as ruas mencionadas na descrição do polígono de tombamento federal, foi necessário adotar uma delimitação mais precisa do lugar de estudo (Figura 3) a partir de algumas ponderações: enquanto residíamos no município era visível a concentração de obras decorrentes dos programas de reabilitação urbana em uma área conhecida informalmente por algumas pessoas e membros da gestão pública municipal como uma “zona de preservação rigorosa”. Afirmamos ser um reconhecimento informal pois tal nomenclatura inexistia no plano diretor municipal e recebeu esse ‘reconhecimento’ por se referir basicamente ao núcleo de concentração dos casarões, sobrados e monumentos mais proeminentes do sítio tombado.

Figura 3 - Demarcação da área estudada

Fonte: Oficina de Projetos, 2015.

Autora: Márcia Silva.

Outro motivo para a demarcação desta área foi o fato deste núcleo concentrar os principais atrativos, serviços e equipamentos turísticos que justificam boa parte dos investimentos direcionados à refuncionalização da área patrimonializada constantes no plano diretor, assim como nas propostas do Programa Monumenta/BID e do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas 2 (PAC2) em Penedo.

Por fim, a constatação de que alguns trechos do sítio tombado são pouco frequentados por turistas possivelmente pela ausência de divulgação sobre estas áreas com arquitetura mais simples e sem sobradões imponentes, reforçando uma espécie de “escolha” deliberada pelo esquecimento. Isso pode estar deixando estas áreas menos propensas a uma fiscalização intensiva dos órgãos competentes. Esta pouca visibilidade da área também pode estar levando os moradores, empresários/autônomos – especialmente aqueles situados nas proximidades da feira livre - a viverem o seu cotidiano de certa forma alheios ao tombamento, revelando o desinteresse da patrimonialização por lugares de menor atratividade estética para fins de consumo turístico.

Por estas razões, entendemos que as ruas e logradouros públicos selecionados dentro do sítio tombado para a abordagem dos moradores e dos empresários/autônomos além de se constituírem no *locus* de maior atenção por parte da fiscalização, são aquelas nas quais a população do sítio tombado pode expressar com maior clareza a sua avaliação acerca da percepção e apropriação do patrimônio cultural tombado uma vez que as obras em andamento integram de maneira efetiva a sua paisagem cotidiana.

1.4 A Natureza da Pesquisa

Estudar um tema que trata da compreensão das relações estabelecidas entre a população de um sítio histórico tombado e as implicações da patrimonialização, tendo na paisagem as formas de se construir e expressar o ideal patrimonializado não foi fruto de ideias extraídas de leituras prévias ou de inquietações pregressas. Este tema é resultante da minha vivência ao longo de três anos não apenas como moradora do município de Penedo, mas como moradora do seu sítio histórico tombado no período de 2010 a 2013.

Por esta razão, ele não pode ser atribuído a uma “escolha acidental” pois é fruto da observação cotidiana da dinâmica deste território patrimonializado. De início chamou-nos a atenção a ocorrência de pequenas obras nos finais de semana e no turno da noite. Era como se a vizinhança tivesse a certeza de que não seria notificada, pois sabia das brechas na fiscalização a cargo dos fiscais da Prefeitura Municipal de Penedo (PMP) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas, não figurou como ator presente no município durante o período em que lá morei e durante o período de realização desta pesquisa, fosse ocupando o seu assento no conselho curador do Fundo de Preservação do Patrimônio (FUNPATRI), fosse exercendo a sua função de agente fiscalizador do conjunto por ela tombado, e por esta razão, decidimos realizar uma entrevista semi-estruturada com esta entidade como detalharemos no sub-capítulo 1.5.

Por meio de diálogos despretensiosos com a população do sítio tombado, meus vizinhos, eu sempre conseguia extrair desabafos de insatisfação e por vezes até de raiva. O aumento da criminalidade no sítio tombado e as recorrentes insistências dos vizinhos me fizeram colocar grades na janela e na porta da ‘minha’ casa. Por desconhecimento da legislação vigente, fosse pela falta de orientação por parte da imobiliária que me alugou o imóvel, fosse pela ausência de contato com a proprietária do imóvel, somada à insuficiente fiscalização das citadas entidades, a obra na ‘minha’ casa seguiu sem transtornos. Uma dúvida surgiu ao final das obras: o que fazer com os restos da construção? A busca por orientação na Secretaria de Infraestrutura e Obras (SEINFRO) apenas confirmou o despreparo da prefeitura para lidar com a questão.

A ausência de um local adequado para a destinação daquele lixo fez com que a orientação oficial fosse despejar às margens do rio São Francisco. Diante do meu espanto e negativa veemente, a recomendação foi destiná-lo como parte do aterro do novo fórum que estava sendo construído nas proximidades da feira, no entorno da área tombada.

Um desconforto que só reforçou a importância da compreensão do fenômeno de maneira objetiva, amparada conceitualmente, mas impossível de assegurar absoluta imparcialidade pois o meu olhar neste estudo é contextualizado. Isto implica reconhecer a existência de um conhecimento situado, fundado em um ponto de partida e de produção. Os conhecimentos situados correspondem,

[...] a uma incorporação dos saberes, partindo da opção pela responsabilidade na produção dos saberes e pela sua localização sócio-histórica. A própria constituição de um *sujeito* que conhece não é unificada, como pretendiam as filosofias assentes na estrita separação entre sujeito e objecto. As subjectividades são múltiplas, localizadas e construídas, de modo que o próprio sujeito que conhece é parcial, ligando-se aos outros, por via da inter-subjectividade. Desse modo, não é a identidade que estrutura a posição de quem investiga, mas sim a afinidade parcial (OLIVEIRA E AMÂNCIO, 2006, p. 601-602).

O conhecimento situado permite que possamos fazer a análise a partir do nosso lugar de ‘fala’, do nosso ponto de vista, e da nossa interação com o lugar. Por esta razão, entendemos que o “habitar por obrigação”, acabou se transformando

também na melhor estratégia para captar a realidade do mundo, vista pela perspectiva da população local residente no sítio tombado de Penedo.

A abordagem qualitativa da pesquisa mostrou-se a mais adequada pois permitiu a adoção de métodos plurais de investigação que vão de encontro tanto do sentido do fenômeno, quanto da interpretação dos significados que as pessoas lhes atribuem (CHIZZOTTI, 2003). Foi uma opção justificada pelo fato deste trabalho estar fundado em uma reflexão sobre a percepção da patrimonialização da paisagem e dos conflitos que este processo envolve.

Assim, a patrimonialização pode ser analisada como um processo social que se estrutura em seis categorias segundo Lofland, citado por Triviños (1987, p. 126-127):

Os atos. Seriam ações que se desenvolvem em uma situação cujas características principais, em relação ao tempo, estariam representadas por sua brevidade (...).

As atividades. Estão representadas por ações em uma situação mais ou menos prolongada e que poderiam ser estudadas através de dias, semanas, meses.

Os significados. Manifesta-se através das produções verbais das pessoas envolvidas em determinadas situações e que comandam as ações que se realizam.

A participação. É o envolvimento do sujeito ou adaptação do mesmo a uma situação em estudo.

As relações. Surgem no intercâmbio que se produz entre várias pessoas que atuam numa situação simultaneamente e toma as características de inter-relações.

As situações. Estão constituídas pelo foco em estudo, pela unidade que se pretende analisar.

Ao contextualizarmos estas categorias na política preservacionista, que é um instrumento da patrimonialização como veremos, poderíamos ilustrá-las para fins de exemplificação deste fenômeno social da seguinte maneira: Um *ato* poderia ser a busca por informações junto às entidades patrimonializadoras sobre como proceder para iniciar a reforma de um imóvel particular. Já uma *atividade* seria a tramitação do projeto da reforma em atendimento às exigências protocolares da política, tanto na prefeitura como no IPHAN, tendo em vista a multiescalaridade do tombamento. Os *significados* envolveriam as trocas de ideias entre vizinhos que já realizaram reformas, para buscar maior esclarecimento acerca das razões da falta de celeridade no posicionamento das entidades fiscalizadoras especialmente quando a reforma

que se deseja implementar está associada a uma benfeitoria sem a qual o imóvel pode oferecer risco de vida aos seus ocupantes. A *participação* seria o monitoramento, via contatos frequentes, da interação entre sujeitos e agentes da fiscalização no despacho da solicitação. As *relações* envolveriam o acionamento do representante da associação dos moradores do sítio tombado que tem assento no conselho curador do Fundo de Preservação do Patrimônio (FUNPATRI), para que intercedesse em favor do reclamante. Seria criada a oportunidade de mobilizar, não apenas aquela associação, mas seriam provocadas discussões entre os membros do conselho no intuito de repensar as falhas decorrentes do descumprimento dos prazos e das normas fixadas por elas mesmas. A *situação*, seria uma consequência esperada diante da ineficiência dos órgãos públicos na execução dos dispositivos normativos da ação preservacionista: a execução da reforma à revelia dos despachos.

Uma pesquisa de abordagem qualitativa prevê, segundo Godoy (1995a) ao citar Bogdan e Biklen (1982), a existência de alguns aspectos essenciais que a identificam como tal.

- i) *A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental.* Ela ressalta a importância do ambiente na configuração da personalidade, problemas e situações de existência do sujeito. O chamado 'ambiente natural' existe, mas seria observado numa perspectiva que o vincula a realidades sociais maiores que integram o fenômeno social concreto. No caso da pesquisa de caráter fenomenológico, o importante é o conteúdo da percepção. Destacamos que ao longo do trabalho, por diversas vezes optamos em não reduzir demasiadamente o tamanho de alguns relatos para que se consiga contextualizar adequadamente o ponto de vista e a visão de mundo do entrevistado.
- ii) *A pesquisa qualitativa é descritiva.* Especialmente quando o suporte teórico está ancorado na fenomenologia, a pesquisa qualitativa mostra-se descritiva pois está impregnada de significados que o ambiente lhe outorga e é produto de uma visão subjetiva. Desta forma, a interpretação surgiria como uma totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um

fenômeno num contexto; não sendo, portanto, vazia, mas coerente, lógica e consistente.

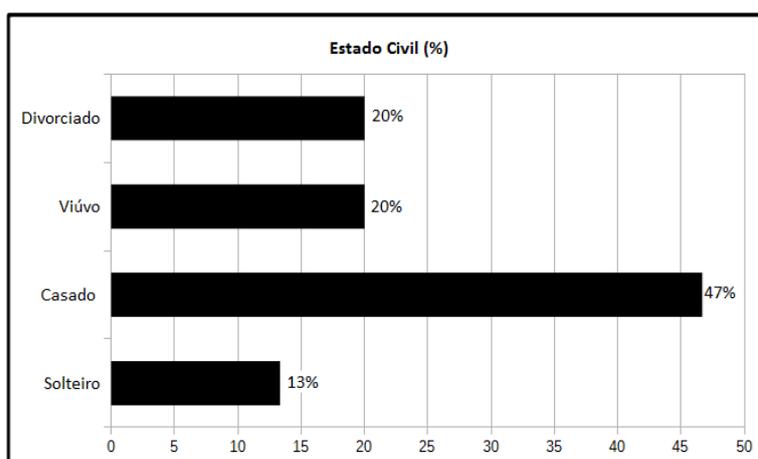
- iii) *Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto.* A investigação histórico-cultural é decisiva no desenvolvimento do fenômeno não só em sua visão atual que orienta o início da análise, como também em sua estrutura íntima e latente, inclusive não visível, para descobrir suas relações e avançar no conhecimento de seus aspectos evolutivos. Por esta razão, o capítulo seguinte prevê um detalhamento da trajetória histórico-cultural do município analisado.
- iv) *O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são a preocupação essencial do investigador.* Ao tentar compreender os fenômenos sob a perspectiva dos participantes, a pesquisa considera todos os pontos de vista como importantes e, assim, esclarece o dinamismo interno das situações.
- v) *Pesquisadores utilizam o enfoque indutivo na análise de seus dados.* Este tipo de pesquisa permite ao pesquisador partir de questões de interesses amplos que vão se tornando mais diretos e específicos ao longo da investigação, incorporando, ademais, o quadro teórico aos poucos, à medida que coleta os dados e os examina. Neste estudo, ampliamos o termo coleta de dados no intuito de incorporarmos as nossas vivências, experiências e percepções em campo.

Para a definição dos sujeitos da pesquisa e dos elementos esclarecedores dos fundamentos da pesquisa qualitativa, foram adotados os escritos de Triviños (1987), Godoy (1995a; 1995b), Chizzotti (2003), além de informações na fase da observação direta que contou com a utilização de caderno de campo, a realização de registros fotográficos e a consulta a alguns dados e documentos cedidos pelo IPHAN, embora nem tudo o que foi solicitado realmente foi disponibilizado.

Foram entrevistados 15 moradores e 13 empresários/autônomos. No caso específico dos moradores, observamos a predominância do sexo feminino (60%) em relação ao masculino (40%). Embora a maior parte dos entrevistados tenha informado que é casada (47%) (Gráfico 1), chamou-nos a atenção a quantidade de pessoas viúvas, solteiras e divorciadas que somadas totalizam 53%, pois estes dados esclarecem os poucos membros que habitam estes imóveis. Segundo as respostas

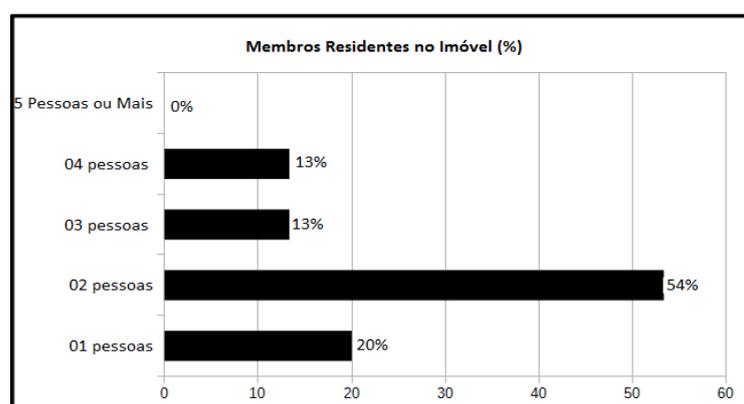
obtidas, em 74% das residências (Gráfico 2) residem apenas 1 ou 2 pessoas, evidenciando um território sem vitalidade, decorrente da diminuição dos núcleos familiares outrora compostos por adultos, filhos e netos. Situação que se confirma ao considerarmos a faixa etária da maioria dos entrevistados, que quando somados revelam que 72% do total de moradores encontra-se na faixa acima dos 56 anos de idade (Gráfico 3). Destacamos também que o nível de escolaridade dos entrevistados no sítio tombado é considerado elevado, pois 60% do total de entrevistados tem o nível superior concluído (Gráfico 4).

Gráfico 1- Estado civil dos moradores do sítio tombado

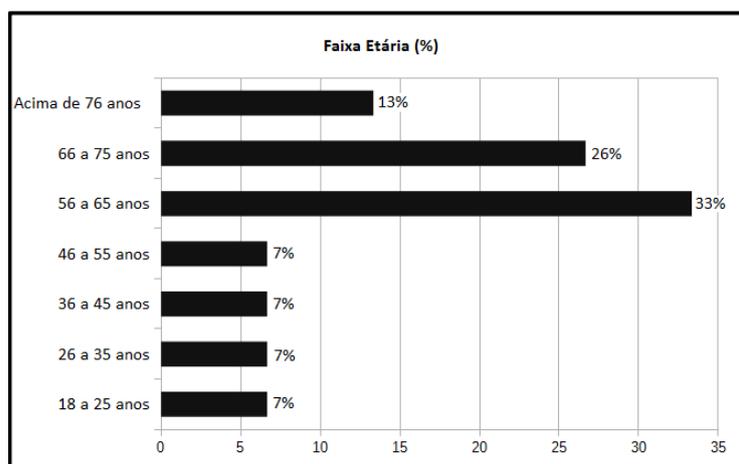


Autor: Matheus A. N. da Gama

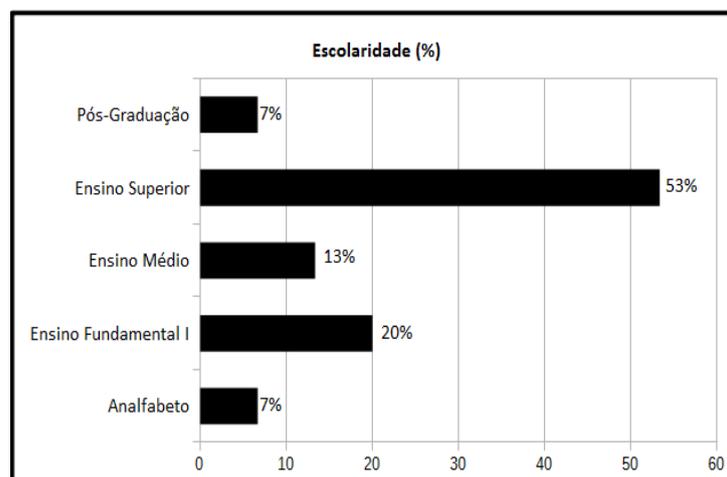
Gráfico 2 - Quantidade de membros residentes no imóvel



Autor: Matheus A. N. da Gama

Gráfico 3 - Faixa etária dos moradores do sítio tombado

Autor: Matheus A. N. da Gama

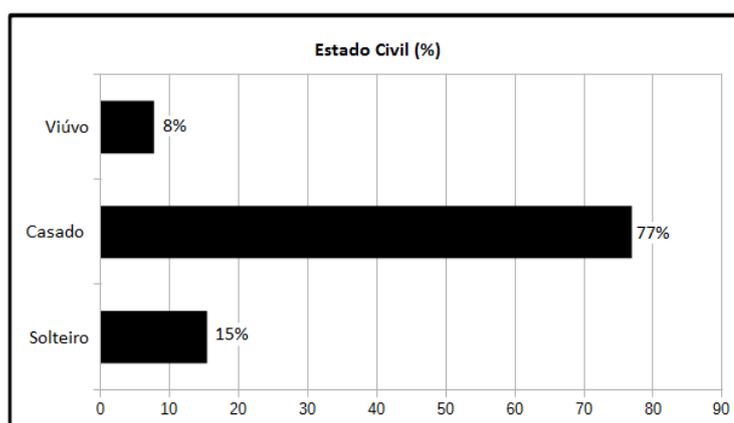
Gráfico 4 – Escolaridade dos moradores do sítio tombado

Autor: Matheus A. N. da Gama

Dos 13 empresários/autônomos entrevistados, destacamos que embora levemente mais equilibrado que os moradores, a maior parte é composta por indivíduos do sexo masculino (54%), sendo que a maioria é casada (77%) (Gráfico 5). O Gráfico 6 mostra que a maior parte dos empreendedores se situa na faixa etária de 46 a 55 anos (54%). Entretanto, ao adicionarmos pessoas pertencente de outras faixas etárias mais avançadas, chegaremos a 85% das pessoas entrevistadas com faixa etária acima dos 46 anos, demonstrando que ao invés de desacelerarem o ritmo de trabalho, na verdade o mantém. Nenhum entrevistado enquadrrou-se na faixa dos 26 aos 35 anos, o que sugere que os adultos jovens não estão vendo oportunidades de inserção atraentes em negócios relacionados direta ou indiretamente com o turismo,

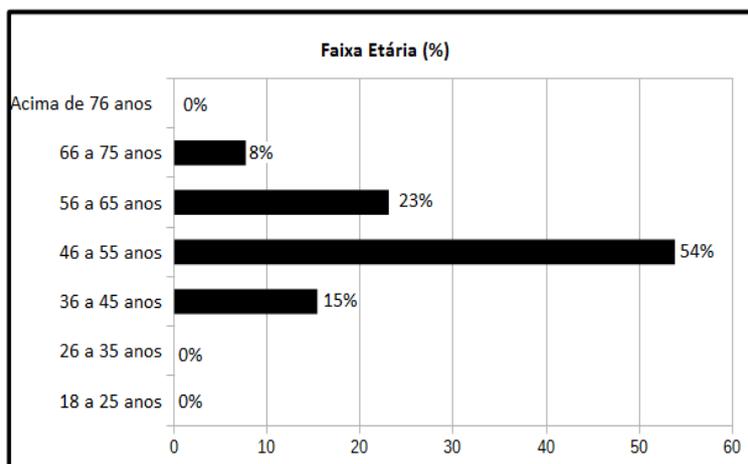
já que a patrimonialização busca se realizar principalmente neste setor. Quanto ao nível de escolaridade (Gráfico 7), embora 46% dos entrevistados tenham nível superior, o quantitativo de 38% de empreendedores apenas com o nível fundamental pode sinalizar para a importância de uma maior qualificação em seus respectivos ramos de atuação.

Gráfico 5 - Estado civil dos empresários/autônomos do sítio tombado

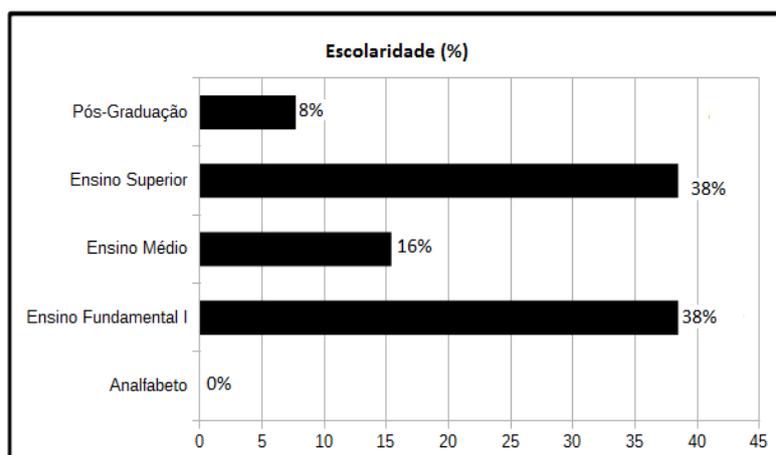


Autor: Matheus A. N. da Gama

Gráfico 6 - Faixa etária dos empresários/autônomos do sítio tombado



Autor: Matheus A. N. da Gama

Gráfico 7 – Escolaridade dos empresários/autônomos do sítio tombado

Autor: Matheus A. N. da Gama

A definição da amostra desta pesquisa baseou-se em seu caráter proposital ou intencional (não-probabilística) que tem na compreensão de Dourado (2014, p. 55) tomando Turato (2003, p. 357) como referência, “[...] aquela de escolha deliberada de respondentes, sujeitos ou ambientes, oposta à amostragem estatística, preocupada com a representatividade de uma amostra em relação à população total [...]”. No caso da população do sítio tombado, especialmente os empresários/autônomos, adotamos apenas esta estratégia de amostragem e optamos pela maior concentração de entrevistas na área comercial e de serviços que fica no núcleo original do povoamento de Penedo, mais próximo à orla do rio São Francisco. Fomos diminuindo a quantidade de entrevistas na medida em que nos distanciávamos da orla e adentrávamos na área predominantemente residencial.

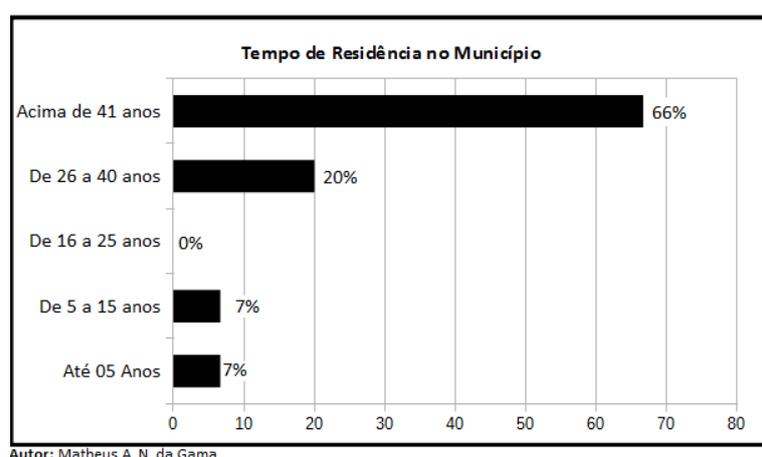
Nesta área adicionamos à amostragem não-probabilística uma adaptação da técnica bola de neve que nos permitiu, de maneira mais informal entrevistar os moradores. A bola de neve pode ser descrita como “uma técnica que busca encontrar respondentes para pesquisas. Um respondente diz ao pesquisador o nome de outro respondente, que por sua vez, indica o nome de um terceiro respondente, e assim vai” (ATKINSON, R.; FLINT, J., 2001, p. 02). Fizemos a adaptação no intuito de minimizar um risco comum nesta técnica que é a tendência dos respondentes fazerem indicações de outros respondentes, tomando como referência a subjetividade e/ou proximidade com os respondentes anteriores, podendo sugerir maior convergência de opiniões e comprometer a sua diversidade.

Assim, selecionamos apenas um respondente principal para nos indicar os demais. Nas ruas nas quais foram realizadas uma única entrevista, esta deveria ser aplicada com moradores que lá residissem há pelo menos 20 anos, recorte que se refere ao tempo de tombamento de Penedo a nível nacional. As ruas onde foram realizadas apenas uma entrevista foram aquelas onde contabilizamos ao longo das nossas incursões ao município durante a etapa de observação, menos de 50 imóveis com funções residenciais e aparentemente ocupados⁴.

No caso de ruas com um quantitativo superior, foi solicitado ao morador que indicasse outro morador que residisse há menos de 10 anos naquela rua. Buscamos com isso observar eventuais diferenças na relação dos moradores com o patrimônio edificado antes e após o tombamento do sítio.

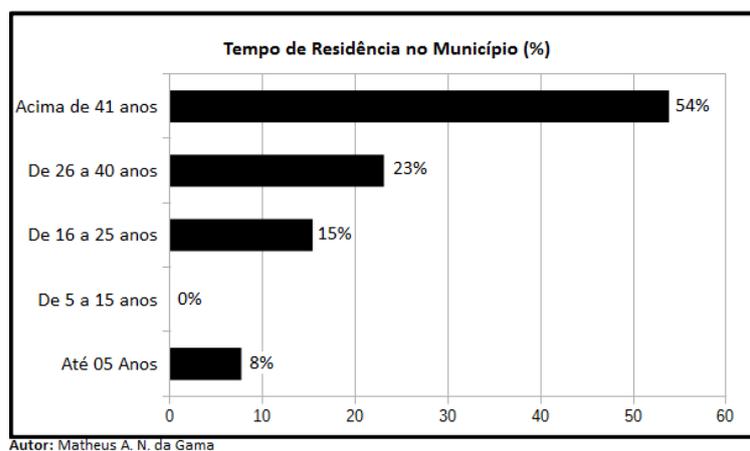
No primeiro caso, quase 90 % deles residiam no sítio tombado há mais de 25 anos (Gráfico 8). Deste total, a maioria (66%) reside há mais de 40 anos, havendo casos de entrevistados que residem no imóvel desde o seu nascimento. No caso dos empresários/autônomos, o Gráfico 9 aponta que 77% deles residem em Penedo há mais de 26 anos, evidenciando que o primeiro tombamento ocorrido em 1986, portanto, há quase 30 anos não suscitou o interesse de investidores de fora do município na velocidade esperada pela patrimonialização.

Gráfico 8 - Tempo de residência do morador do sítio tombado



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

⁴ Ressaltamos que o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SICG) do IPHAN foi concluído 6 meses após a realização das nossas entrevistas e, portanto, reconhecemos que pode haver contrastes na quantificação e qualificação destes imóveis.

Gráfico 9 - Tempo de residência do empresário/autônomo no sítio tombado

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Escolhemos uma pessoa que é, ao mesmo tempo, morador antigo e que exerce um ofício como autônomo no sítio tombado, um artista plástico bem querido e conhecido no município, que aceitou ser a pessoa a indicar todos os respondentes às entrevistas, segundo os critérios explanados anteriormente. Foi uma escolha acertada haja vista que a menção ao nome do artista de fato permitiu o nosso ingresso no interior das residências sem desconfianças, mesmo quando ele não podia nos acompanhar. Em alguns momentos ele fez questão de se fazer presente pois parecia que ali se apresentava mais uma chance de conhecer melhor os seus vizinhos em sua intimidade.

Além das entrevistas, outra técnica adotada para a ampliação do escopo da pesquisa de modo a permitir maior imersão no cotidiano do sítio tombado foi o registro das informações no diário de campo. Este recurso permitiu a liberdade para a fluência das ideias, para o registro íntimo que acompanha as impressões pessoais, os fatos banais e inusitados. Ele acolhe e condensa reflexões acerca do visível, pois “[...] ao descrever fatos, situações, gestos e acontecimentos sobre uma realidade conhecida e mediada pela teoria, já está realizando um processo interpretativo, pois no Diário de Campo os fatos são narrados numa perspectiva que foge ao senso comum – científica, portanto” (LOPES, 2002, p. 134).

A observação também se constituiu como técnica de pesquisa em meio aos procedimentos metodológicos adotados e reconhecidos como fundamentais. Para observar, o tempo deve ser visto como aliado, os sentidos devem ser aguçados e

orientados para captar movimentos, reações, atos que se oferecem a todo o momento para aqueles “com olhos de ver e ouvidos de ouvir”. A observação pode ser compreendida também pela sua flexibilidade e assim, pode assumir a condição de observação não estruturada e estruturada. Em nossa pesquisa privilegiamos a observação estruturada, em que os comportamentos observados obedecem a uma forma sistematizada de registro, construída a partir das categorias de observação que responderão os objetivos da pesquisa.

A observação, portanto, vem acompanhada de vantagens realçadas por Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p. 164):

- a) Independe do nível de conhecimento ou da capacidade verbal dos sujeitos;
- b) Permite ‘checar’, na prática a sinceridade de certas respostas que, às vezes, são dadas só para ‘causar boa impressão’;
- c) Permite identificar comportamentos não-intencionais ou inconscientes e explorar tópicos que os informantes não se sentem à vontade para discutir;
- d) Permite o registro do comportamento em seu contexto temporal-espacial

Nas etapas iniciais de realização da pesquisa, quando ainda residente no sítio tombado, podemos afirmar que ali travávamos com o lugar uma relação de vivências fecundas que, metodologicamente, nominaríamos de observação participante.

A própria relação interpessoal e o próprio dado da subjetividade são partes de um método de trabalho, por isso que a gente vai falar em observação participante; que vai falar, numa outra dimensão, em pesquisa participante; vai falar em envolvimento pessoal do pesquisador com as pessoas, com o contexto da pesquisa e assim por diante, como dados do próprio trabalho científico (BRANDÃO, 1984, p. 12)

A emigração de Penedo converteu a nossa observação participante em observação não participante, técnica na qual o pesquisador mantém o contato com a comunidade, mas não mais se integra a ela, “[...] presencia o fato mas não participa dele; não se deixa envolver pelas situações; faz mais o papel de espectador” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 176). Isto não implica na perda de objetividade da observação, como se não tivesse um fim determinado.

Partindo destas considerações, a observação do lugar de estudo se fez baseada em um roteiro (Apêndice A) apoiado nos elementos que buscamos perceber como genericamente integrantes da paisagem:

- a) Os aspectos da paisagem relevantes na composição da memória afetiva;
- b) A organização geral da rua, monumentos e edificações definidores de valores estéticos;
- c) Infraestrutura, serviços públicos e outros elementos indicativos da presença do Estado;
- d) Atividades de lazer e outros tipos de sociabilidade;
- e) Composição etária da população da área estudada;
- f) Elementos da vida cotidiana.

A etapa da observação direta não aconteceu em uma única ocasião. Seríamos incapazes de seguir apreendendo a dinâmica da cidade em uma única incursão. Os vários deslocamentos realizados a Penedo para fins de coleta de dados primários e secundários, eram sempre um momento de renovação do olhar e de reconhecimentos ou estranhamentos expressos nas paisagens móveis. Curiosamente, o sítio tombado, aquele no qual vivemos e cujas características mais marcantes eram a calma, a estabilidade, uma tranquilidade até enfadonha de tão previsível, cobrava-nos deslocamentos quase mensais no intuito de acompanharmos a sua transformação/refuncionalização.

Brandão (1984) observa que na perspectiva antropológica, o trabalho de campo é uma vivência, ele ultrapassa o puro ato do conhecimento científico. Através da vivência se concretizam as relações que produzem o conhecimento, aquelas que são oriundas do encontro de diversas categorias de pessoas. Cada (re)encontro com a cidade e os seus cidadãos, quer nos fossem anônimos ou familiares, estava sempre envolto em expectativas e repleto de curiosidade. Este entendimento do trabalho de campo como vivência é uma assertiva que se aplica bem à geografia, especialmente a de abordagem cultural.

Desta forma, os registros fotográficos e as observações diretas ocorreram ao longo do ano de 2015 nos meses de maio a novembro. Em 2016, foi realizado um último deslocamento no mês de abril.

O desenvolvimento da pesquisa demandou a coleta de dados oriundos de fontes primárias e secundárias. Neste último caso, a pesquisa documental foi útil no tocante ao acesso às informações relacionadas à trajetória das ações preservacionistas em Penedo. Coletamos informações no IPHAN relativos aos projetos de reabilitação urbana e de restauro concluídos e em andamento no município tais como: *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG: conhecimento e cadastro*⁵, uma espécie de inventário dos imóveis do sítio tombado de Penedo, executado pela consultoria Oficina de Projetos contratada pelo IPHAN; relatório final da pesquisa *Políticas Públicas de Turismo e Cultura: avaliação do Programa Monumenta em Penedo-AL, a partir das representações sociais da população local*⁶ e o dossiê digitalizado do tombamento de Penedo a nível federal e a nível estadual. Também foram realizadas pesquisas no banco de dissertações e teses Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFS.

A pesquisa documental, segundo Godoy (1995b), permite o acesso ao exame de materiais que ainda não foram tratados analiticamente ou que podem ser reexaminados na busca por informações complementares. Além do mais, são percebidos como uma fonte não-reativa, que garante a estabilidade das informações durante longos períodos de tempo e são passíveis de geração de séries históricas bastante úteis na compreensão do comportamento do fenômeno ao longo do tempo.

Ainda no tocante à coleta dos dados secundários foram feitas pesquisas no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), onde pudemos adquirir todas as suas revistas publicadas desde 1872 em formato digital. Pesquisamos também no acervo da Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos, reinaugurada em meados de 2015 que possui obras raras sobre Alagoas e Penedo. A Universidade Federal de Alagoas, Campus Maceió, também foi fonte de pesquisa em duas frentes: através do acervo da sua biblioteca central e também das informações

⁵ Trata-se de um instrumento pioneiro na gestão das ações preservacionistas no município e foi concluído em dezembro de 2015, embora ainda não esteja disponível ao público por questões de natureza burocrática, mas em vias de equacionamento.

⁶ Relatório final da pesquisa realizada pela Professora Dra. Silvana Pirillo Ramos, docente do Curso de Turismo da Universidade Federal de Alagoas, apresentado em dezembro/2014 e financiado com recursos do Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 18/2012.

e publicações gentilmente fornecidas pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UFAL)⁷.

Percebemos a necessidade de realizar algumas pesquisas adicionais sobre a presença dos franciscanos em Penedo e, diante da falta de informações documentais no Convento e Igreja Franciscana da Senhora dos Anjos neste município, dirigimo-nos ao Convento Franciscano em Recife-Pernambuco⁸. A pesquisa no Memorial Franciscano ocorreu sob a supervisão do Frei Roberto Soares, responsável pela seleção do material de pesquisa e redator das Crônicas, espécie de relatório mensal das atividades realizadas no convento pernambucano. Tivemos como objetivo levantar informações sobre a participação da Ordem Franciscana no ordenamento do território penedense e na definição das regras de conduta e comportamentais desta sociedade. O convento em Pernambuco também reúne informações acerca desta Ordem nos estados de Alagoas, Sergipe e Bahia e encontram-se em Pernambuco como consequência do projeto de resgate documental em curso.

Os levantamentos bibliográficos no município de Penedo estiveram restritos à Casa do Patrimônio do IPHAN criada em julho de 2014, que disponibiliza na forma de exposição permanente, informações importantes sobre a trajetória histórica de Penedo e os seus principais fatos socioculturais e político-econômicos. Outrossim, presta relevante contribuição por ter instituído uma espécie de “cabine da memória” onde as pessoas podem registrar as suas vivências com Penedo no formato de depoimentos filmados. Ali, pudemos assistir alguns depoimentos de professores, pesquisadores, museólogos, cineastas, pescadores e vigilantes. Outra fonte de informações foi o Museu do Paço Imperial que abriga no seu interior o Memorial Raimundo Marinho⁹, ex-prefeito de Penedo e, embora já falecido, é lembrado pela população como “o melhor prefeito que Penedo já teve”.

Por outro lado, fazemos aqui um registro da impossibilidade de realização da pesquisa na biblioteca da Fundação Casa do Penedo, por questões burocráticas da

⁷ Grupo de pesquisa coordenado pela Prof^a Dra. Maria Angélica da Silva. Maiores informações no *site* <http://www.fau.ufal.br/grupopesquisa/estudosdapaisagem/estudos-da-paisagem/>.

⁸ Estas pesquisas ocorreram em setembro/2015.

⁹ Raimundo Marinho foi prefeito de Penedo nas gestões de 1961-1965, 1970-1973 e 1976-1980.

gestão da casa que é particular, cerceando o acesso a um acervo de mais de 100 mil volumes entre periódicos, postais, livros, revistas, fotografias, material informativo de extrema utilidade para os pesquisadores que desejem se debruçar sobre Penedo e a região do Baixo São Francisco.

Podemos dividir duas fases do processo de coleta de dados primários: visitas ao município de Penedo durante o período de observação, não mais como moradora-pesquisadora mas apenas como pesquisadora, o que deixou mais nítida a necessária posição de distanciamento do objeto mesmo que não tenha significado uma imparcialidade absoluta¹⁰. Foram necessários alguns deslocamentos para Penedo a fim de realizarmos as entrevistas semiestruturadas com os moradores do sítio tombado, os empresários/autônomos, e Maceió, com os gestores públicos e outras representações.

A entrevista semiestruturada favorece a coleta de dados em profundidade e mostra-se como técnica adequada para a obtenção de dados sobre a diversidade dos aspectos da vida social (GIL, 1999). A modalidade que utilizamos foi a entrevista face a face, que permitiu o encontro entre entrevistador e entrevistado e possibilitou além das influências verbais, o afloramento das influências não verbais (pausas, silêncios, movimentos corporais, volume e tom de voz), e também as expressões decorrentes das reações faciais do entrevistado. De acordo com Fraser e Gondim (2004, p. 145) a pesquisa semiestruturada “procura ampliar o papel do entrevistado ao fazer com que o pesquisador mantenha uma postura de abertura no processo de interação, evitando restringir-se às perguntas pré-definidas, de forma que a palavra do entrevistado possa encontrar brechas para sua expressão”.

Neste tipo de entrevista, é comum que a abordagem dos temas e objetivos de pesquisa se faça a partir da estruturação do roteiro em tópicos, para melhor orientar a condução da entrevista sem que este procedimento implique na eliminação do aprofundamento necessário ao esclarecimento do fenômeno. Foram concebidos dois roteiros de entrevistas para sujeitos sociais distintos, mas algumas perguntas eram idênticas quando a intenção era confrontar as percepções acerca dos projetos de

¹⁰ No início da coleta dos dados primários, fui redistribuída para a Universidade Federal de Sergipe, onde assumi vaga como professora do curso de Turismo desta IFES.

intervenção urbana e as relações com os órgãos e entidades preservacionistas. Assim sendo, foi elaborado um roteiro de entrevistas (Apêndice B) destinado aos moradores e empresários/autônomos do sítio histórico tombado, elaborado em conformidade com os objetivos da pesquisa e obedeceu a seguinte estrutura:

- i) Os sujeitos: identificação objetiva do perfil dos entrevistados;
- ii) O indivíduo: a história de vida e as relações com o município, o viver atualmente em Penedo e no sítio histórico tombado e as mudanças ao longo do tempo;
- iii) Valores na conservação da paisagem de Penedo: as vantagens de morar/trabalhar em um sítio tombado, sentimentos topofílicos e topofóbicos com o município e com o perímetro tombado, os geossímbolos e seus significados;
- iv) Território: convivência com o turismo, com as festas e a feira livre no sítio tombado, percepção da política preservacionista, disputa de poder entre a população atingida pela patrimonialização e os seus agentes, conflitos sobre a autonomia na posse de imóvel na área tombada;

O segundo roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice C) foi concebido especificamente para os agentes da patrimonialização, que envolvem os responsáveis pela implementação da política preservacionista em Penedo (órgãos públicos e o FUNPATRI). Entrevistamos o presidente do conselho e alguns membros representativos das entidades do terceiro setor no FUNPATRI, totalizando 09 entrevistados, contemplando os seguintes assuntos:

- i) Atuação em Penedo: atribuições da entidade, associadas à gestão do sítio tombado, marcos temporais e rotina de trabalho da entidade;
- ii) Interfaces da patrimonialização: ações principais da política preservacionista, investimentos realizados na requalificação do sítio histórico, obstáculos à concretização e sustentabilidade das ações preservacionistas, relacionamento com a população do sítio tombado e com as demais entidades e instâncias de fiscalização e gestão e percepção dos conflitos relacionados ao turismo, às festas e à feira livre dentro do sítio tombado;

iii) De 1996 aos dias atuais - marcos e mudanças: auto-avaliação de desempenho na implementação da política preservacionista.

Ao longo da nossa pesquisa, sentimos a necessidade de frequentarmos algumas reuniões do FUNPATRI (quadro 1). Inicialmente esta entidade não foi incluída na pesquisa pois ignorávamos a sua existência¹¹. Ela foi criada em 2003 como exigência do convênio firmado entre as agências multilaterais, o governo brasileiro e a instância municipal para a implementação do Programa Monumenta, que será detalhado mais adiante sub-capítulo 3.3.1.

Salientamos uma particularidade na atual composição do conselho curador do FUNPATRI em Penedo que diz respeito ao entrelaçamento das relações familiares ali presentes e que, ao nosso ver, podem vir a comprometer o livre ato de expressão de eventuais discordâncias, fortalecendo um certo 'corporativismo'. O atual presidente do conselho é casado com a representante do sindicato dos comerciários. Além disso, um secretário municipal é casado com a presidente de uma associação que consta como suplente no conselho.

¹¹ A criação de um Fundo de Preservação do Patrimônio é uma exigência para todas as cidades-patrimônio contempladas com recursos do Programa Monumenta/BID.

Quadro 1 - Registro Fotográfico das reuniões do FUNPATRI

Mês de Julho/2015	
	
Total de 8 participantes (presença do IPHAN)	Comparecimento de 1 observador
Mês de Agosto/2015	
	
Total de 5 membros (ausência do Iphan)	Comparecimento de 1 observador
Mês de Setembro/2015	
	
Total de 5 membros (ausência do IPHAN)	
Mês de Outubro/2015	
	
Total de 8 membros (ausência do IPHAN)	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira.

Nunca havíamos ouvido qualquer chamada nos meios de comunicação locais convocando os ocupantes para debaterem os assuntos do cotidiano de um sítio

tombado. Fomos informados da sua existência através do citado relatório produzido pela prof^a Dr^a Silvana Pirillo Ramos acerca das ações do Programa Monumenta em Penedo, e resolvemos incluí-lo como ator relevante no nosso trabalho pelo fato de entendermos que a sua função de espaço de debates e reflexões de assuntos de interesse de uma coletividade, que deveria envolver os sujeitos desta pesquisa, era fundamental. Participamos de quatro reuniões consecutivas, que ocorrem sempre nas últimas quartas-feiras de cada mês às 10h da manhã, entre os meses de julho e outubro de 2015. Nestas ocasiões ficou evidente a existência de conflitos e divergências acerca do papel da entidade após finalizado o Programa Monumenta e da concepção de patrimônio e preservação que norteiam as suas ações.

Merece destaque o fato de nestas quatro reuniões que presenciamos como observadora, o IPHAN ter comparecido apenas à reunião do mês de julho/2015. Em uma conjuntura de crise econômica é provável que tenham sido limitados os recursos com combustível e diárias dos funcionários, mas ainda assim, interpretamos a sua ausência como uma das razões esclarecedoras do desgaste existente entre esta entidade e boa parte da população do sítio tombado, já que inexistente um escritório do órgão no município e sobram dúvidas e pedidos de esclarecimento da população.

1.5 As múltiplas falas da pesquisa

O alcance dos objetivos deste trabalho demandou a realização de entrevistas semiestruturadas ou sem roteiro pré-estabelecido com distintos interlocutores, gerando um volume de informações elevado e diversificado. Optamos ao final deste trabalho (APÊNDICE E) homenagearmos os moradores entrevistados inserindo o extrato dos fragmentos das memórias de ao menos um deles que, como os demais, confiou-nos particularidades da sua vida íntima à nossa pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa, como já afirmamos anteriormente, constituíram-se de moradores do sítio tombado e empresários ou profissionais autônomos que atuam neste território patrimonializado e mantêm com ele vínculos de natureza econômico-cultural. Alguns trechos muito curtos das suas falas, foram propositadamente destacados dos parágrafos para evidenciar um padrão de percepção.

Entrevistamos empresários do setor de hospedagem, de gastronomia, artesãos e artistas plásticos, pescador, feirante e professor de música. Apresentamos a seguir não apenas as ruas e logradouros selecionados, mas também a quantidade de entrevistas realizadas em cada um (a) deles(as) (Quadro 2).

Quadro 2 - Quantidade de moradores entrevistados por rua ou logradouro

Ruas	Quantidade de entrevistados
Rua Dâmaso do Monte	01
Rua Sete de Setembro	01
Rua Fernando de Barros	01
Rua Jonas Batinga	01
Rua João Pessoa	02
Rua Barão do Rio Branco	02
Av. Getúlio Vargas	02
Praça Jácome Calheiros	01
Praça Padre Veríssimo	01
Praça Frei Camilo Lélis	01
Praça Marechal Deodoro	02
Total de Entrevistados	15

Org.: SILVA, Daniella Pereira de Souza, 2016.

Na sequência, listamos os empresários/autônomos que complementaram os sujeitos entrevistados e destacamos as respectivas áreas de atuação. Buscamos uma representatividade heterogênea da atuação profissional pois é esperado que nem todos percebam o processo patrimonializador a partir de expectativas semelhantes de ganhos ou da natureza e intensidade dos conflitos (Quadro 3).

Quadro 3 - Quantidade de empresários/autônomos entrevistados e seus respectivos ramos de atuação

Ramos de Atuação	Quantidade de Entrevistados
Dono de restaurante	03
Professor de música	01
Artesãos/Artistas plásticos	05
Dono de hotel/pousada	02
Feirante	01
Pescador	01
Total	13

Org.: SILVA, Daniella Pereira de Souza, 2016.

Integrantes de órgãos públicos, percebidos neste trabalho como agentes da patrimonialização, foram entrevistados e analisados sob a perspectiva das condutas (ação e comportamento), dos mecanismos adotados (procedimentos) e das relações travadas (tratamento), geradoras de inúmeros conflitos com a população do sítio histórico tombado, durante as reuniões do FUNPATRI e na análise da relação multiescala, pois na gestão deste sítio estão envolvidas a três esferas da gestão pública e suas respectivas responsabilidades (Quadro 4).

Quadro 4 - Entrevistas com Gestores Públicos

Gestores Públicos	Quantidade de Entrevistados
Municipal: Secretaria de Infraestrutura e Obras (SEINFRO)	01
Estadual: Secretaria de Estado da Cultura (Pró-Memória)	01
Federal: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	01
Total	03

Org.: SILVA, Daniella Pereira de Souza, 2016.

No caso da entrevista com o IPHAN ocorrida em Maceió, sentimo-nos no dever de ressaltar os obstáculos à sua realização e que de certa forma torna

compreensível o sentimento de frustração e descaso que captamos vindo da população penedense na sua relação com este órgão. É importante que esforços no sentido de aprimorar a comunicação não apenas com os pesquisadores, mas principalmente com os cidadãos constem das preocupações deste renomado órgão, de modo a evitar que agendamentos prévios de entrevistas venham acompanhados de cancelamentos sucessivos e abruptos, como ocorreu em 3 tentativas frustradas com o Chefe de Fiscalização. O IPHAN foi, portanto, a última entidade a conceder entrevista para esta pesquisa em outubro/2015, gentilmente respondida pela fiscal e chefe de serviço responsável pelo sítio de Penedo, subordinada ao Chefe de Fiscalização.

Outras entrevistas foram consideradas relevantes para os propósitos da pesquisa (Quadro 5). Foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas com membros do FUNPATRI e, entre elas, incluímos o presidente do conselho curador que é o atual Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente. Também foram realizadas três entrevistas de abordagem livre, sem estrutura definida e entendidas como fundamentais pois são representações importantes no tocante à trajetória do início dos programas de reabilitação urbana em Penedo e a terceira pessoa foi um historiador penedense que nos trouxe a sua percepção contextualizada sobre a trajetória social, política, econômica e moral da atual Penedo, em comparação com o seu passado¹².

Foram entrevistadas duas arquitetas que se conhecem e fizeram especialização em Salvador-BA na área de conservação e restauração de imóveis de patrimônio edificado. Uma delas é ex-diretora do Pró-Memória e esteve representando a Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas no tocante às atribuições da política preservacionista, que envolvem o tombamento e a fiscalização durante 11 anos, finalizando a sua atuação em 2015. A segunda entrevistada trabalhou como consultora e acompanhou as obras do Programa Monumenta pelo IPHAN que se desenvolveram no período de 2002 a 2010, como veremos detalhadamente no sub-capítulo 3.3. Entretanto, ao se desvincular da consultoria passou a integrar a Unidade

¹² Funcionário público, é professor de história nos Estados de Alagoas e Sergipe, sendo também poeta e membro da Academia Penedense de Letras, Artes, Cultura e Ciências.

Executora do Projeto (UEP) do Programa Monumenta como contratada da Prefeitura Municipal de Penedo. Parte dos projetos de restauro executados no município pelo PAC2 são de sua autoria.

Quadro 5 – Quantidade de representações entrevistadas

Com Roteiro	Quantidade de Entrevistados
Fundo de Preservação do Patrimônio (FUNPATRI)	06
Abordagem Livre	
Ex-diretora do Pró-Memória	01
Ex-Arquiteta do Programa Monumenta	01
Historiador, professor e poeta penedense	01
Total	09

Org.: SILVA, Daniella Pereira de Souza, 2016.

Finalmente, no Quadro 6 apresentamos o resumo do total de entrevistas realizadas nesta pesquisa.

Quadro 6 - Resumo do total de entrevistas realizadas com sujeitos, atores e outras representações

Categorias	Quantidade de Entrevistas
Moradores	15
Empresários/autônomos	13
Gestores Públicos	03
Representações	09
Total	40

Org.: SILVA, Daniella Pereira de Souza, 2016.

Após a realização das entrevistas, foram necessários aproximadamente 3 meses para a finalização da transcrição das falas, sendo esta a etapa mais longa do trabalho. A sua transcrição foi feita de modo literal, privilegiando na escrita aspectos como pronúncia e contração de vocábulos. Em todos os casos, optamos pela não

identificação dos entrevistados, mas organizamos a diversidade de sujeitos, atores e representações entrevistadas da seguinte maneira:

- g) Para o morador, priorizamos o gênero, seguido da idade e do nome da rua ou logradouro onde reside. Ex: F, 37 anos, Pça. Mal. Deodoro.
- ii) Para o empresário/autônomo, enfatizamos primeiro o gênero, seguido da idade e do ramo de atuação no sítio tombado de Penedo. Ex: M, 50 anos, artesão.
- iii) No caso dos gestores públicos, utilizamos apenas o órgão ao qual se vincula. Ex: IPHAN.
- iv) As demais representações estão identificadas pelo vínculo mantido atualmente ou no passado com o município. Ex: Funpatri.

Finalmente, foram adotadas algumas normas no ato da transcrição das entrevistas para facilitar a compreensão e contextualização das/nas falas (Quadro 7).

Quadro 7 - Normas adotadas para a transcrição das entrevistas

Ocorrências	Sinais	Exemplos
Pausas	...	<i>Você tinha prazer de sair... até mesmo com a família.</i>
Supressão de falas	(...)	<i>dia Sete de Setembro que tá tendo desfile por toda rua aqui. (...) Carnaval, tudo passa aqui.</i>
Complemento de fala	[]	<i>(...) começava ali no [Supermercado] Kibarato.</i>
Contração de expressão	/	<i>Né (NÃO É). Sempre vou aqui pra Igreja, essa primeira aqui, a São Gonçalo n/é?</i>
Comentários do analista	(risos)	<i>A gente dizia que ia fazer um trabalho de escola, uma coisa assim, sabe? (risos)</i>
Manutenção do anonimato de pessoas/estabelecimentos da cidade citados pelo entrevistado	_____	<i>João do Rio. Enquanto que outras pessoas, como _____, tirou porta, botou porta no prédio dele e ficou tudo tranquilo.</i>

Fonte: Adaptado de Dourado (2013) apud Fernandes (2007).

Org.: SILVA, Daniella Pereira de Souza (2016)



Fonte: <http://luizsaviodealmeida.blogspot.com.br/search?q=bianca>

PENEDO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS



Fonte: <http://reporteralagoas.com.br/novo/wp-content/uploads/2014/05/a-001.jpg>

2 PENEDO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

“Penedo tem o privilégio de ser quase emoldurada pelo São Francisco. É uma gota de terra que avança para o rio. Então, é quase cercada pelas águas do São Francisco. Esse privilégio fez de Penedo um centro paisagístico de primeira grandeza. (...) Quando se está em terra, tem-se o acervo colonial e neoclássico dos melhores do Brasil. O rio corria largo. O rio da minha infância e de antes da minha infância era um rio largo, de águas profundas (...)”.

(Depoimento gravado pela museóloga penedense Carmem Lúcia Dantas na Casa do Patrimônio de Penedo/IPHAN)

O presente capítulo pretende ser uma viagem pelo tempo e através do espaço. Partimos do pressuposto de que é impossível compreender como se constroem as relações entre as pessoas e o município onde moram, entre as pessoas e a política de patrimonialização sem que o nosso olhar, o nosso refletir, o nosso compreender seja regido pela alteridade. Temos como princípio norteador não sabermos o que é melhor para os ocupantes do sítio tombado de Penedo. Assumimos o compromisso de percebermos o outro como o outro, o outro na sua relação cotidiana com uma cidade em permanente reinvenção, vivaz e dinâmica. Por esta razão é que pretendemos contextualizar Penedo. A sua condição de município histórico tombado a nível nacional não o coloca no mesmo patamar das demais cidades agraciadas com este título. Pelo fato de se tratar de Penedo e não de Ouro Preto¹³, é que temos a diferenciação, a especificidade. Assim, não o fazemos sem pedirmos desculpas aos penedenses e amantes desta cidade ribeirinha pelas lacunas inevitáveis ou pela narrativa extensa, pois sabemos que sintetizar 379 anos de trajetória é um esforço hercúleo. Entretanto, só nos é possível compreender e explicar o que nos propomos por meio desta imersão que, como observou Santos (2008a, p. 66) nenhum estudo podia começar sem “[...] alusão à história da cidade,

¹³ Ouro Preto-MG, foi uma das primeiras cidades brasileiras beneficiadas com medidas protetivas a exemplo do tombamento, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1938, em um período em que o barroco mineiro foi eleito como símbolo da civilização brasileira e expressão da totalidade do país.

às vezes até de forma abusiva. Sem essa preocupação de contar o que foi o seu passado, era[é] impossível abordar esta ou aquela cidade” e assim, ao deixarmos de compreender como as cidades se criam, conservamo-nos na crítica superficial sobre a aparência adquirida na atualidade. Dividimos este capítulo em 4 seções: i) Princípios da ocupação; ii) De feitoria à cidade; iii) O impulso desenvolvimentista e os reveses da sua centralidade regional; iv) Tempos nostálgicos.

2.1 Princípios da ocupação

Divaguemos sobre o rio ou sobre a cidade? É possível refletir sobre o primeiro desconsiderando o segundo? Opará ou Opara, não importa como os autores escrevem em suas obras. Importa saber que era assim que os primeiros povoadores da região onde encontra-se Penedo referiam-se ao rio São Francisco. Foi durante as pioneiras expedições exploratórias costeiras com vistas ao reconhecimento das terras recém encontradas, que a comitiva de Américo Vespúcio se deparou com a desembocadura do majestoso rio. Era 04 de outubro de 1501 e, uma vez que cada novo ponto alcançado pela expedição recebia costumeiramente o nome do santo do dia ou da festa litúrgica religiosa, foi assim que o Opara indígena se transformou no São Francisco europeu.

O rio São Francisco desempenhou papel fundamental na organização do espaço penedense e de todo o seu raio de influência, pois foi a partir dele que se desenvolveu toda a ocupação humana do seu núcleo primitivo, de que a paisagem tombada é testemunha. É o São Francisco que define os limites territoriais ao sul do Estado de Alagoas, separando-o de Sergipe. O relevo acidentado sobre o qual assentou-se a histórica cidade alagoana inclui o acidente geográfico que lhe dá nome, Penedo. É partindo das margens do São Francisco para o interior, ocupando estratégica e simultaneamente a planície fluvial e o rochedo, que teve início a ocupação europeia do que viria a ser Penedo.

Inserir-se em um contexto de incertezas a época em que a cidade teria sido fundada, se em 1522, 1535, 1545, 1557 ou 1560 (ALTAVILA, 1988). A ausência de documentos precisos impede o consenso entre os historiadores. Por outro lado, Lima (1992) insiste em contrariar estes cientistas e sugere que Penedo talvez tenha tido os

rudimentos da sua ocupação em período ainda mais precoce, já em 1520 quiçá 1506, como consequência das vantagens da sua localização geográfica, pois se situa:

[...] no limite da 'maré dinâmica' a cavaleiro do leito do rio, nos penhascos do arenito Cretáceo da Formação Japoatão em um sítio ideal para o embarque dos produtos da terra. É um porto fluvial resguardado dos embates das ondas e meio escondido, nos limites da mata tropical, após o delta do São Francisco, de superfície arenosa, em que as aluviões argilosas, ampliando as ilhas e os terraços fluvio-marinhos, alarga-se a vegetação raquítica das restingas (LIMA, 1992, p. 26).

É certo, no entanto, que não houve descaso por parte do governo português sobre os seus recentes domínios em além-mar. Expedições preliminares nos primeiros 30 anos contados a partir da chegada portuguesa, possibilitaram o melhor conhecimento da costa brasileira. Constatada a inexistência de metais preciosos, era necessário começar a ocupação instituindo-se os núcleos de povoamento para a defesa do território contra as tribos indígenas hostis à ocupação e contra a pirataria francesa no contrabando do pau-brasil, que já era uma realidade na costa alagoana.

A solução encontrada foi a colonização através da criação do sistema de capitanias hereditárias que nada mais era do que a instituição dos feudos d'além mar, sendo, portanto, o transplante de um modelo de ocupação territorial e de administração feudal já em decadência na Europa. O atual território do estado de Alagoas integrava a Capitania de Pernambuco e teve como seu primeiro donatário Duarte Coelho Pereira. Este colonizador iniciou em 1535 as suas incursões ao longo das 60 léguas de terras que lhe foram doadas. Seus domínios litorâneos se estendiam ao Norte da foz do rio Igarassu até o Sul na barra do rio São Francisco totalizando aproximadamente 350 quilômetros pelo litoral, como mostra a figura 4 a seguir.

A data da sua chegada aos domínios ao Sul da capitania é uma incógnita, pois de acordo com Diégues Jr. (2006, p. 81)

Infelizmente, nas próprias cartas de Duarte Coelho não se encontram referências a suas viagens ao rio de São Francisco. (...) Verifica-se, por exemplo, que em carta de 27 de abril de 1542, o donatário de Pernambuco fala nos preparativos de uma jornada, de cujos resultados, entretanto, não há informações em outras cartas posteriores.

As alianças com portugueses e franceses, embora nem sempre fiéis, significavam oportunidades para estas tribos de também ampliarem o seu poder manipulando as hostilidades intertribais. Os índios caetés presentes nas terras sanfranciscanas¹⁴, foram continuamente influenciados pelos franceses a manterem relações hostis com os portugueses. Almeida (2010, p. 40) descreve como os franceses conseguiram estabelecer uma aproximação mais sutil e lucrativa com os índios caetés que se mostrou proveitosa para ambos:

Os franceses agiam de forma diversa dos portugueses na organização das atividades de escambo. Ao invés de fundarem feitorias, deixavam um intérprete entre os índios que se encarregava de organizar o trabalho e abastecer os navios, quando chegavam à costa. Tal situação permitia relações bastante amistosas com os índios, com os quais trocavam armas de fogo, prática proibida entre os portugueses. Tinham conforme os relatos, maior tolerância com os costumes indígenas e não foram poucos os que os adotaram.

De modo geral, os europeus dependiam dos índios para tudo. As mediações entre eles se davam pelas relações de troca e escambo de armas de fogo, facas, espelhos, objetos que, longe de serem vistos como bugigangas entregues aos índios, eram úteis no cotidiano das tribos. Os casamentos entre os europeus e as filhas de chefes indígenas também eram uma estratégia lucrativa, como o do Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho Pereira, com a filha do cacique Arcoverde, da etnia Tabajara. A incorporação de alguns costumes nativos possibilitou em contrapartida, garantir a força de trabalho almejada pelos europeus tanto na extração do pau-brasil, quanto nos primórdios do cultivo do açúcar. Mas ameaças como epidemias, escravizações, excesso de trabalho e inúmeras guerras começaram a minar as relações cordiais entre estes aliados.

A ocupação das terras pelos portugueses, incluindo as sanfranciscanas, foi disputada palmo a palmo com os índios caetés. A violência foi uma característica predominante nestes contatos. Costa (1983) relata que após a morte de Duarte Coelho Pereira, deu-se o naufrágio da embarcação que conduzia o primeiro bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes Sardinha e mais outras 100 pessoas, próximo ao atual

¹⁴ Deve-se ressaltar a presença dos índios abacoatiaras, sobretudo nas ilhas sanfranciscanas, pouco retratados nos estudos acerca da ocupação do baixo São Francisco (SALES, 2003).

município de Coruripe, litoral sul de Alagoas e distante aproximadamente 70 km de Penedo. Adeptos da antropofagia, os índios caetés devoraram todos os prisioneiros, o que desencadeou uma perseguição enraivecida conduzida pelos portugueses com a participação dos índios tabajaras.

Este autor também esclarece o porquê da pouca presença desta etnia na região do baixo São Francisco:

A tudo o fogo consumiu e a bala despovoou. A multidão caeté, batida em todos os seus reductos, exausta e faminta, correu rumo da Parahyba, onde parou o fidalgo victorioso. Durou cinco anos a perseguição. E não bastou: um edito real comdenou à escravidão perpétua os Cahetés sobreviventes ao morticínio. Raros os que se submeteram ao captivo. A grande massa embrenhou-se nas florestas, onde escondeu os destroços da sua liberdade. (COSTA, 1983, p. 13).

Penedo foi um dos três núcleos pioneiros do povoamento de Alagoas. Diferentemente dos dois outros que se mostraram mais adequados à fundação dos engenhos de açúcar como Bom Sucesso do Porto Calvo, atual Porto Calvo situado ao Norte, e Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, atual Marechal Deodoro mais ao centro, Penedo, antiga Penedo do Rio São Francisco, desde a sua fundação colocou em relevo a sua função de arraial fortificado, quando da incursão do bandeirante Duarte Coelho pela região, já que era o ponto mais distanciado da sede da capitania.

Serviu desde o primeiro instante como núcleo de demarcação e defesa dos limites do território da Capitania de Pernambuco, garantindo a retomada do comércio do pau-brasil aos franceses. A fundação deste núcleo também visou providenciar proteção aos colonos contra as investidas dos índios, que viviam em permanente confronto com os portugueses pela defesa do seu território mesmo que a maioria já tivesse sido massacrada.

A vastidão de terras que compreendia os domínios de Penedo estendia-se até o sertão. Penedo era Sertão. Os autores divergem acerca dos limites territoriais do que teria sido Penedo antes da emancipação dos vários municípios. De acordo com Costa (1956), integravam o seu território os atuais municípios de Traipú, Mata Grande, Pão de Açúcar, Água Branca, Santana do Ipanema, Porto Real do Colégio, Piranhas, Piaçabuçu, Batalha, São Brás, Igreja Nova, Major Izidoro, Delmiro Gouveia, Feira Grande, Olho d'Água das Flores e parte do município de Arapiraca. Embora

atualmente o território de Penedo compreenda aproximadamente 690 km² (IBGE, 2010), a vastidão destes domínios pode ter sido ainda maior, pois Costa (1983, p. 64-65), amparado nos estudos de Diegues Jr. defende que,

[...] se verifica que a villa de Penedo encontrava a de Cimbres e dela se separava por uma estrada real da fazenda da Cruz, no rio Moxotó, à ribeira do Panema, acima da embocadura do riacho Moxotó, mostrando positivamente que Aguas Bellas¹⁵, então já bem povoada, pertencia a Penedo.

Após 1560, sob a administração do segundo donatário da capitania, Duarte Coelho de Albuquerque, é que se tem o efetivo início do povoamento europeu na região. A estratégia adotada foi a divisão do território em sesmarias distribuídas entre os colonos “mais notáveis”. Alagoas começou a se desenvolver em fins do século XVI quando cessaram as disputas territoriais com os índios Caetés. Assim é que na região do Penedo estavam presentes as sesmarias dos “[...]notáveis Filipe de Moura, Belchior Álvares Camelo e a de João da Rocha Vicente, conhecida como a dos Rochas, havendo sido esta, a primeira sesmaria doada nas margens sanfranciscanas em 1596” (DIEGUES JR, 2006, p. 83).

Mesmo na condição de arraial fortificado, Penedo introduziu o plantio de açúcar sem muito sucesso neste período. A sua sustentação econômica esteve ancorada na economia pastoril devido à qualidade dos terrenos para a pastagem, estando sob a sua responsabilidade abastecer quase toda a capitania de Pernambuco. Diegues Jr. (2006, p. 83) a partir de relatos oriundos do período da dominação holandesa, indica a inexistência, naquela época, de engenhos de açúcar na região penedense mas atesta a fartura em gado, farinha, peixe, fumo e pau-brasil. Lima (1992) complementa este relato enfatizando a assimilação pelo colonizador da produção de uma agricultura de subsistência segundo a técnica nativa.

Os primeiros engenhos de açúcar começaram a se instalar em Penedo após a segunda metade do século XVII com a expulsão dos holandeses. Diegues Jr (2006, p. 84) ao consultar a Informação Geral da Capitania de Pernambuco, documento de

¹⁵ Águas Belas é um município pertencente ao estado de Pernambuco, localiza-se na Mesorregião do Agreste Pernambucano, na microrregião do Vale do Ipanema e dista aproximadamente 210km do Penedo.

1749, indica que a quantidade de engenhos existentes em Penedo era de apenas “sete moentes e correntes; três de fogo morto”. Os vales do Coruripe e do Poxim mostraram-se mais favoráveis à produção canvieira e, a partir de 1774, a quantidade de engenhos nestes vales começa a aumentar ao passo que os de Penedo ou entraram em decadência ou transformaram-se em fazendas de gado, totalizando cerca de 250 ou 300 fazendas no século XIX.

Assim são lançadas as primeiras bases para o processo colonizador instituído em território alagoano, configurando os rudimentos da sociedade do Baixo São Francisco. Nesta região, foi possível organizar uma estrutura socioeconômica que mesmo embrionária, foi capaz de suprir boa parte das necessidades e carências da sede da Capitania.

Resumidamente, os primeiros resultados da colonização se fizeram sentir pela expulsão do gentio, pela criação dos primeiros núcleos de povoamento, pela exploração territorial a partir da doação das sesmarias e pela ocupação e expansão pastoril a tal ponto que, de acordo com Lima (1992), o rio São Francisco chegou a ser conhecido como “rio dos currais”.

A instabilidade político-administrativa foi uma constante nesta capitania. A primeira metade do século XVII foi marcada pela ocupação holandesa que se estendeu de 1630 a 1654, sendo que em Penedo os flamengos se estabeleceram de 1637 a 1645. A partir de 1637 tem início o governo do conde João Maurício de Nassau na Capitania. Diferentemente da configuração econômica e político-administrativa estruturada sob a égide da aristocracia rural que vigorava em Penedo devido à predominância dos fazendeiros de gado, o invasor holandês trouxe um modo de governar pautado no seu perfil urbano e mercantilista que de certo modo fragmentou uma “estrutura rural em evolução integrada, favorecendo a queda de muitas fazendas” (LIMA, 1992, p. 71). Ainda assim, o mesmo autor afirma que neste período os currais de gado foram confiscados pelos holandeses e defendidos como verdadeiras preciosidades uma vez que o gado servia tanto para o corte, quanto para o trabalho nos engenhos para toda a Capitania.

Os ganhos decorrentes da presença holandesa em termos de traçado urbano em Penedo, mesmo que invisíveis ao olhar já que o Forte Maurício foi completamente destruído, estão cada vez mais comprovados ante os vestígios

decorrentes dos recentes achados arqueológicos e dos ainda escassos estudos que começam a brotar acerca da ocupação e do ordenamento territorial de Penedo.

O avanço holandês em franca conquista do território alagoano só parou quando estas tropas chegaram a Penedo. Ameaçado permanentemente com a possibilidade de uma revanche dos seus opositores, Nassau decidiu pela construção de uma fortificação, o Forte Maurício, que viria a garantir a posse dos domínios territoriais do Brasil holandês. Para Muniz (2010, p. 94), a construção do forte também,

[...] permitia apoiar as incursões nas áreas próximas e na capitania de Sergipe del Rey. Os holandeses saíam do forte Maurício, incendiavam casas, engenhos e destruíam plantações com o intuito de criar uma zona devastada que impedisse a permanência dos seus opositores.

Portanto reafirmamos a vocação de defesa assumida por Penedo, pois na Figura 5 identificamos claramente o Forte Maurício encravado no centro da Vila além do rio São Francisco bastante destacado e um pequeno trecho da capitania de Sergipe del Rey do outro lado do rio e na parte inferior do mapa.

É visível o posicionamento do forte estrategicamente edificado após uma curva do rio, “abrigado” das vistas inimigas que porventura o atravessassem. Embora tenha se estendido por uma grande área dentro do sítio tombado, destacamos que os seus limites se dilataram para o local conhecido popularmente como “Rocheira” (Figura 6).

Segundo Muniz (2010), a partir do forte saem alguns caminhos que ora seguem paralelos ao rio margeado por casas espaçadas, ora adentram o território em um trajeto contínuo para as áreas mais altas da vila em seu relevo acidentado, que apontam para uma possível via de ligação da vila com povoações e fazendas no interior. Os pequenos quadrados no entorno do forte são casas e outras construções de pequeno porte, quando comparadas à magnitude da fortificação. As lagoas também foram devidamente representadas juntamente com alguns afluentes do rio São Francisco. Nele, observamos em detalhes as ilhas, sendo que em algumas delas há registro de ocupação. Do lado oposto do rio, percebemos a existência de um pequeno povoado que mais tarde viria a ser Vila Nova, atual município de Neópolis em Sergipe.

Figura 5 - Castrum Mauritiij, Marcgrav, 1647
 (Forte Maurício, Vila de Penedo na época da ocupação holandesa)



Fonte: BARLEUS, Gaspar. Rerum Per Octennium In Brasilia..., 1647. Brasiliana USP.
 Extraído de Muniz (2010, p.107)

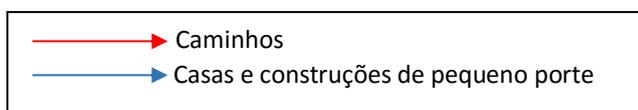
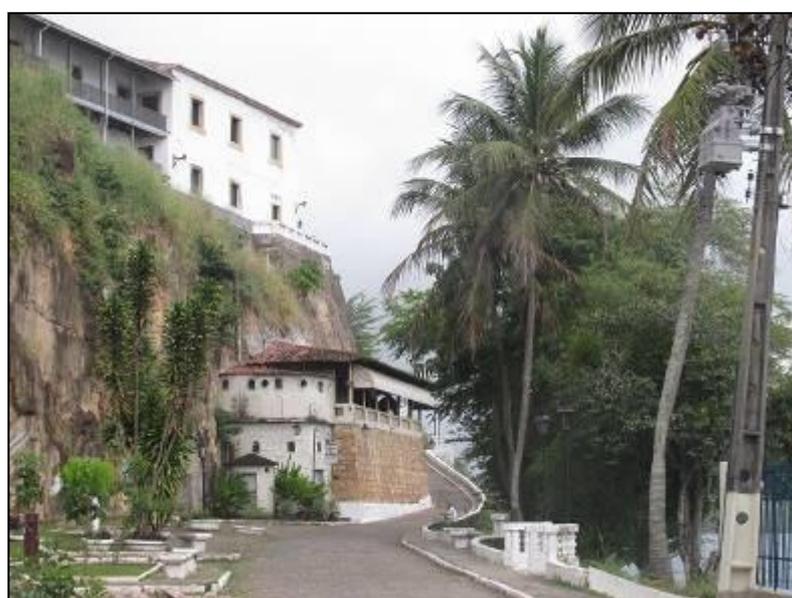


Figura 6 - Vista da Rocheira, tendo o restaurante Forte da Rocheira nela encravado e a Casa da Aposentadoria no seu topo.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.
 Autora: Daniella Pereira.

Para além dos estudos detalhados acerca dos recursos existentes nesta porção da capitania, acrescentamos a contribuição flamenga em incutir nesta vila a concepção de cidade enquanto “‘centro’ de comércio, bancário, administrativo, político, social, cultural, industrial e de comunicações” (LIMA, 1992, p. 72).

2.2 De feitoria à cidade

Antes de entendermos como Penedo ascendeu da condição de feitoria para cidade, é fundamental trazer os esclarecimentos de Diegues Jr. (2006) acerca da constituição social de Alagoas que teve início primeiramente como vila, de onde surgiram as suas subdivisões, as paróquias. Penedo, Porto Calvo e Alagoas se constituíam enquanto unidades de organização político-administrativa, social e econômica caracterizadas por certo isolacionismo. Somente em 1711 foram unificadas sob a constituição da Comarca que teve em Alagoas (atual Marechal Deodoro) a instalação da sua sede configurando-se então a sua unidade social e territorial.

A unidade política advém em 1817 com a criação da Capitania de Alagoas após o desmembramento do território de Alagoas como punição a Pernambuco, pela ocorrência da Revolução Pernambucana naquele ano. Por fim, com a independência política do país em 1822, criou-se a província de Alagoas, “[...] e nela firma-se a unidade. As comarcas continuam unidade territorial, através dos Municípios de seus termos. As paróquias começam a circunscrever-se a um só Município, embora alguns abranjam mais de uma paróquia” (DIÉGUES JR., 2006, p. 29). Com esse entendimento, apresentamos a seguir as especificidades desse processo na evolução de Penedo da condição de feitoria à cidade.

Em 1560 sob a administração do segundo donatário da capitania, Duarte Coelho de Albuquerque, foi ordenada a criação de uma feitoria na Povoação do São Francisco, primeiro nome dado a Penedo (MÉRO, 1991). As feitorias eram sinal de posse e tinham caráter eminentemente militar, servindo de base para “o policiamento da costa infestada por contrabandistas franceses, ao mesmo tempo que representavam o papel de entrepostos para o incipiente tráfico do pau-brasil e de local de guarda para as naus que demandavam as índias ou policiavam nossas

águas” (AZEVEDO, 1994, p. 25). As feitorias também eram os lugares onde se armazenavam os produtos a serem intercambiados com os índios ao mesmo tempo em que serviam como ponto de apoio para as expedições marítimas ou fluviais (MENEZES, 1990). A partir de muitas destas feitorias surgiram vários povoados que mais tarde elevaram-se à condição de vila e, finalmente, de cidade.

Segundo Menezes (1990), as primeiras povoações tinham como característica principal estarem concentradas na costa marítima ou às margens de grandes cursos d'água, como no caso de Penedo. Dada a ineficácia de outras vias de comunicação, era através destes caminhos líquidos que as embarcações conectavam mais facilmente os colonos do Novo Mundo com o Velho Mundo, e através desta logística garantiam o necessário para viabilizar a sua sobrevivência: vestuário, armas e munições para a defesa, equipamentos para o cultivo da lavoura, sementes e gado e, mantinham contato com familiares através das correspondências.

Quando os principais centros populacionais eram Marechal Deodoro, Porto Calvo e Penedo, as relações de dependência se estabeleciam individual e diretamente com Recife, principal centro exportador de açúcar para a Europa. Os três núcleos de povoamento alagoanos, submersos em disputas políticas acabaram criando certo isolacionismo como consequência dessa rivalidade. Em 12 de abril de 1636, os três núcleos mencionados já demonstravam viver um ciclo desenvolvimentista, o que possibilitou a todos serem elevados à categoria de vila em despacho único emitido pelo seu donatário.

Totalizavam-se no século XVII, 51 vilas no Brasil (MENEZES, 1990). Há divergências entre os autores consultados acerca da nova nomenclatura que coube a Penedo sendo para uns, Vila de São Francisco e para outros, Vila do Penedo do Rio São Francisco, em ambos os casos acrescida do título de “mui nobre e valorosa”. Ser reconhecida como vila significava ter alcançado um estágio de desenvolvimento econômico e de condição de vida superior às demais aglomerações. Significava dotar a povoação de uma Câmara que conferia a necessária autonomia administrativa para a geração e administração de recursos próprios no intuito de realizar as obras que a vila carecia. Penedo já possuía antes de 1636, “[...]matriz, cadeia, Casa da Câmara e Pelourinho, condição *sine qua non* para ser elevada à Vila” (MÉRO, 1994, p. 39).

Segundo Fonseca (2003), havia uma relação íntima na atribuição dos títulos de vila e de cidade com a estrutura social do Antigo Regime português e com a lógica da hierarquização urbanística, uma vez que tal concessão de títulos, privilégios e funções, quer fossem de ordem administrativa, religiosa ou militar, “[...] ‘ilustram’ e ‘enobrecem’ as localidades que os recebem; assim, as aglomerações urbanas são de certa forma personificadas, e podem ser assimiladas à nobreza que elas por vezes acolhem” (2003, p. 43). Partimos destas reflexões para seguirmos enumerando os requisitos e atributos necessários às povoações para serem elevadas à categoria de vilas e de cidades e assim, compreendermos melhor a especificidade e o contexto no qual Penedo foi agraciada. Também encontraremos aí as origens dos sentimentos de nobreza, diferenciação e elitismo que repercutem até os dias atuais junto a uma parcela dos moradores do sítio histórico de Penedo, bem como na escolha do perfil dos monumentos reconhecidos como representativos da identidade nacional.

A almejada promoção urbana estava associada ao caráter mais ou menos nobre dos moradores das povoações. Como então se reivindicava o título de nobre, uma vez que o título era a garantia para se integrar às elites locais das colônias portuguesas? Primeiro, através dos fatores hereditários condição irremediavelmente vinculada à origem metropolitana, posto que se fazia alusão à ascendência familiar e à pureza de sangue; depois, pesava o poderio econômico e político dos habitantes, manifestado na posse de terras, na quantidade de escravos e nas funções administrativas exercidas; e não menos importante, também eram considerados os méritos do povoamento e da defesa da colônia. Assim,

[...]da mesma forma que um descobridor de minas, um desbravador de sertões ou um exterminador de quilombos podiam se dirigir ao rei para pedir postos militares e privilégios honoríficos em retribuição aos serviços prestados à Coroa; as vilas, personificadas pelas câmaras, também reivindicavam títulos e privilégios em troca de suas provas de fidelidade (FONSECA, 2003, p. 45).

Fidelidade poderia ser traduzida tanto no combate aos inimigos externos da Coroa portuguesa como foi o caso do período da ocupação holandesa, quanto no combate aos seus inimigos internos, a exemplo dos insurgentes da Revolução Pernambucana de 1817. Outra condição para a elevação à categoria de vila consistia

não na quantidade, mas na qualidade dos moradores para ocupar os assentos na Câmara e na Procuradoria.

Assim deveria haver em meio aos residentes, pessoas bem-nascidas e de ‘capacidade’- homens brancos – excluindo-se, portanto, dos mestiços, mulatos ou escravos qualquer chance de integrar estes postos de comando. No caso de duas ou mais vilas disputarem a localização de funções de destaque, como ser “cabeça de comarca” ou sede de bispado, não raro recorria-se à difamação e depreciação das câmaras envolvidas, atacando a nobreza e a qualidade dos seus respectivos integrantes.

Curvelo (2011, p. 56) defende que a maior parte dos conflitos existentes entre as vilas estavam associados “[...] ao poder de mando de elites locais e, muitas vezes figuram como desdobramentos de rixas entre famílias e grupos políticos no espaço público”. O autor relata o episódio que envolveu as estratégias adotadas pela Câmara de Alagoas do Sul, para tirar o lugar de Penedo como sede da Ouvidoria-Geral das Alagoas e assim, tomar para si a função de “cabeça da comarca”.

Penedo foi inicialmente escolhida por ser mais distante da sede da capitania e, por esta razão, apresentar maior dificuldade no controle da arrecadação e da segurança pública. Contudo, os argumentos utilizados pela Vila de Alagoas a seu favor incluíram tanto a sua localização estratégica, equidistante das vilas de Penedo e Porto Calvo possibilitando melhor controle e ação da Coroa nestas jurisdições, quanto a “acusação de pobreza da vila do Rio de São Francisco, bem como a descrição administrativa de sua câmara” (CURVELO, 2011, p. 67), expondo uma imagem depreciativa da estrutura administrativa de Penedo.

Apesar dos citados argumentos terem surtido o efeito desejado para Vila de Alagoas transformar-se em “cabeça de comarca”, o autor rebate a acusação da pobreza de Penedo, argumentando que esta vila àquela época era o principal “escoadouro” de gado para as Minas Gerais em seu período expansionista durante a mineração. Estava configurada a hostilidade entre os grupos políticos.

A morfologia urbana também precisava ser considerada na medida em que deveria demonstrar capacidade para exercer a função de centralidade em âmbito regional. A existência de ruas regulares; o número de sobrados, a partir dos quais se deduzia a quantidade de famílias abastadas; a quantidade de casas de telhas; a

existência de certa autonomia econômica, tudo revelava o estágio de desenvolvimento socioeconômico local. O número e a riqueza das igrejas eram outro aspecto de grande relevância quando as povoações eram avaliadas.

Ainda no século XVII, Penedo buscava diferenciar-se das demais vilas e almejava a sua elevação à categoria de cidade. Para tanto, valeu-se também das suas recentes façanhas militares que incluíram a já aludida expulsão dos holandeses, e o envio de homens para se juntarem à terrível expedição que exterminou de vez com os 64 anos de existência do Quilombo dos Palmares na Serra da Barriga, atual município de União dos Palmares, em 1695.

O processo de retomada da economia, o fortalecimento dos valores cívicos, a efetiva ação evangelizadora com a fixação das Ordens Religiosas que trouxeram consigo os primórdios tanto da instrução quanto do despertar artístico-cultural para o barroco nas construções arquitetônicas religiosas, fizeram com que Penedo ao tempo em que começava a exercer posição de centralidade em âmbito regional, consolidasse o intento rumo à sua elevação à categoria de cidade. Tanto na metrópole quanto nas colônias portuguesas “[...] salvo raras exceções, o título de cidade era atribuído somente às sedes episcopais e às aglomerações que exerciam uma função militar importante” (FONSECA, 2003, p. 44). Penedo incluía-se pela sua trajetória, nesta última assertiva pois só veio a se tornar Diocese em 1916, consagrando o seu primeiro Bispo em 1918, D. Jonas Batinga.

Mas Penedo se fortalecia comercialmente e do século XVIII a meados do século XIX é o período reconhecido como “[...] do desenvolvimento das cidades, onde se formara e já ganhava corpo a nova classe burguesa, ansiosa de domínio, e já bastante forte para enfrentar o exclusivismo das famílias de donos de terras” (AZEVEDO, 1992 apud AZEVEDO, 1994, p. 40). Este foi um aspecto decisivo nas suas ambições cidadinas, fazendo com que os contínuos avanços rumo à prosperidade de uma parcela da população, permitissem a instalação de outras funções públicas na vila e expusessem na paisagem as evidências do seu fausto.

Uma destas funções era a existência de um posto de juiz de fora que servia para administrar a justiça de primeira instância dentro da vila. Assim, em 1818 foi nomeado em Penedo o primeiro juiz de fora, atendendo ao crescimento do comércio e da agricultura na região (MÉRO, 1991).

Outras qualidades e atributos de igual prestígio se faziam necessários para adquirir o *status* de cidade como “[...] os fatos gloriosos do seu passado, a ‘nobreza’ dos seus habitantes, a salubridade do seu sítio, a regularidade das suas ruas, a beleza das suas igrejas, a riqueza do seu território” (FONSECA, 2003, p. 46), ou seja, Penedo deveria ser uma vila pujante e vistosa. Porém, Méro (1994, p. 49) assevera que “[...] as ruas das vilas eram tortuosas, pois não havia planejamento e surgiam dentro de uma filosofia espontânea. Aproveitavam a situação topográfica do terreno”. Do ponto de vista da organização espacial, pouca atenção davam os colonizadores portugueses a este aspecto. Estavam mais preocupados em garantir uma ocupação nos moldes de cidade-acrópole, de localização em terrenos mais altos que favorecessem a vigilância dos domínios e a precaução ante os eventuais ataques inimigos. Penedo enfim, foi elevada à categoria de cidade em 18 de abril de 1842.

Em termos de organização socioespacial, o papel exercido pelo catolicismo especialmente a partir da chegada dos franciscanos foi determinante nas práticas e vivências cidadinas. Altavila (1988) afirma que o Convento e Igreja Franciscana Nossa Senhora dos Anjos de Penedo é o mais antigo em terras alagoanas e teve a sua primeira igreja benta em 20 de abril de 1661. Pouco tempo depois, em seu lugar foi levantado um convento havendo sido inaugurado em março de 1694, e funciona como local de moradia dos religiosos até o presente momento. Silva e Albuquerque (2011, p. 03) afirmam que “[...] na colônia, afora as edificações de segurança, é a arquitetura religiosa - com destaque pela importância e pela extensão de suas áreas, os edifícios monásticos - é que dão consistência civilizacional aos espaços habitados”. Das Ordens que aportaram em Alagoas, a franciscana se destaca pela propensão à itinerância e à proximidade com as pessoas. Por esta razão as autoras deduzem que os conventos franciscanos se instalaram em áreas que atendessem a uma vida ao mesmo tempo contemplativa e atuante eclesiasticamente.

A instalação do convento influenciou o desenho urbano de Penedo (Figura 7). No caso do Convento de Nossa Senhora dos Anjos, fazia-se necessário conciliar tanto os critérios estratégicos, dados os recentes embates que resultaram na expulsão dos holandeses, quanto os princípios religiosos norteadores da Ordem. Por esta razão, o convento se instalou nas proximidades do rio São Francisco que funcionava como ponto de escoamento de mercadorias que também o abasteciam, e ao mesmo tempo

dispunha de uma vasta área propositadamente não construída de modo a permitir maior contato com a natureza. Estas condições reunidas tiveram como consequência um legado cultural do trabalho humano sofisticado em termos arquitetônicos, e a sua integração harmônica com a natureza notadamente no seu espaço intramuros.

Figura 7 – Igreja de Nossa Senhora dos Anjos e Convento Franciscano (1912).



Fonte: Arquivo cedido por Raul Rodrigues.

Em suas Crônicas sobre Penedo, Caratá (1872) nos agracia com a exposição do processo de expansão dos logradouros públicos, trazendo-nos um panorama coerente da abertura espontânea das ruas e o conseqüente surgimento dos sobrados, residências, ancoradouro, comércio. Em 1853, os logradouros públicos começaram a ser identificados formalmente. Neste aspecto, importa destacar o quanto a toponímia destes logradouros até fins do século XIX esteve associada à presença da igreja católica, à existência de entidades e estabelecimentos relevantes na prestação dos serviços locais, aos ícones revolucionários de Penedo e, principalmente aos elementos da natureza. Tudo estava vinculado à familiaridade da população com os fatos e feitos da sua cidade.

Entretanto, verificamos a substituição de nomes antes significativos para o conjunto da população, por outros alusivos aos marcos histórico-militares e a personalidades/heróis nacionais, revelando valores, ideologias e atuações compatíveis com os valores vigentes à época, discussão que retomaremos mais adiante quando formos refletir sobre a paisagem cultural do sítio tombado no presente. Também passaram a figurar nesta mudança toponímica, homenagens à elite político-econômica, religiosa e cultural penedense e que prevalecem até os dias

atuais. Citamos no Quadro 8 a seguir alguns exemplos desta mudança nas ruas do sítio histórico tombado, e que nos foram fornecidas por um dos nossos entrevistados, morador da antiga rua da Laje.

Quadro 8 - Mudança toponímica das ruas do sítio histórico tombado de Penedo

	O Antes	O Depois
1	Rua Cajueiro Grande	Av. Getúlio Vargas
2	Praça Valentim da Rocha Pitta	Praça Jácome Calheiros ou Praça do Colégio Imaculada Conceição
3	Rua do Rosário Estreito	Rua Barão do Rio Branco
4	Praça do Rosário Largo	Praça Marechal Deodoro
5	Ladeira da Corrente	Rua Dâmaso do Monte
6	Largo da Corrente	Praça 12 de Abril
7	Praça do Forte, Praça do Convento ou Praça Rui Barbosa	Praça Frei Camilo Lelis
8	Beco do Crespo	Rua Sete de Setembro
9	Beco Novo, depois Travessa do Comércio	Rua Siqueira Campos
10	Rua da Praia, depois Rua do Comércio	Rua Comendador Manoel da Silva Peixoto
11	Largo de São Gonçalo	Praça Floriano Peixoto
12	Rua da Laje, depois Ladeira do Peixe	Rua Nilo Peçanha
13	Rua da Penha	Rua João Pessoa
14	Beco do Tamanduá	Rua Advogado José Lins Filho
15	Beco do Hospital	Rua Dr. Carlos Martins
16	Ladeira da Quitanda	Rua Tenente Mariano
17	Rua das Cajazeiras	Rua Campos Teixeira
18	Canto do Muro	Rua São Francisco

Fonte: Francisco Araújo, 2015.

Org.: SILVA, Daniella Pereira de Souza, 2016.

Por situar-se na parte mais baixa, afetada periodicamente pelas cheias do rio que perduravam de dezembro a março, o comércio recuou para a Rua da Praia, posteriormente nomeada de Rua do Comércio. A Figura 8 mostra um recorte da antiga Rua da Praia em 1918 e a Figura 9 registra a cheia de 1906 alcançando a mesma rua, posicionando as canoas defronte dos edifícios.

Figura 8 - Recorte da Rua Comendador Manoel da Silva Peixoto, outrora do Comércio, antiga Rua da Praia (1918)



Fonte: Arquivo cedido por Raul Rodrigues.

Figura 9 - Cheia do rio São Francisco na Rua Comendador Manoel da Silva Peixoto outrora do Comércio, antiga Rua da Praia (1906)



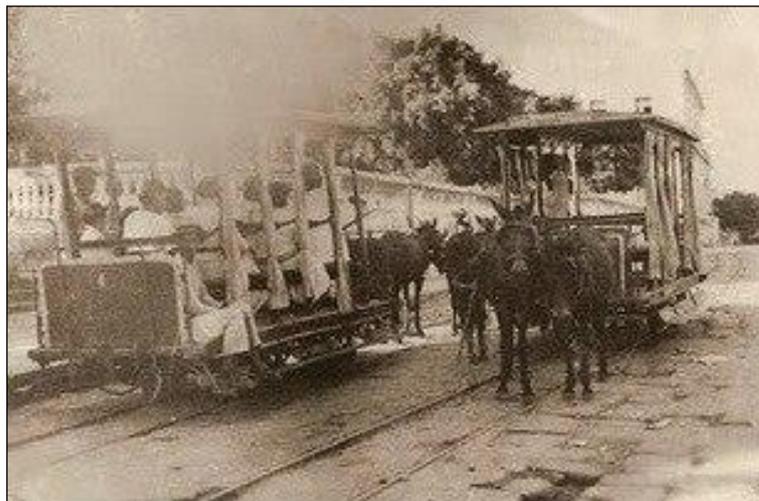
Fonte: Arquivo cedido por Raul Rodrigues.

Segundo Carotá (1962) a primeira rua de Penedo chamava-se Rua do Sol, local onde as primeiras casas foram construídas por determinação de Duarte Coelho Pereira. Fora traçada em íntima relação com o rio São Francisco que, ao mesmo tempo em que acolhia as embarcações, as golpeava com as suas cheias. Nesta rua estabeleceu-se o comércio que se expandiu até princípios do século XIX para as ruas vizinhas assentadas sobre a encosta em terreno mais elevado, no que viria a ser conhecida como a Rocheira. As constantes cheias do rio São Francisco impulsionaram a migração da elite local para os terrenos mais elevados do município a partir de meados do século XIX e início do século XX.

Várias ações voltadas para a melhoria das condições urbanas foram registradas nas crônicas de Carotá (1962). É o caso do antigo Beco Novo que foi aberto em 1833 após a aquisição de imóvel em ruínas localizado no trajeto por onde a Câmara almejava abrir a nova via, no intuito de possibilitar o “[...] benefício do trânsito público, aumento do comércio e engrandecimento da Vila” (1962, p. 41). Em seguida, a Câmara adquiriu a rua que segue no alinhamento da Travessa do Comércio, antiga Canto do Muro e atual rua São Francisco, rua que também veio a atender a demanda por alargamento do núcleo urbano através da expansão residencial. Foi através da interligação destas ruas que se constituíram as principais vias de ligação entre a parte baixa da cidade com a sua dinâmica comercial e a sua parte alta em expansão. O transporte público coletivo tem o seu início por volta de 1895 quando já circulavam os bondes puxados a burro substituídos, posteriormente, pela “sopa” (Figura 10 e Figura 11).

A ‘sopa’ era o termo utilizado pela população para se referir ao meio de transporte coletivo urbano, atualmente conhecido como ônibus. Segundo Leite (2014, p. 13) “[...] o termo ‘sopa’ é, pois, assim descrito nos jornais da época, e ganhou, embora não haja nada comprovado, uma popularização do nome do modelo e do nome pertencente à empresa Excelsior Light de 1926 que circulava no Brasil na época e tinha por nome ‘chopp’”.

Figura 10 - Bondes puxados a burro transitando na Praça Jácome Calheiros, parte alta da cidade pertencente atualmente ao perímetro tombado



Fonte: Arquivo cedido por Raul Rodrigues, s/d.

Figura 11 - Uma “sopa”, transporte coletivo urbano motorizado (1950)



Fonte: Arquivo cedido por Raul Rodrigues.

A Praça Jácome Calheiros, como as demais do sítio tombado são importantes na explicação do legado paisagístico de Penedo. E por quê? Porque entendemos que elas desempenham um papel fundamental no contexto do desenvolvimento das relações sociais. No passado, elas se comportaram como microcosmos das comunidades que as envolveram e incorporaram funções que não foram designadas aleatoriamente. Falamos de um sistema de objetos bem definidos, que quanto mais

eficazes se mostraram, mais valor agregaram estimulando um processo de retroalimentação e aperfeiçoamento contínuos. Carregados de intencionalidade mercantil e simbólica, foram instrumentos exitosos da ação da Coroa Portuguesa. Por outro lado, as ações acabaram sendo regidas por uma racionalidade “[...] conforme os fins ou os meios, obedientes à razão do instrumento, à razão formalizada, ação deliberada por outros” (SANTOS, 2008, p. 87).

2.3 O impulso desenvolvimentista e os reveses da sua centralidade regional

As vilas e mais tarde as cidades do período colonial, assumiram simultaneamente as funções político-administrativa, comercial e religiosa. “Os aglomerados urbanos eram, antes de tudo, o lugar onde se faziam as compras indispensáveis ao bem-estar dos habitantes e onde se realizavam os negócios, como também o ponto de concentração da vida religiosa” (AZEVEDO, 1994, p. 61).

Descortinamos as etapas que possibilitaram a Penedo a sua gradual promoção na hierarquização urbana, atestando a crescente importância que a cidade vinha assumindo em âmbito regional. Avançaremos a partir deste momento, para a compreensão das razões que fizeram com que Penedo se tornasse uma centralidade no período do seu apogeu econômico e cultural durante o século XIX até meados do século XX e o que fez com que a cidade perdesse o posto de comando do desenvolvimento da região do Baixo São Francisco, com repercussão na perda da sua centralidade não apenas regional, mas também na diminuição da sua centralidade em escala micro ou intraurbana, como a do sítio histórico tombado.

Como afirmou Pierre Mombeig nos idos da década de 1940, uma cidade não nasce do acaso em um ponto específico da superfície terrestre, conforme demonstramos no caso de Penedo. Para este autor, a concretização de um aglomerado urbano na sua forma e nas suas funções, só pôde ser viabilizada por meio do proveito de “[...] certos elementos naturais(...); ou, ao contrário, foi preciso superar obstáculos postos pela natureza, mas que a técnica, posta em ação e de algum modo estimulada pelas necessidades econômicas, finalmente reduziu” (MOMBEIG, 2004, p. 278-279). O fato de nos depararmos com uma paisagem “acabada”, congelada pelo tombamento, não deve nos privar do questionamento

sobre como se chegou a tal arranjo espacial e que homens o idealizaram e o concretizaram? Regidos por quais valores, intenções, necessidades, demandas, ambições? Sob quais circunstâncias e impulsionados por quais acontecimentos? Considerando quais limitações e quais vantagens?

É por esta perspectiva que estamos buscando compreender Penedo. O município hoje contém um sítio tombado que tem gerado expectativas de ganhos econômicos por meio do consumo turístico do seu patrimônio cultural edificado. Já mencionamos a principal facilidade geográfica que possibilitou os princípios do povoamento da região e que mais tarde continuaria como fator determinante do apogeu e posterior decadência da cidade, o rio São Francisco. Aqui não apontamos o Velho Chico, como é carinhosamente conhecido, como o causador dos problemas ribeirinhos, longe disso. A sanha do homem, o desrespeito aos ciclos do rio, as sucessivas obras ao longo do seu leito, todas estas intervenções humanas nefastas tem causado a agonia na qual vive o rio e os viventes deste/neste rio, que se encontra progressivamente destituído das suas funções estratégicas de proteção e circulação de pessoas e mercadorias.

No século XIX Penedo era conhecida como a segunda cidade mais importante da província das Alagoas. Foi neste século em todo o país, que a concentração urbana passa a ser efetivamente um fenômeno merecedor da atenção e, no caso de Penedo, a sua consolidação como centro de importância regional se deve em grande medida à sua localização estratégica situada entre os dois principais pólos de abastecimento do Nordeste Pernambuco e Bahia; à navegação fluvial pelo rio São Francisco, e ao seu porto fluvial. São tempos áureos que ficaram expressos definitivamente na paisagem. Para Corrêa (1994, p. 94-95) “o papel exercido por esses centros urbanos, ficou estampado na paisagem das cidades, na organização de seu espaço urbano e na vitalidade ou obsolescência de suas funções”. Foi um período de grande expansão da navegação fluvial, expansão comercial, desenvolvimento industrial e instalação de repartições públicas com vistas ao aperfeiçoamento das comunicações e dos mecanismos de arrecadação, em um horizonte de pouco mais de 30 anos, entre 1835 e 1867.

Penedo foi se incorporando aos fatos e acontecimentos nas escalas nacional e internacional, cada vez mais se distanciando dos laços que a atavam ao ruralismo

(apesar da rizicultura, da criação de gado bovino e do algodão), aprofundando o processo de urbanização. Como consequência, gradualmente o campo foi sendo secundarizado, pois pouco uso lhe foi dado no tocante ao cultivo de produtos hortifrutíferos, havendo estudos que atestavam ser comum ao homem ribeirinho pobre a não inclusão de frutas e verduras na sua dieta alimentar, que consistia basicamente em farinha de mandioca, pesca, caça, milho, inhame, às vezes feijão e arroz e muito raramente, carne de sol também conhecida como do Ceará (ARAÚJO, 1961).

Méro (1974), Valente (1957) e Marroquim (1922) nos trazem em detalhes esse ciclo virtuoso. A cidade já era grande empório comercial da região, sendo centro irradiador de mercadorias oriundas do Ceará, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais como também, principal receptáculo de mercadorias para consumo local e regional. É deste momento a emergência das feiras semanais, dos mercados públicos, das ruas tipicamente comerciais como, por exemplo, a antiga Rua do Comércio. A feira livre de Penedo surge oficialmente em 1817. Dizemos “oficialmente” porque há estudos que atestam a existência, em décadas anteriores, de um lugar para onde iam “operários e trabalhadores num mercado popular, muito concorrido, onde a população se abastecia, escolhendo o que preferia” (VALENTE, 1957, p. 139-140).

O “mercado popular” de Penedo surgiu antes do de Maceió, em local estratégico margeando o porto na atual rua Comendador Peixoto. Ocorria semanalmente aos sábados, com grande fluxo de pessoas vindas de longe para vender e comprar mercadorias, sendo que já na quinta-feira, era comum a ocupação de trecho desta rua comercial com os produtos utilitários em cerâmica (Figura 12 e Figura 13).

Figura 12 - Feira livre na zona portuária, s/d



Fonte: Arquivo cedido por Raul Rodrigues.

Figura 13 - Feira de artigos em cerâmica e outros produtos na zona portuária



Fonte: Arquivo cedido por Raul Rodrigues, s/d.

No começo do século XIX, o tráfego das embarcações ainda era irregular e quase não chegavam navios a vapor em Penedo. O incentivo se deu pelos interesses dos sucessivos presidentes da Província de Alagoas para que os vapores da Companhia Bahiana e da Companhia Pernambucana atracassem em Penedo nas viagens regulares entre Recife e Salvador, que já incluíam nesse trajeto paradas em Aracaju e Maceió. Buscava-se conectar Penedo aos principais centros da dinâmica econômica da região.

Foram firmados convênios totalizando viagens regulares destas companhias duas vezes por mês, iniciadas a partir de 1855. Também foram deflagradas as viagens semanais entre Penedo e Piranhas a partir de 1867, tocando vários pontos de razoável concentração populacional ao longo do trajeto de 160km rio acima até Piranhas. A partir de 1879 o famoso vapor Sinimbu começa a realizar tal percurso, e posteriormente, o não menos importante Vapor Comendador Peixoto, ambos transportavam cargas maiores e também passageiros (Figura 14, Figura 15 e Figura 16).

Figura 14 - Vapor Sinimbu



Fonte: Marroquim, 1922.

Figura 15 - Vapor Comendador Peixoto



Fonte: Arquivo cedido por Raul Rodrigues, s/d.

Figura 16 - Embarcações no porto de Penedo

Fonte: Arquivo cedido por Raul Rodrigues, s/d.

A gradual consolidação de Penedo como centro polarizador e distribuidor de riquezas, fazia com que fosse crescente a cobrança pela abertura do rio São Francisco à navegação internacional, fato que ocorreu em 1866. A voracidade arrecadadora da província acompanhou a ascensão de Penedo. Surgiu em 1838 a repartição arrecadadora da província, intitulada Fazenda da Tesouraria Provincial; na sequência, em 1841, veio a criação da repartição arrecadadora de Penedo com o título de Mesa de Rendas; depois foi a vez da Coletoria em 1845 para garantir a arrecadação das rendas em âmbito federal. Logo após a abertura para a navegação internacional, criou-se a Alfândega em Penedo no ano de 1867. Este fato deu novo impulso ao comércio e à indústria penedense tendo em vista que o município passou a comunicar-se diretamente com mercados internacionais recebendo vapores oriundos da Europa e da América do Norte. De acordo com Valente (1957, p.194) “[...] dado o vulto comercial para o exterior, existiam em Penedo o Vice-Consulado da Suécia e Noruega, Agente Consular britânico e dos Estados Unidos da América, como também agência de vapores”.

Com estas medidas, Penedo se consolidou em definitivo como principal entreposto comercial da região do Baixo São Francisco. De acordo com Corrêa, (1994, p. 100) “[...] isolada das áreas canavieiras, também Penedo iria constituir a sua zona de influência, a qual se estenderia de preferência ao longo do rio”, pois a sua posição estratégica perante os transportes marítimos e às vias de acesso ao interior a favoreceram sobremaneira. Ainda de acordo com o mesmo autor,

Penedo, pela sua posição à entrada do vale do São Francisco, tornou-se um dos centros onde os mecanismos necessários para o comércio do algodão se instalaram. A sua posição no ponto final da navegação oceânica no São Francisco, sendo possível a navegação fluvial a montante, permitiu que neste ponto de transbordo de mercadorias se desenvolvesse um importante centro exportador e importador. Os sobradões ao longo do rio, trapiches, lojas de importação, sociedades artísticas e culturais existentes na cidade, eram a expressão de uma pujante vida urbana (CORRÊA, 1994, p. 100).

A crise norteamericana no período de 1861-1865 permitiu o ingresso de outras praças na disputa por um mercado ávido por algodão. O setor têxtil se viu impulsionado pelo Comendador Manuel da Silva Peixoto, fundador da fábrica de tecidos Cia Industrial Penedense em 1895. A indústria chegou a empregar “[...] 500 funcionários de ambos os sexos em diversas secções de fiação, tecelagem, tinturaria e outras” (MARROQUIM, 1922, p. 207) e produziram segundo este autor toalhas, brins e tecidos grossos. Penedo diversificou o seu parque industrial ao longo de princípios do século XX com a fábrica de óleos vegetais, de beneficiamento de arroz, algodão, couro. A produção de açúcar, calçados, móveis, mosaicos, sabão, além da pesca, também compunham a diversidade dos setores primário e secundário do município.

As cheias do rio São Francisco garantiam à rizicultura condições favoráveis, solo fértil e produtivo graças aos seus afluentes, como os rios Marituba e Boacica. A produção e o beneficiamento do arroz em Penedo (Figura 17 e Figura 18) se dava em larga escala até meados do século XX, sendo forte também no município vizinho de Igreja Nova. A pesca apoiada no saber tradicional seguia batendo recordes. Em 1939 foram pescadas 55 toneladas de peixes ao passo que em 1950 houve um salto para 142.857 toneladas, com ênfase no chira, curimatã, piau, robalo, camurim, piranha e outros de menor valor. Outras indústrias também se instalaram no município como a Fábrica de Fogos de Artifício (1939), rivalizando com os produtos de origem japonesa, naquela época, reconhecidos como os melhores (VALENTE, 1957).

Figura 17 - Secagem de arroz na zona portuária (Antiga Rua do Comércio)



Fonte: Arquivo cedido por Raul Rodrigues, s/d

Figura 18 - Cheias do Rio São Francisco atingem a av. Floriano Peixoto e o largo de São Gonçalo Garcia, paralelos à zona portuária, s/d



Fonte: Arquivo cedido por Raul Rodrigues.

Todavia, o rio São Francisco e as suas cheias também causavam transtornos (Figura 19) para quem estava em terra e perdia suas mercadorias, bem como às lanchas atracadas que se chocavam com a “impetuosidade das ondas decorrentes de fortes temporais” (VALENTE, 1957, p. 203). Segundo este autor, o rio agitado provocou alguns naufrágios, com perdas fatais de vidas humanas e cargas, a exemplo do navio “Henriete” que naufragou em 8 de janeiro de 1880 com os trilhos vindos da Inglaterra para atender a construção da ferrovia de Paulo Afonso.

Figura 19 - Cheia do rio São Francisco na zona portuária, arrastando as embarcações para a antiga rua da Praia



Fonte: Acervo particular de Raul Rodrigues, s/d

Embora vivesse um período de pujança econômica e cultural, Penedo também sentiu de perto os efeitos nefastos das sucessivas secas que assolaram o Nordeste no século XIX. De acordo com Valente (1957), foram pelo menos três: a de 1816, mais conhecida como Fome de Melo Lula, principal fornecedor de farinha para Penedo que em pleno flagelo, aproveitou-se da fome da população para praticar a alta no preço deste alimento; a de 1868 que deu continuidade à fome com consequências menos graves que a anterior; e, finalmente, a incomparável “Fome de 77” (1877) calamidade que gerou tantos flagelados dirigindo-se aos municípios ribeirinhos, que em Penedo foi necessário criar a Comissão de Socorro cujas medidas estiveram atreladas à “distribuição de víveres aos famintos, dando-lhes acomodações para estada, fornecendo também roupas aos necessitados” (VALENTE, 1957, p. 117). Penedo neste momento continuava a exercer centralidade razoável. Segue abaixo a descrição da percepção, por vezes distorcida e impiedosa, que se tinha do contraste entre a cidade pujante e os retirantes desesperados:

[Penedo] estava cheia de retirantes, aleijados, nus, famintos, cegos, doentes, homens, mulheres e crianças, vindos de longe, muitos chagados, e também homens fortes e sadios com capacidade para trabalhar, no entanto indolentes e a provocar desordens e a reclamar sempre quando não são atendidos (VALENTE, 1957, p. 119)

A solução encontrada para que Penedo evitasse receber cada vez maiores contingentes de retirantes e mantivesse o impulso desenvolvimentista, foi a construção de uma obra de vulto no sertão. Assim, teve início a construção da estrada de ferro que ligaria Piranhas (AL) a Paulo Afonso (BA). Já em 1881 o primeiro trecho de 28km que interligava Piranhas a Olhos d'Água (AL) foi inaugurado; o total dos 116 quilômetros da ferrovia que levaria até Paulo Afonso foi concluído em 1883. Mesmo não passando por Penedo, a cidade sentiu os seus efeitos inicialmente benéficos pois possibilitou o escoamento da produção algodoeira pelo eixo terrestre do vale.

Entretanto, a ferrovia expandiu-se para outros municípios como Porto Real do Colégio (AL), Palmeira dos Índios (AL) e Propriá (SE) afetando Penedo negativamente. Somada à queda gradativa da exportação de algodão que resultou no fechamento da Companhia Industrial Penedense, o município começou aos poucos a ver reduzida a sua área de influência perdendo o domínio sobre os demais municípios ribeirinhos à montante de Porto Real do Colégio-Propriá.

Como explica Corrêa (1994), devido à sua localização estratégica que a tornou conhecida como “capital do Agreste e porta do Sertão” e por limitar-se ao Norte com Pernambuco, Palmeira dos Índios tornou-se um dos principais elos de ligação de Alagoas com Recife, sendo esta a cidade que concentrou o impulso urbanista do Nordeste apesar da competitividade com o porto de Penedo.

A expansão da malha rodoviária foi determinante para o esvaziamento do porto de Penedo. A construção da BR-101 na década de 1960 ligando Maceió à Sergipe via São Miguel dos Campos (AL) e Porto Real do Colégio, e a construção da ponte sobre o rio São Francisco ligando Porto Real do Colégio (AL) à Propriá (SE), sacramentou a fase de decadência do município e gerou um efeito cascata trágico, com reflexos no fechamento das demais fábricas existentes, no aumento do desemprego e na retomada do setor primário por meio da expansão da lavoura canavieira. A chegada em 1976 da destilaria de álcool Paísa, arrematou a produção da cana-de-açúcar local e sub-empregou a mão-de-obra disponível.

A pesca também sofreu um golpe com a instalação das hidrelétricas pelo governo federal para fins de represamento das águas do rio São Francisco. Valente (1957) nos traz a queda no volume do pescado de 142.857 t em 1950 quando começa a obra do conjunto de Paulo Afonso, para 40.748t em 1954, ano em que foi

inaugurada. A dimensão do impacto ainda era pouco mensurável pelos estudiosos da época ao ponto de não se atribuir ainda à hidrelétrica a responsabilidade pela queda no volume do pescado em 1954 “[...] sem razões a explicar, nota-se que o pescado em Penedo vem diminuindo, a julgar pelas estatísticas, sendo o peixe uma alimentação preferida e boa, notadamente quando se verifica a ausência de outros alimentos cada dia de custo mais elevado” (VALENTE, 1957, p. 165). Buscava-se a contenção da vazão das suas águas e a consequente diminuição dos efeitos negativos das suas cheias que acarretavam grandes prejuízos para alguns, como para os comerciantes e empresários penedenses, mas também eram vantajosas para os rizicultores e pescadores, cientes da dinâmica de vida das espécies fluviais e totalmente dependentes dos ciclos do rio.

Outra justificativa para o represamento foram as vantagens para a navegação que permitiriam melhor conexão entre as cidades e as regiões por meio dos vapores, canoas, barcaças (SOUZA, 2013). A geração de energia elétrica era o principal objetivo da construção das hidrelétricas, mas até hoje os graves impactos gerados são fortemente sentidos¹⁶.

Reforçamos através do depoimento de um entrevistado, que o processo modernizador desencadeado pelo então presidente da república Juscelino Kubitschek na década de 1950, associado à falta de um projeto desenvolvimentista em Penedo que estivesse alinhado aos rumos que o país tomava naquele momento foram decisivos para a decadência político-econômica com fortes repercussões no âmbito cultural,

[...] os valores mudaram e isso não foi um processo só em Penedo mas no mundo todo. Você pega p.ex. o folclore e pergunte se tem algum folclore em Penedo. Os meios de comunicações vão impor um padrão estético. A menina que dançava o Pastoril, o Guerreiro não se identifica mais com aquilo e passa a ser coisa de matuto. Ela se identifica com as artistas da televisão. Então isso vai provocar um esvaziamento da riqueza de Penedo nesse campo popular, do folclore. Na área da cultura mais erudita, mais burguesa, Penedo começa a perder aqueles jovens. A sua juventude começa a migrar, então você vai perdendo os valores, vai ficando uma população mais velha e aí vem a decadência da educação. (historiador).

¹⁶ A última barragem construída se situa próxima a Piranhas, constituindo a hidrelétrica de Xingó em funcionamento desde 1996. Já a que seria a última barragem, projetada para jusante de Piranhas, não foi construída devido às fragilidades ambientais de toda a bacia.

Ele deflagra dois caminhos tributários da decadência de Penedo: a influência dos meios de comunicações, conectando gradualmente os cidadãos à grande mídia e aos padrões estéticos difundidos nacionalmente gerou uma ressignificação das manifestações culturais por sua vez acompanhada de uma depreciação dos valores da cultura popular; o segundo foi o fato da elite intelectual e econômica local, que outrora dava continuidade aos estudos de nível superior nas principais capitais do Nordeste e do Sudeste com posterior regresso ao município, uma vez instaurada a crise em Penedo, inviabilizou o seu retorno e resultou na fixação de parte destes penedenses na capital Maceió, contribuindo para o gradual processo de esvaziamento do sítio tombado onde muitos casarios são conhecidos como “imóveis de herdeiros”. O retorno destes quando ocorre, tem se limitado apenas à visita a parentes e amigos, acompanhada de uma certa nostalgia pelo município. Estes são argumentos plausíveis na apreciação da patrimonialização.

Contudo, a centralidade de Penedo no que tange aos serviços ainda permanece. Ousamos sugerir que a sua influência em Alagoas alcança os municípios de Igreja Nova, São Brás, Piaçabuçu, Feliz Deserto, Porto Real do Colégio e Coruripe em alguns aspectos; e no lado sergipano as cidades de Neópolis, Santana do São Francisco, Ilha das Flores e Japoatã beneficiam-se de alguns dos serviços oferecidos nas diversas repartições públicas do poder federal e nas empresas privadas.

Alguns exemplos de entidades/órgãos hoje atuantes em Penedo são as instituições financeiras como o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Bradesco além da loteria e postos de arrecadação; a Receita Federal, a Capitania dos Portos e a Previdência Social; em termos de instrução, a Faculdade Raimundo Marinho, a Universidade Federal de Alagoas, o Instituto Federal de Alagoas, o Sistema ‘S’ por meio do SENAC, SENAI, SEST/SENAT; também é sede de uma Superintendência Regional da CODEVASF; é sede do 11º Batalhão da Polícia Militar, contando com a 7ª DRP, Delegacia Regional de Penedo; e também é sede do Comitê Gestor da Bacia do São Francisco. Em termos dos cuidados com a saúde, tem uma UPA – Unidade de Pronto Atendimento, e conta com a atuação da Santa Casa de Misericórdia responsável também pelo asilo São José, e encontra-se em Penedo o Hospital Regional além de algumas clínicas médicas.

Existe no município uma das quatro Casas do Patrimônio do IPHAN em Alagoas, instalada em 2014 devido ao fato de ser a cidade tombada a nível federal; é sede de bispado que reconhecidamente organiza a maior festa do Bom Jesus dos Navegantes de todo o Baixo São Francisco impactando turisticamente o município; tem atraído alguns empresários do setor de alimentação, com restaurantes baseados na culinária japonesa, italiana e regional; tem impulsionado o setor de academias de ginástica, acompanhado de outros pequenos empreendimentos associados aos cuidados com o corpo e a estética entre outros serviços.

De acordo com o IBGE, em 2010 o município contava com uma população de 60.378 habitantes e alcançaria em 2015 cerca de 64.074 moradores. Do total recenseado em 2010, constatou-se que havia 45.020 habitantes residindo na zona urbana e 15.358 moradores na zona rural, demonstrando que o município segue a trajetória do cenário nacional de concentração populacional nas áreas urbanas. No caso de Penedo este fato está associado à grande concentração de terras destinadas à plantação canaveira que veio acompanhada da redução da produção de gêneros alimentícios, deixando o município dependente da produção oriunda dos municípios de Arapiraca (AL), Feliz Deserto (AL), Junqueiro (AL), Itabaiana (SE) entre outros.

No setor primário, a monocultura canaveira domina a paisagem interiorana e ocupa as maiores porções de terras. O agronegócio da cana-de-açúcar oscila de acordo com o mercado nacional e internacional. O cultivo do arroz sofreu o impacto com a artificialização das várzeas da Marituba e da Boacica, associados à supressão das enchentes e à salinização das águas, principalmente.

No setor de serviços destaca-se a expectativa do incremento do turismo em decorrência da patrimonialização. No entanto, o fato de Penedo projetar-se apenas como um município com potencial turístico¹⁷ demonstra a desarticulação entre as ações de reabilitação urbana apoiadas na ativação do seu patrimônio cultural (Programa Monumenta/BID e o PAC2) com as ações de fomento e dinamização do turismo no Baixo São Francisco, como o circuito turístico “Caminhos do São

¹⁷ De acordo com o Ministério do Turismo (2006, p.25), um município com Potencial Turístico é “Aquele que possui recursos turísticos sem infraestrutura, produtos e/ou serviços consolidados”.

Francisco”¹⁸ , que até o presente momento não contagiou os empresários penedenses haja vista que, segundo um dos hoteleiros entrevistados nesta pesquisa, apenas duas empresas do setor de turismo de Penedo integram este circuito comparecendo às frequentes reuniões e contribuindo com uma mensalidade no valor de R\$ 80,00. Ainda segundo o seu relato, os gestores do circuito consideram a possibilidade de reduzir o valor da mensalidade para R\$ 50,00 como forma de incentivar a adesão de mais empresários. A pouca apropriação desta iniciativa demonstra a ineficácia do circuito em Penedo.

A ausência de um inventário da oferta turística¹⁹ de Penedo, como primeiro instrumento de gestão da atividade turística demonstra o despreparo do setor e impede o conhecimento adequado dos seus pontos fortes e fracos, sem o quê quaisquer ações em prol do turismo mostram-se inadequadas e ineficientes. De acordo com o *site* do circuito “Caminhos do São Francisco” foram catalogados em Penedo 10 meios de hospedagem e 23 bares e restaurantes. Não existem agências de turismo receptivo atuando no município e, embora existam 2 associações de guias/condutores de turismo, nenhuma delas tem sede própria o que dificulta a contratação dos seus serviços. Por sua vez, a Secretaria Municipal de Turismo não dispõe de um Posto de Informação Turísticas capaz de orientar o turista acerca do que fazer no município. Criou-se o Conselho Municipal de Turismo em 2015, mas não foram vistas até o presente momento, ações concretas que visem dinamizar o setor.

Embora a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, com sede em Penedo ofereça o curso de Turismo desde 2008, formando mão-de-obra especializada para o planejamento, organização e gestão do setor, as condições de absorção deste profissional pelo empresariado penedense é mínima. São basicamente empresas familiares com baixíssima inovação tecnológica, reduzida capacidade de

¹⁸ O Projeto é fruto da parceria da AECID, BID por meio do FUMIN e do Governo do Estado de Alagoas através da SEPLANDE e da SETUR. (Fonte: <http://caminhosdosaofrancisco.com.br/quem-somos/>). O curso de Turismo da UFAL não foi convidado a participar desde o começo da elaboração deste circuito turístico, ingressando posteriormente em ações pontuais travadas diretamente entre os estudantes do curso e a consultoria.

¹⁹ O inventário da oferta turística “compreende o levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística” (MTUR, 2006, p. 07).

investimentos e pouco propensas a mudanças na mentalidade local de gestão. Assim sendo, não reúnem as condições ideais de ofertarem um serviço de qualidade e à altura da demanda turística que se pretende atrair com a reabilitação do seu sítio histórico tombado.

O fluxo turístico permanece significativo somente na Festa do Bom Jesus dos Navegantes e inexistente um calendário de eventos que fomente o incremento da demanda turística para Penedo. O município conta apenas com as festas cívicas e religiosas de alcance apenas local, e alguns eventos ainda bastante pontuais decorrentes da presença de instituições como a UFAL, o IFAL e a CODEVASF. Ao longo do ano, apenas os ônibus repletos de estudantes, desde o ensino fundamental ao universitário, é que aportam sem regularidade no município. Poucos turistas são vistos caminhando pelas ladeiras e por entre os casarios e os monumentos de Penedo.

2.4 Tempos nostálgicos

Vários são os autores que decidiram tomar para si uma espécie de missão ou esforço contributivo, a responsabilidade de registrar fatos, estórias, história, impressões, vivências e percepções sobre o município de Penedo por meio de livros, poesias, mapas e fotografias que nos foram legados ao longo dos séculos.

Penedo, como todas as cidades patrimonializadas, não foi concebida como patrimônio cultural, tornou-se um. Eternizou-se em sentido literal através do tombamento da sua paisagem cultural que, para uma parcela dos sujeitos entrevistados, poderá resultar em uma vantajosa oportunidade de alavancar o turismo.

Creemos, por outro lado, que o sucesso é incerto. Incerto devido à desconsideração dos antecedentes e nexos capazes de relacionarem os fatos socioculturais do município com sua trajetória geohistórica de formação, que se expressa nas desigualdades socioeconômicas, na segregação socioespacial, no rol de experiências vividas e no sistema de relações instituído ao longo dos séculos. As cidades como um todo não só resultam de um processo ininterrupto de acúmulo de

tempos e espaços, não são apenas resultado de um conjunto de relações, mas principalmente determinam um novo campo de forças que chega até o nosso tempo, e certamente será referência para outras sociedades no futuro.

Concordamos com Calvino (1990) pois mesmo que diferentes cidades vão se sucedendo na esteira dos anos, ainda que no mesmo espaço e até mesmo conservando o mesmo nome, é impossível que se tenha nascido, declinado e renascido neste processo contínuo e dinâmico, sem que tenham conseguido se comunicar. Buscamos este elo entre passado e presente, mediado pelas relações conflitantes no território patrimonializado e pelas práticas e vivências dos ocupantes, uma vez que sabemos estar contido neles a natureza das mudanças e das permanências de quem vive, mora e trabalha em um sítio tombado.

A presença do catolicismo foi determinante na formação mental e cultural do penedense, embora atualmente não possua a mesma influência dada a expansão das religiões evangélicas e de outras doutrinas e seitas. Foi em meados do século XVII que começaram a chegar os primeiros jesuítas, beneditinos e franciscanos aos povoados de Alagoas e Penedo. Logo lançariam as bases da civilização: assumiram a função de catequizar os índios, substituíram as precárias moradias encontradas por outras mais adequadas e começaram a erigir as primeiras igrejas que passariam a ser as sedes espirituais destes lugarejos. Os conventos foram o passo seguinte. Através deles começou a se delinear uma paisagem marcada não apenas pelas suas construções materiais, mas também simbólicas ao se introduzir “[...] práticas coletivas religiosas, como procissões, cerimônias de sepultamento entre outras que ocorrem balizadas pelas edificações cristãs” (SILVA e ALBUQUERQUE, 2011, p. 03).

O convento não apenas se incorporou à vida do penedense, ele também a pautou e direcionou. Para além da sua função religiosa e na ausência de uma estrutura de equipamentos e serviços tipicamente urbanos, “ele oferecia à cidade préstimos na doença e na pobreza, difundia as letras, acudia peregrinos e visitantes, guardava bens, promovia os enterramentos, servia de refúgio nas guerras” (SILVA e ALBUQUERQUE, 2011, p. 03). Portanto, intensas práticas da vida urbana gravitavam ao redor deste convento. A autonomia político-administrativa e o progresso socioeconômico e cultural de Penedo foram aos poucos dotando o município da

estrutura necessária ao atendimento das necessidades da população, desobrigando gradativamente os franciscanos das responsabilidades historicamente assumidas.

Antes da inauguração do convento, os frades já haviam instituído a aula de latim e mantinham aulas do curso primário ministradas por eles a título de compensação às esmolas doadas pelos moradores para a construção do convento. Assim é que começaram as primeiras letras em Penedo, já que antes os únicos letrados eram apenas os Ouvidores e Juízes de Paz vindos de Portugal. Apenas em 1835, quando Alagoas já era oficialmente uma província separada de Pernambuco, foi que se realizou a primeira dotação orçamentária para custear dois professores no intuito de ministrarem aulas de latim e de francês em Penedo, bastante em moda à época e percebido como símbolo de sofisticação. Foi no período republicano que se instituiu o curso secundário.

Além das escolas públicas, surgiram os tradicionais colégios religiosos particulares, exclusivos para a elite penedense. Em 1931, segundo nos informa Valente (1957, p. 157), Penedo possuía vinte e duas escolas das quais sete eram particulares. Estas escolas encontravam-se basicamente concentradas no centro e em seu entorno, mas com o surgimento dos bairros 'mais afastados' na parte alta do município, a exemplo do bairro de Santa Luzia, entidades como a Associação das Escolas Paroquiais e outras igualmente benfeitoras vieram em socorro da instrução “[...] de centenas de alunos pobres, muitos a receberem alimentos e roupas” (VALENTE, 1957, p. 158).

A saúde em Penedo sempre foi uma preocupação e aliado à influência política que exercia, não foi à toa que o mais antigo hospital de caridade de Alagoas foi instalado neste município em 1770. Inicialmente a Santa Casa de Misericórdia ocupou um imóvel ao lado da Igreja de São Gonçalo que foi posteriormente transferido para as dependências do convento franciscano onde ficou até 1889, quando finalmente instalou-se em definitivo na antiga rua do Cajueiro Grande, atual av. Getúlio Vargas onde permanece até hoje (Figura 20 e Figura 21).

Figura 20 - Instalações da Santa Casa de Misericórdia, na atual av. Getúlio Vargas s/d



Fonte: Oficina de Projetos, oriunda do acervo particular de Cristina Sanches, s/d

Figura 21 - Instalações atuais da Santa Casa de Misericórdia na av. Getúlio Vargas



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira.

Ao longo do século XIX, Penedo se viu assolada por uma série de epidemias sequenciais: o cólera trazido da Europa vitimou um quarto da população penedense e demandou localmente a adoção de medidas urgentes de higiene por parte da administração pública; depois a varíola, a febre amarela, o impaludismo, também conhecido como carneirada, que já tinha acometido até a tropa de Maurício de Nassau no passado, e era consequência da mortandade de animais por ocasião das frequentes cheias do rio São Francisco (VALENTE, 1957).

É nesse período tumultuado que Penedo recebe a visita do Imperador D. Pedro II e sua comitiva em 14 de outubro de 1859. Até hoje a cidade rememora o fato batizando rotas turísticas (Caminhos do Imperador), sobrados (Paço Imperial), ruas (Imperial Rua da Corrente) e sociedades culturais (Imperial Sociedade Filarmônica Sete de Setembro). O sobrado do Paço Imperial foi residência da influente família Lemos e atualmente abriga o Museu do Paço Imperial e o Memorial Raimundo Marinho, como já mencionado. O ex-prefeito Raimundo Marinho também é lembrado por ter sido o grande impulsionador dos Festivais de Cinema de Penedo que ocorreram entre os anos de 1975-1982, além das inúmeras ações de urbanização executadas em suas administrações especialmente na periferia de Penedo.

O cinema teve o seu protagonismo. Há registros da existência das primeiras salas de projeção em Penedo ainda em 1912 com o Cinema Ideal. Entretanto, foi a partir da segunda metade do século XX que a “sétima arte” se consolidou no município e impulsionou os festivais:

(...) Na década de 1960 teve o Festival de Arte que trouxe um grupo de jornalistas e artistas e eu lembro de estar cortando bandeirinhas para enfeitar a cidade para o festival. Na década de 1970, eu participei da organização do festival de Cinema que foram realizações emblemáticas para a arte cinematográfica brasileira. (Fragmento do depoimento da museóloga Carmem Lúcia Dantas extraído da ‘cabine da memória’ na Casa do Patrimônio do IPHAN).

O centro de Penedo polarizava opções de lazer voltadas à “sétima arte” para uma classe média. Existiu o Cine Penedo, na Praça Marechal Deodoro; o Cinema Ideal, dentro do Teatro Sete de Setembro e o Cine São Francisco, no Hotel São Francisco, todos concentrados no atual sítio tombado. Podemos afirmar que frequentar o cinema, além de opção de lazer, significava também confrontar e subverter os códigos da moralidade conservadora. O cinema transformou-se no lugar dos casais. Era o refúgio das pequenas aventuras amorosas no próprio bairro. A intimidade praticada longe da fiscalização da família e longe do decoro recomendado no espaço público, principalmente nas praças, se exprimia nas salas dos cinemas.

O Cinema São Francisco é lembrado pelo seu requinte, decoração, amplitude, conforto sendo, portanto, exaltado como o melhor do Norte e Nordeste pelos entrevistados. Frequentá-lo era viver uma experiência, no mínimo, excitante. Alguns

rituais faziam parte dessa experiência de ir ao cinema. Lá não passavam apenas filmes, mas também jogos de futebol mesmo que não fossem ao vivo. Os penedenses se orgulhavam do fato dos filmes que entravam em cartaz virem da capital pernambucana, naquele tempo uma cidade que era sinônimo de *status* e influência regional.

Além de filmes e jogos, os cinemas foram os primeiros a veicularem em Penedo os seriados norte-americanos, o que influenciou os gostos da elite. Em Penedo havia plateia para a “sétima arte” que se dividia em salas de projeções espalhadas pela cidade, tanto na parte alta quanto na parte baixa e, embora tenha sido uma diversão na qual se democratizou o acesso, manteve-se alguma segregação socioespacial: o público costumava frequentar os espaços condizentes com a sua situação socioeconômica. Mas não era sempre assim, pois também haviam as promoções que tornavam acessíveis a compra dos bilhetes. Este hábito cultural, aliado ao interesse políticos e turísticos resultaram na organização do Festival de Cinema de Penedo, de grande sucesso durante a sua curta duração. Relatos carregados de excitação e saudosismo conseguem ilustrar bem o significado do cinema em/para Penedo:

Tinha o cinema aqui, o Cine Penedo, que era o nosso refúgio, né? Porque os pais não deixavam a gente namorar porque 13, 14 anos... aí não queria deixar. E aí a gente vinha namorar aqui no Cine Penedo. A gente dizia que ia fazer um trabalho de escola, uma coisa assim, sabe? (risos) E aí saía pra namorar! Era nosso refúgio! (F, 61 anos, Pça. Mal. Deodoro).

O Hotel São Francisco foi inaugurado em 1959, e quando foi inaugurado era um dos melhores hotéis do Norte/Nordeste e o maior e o melhor cinema do Norte/Nordeste: 900 lugares, todos alcochoados, ar-condicionado central. [começa a imitar os sons que anunciavam o início da sessão]. [Na etapa seguinte] Quando abria a cortina o som era [começa a cantar o spot do futebol brasileiro] ‘tã-tã-tã-tã-tãããã’. Ia passar o jogo do Vasco x Flamengo do ano passado! E a gente na torcida pra ver aquele jogo! Já sabia o resultado! Rapaz, era bom demais! (M, 56 anos, Rua Fernandes de Barros).

Cinema... nós tivemos o privilégio a partir de 1960, [de ter] o melhor cinema do Norte e Nordeste do país: o São Francisco. O único que rivalizava era o Cine São Luiz [em Recife]. Mas rivalizava por conta de uma decoração muito rica que tinha... e a programação era do de Recife! Mas, poltrona e tudo... tudo o nosso era melhor. Você entrava no cinema e tinha os encontros, guardar cadeira pra o namorado, paquera... era interessante(...) E antes do Cine São Francisco... _____, não sei se é capaz de você se lembrar [refere-se à amiga que estava presente durante a

entrevista]..._____ é mais nova do que eu. Mas antes tinha o Cine Penedo, que tinha os famosos seriados, n/é? Aí nós tínhamos nas terças-feiras...chamamos de 'suarê das moças'²⁰, era o dia em que o ingresso era mais barato. Aí passava sempre um filme e o seriado de Flash Gordon. (...) Ali no Círculo Operário era cinema também (...) O Festival de Cinema foi [nos]anos 70, 75...aí tinha uma figura aqui que chamava Aldo Butantã que era metido a conquistador e usava o cabelo de Elvis Presley (M, 72 anos, av. Getúlio Vargas).

Segundo Valente (1957, p. 180), “outros cinemas têm funcionado em Penedo em locais apropriados, *especialmente para o seu público*. Foram o Standart, Central, Eden, Eldorado, Popular” (grifo nosso), com vida útil oscilando entre poucos meses em alguns casos, a até mais de um ano de existência, em outros. Os custos de manutenção da sala e aquisição das projeções certamente não eram considerados baratos para que uma população em sua maioria carente na parte alta do município, pudesse sustentar.

Tanto o Festival de Cinema quanto a tradicional Festa do Bom Jesus dos Navegantes, que em janeiro de 2016 realizou a sua 132ª edição, passaram a ocorrer no mesmo final de semana definindo uma estratégia de ampliação do fluxo turístico que se mostrou insuportável para a infraestrutura básica e turística ainda insuficiente no município para atender a uma população flutuante tão vasta. As críticas dos jornais da época atestam problemas como queda de energia, falta de abastecimento d'água, pane nos telefones e insuficiência da rede hoteleira.

Durante o período em que ocorreu, o Festival de Cinema cresceu em importância e influência político-midiática ao ponto de incorporar à sua programação, a procissão fluvial que ocorre aos domingos no último dia da Festa do Bom Jesus dos Navegantes. Os festivais de cinema dinamizavam a economia penedense por meio do turismo e serviam para reforçar uma certa primazia cultural do município, embora economicamente decadente.

Passeios de lancha pelo rio, banhos de piscina no Hotel São Francisco, apresentações culturais vindas do Recife e de Salvador, grupos folclóricos e orquestras da própria cidade, eventos nos diversos clubes existentes entre eles o Cube dos 30, o *Country Club* e as discotecas do Penedo Tênis Clube faziam com que

²⁰ “Suarê das moças”, corruptela de “soirée”, que nos cinemas correspondia às seções da tarde e/ou noite.

Penedo se negasse a cair no ostracismo cultural. Atores e atrizes de renome nacional geravam alvoroço durante o evento (Figura 22), despertando paixões fugazes, ciúmeira e encantamentos na população que os conhecia, que podia frequentar o cinema ou tinha televisão em casa, ou seja, uma minoria.

Figura 22 - Rubens de Falco e Susana Vieira na primeira edição do Festival de Cinema de Penedo (1975)



Fonte: Exposição permanente da Casa do Patrimônio do IPHAN, 2015.

Ao enaltecer a segunda edição do Festival de Cinema do Penedo, o Jornal de Hoje de 10/01/1976 fez uma citação do historiador penedense Ernani Méro que vasculhando o passado afirma que “Penedo, em sua trajetória histórica nos mostra como os oparinos souberam assimilar a influência da cultura transplantada de além-mar” (Figura 23).

Isto nos levar a questionar de que oparinos falamos? Certamente não da sua maioria, ainda pobre, pouco instruída, sub-empregada. O certo é que o tradicional festival ficou no passado, mas a Universidade Federal de Alagoas tem se esforçado pela retomada e popularização do cinema, organizando o Festival de Cinema Universitário de Alagoas que atingiu a sua quinta edição ininterrupta em novembro de 2015.

Figura 23 - Reportagem veiculada pelo Jornal de Hoje de 10/01/1976

Fonte: Memorial Raimundo Marinho no Paço Imperial.

Entendemos como necessário fazermos menção ao Círculo Operário de Penedo (Figura 24). Foi um espaço de grande relevância para a previdência e a cultura da classe operária penedense, reconhecido pela sua trajetória e atuação e pela beleza da sua edificação recentemente restaurada.

Figura 24 - Imagem da fachada do Círculo Operário após o restauro executado pelo IPHAN com recursos do PAC 2

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

O seguinte relato nos foi dado em conversa repleta de nostalgia e inspirada pela paisagem do rio São Francisco. Segundo um entrevistado,

Penedo tinha fábrica de óleo, de sabão, de beneficiamento de arroz e isso fazia com que a cidade tivesse efetivamente uma classe operária. Esse movimento circulista surge na Europa no século XIX, durante a Revolução Industrial e [em meio a] a condição sub-humana da classe operária. Aí vem a reação da sociedade...o marxismo. E a igreja em determinado momento é instada a se manifestar com relação a isso. A igreja sempre é muito devagar. O Papa Leão X, creio que foi ele, escreve uma encíclica e estabelece os parâmetros de como a igreja deve se posicionar nessa situação e é a ponta de lança de como a igreja deveria atuar. Mas alguns padres já corriam em auxílio das pessoas antes da publicação oficial da Igreja. Então, o movimento circulista começa na Europa dessa forma e tinha esse lado filantrópico, religioso, católico mas também funcionava como uma espécie de frente contra a ação do marxismo, que era ateu. 'Vamos organizar os operários, melhorar as condições de vida deles mas deixando eles fora do marxismo ateu'. [O movimento] Chega no Brasil em 1930 no Rio Grande do Sul, e aqui em Penedo chega na década de 1940, 1947. É fundado aqui em Penedo um movimento católico junto aos operários, que tem essa coisa da mobilização mas também de manter os operários longe. Foi forte no início, tanto é que consegue comprar aquela sede. Pra comprar o Círculo teve doações, verbas de políticos. No início era ativo, forte....tinha duas linhas de ação: [uma]próxima do sindicalismo mas não com aquela combatividade do sindicalismo e aquela de auxílio mútuo. O sócio morria, então a instituição bancava o funeral; ficava doente, ajudava. Tinha uma mensalidade. Então tinha esse lado que supria a carência de uma previdência social, que surgiria depois. E tinha o lado cultural, é tanto que tem um palco. Então tinha apresentações de pastoril, de teatro, tinha intercâmbio com outras instituições, eles viajavam e tal...tinha as coisas da igreja...ali dentro tem um altar, era celebrado missa. O [ex-prefeito]Raimundo Marinho começou a vida dele ali, prestava os serviços dele no Círculo e por ali ele vai enveredar na política. Hoje, deixou de ter operário....as fábricas fecharam. O pessoal da cana não viu e o pessoal do círculo não foi até ele....não sei...talvez as pessoas, talvez não vejam o cortador de cana como operário...também não é agricultor... Você percebe o potencial de problemática que isso teria? Você começar a organizar os cortadores de cana? O movimento foi forte até os anos de 1970, tinha uma certa força. De que forma? Sobrevivendo mais o lado cultural porque ali o mestre [artesão] Antônio Pedro assumiu aquele espaço e implantou ali uma escola, não foi um prédio físico que existiu. Quando se fala Escola de Santeiro, você tem que usar o termo escola como uma sequência de formação... 'a escola baiana'. No Círculo funcionou a escola do mestre Antônio Pedro, então ele dava aula e você era aluno da escola do mestre, não da escola de santeiro. Tanto que alguns são pintores e não, escultores. O Claudionor [mestre artesão e patrimônio-vivo de Penedo] é um caso raro. O mestre foi envelhecendo, a coisa foi enfraquecendo. Eu estudei lá! Tinha uma escola de alfabetização. Me recordo muito da infância e me lembro do mestre. Era um cara feio pra caramba e carrancudo(risos)! Ele [o Círculo Operário] esvaziou muito...existe a diretoria mas...não consegue...eu digo que o Círculo tem dois problemas: falta de dinheiro e de gente pra trabalhar por ele. (Historiador).

O entendimento sobre a função do Círculo Operário e a importância que tinha para a sociedade no período citado pelo historiador permite que, no campo cultural, destaquemos a importância dos palcos existentes no interior das associações de

classe beneficentes ou nas casas de espetáculo. Podem ser encontrados palcos no Monte Pio dos Artistas, na Casa de São Francisco, no Teatro Sete de Setembro, na igreja do Bairro Vermelho, “(...) então é uma cidade que quando você sabe que existem os palcos, existiu cultura, existiu apresentação” (M, 72 anos, av. Getúlio Vargas).

Na Figura 25 podemos observar o interior do Círculo Operário. No lado esquerdo é possível visualizar um minialtar e no centro está o palco ladeado por duas grandes pinturas alusivas aos trabalhadores no exercício da sua função, sendo um agricultor e um ferreiro. Após o restauro foram incluídas uma rampa de acessibilidade e, embora a foto não mostre, na entrada há um elevador para cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção embora ainda não tenha sido utilizado. Internamente, existem salas para a realização de cursos, além do auditório que foi pensado para ocupar a área principal.

Figura 25 - Imagem do interior do Círculo Operário após o restauro



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Quanto à imprensa penedense, os jornais foram sem dúvida o principal veiculador das ideias, cultura, modos de vida, acontecimentos, denúncias, propagandas comerciais. Desta forma, muitos rivalizavam entre si especialmente no âmbito das discussões políticas. Era o principal meio de informação para os letrados, o que obviamente não se estendia a toda população penedense.

De acordo com Valente (1957, p. 229), o registro do jornal mais antigo de Penedo pertence a “O Penedense” e seu primeiro número apareceu em 5 de julho de 1869, havendo sido seguido por outros periódicos. Entre os jornais diários, semanais e periódicos, estavam principalmente os de caráter religioso, como o católico “O Apóstolo” (1927), os de caráter político como “O Lutador”, tendo na tríade “Jornal de Penedo” (1873) “O Progresso” (Partido Conservador) e “A Luz” (Partido Liberal) de 1882, várias edições acaloradas sendo distribuídas. Havia também “O Democrata” (1890), “Diário de Penedo” (1895), “A Semana”, “O Correio do São Francisco” (1910); além do “Dom Juan” (1895), “O Vadio”, “O Vigilante”, entre outros. A proliferação de jornais foi mais acentuada entre 1873-1927, envolvendo períodos de agitação política intensos, a exemplo da campanha abolicionista e o início da República.

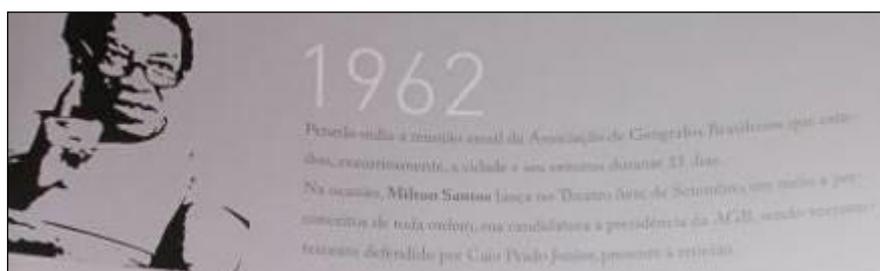
O autor afirma ainda que durante a campanha pela extinção da escravidão, Penedo viu discursar no Teatro Sete de Setembro, o abolicionista Quintino Bocaiuva. Entre 1869 e 1874 existiu a Associação Humanitária Penedense que também focou a sua atuação tanto da libertação dos escravos, conseguindo alforriar muitos que se encontravam naquela condição, quanto no socorro às vítimas de várias epidemias que assolaram o município.

Outra associação de atuação relevante na cultura local e que foi criada para o “[...] aperfeiçoamento da arte musical e para proporcionar toda sorte de diversões honestas às famílias” (VALENTE, 1957, p. 172), foi a Imperial Sociedade Filarmônica Sete de Setembro (1865), homenageada com este título pelo Imperador D. Pedro II. Para proporcionar “o desenvolvimento moral e material da cidade”, construiu o Teatro Sete de Setembro, projetado em estilo neoclássico pelo arquiteto italiano Luiz Lucarini e inaugurado no ano de 1884, sendo considerado o teatro mais antigo do estado de Alagoas.

O Sete de Setembro, como é popularmente conhecido, oscilou entre o apogeu e a decadência ao longo da sua história. Podemos destacar que em seu período áureo, o teatro sediou a realização da reunião anual da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) de 1962, que contou com a presença do geógrafo Milton Santos, ocasião em que apresentou a sua candidatura à presidência da AGB.

Nesta reunião, os presentes dedicaram-se a pesquisas no município e em seu entorno ao longo de 15 dias (Figura 26).

Figura 26 - Destaque para a realização da reunião anual da AGB em Penedo (1962) no Teatro Sete de Setembro



Fonte: Exposição permanente da Casa do Patrimônio do IPHAN, 2015.

No período decadente, passou por um processo de desativação das suas atividades. Neste momento, cogitou-se até a instalação de uma agência bancária. Tal fato contrariou a cena teatral penedense fazendo surgir a União Teatral dos Amadores de Penedo (1959), seguida da Companhia Penedense de Teatro (1990), da Maria Dengosa, da Flor do Sertão entre outras que estimularam a sua reabertura. Em seu *blog*²¹ podemos perceber a atuação da Cia. Penedense de Teatro na organização do Festival de Teatro de Penedo que, em 2010, estava na sua oitava edição, promovendo o intercâmbio com grupos da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, entre outros estados. Além de sede da Filarmônica, o teatro também abrigou uma biblioteca que se tornou local de estudos e reuniões. Há alguns anos ele vem passando por dificuldades estruturais (ar-condicionado quebrado, banheiros com problemas, etc.), financeiras, escassez de espetáculos e, mesmo quando há encenações, o público costuma ser pífio, à exceção das peças conhecidas pelas piadas preconceituosas e/ou caricatas e recheadas com “palavrões”. Estas peças fazem sucesso em Penedo e, ou forçam as companhias de teatro locais a uma adaptação para continuarem existindo ou as desestimulam. Ambas as situações, já vem ocorrendo.

A retomada do fluxo de pessoas ao teatro decorre da formação de plateia, que por sua vez, depende de uma política cultural bem elaborada, de médio a longo prazo. Também depende da mobilização das companhias teatrais ainda existentes,

²¹ Maiores informações podem ser encontradas no blog da Companhia Penedense de Teatro: <http://ciapenedensedeteatro.blogspot.com.br/>

mas desestimuladas pela falta de incentivo no/do município. Embora haja o espaço para os ensaios das companhias, as dificuldades financeiras para a manutenção da estrutura incorrem em custos que penalizam os artistas amadores durante os ensaios. Atualmente o teatro encontra-se fechado para reforma que está sendo implementada com recursos do PAC2 e prevê a sua climatização (Figura 27 e Figura 28).

O teatro tem um papel preponderante no cotidiano do penedense mesmo que ele não o frequente. A apropriação se constrói a partir da função que lhe foi atribuída pela população por estar localizado na principal rua comercial do centro, a av. Floriano Peixoto.

É estimado pela população, especialmente homens de idade mais avançada que frequentavam diariamente as suas escadarias de manhãzinha e ao final da tarde, transformando-as em verdadeiras arquibancadas e pontos de encontro de conhecidos e amigos, não raro para observar o vai e vem do comércio, atualizar as notícias ou bater um papo despretenso (Figura 29).

Com a reforma e interdição do teatro, o ponto de encontro dispersou-se migrando para algum outro lugar. Ao questionarmos uma funcionária de uma loja de calçados situada em frente ao teatro sobre para onde teriam ido aquelas pessoas, a resposta foi espantosa: *“Acredita que eu nem tinha reparado que não estavam mais lá?”*. É surpreendente como o cotidiano faz com que as pessoas do lugar percam o hábito ou se distanciem das comparações e comentários sobre o seu lugar (TUAN, 2012).

Outras opções de lazer surgiram e se popularizaram, colocando-se como alternativas por vezes

Teatro Sete de Setembro e suas fases

Figura 27 - Teatro Sete de Setembro (s/d)



Fonte: Arquivo cedido por Raul Rodrigues

Figura 28 – Teatro Sete de Setembro (2016)



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.
Autora: Daniella Pereira.

Figura 29 - Escadarias do teatro ocupadas pelos moradores



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.
Autora: Daniella Pereira.

até mais econômicas e mediadas pela tecnologia dos celulares, *tablets* e computadores, enfatizando o *self* e tornando a juventude cada vez mais alheia ao lugar. Uma forma de lazer que vem crescendo entre os adultos jovens são os “paredões automotivos”, costumeiramente presentes nas praças especialmente na Praça 12 de abril, localizada na orla de Penedo, em sua zona comercial. Este hábito não tem gerado muitas reclamações no tocante à perturbação sonora por não se situar em área de adensamento residencial. Por outro lado, coloca em risco as edificações centenárias graças à vibração potente destes equipamentos.

Passemos à música, à dança e aos folguedos de Penedo. A cidade já foi conhecida pelos sons que ecoavam dos pianos das casas das famílias abastadas, sendo comum a organização de saraus. As serenatas também eram constantes. As bandas Euterpe, Carlos Gomes e Caxeiral alegravam as festas, tocavam no coreto, faziam a alegria no carnaval. Em Penedo havia uma multiplicidade de folguedos populares²²: marujadas, reisados, lapinhas, pastoris e presépios nas festas de natal.

A festa de Natal aqui em Penedo, nossa! Era a coisa mais linda! (...) você tinha prazer de sair... até mesmo com a família você ia na festa de natal. Você encontrava o amendoim torrado, uma cocadinha, você encontrava uma fruta no espetinho, você encontrava tudo: uma pipoca caramelada. (...) hoje você não tem festa de Natal... era aqui na Orla começava ali no [Supermercado] Kibarato até a Igreja de Santa Cruz dos dois lados! Hoje você vê o que? Existia barco, existia aquilo que se chamava Carrossel, roda gigante, aquela coisa toda, criança brincava, famílias inteiras vinham brincar naquilo ali, hoje não existe nada disso, faz até medo sair de casa pra ir numa festa de natal ali. (...) Tinha corrida de cavalo, era aquelas de argolas, tinha a roupa daqueles homens, era impecável. Encerrava a festa de natal e tudo continuava arrumado pra Bom Jesus, aí as festividades de final de ano encerravam com a Festa de Bom Jesus (F, 58 anos, artista plástica).

No carnaval, a elite desfilava nos carros alegóricos (Figura 30), enfeitavam-se as ruas, havia confetes e serpentinas, blocos diversos, além dos tradicionais bailes do Penedo Tênis Clube e da Filarmônica.

²² Atualmente, vários mestres da cultura popular faleceram sem terem conseguido transmitir para as gerações seguintes os valores e múltiplos significados dos folguedos. É pela atualização que se garante a continuidade das tradições, o não desaparecimento do passado (JEUDY, 2005). Caso contrário, ficam deslocadas e são gradativamente excluídas, como é o caso da marujada, do reisado e dos presépios de natal.

Figura 30 - Carro alegórico de carnaval pelas ruas de Penedo durante o carnaval, s/d



Fonte: Acervo cedido por Raul Rodrigues.

O mais famoso carnaval de rua acontecia em frente ao Teatro Sete de Setembro, onde se ‘marcava o passo’. Os foliões se concentravam e as orquestras começavam a tocar no final da tarde. ‘Marcavam o passo’²³ até por volta das 23 horas com palco armado na rua, para quem não pudesse pagar o ingresso e entrar no Baile da Filarmônica. Com o tempo chegou o trio elétrico que ficava próximo ao Teatro e então os rapazes da elite penedense se deslocavam para lá e se misturavam. O início do Baile da Filarmônica no Teatro era a deixa para a elite partir e seguir em direção ao Penedo Tênis Clube, encontrar os seus. A classe média entrava no baile da Filarmônica, embora aparentemente ele fosse um pouco mais democrático com o tipo de frequentador desde que pagasse a entrada; o que não ocorria com o elitista Penedo Tênis Clube. Assim, as duas festas pagas mais concorridas no centro de Penedo adentravam a madrugada em lugares fechados. O carnaval, percebido através de pessoas das classes socioeconômicas distintas, valoriza os toques, os cheiros (que eram as drogas do baile como o lança-perfume, hoje proibidas), os sons, a interação, o estado de espírito e, às vezes até permitia o esquecimento, temporário, das diferenças entre eles. Assim foi descrito o carnaval:

²³ Marcar o passo significa ser o momento de animação e brincadeira que antecede o baile.

O nosso carnaval aqui nos anos 60 era de clube. O carnaval de rua era pequeno, tinha os desfiles, tinha a batucada. Mas era tão pequeno que a grande festa de carnaval de Penedo era na Filarmônica, funcionava onde é o Teatro hoje. O carnaval de rua, o 'passo', como a gente chamava, terminava às 23 horas, porque era a hora que começava o da Filarmônica. A sociedade penedense, nós, rapazes, caíamos no passo porque pra nós era bagunça. Quem era? O passo era composto por quem? Pelas prostitutas, pelas pessoas humildes. E a gente, como rapazes, a gente se metia porque tava na bagunça. Mas as irmãs da gente não ia. A _____ [amiga presente à entrevista] não ia. A gente ia, porque a gente era homem, n/é? Então, a partir do trio elétrico é que o pessoal do Tênis foi pra lá. Aí se misturou. Mas no começo havia uma coisa interessante: os primeiros carnavais em Penedo com trio elétrico, o trio elétrico ficava ali, entre a loteria esportiva, dividindo aquele trecho do Correio. Era um reflexo [da divisão de classes] impressionante. A turma dos clubes sociais de um lado sem ninguém estabelecer nada. Depois é que foi misturando, aí embolou tudo. (M, 72 anos, av. Getúlio Vargas)

(...) o carnaval da Filarmônica hoje não existe mais...antes existia, eu cheguei a ir e o carnaval lá dentro [era] de máscaras...tinha uns cheiros... mas não usava perfumes, usavam uma bisnaga de plástico [lança-perfume] e a gente saía espirrando nas pessoas. Era um negócio sabe...bonito mesmo. Era gostoso de se brincar n/é? Naquela época ali eu criança, eu me apeguei a essa parte ainda...graças a Deus. Olha, inda bem. Porque teve gente que não teve chance...e muita gente ali dançando na filarmônica, todo mundo brincando realmente não existia confusão, briga, todo mundo alegre, contente (...) e já participavam tanto o pobre com umas pessoas rica da cidade... é... já entrava nesse contexto, n/é? Porque era uma brincadeira, um divertimento. (...) Tinha na praça também. Aqui colocava um palanque e o pessoal da Musical [Penedense] era quem tocava os ritmos do carnaval. E [o pessoal] ficava dançando ao redor, de frente ao teatro. Quem não tinha dinheiro suficiente pra entrar lá na Filarmônica aí ficava ali, que a gente chamava de fedô (risos). Todo mundo entrava na roda e ia muita gente que às vezes passava o dia brincando carnaval, bebendo cachaça aí já tava com o desodorante vencido...rapaz vou entrar aí! Vou entrar. (...) Era muita gente, era tudo agarrado na cintura da pessoa e saía... (...) E jogava aquele é...confete (...) antigamente era assim... jogando talco, era talco mesmo do bom que jogava (...). (M, 48 anos, artesão).

No espaço público o carnaval não era tão seguro, pacífico e nem recatado. A chegada do trio elétrico foi de fato um acontecimento no município, pois a mudança comportamental que trouxe consigo naquele momento foi um choque entre gerações e classes, evidenciando uma certa hipocrisia da população, conforme impressões constantes em trecho extraído do poema “Ode ao Trio Elétrico” de Chico Araújo:

O povo está na rua, ó cidadãos pacatos
- fazendo ginástica –
os corpos banhados em suores
exalam odores axilares.

E pipocam tiros, quebram-se garrafas:
ao som da música simplista e barata,
refulgem facas
narizes sangram
meganhas pisam
ancas indecentes
agridem a pudicícia hipócrita.

Ó arcanjos dos altares!
Ó padres, ó saudosistas, ó
beatas!

Quanta descompostura é o povo
na rua!

Quanta banalidade, quantos
maus odores

Que audácias!

Não, meu povo!

olha a decência!

- a cidade velha não está disposta
a tamanhas festas!

Muros velhos, descuidados, racham,
mocinhas donzelas octogenárias
desmaiam histéricas,
frades turrões desconjuram:

“É Satanás, ó poetas mortos e
fétidos!

Ó cultura incompetente, ó
famílias nobres,

Ó falências!

(...)

Penedo como município conservador, tem nos templos católicos verdadeiros símbolos do patrimônio edificado. O fato do Convento Franciscano (Figura 31) ser um rico exemplar da arquitetura barroca portuguesa do século XVII em Penedo, certamente impulsionou o surgimento da Escola de Santeiros devido às oficinas de imagens mantidas pelos religiosos, mesmo não se configurando como uma escola propriamente dita.

Os templos católicos (Figura 32) sempre foram predominantes no sítio histórico em detrimento das outras religiões. Pensemos neles em termos de funções e

Os Templos Católicos e a sua Relevância Histórica

Figura 31 - Igreja e Convento de Nossa Senhora dos Anjos



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Autora: Daniella Pereira.

Figura 32 - Atual rua Floriano Peixoto, ao fundo a Igreja de São Gonçalo Garcia (1907)



Fonte: Arquivo cedido por Raul Rodrigues.

significados ao invés da obviedade das suas especificidades arquitetônicas. A Igreja de Nossa Senhora da Corrente também conhecida por Igreja dos Lemos por ter sido esta família a finalizar a sua construção, era uma das igrejas mais procuradas para a realização de cerimônias suntuosas. As figuras 33 e 34 veem acompanhadas de informações que estão contidas em Valente (1957) e Méro (1994).

Por fim, em meio aos fatos históricos e cômicos, alguns foram resgatados por Mendonça (1962) na busca pelo registro das memórias, dos hábitos, da rotina, dos valores e das reações memoráveis do penedense. Citamos apenas dois para fins de ilustração: o primeiro deles foi durante a passagem do dirigível Zepellin (Figura 35) em 19 de julho de 1935 quando fazia o trajeto Berlim-Rio, via Lisboa e Recife, interrompendo por instantes a pacata vida do penedense, despertando a sua curiosidade e gerando atitudes inusitadas:

A cidade virou um pandemônio. De todos os lados pulava gente pra ver aquela “enormidade”. Como eram mais ou menos 12:30, via-se um com o garfo na mão e a boca cheia de comida. Apresentava-se outro de cuecas, pois estava tirando uma ‘soneca’, (hoje sesta). Um terceiro quase morre entalado, de vez que estava a comer com farinha seca. Uma respeitável senhora da sociedade que estava tomando banho, não hesitou em sair enrolada somente na toalha felpuda (...) (MENDONÇA, 1962, p.52).

A Figura 35 mostra em primeiro plano o rio São Francisco e a zona portuária com algumas embarcações ancoradas e veículos possivelmente aguardando os vapores para embarcarem ou desembarcarem mercadorias, em uma época de funcionalidade do porto. O dirigível Zepellin sobrevoa Penedo durante o dia e, ao fundo vislumbram-se os sobrados mais próximos à

Os Templos Católicos e a sua Relevância Histórica

Figura 33 – - Igreja e Largo de São Gonçalo Garcia (av. Floriano Peixoto)



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.
Autora: Daniella Pereira.

Antes deste templo havia uma ermida de onde surgiu a Irmandade de São Gonçalo Garcia. Em 1770 a direção do Hospital de Caridade passou à atual Santa Casa de Misericórdia. A sua atuação também se estende ao asilo Lar de São José, ao lado da SCM na av. Getúlio Vargas (VALENTE, 1957).

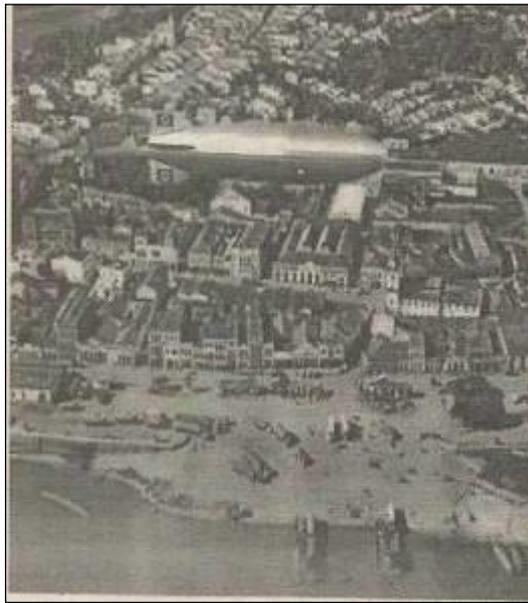
Figura 34 - Igreja de Nossa Senhora das Correntes (1764)



No período abolicionista, segundo os condutores de turismo, ficou conhecida por abrigar negros fugidos das fazendas, dada a existência de uma “passagem secreta” (Figura 34) na lateral esquerda do altar-mor. Lá ficavam escondidos por três a quatro dias, quando então recebiam uma carta de alforria falsificada para ajudar na fuga.

margem do rio São Francisco. Percebe-se a grande concentração de imóveis que se expande no sentido da parte alta do município e de algumas manchas de vegetação nesta área.

Figura 35 - Passagem do Zepellin por Penedo (1935)



Fonte: Arquivo cedido por Raul Rodrigues.

O segundo fato registrado pelo autor alude à existência do “Quinteto das Choradeiras”. De acordo com ele, durante as décadas de 1920 e 1930 o Dia de Finados era um dos mais respeitados. A viúva do Barão de Traipu figurou como personagem de uma das estórias mais cômicas neste período de luto. Entre os mexeriqueiros da época contava-se que talvez por ter chorado demasiadamente na ocasião do enterro, a viúva não conseguia mais chorar nestes saudosos dias e para isso D. Antônia do Barão, como era mais conhecida,

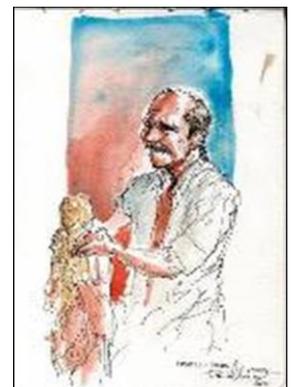
Escola de Santeiros da Igreja e Convento Franciscano

Ao longo das décadas sucederam-se em Penedo exímios escultores com características semelhantes capazes de configurarem um estilo próprio, uma espécie de escola penedense de santeiros. Foram expoentes nesta arte, Dioclécio Phidias, Julio Phidias, Cesário Procópio dos Mártires, Antonio Pedro dos Santos e as suas peças encontram-se expostas nas várias igrejas católicas penedenses.

Temos como discípulos deste último mestre, Timaia e Claudionor Higino. Pelas mãos do Timaia, veio o George. A arte sobrevive apesar das dificuldades na sua difusão dentro da própria cidade e junto aos turistas, e também da carência de uma Escola de Santeiros em Penedo.

*por Daniel Aubert
(Projeto Salvaguarda Imaterial)*

Mestre artesão penedense Timaia



[...] para suprir aquela falta de sofrimento externo, dispunha do tradicional “Quinteto das Choradeiras” que, por uma “função”, das 16 às 18 horas, percebia a importância de 10\$000 (dez mil réis), correspondente hoje a \$10,00 (...). E ali estava ela, sentada numa cadeira-de-braços e arrodada de sua dezena de cachorros com fitas e guisos no pescoço, como boa “Maestra” a reger o seu “Quinteto” – Chore mais alto, Nanoca! Dê um gritinho, Vicença! Hum! Hum! Não tô gostando, Zéfa! (MENDONÇA, 1962, p. 70).

No primeiro fato, percebemos a existência do hábito da soneca após a refeição, algo que ainda presenciamos em alguns estabelecimentos comerciais penedenses, embora quase extinto dado o ritmo da vida contemporânea que demanda dos moradores a substituição do sono restaurador pela necessidade de resolver os problemas cotidianos. Também vimos que a chegada do Zepellin foi uma grande novidade para os residentes independente da classe social ou familiaridade com a sua existência. O hábito de consumir farinha seca aponta para um cidadão pertencente à camada popular já que o cereal integrava os hábitos de consumo dessa classe. A farinha hoje é um alimento de ampla aceitação independente da classe socioeconômica. Constatamos essa realidade em Penedo, já que ela integra as opções de acompanhamento das refeições em todos os restaurantes frequentados, independente da qualidade e dos preços por eles praticados. Todas as vezes em que servem pratos reconhecidamente “regionais”, ela se faz presente sendo consumida por moradores e turistas.

A referência feita à mulher na citação refletiu o pensamento e os valores segregacionistas, elitistas e patriarcais da época, no momento em que o cronista a distinguiu dos demais moradores retratados, por meio da adjetivação “respeitável” sugerindo que “os outros” seriam cidadãos não merecedores do mesmo respeito e consideração. Em Penedo este tipo de reverência aos integrantes da elite socioeconômica, política e religiosa ainda se faz presente, o que não ocorre com os membros da classe artístico-cultural. O “reconhecimento” é comum vindo da população mais carente, numa relação de mútua dependência entre quem oferta o emprego e quem dele necessita; e de uma parcela da classe média que ainda mantém atuais alguns valores conservadores.

O segundo fato é emblemático das atitudes excêntricas que só os pertencentes à exclusiva classe político-econômica de Penedo poderiam

protagonizar. Expressar as emoções em público, no momento certo, era algo esperado e conveniente mesmo que não sendo sincero. Neste caso, não importaram os meios para se atingir os fins. As reações emotivas, dramáticas, incontidas são, até os dias de hoje, costumeiras em Penedo, sejam elas decorrentes de boas ou más notícias. Destacamos também a capacidade de associar o triste ao cômico. O comportamento “desviante” em Penedo continua não passando despercebido sendo sempre merecedor de alguns registros, ao menos dos fatos pitorescos de cada geração.

Escolhemos retratar Penedo em sua intimidade, particularidades, valores e costumes com o propósito de evidenciar as expectativas de boa parte dos sujeitos entrevistados com relação à patrimonialização e aos recursos oriundos dos projetos de reabilitação urbana. São expectativas que consistem em reavivar um estilo de vida baseado nos lugares de memória, nos espaços apropriados, nos ‘cantinhos’ destes moradores. Desta forma, a patrimonialização da paisagem cultural através do tombamento, tem convencido os entrevistados que aceitaram e/ou se resignaram com a política preservacionista, a apoiarem a ressignificação do seu lugar como veremos nos próximos capítulos.



3 INTERFACES DA PATRIMONIALIZAÇÃO

3 INTERFACES DA PATRIMONIALIZAÇÃO: POLÍTICAS, VALORES E CONFLITOS

Penedo é um desafio ao êxito dos objetivos preservacionistas. É um município, como tantos, que reafirma através da sua arquitetura imponente a pujança dos períodos áureos que não são mais condizentes com a estagnação socioeconômica e política que vive atualmente. As formas-ícones do patrimônio cultural edificado são a aposta para reavivar a economia municipal.

Embora os indicadores sociais tenham melhorado, não reverteram a condição de pobreza e desemprego ainda elevados em Penedo. A conjuntura política que trouxe a redução nos repasses de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aliado às oscilações e mudanças nos planos dos gestores municipais e estaduais na atração de investimentos e à baixa qualificação da mão-de-obra local, tornaram uma parcela considerável dos munícipes ainda dependentes dos programas de transferência de renda e estimularam os fluxos migratórios da zona rural para a urbana, na expectativa da ampliação das chances de trabalho e/ou emprego.

A expectativa em torno dos ganhos após finalizadas as obras de reabilitação urbana apresentam algum otimismo “cético”. Afinal, a “reforma do reformado”²⁴ mostra como sucessivos planos de intervenção urbana implementados em Penedo não conseguiram concretizar as expectativas da população e dos empresários/autônomos vinculados ao turismo. As dificuldades de gestão de um sítio tombado em três escalas político-administrativas adicionam complexidades por fomentar a justaposição de políticas e programas governamentais e menosprezar as necessidades de entrosamento e compartilhamento de responsabilidades entre os órgãos envolvidos.

²⁴ Reportagem escrita e publicada em 16/05/2016 por Raul Rodrigues, editor do *site* de notícias Correio do Povo de Alagoas, intitulada “Dinheiro gasto com obras em reformas do reformado em Penedo” faz alusão ao drama das intermináveis obras no sítio tombado de Penedo.

3.1 O contexto do seu tombamento multiescalar

Penedo passa por um processo curioso de inchaço da área que compreende a sede do município devido ao processo gradual de imigração dos trabalhadores rurais²⁵ para a zona urbana, somado à ampliação do fluxo de servidores públicos concursados nas instituições interiorizadas, sobretudo as federais. São fatores que resultaram em especulação imobiliária e forçaram a PMP a conceber com algum atraso, o seu Plano Diretor Participativo (2007) que incorporou em suas diretrizes algumas recomendações oriundas do Programa Monumenta/BID iniciado em 2002, e cuja legitimidade gera controvérsias pois decorre de uma conduta política questionável. Segundo um dos entrevistados,

(...) eu já tive a tristeza de ir numa audiência pública amplamente divulgada, uma das primeiras do Plano Diretor, no Teatro Sete de Setembro, aberta. Se tinha 10 pessoas, era muito. Sabe o que fizeram pra ter uma legitimidade? Chamaram todos os funcionários da prefeitura. Agora me diga, o que eu aprendi de Penedo é o seguinte: uma elite que quer continuar no controle (...).(ex-arquiteta do Programa Monumenta).

Neste caso, o documento que foi aprovado adotou como princípios: i) a função social da cidade e da propriedade, com a priorização do interesse comum sobre o individual; ii) a gestão democrática, para estimular a maior participação dos cidadãos no processo de planejamento, tomada de decisões e fiscalização das ações públicas; iii) a sustentabilidade, como elo de integração das estratégias de desenvolvimento. Tais princípios foram perseguidos e no tocante à ação patrimonializadora, não se mostraram efetivos em sua totalidade, como veremos nos capítulos que seguem.

O Plano Diretor (2007) estabeleceu uma política territorial a partir das seguintes diretrizes setoriais: a) saneamento ambiental; b) habitação; c)

²⁵ Estão entre os fatores determinantes da migração da zona rural para a sede do município: precariedade das condições de vida nos povoados do município (precariedade da pavimentação das ruas, ausência do sistema de esgotamento sanitário, deficiências na prestação de serviços nas áreas de saúde e segurança), falta de opções de lazer, baixo acesso à tecnologia, dificuldades de abastecimento de gêneros de primeira necessidade, escassez de oportunidades de emprego.

desenvolvimento sócio-econômico; d) patrimônio histórico; e) mobilidade e acessibilidade.

Estas diretrizes têm sido implementadas obedecendo a um ordenamento territorial que subdividiu o município em macrozonas: i) a Macrozona Urbana (MZU); ii) a Macrozona Rural (MZR); iii) Macrozona Urbano-Rural (MZUR). Interessa-nos focar na Macrozona Urbana pois é nela que se situa a Zona de Proteção Histórico-Cultural (ZPHC).

O plano diretor prevê em seu art. 39 que a política de preservação e conservação do patrimônio histórico-cultural de Penedo, deverá atenderos seguintes objetivos:

I- Criar cadastro municipal integrado ao Sistema de Gestão de Informação Urbana dos bens referenciais da identidade do povo penedense;

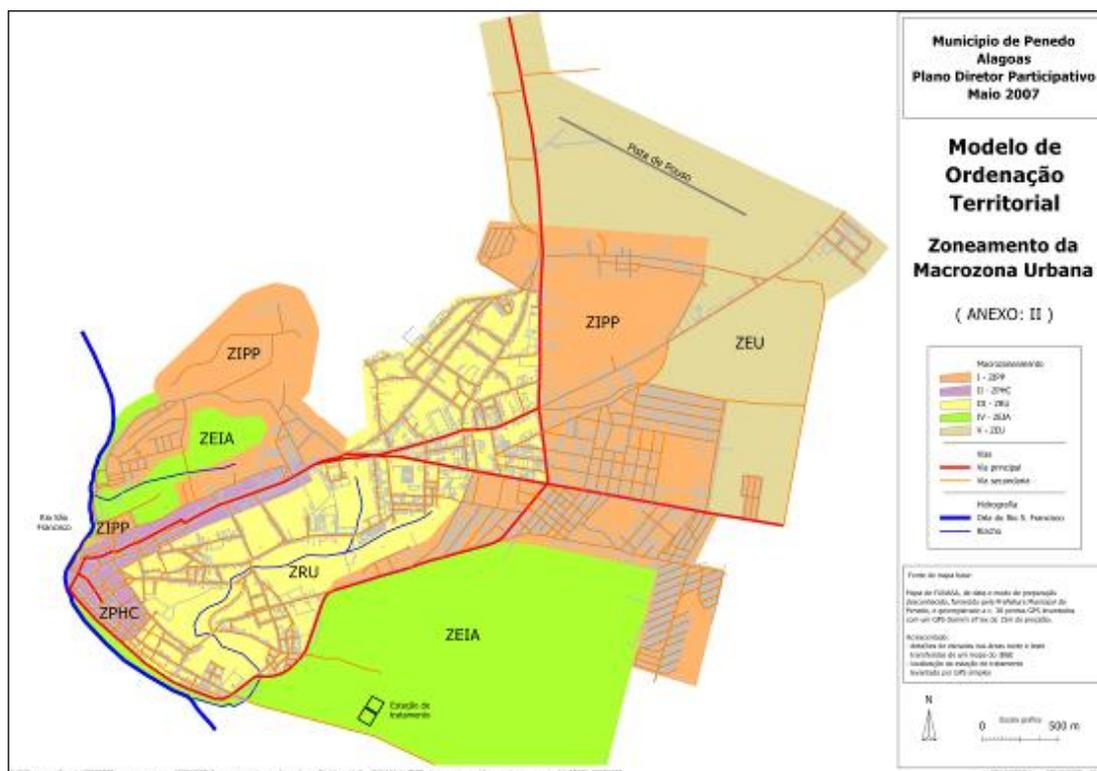
II- Promover exploração econômica sustentável do patrimônio cultural;

III- Promover a integração das ações públicas e privadas destinadas à proteção do patrimônio cultural existente;

Em seu parágrafo único define que “as ações e estudos do Programa de Valorização do Patrimônio Cultural deverão articular-se com as ações e estudos promovidos pelo Programa Monumenta, presente no município no ano de 2002”.

O Programa tem por objetivo a preservação de áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano do país, incluindo espaços públicos e edificações, de forma a garantir sua conservação permanente e a intensificação do seu uso pela população, sendo o primeiro projeto de financiamento à cultura apoiado por organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A macrozona urbana subdivide-se em: ZPHC (Figura 36), Zona de Investimentos Públicos Prioritários (ZIPP); Zona de Requalificação Urbana (ZRU); Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA); e Zona de Expansão Urbana (ZEU).

Figura 36 - Mapa do Zoneamento da Macrozona Urbana do município de Penedo-AL

Fonte: Oficina de Projetos/ Plano Diretor Participativo de Penedo, Secretaria de Infraestrutura e Obras/PMP, 2007.

Alguns investimentos conjuntos entre o governo federal, estadual e municipal tem tornado a parte alta da cidade mais atraente para a fixação da população. Os conjuntos residenciais do Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal, tem começado a atender a demanda por habitação popular prevista no plano diretor, com a criação de um conglomerado de residenciais situados próximos uns aos outros: residenciais Marisa Letícia Lula da Silva 1 e 2, Mata Atlântica 1 e 2, Velho Chico 1, Nilo Menezes e Vale do Marituba. Ainda não podemos afirmar que foram criados verdadeiros bairros, considerando que não foram fruto de uma ocupação intencional dos grupos humanos, mas uma alocação de pessoas segundo critérios previamente definidos pelo ente público em sintonia com a política de ordenamento territorial do município.

O bairro se circunscreve a uma escala espacial mais reduzida, na qual se estabelecem relações sociais, não raro conflitantes, mas que também se define por uma certa coesão social o que configura a sua singularidade. Os residenciais

mencionados são, em grande medida, um acolhimento de grupos e de classes diferentes, favorecendo integrações e/ou estimulando tensões, mas também projetando uma referência simbólica que assume uma expressão espacial conflitante causada pela “[...] insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação sócio-espacial, intervenções urbanísticas autoritárias, centralização da gestão territorial, massificação do bairro e deterioração da qualidade de vida urbana” (SOUZA, 1989, p. 140).

Destacamos aqui a fala de uma moradora do sítio tombado, que paga o aluguel de imóvel à Santa Casa de Misericórdia (SCM) e aguarda ser contemplada com uma casa nestes residenciais. Em seu depoimento, ela destaca porque a parte baixa ainda é importante, deixando claro que mesmo na expectativa da realização do sonho da casa própria, a tristeza com a saída do bairro, do ‘centro histórico’ aonde vive, será grande por ser o lugar em que se sente emocionalmente vinculada e por ser também o bairro comercial que lhe permite uma redução no custo de vida.

Significa assim, você tá perto da igreja, você tá perto do banco, você tá perto dos Correios, está perto das ‘festa’; que dia Sete de Setembro que tá tendo desfile por toda rua aqui. (...) Carnaval, tudo passa aqui. Festa da Gincana [de Pesca], tudo passa aqui; procissão, passa aqui, de Santo Antônio; Senhor Morto, passa aqui; da Aleluia, passa aqui. Então, minha filha, tem tudo de bom. Você morar aqui é perto de tudo. Você acha que quem mora aqui, próximo de tudo, vai comparar você morar por exemplo, na Mata Atlântica? No Barro Duro? [localizados na parte alta] Você tem que pegar o coletivo pra descer! Pra fazer feira, pra sacar um dinheiro, qualquer coisa. Pro INSS...o que você quiser fazer tem que descer, você tem que ter o dinheiro do ônibus e [morando] aqui você tem a possibilidade de ir a pé e voltar. Olhe! (...) Eu tô esperando a minha e quando saí eu vou morar lá [refere-se à casa no Programa Minha Casa, Minha Vida na zona de expansão]. Sem dúvida! Agora que eu vou dizer a você, que eu vou e tô gostando de ir, eu tô mentindo. Porque eu já tô acostumada aqui, que eu sempre morei aqui! Desde os 18 anos que eu moro aqui na parte baixa. Aí então você sabe que é difícil, é difícil porque aqui você tem um padrão de vida e lá você vai ter outro. Principalmente você não ter transporte pra se locomover de lá pra cá... (...) Aí é muita diferença(...). (F, 54 anos, rua João Pessoa).

Além dos conjuntos populares, existem os loteamentos de caráter privado, atualmente em franca expansão, produzidos para o consumo da restrita classe média e média alta penedense, composta basicamente por alguns comerciantes bem-sucedidos, profissionais liberais e servidores públicos concursados. A política preservacionista é vista como um empecilho para os possíveis novos moradores. Este

último grupo ao migrar para Penedo tem procurado fixar residência fora do sítio tombado, onde pode acomodar mais adequadamente o imóvel ao gosto e expectativa das famílias, seguindo um modelo de moradia tomado como referência nas suas cidades de origem. Em conversa informal com a proprietária de uma imobiliária do município, o desinteresse pelo sítio tombado se dá em virtude da legislação específica do tombamento que limita as possibilidades de intervenção²⁶ no imóvel, como a abertura de garagens, a substituição do piso, alteração das fachadas, dificuldades de ventilação por serem geminadas, etc. Aliado a isso, setores do comércio como supermercado, farmácias, lojas, sorveterias; e de serviços como clínicas de saúde e de estética, academias de ginástica, bares e restaurantes, hotelaria, templos religiosos, estão se expandindo e/ou migrando para atender a demanda da parte alta do município, conduzindo a uma polarização inexorável e cada vez mais acentuada entre as partes alta e baixa.

A mesma interlocutora também afirmou que o custo para a aquisição ou aluguel de imóvel na ZPHC é inferior em comparação com a parte alta da cidade considerando padrões semelhantes em tamanho do imóvel e quantidade de cômodos. Mesmo sendo relativamente mais barato, o núcleo primitivo do sítio tombado continua pouco atrativo. Trazemos o relato de um morador deste perímetro que endossou as afirmações da dona da imobiliária e apontou uma consequência que testemunhamos algumas vezes:

Você tem vários imóveis aqui fechados, o proprietário quer vender, alguém quer comprar, tem medo de comprar porque diz 'eu não posso mudar'. A gente também não vai exigir que a pessoa fique morando numa casa com as características de uma construção de 100 anos atrás. Aí a gente também há de buscar um consenso de dizer: 'perai, vamos buscar um meio termo quanto a isso'. Mas o que tá acontecendo? Essas casas do centro histórico tão desvalorizadas e não encontra quem compre. Enquanto isso vão desabando. (M, 56 anos, rua Fernandes de Barros).

Ainda assim, devemos enfatizar que ao responderem porque as pessoas de fora do sítio tombado continuam a frequentá-lo, os moradores observam que o seu

²⁶ As intervenções caracterizam-se, conforme prevê o Código de Postura da PMP (2007) em seu art. 94, “pela execução de obras e instalação de aparelhos e equipamentos nas fachadas e quaisquer elementos externos das edificações situadas na área histórica, quando esta intervenção, a critério de órgão competente, vier comprometer-lhe ou desfigurar-lhe o estilo arquitetônico”.

bairro não perdeu nem a centralidade nem a funcionalidade, embora reconheçam que o crescimento da parte alta tem dividido a população.

Porque aqui na verdade é onde que tá as agências bancárias, n/é? Eu acho que a feira também, a maioria das lojas, apesar de que lá em cima também tem. Tá caindo muito o movimento aqui porque lá em cima agora tem mercados, tem feira, açougue, posto de arrecadação, posto de gasolina, não é? Mas aqui é o forte ainda (M, 55 anos, Pça Marechal Deodoro).

O pessoal já tá acostumado, quando vem aqui já resolve várias coisas em um lugar só. Não precisa ir a outro lugar. Aqui já tem tudo. É melhor você resolver aqui, que é no centro (M, 18 anos, Rua Dâmaso do Monte).

Empresários e autônomos também compartilharam de opinião semelhante:

Porque é onde tem tudo, os bancos estão aqui. A parte do INSS é aqui, as lojas de tecido, lojas de aviamentos, tudo é aqui embaixo, os Correios...então tem muitos serviços que são do dia a dia, que estão aqui em baixo. Não tem como. Eu nunca fui na loteria lá em cima. Quando eu penso em loteria, eu já associo aqui em baixo, por mais que [lá em cima] seja perto da minha casa. A gente tem muitos serviços que são aqui em baixo e que são fundamentais. (F, 62 anos, cooperativa de artesanato).

É muita gente pro comércio, n/é? Outros vem resolver problemas bancários e outros vem só a passeio mesmo. (M, 52 anos, pescador).

Um depoimento nos chamou a atenção porque, ao mesmo tempo em que reconhece que as instituições financeiras são um dos serviços que garantem ainda a centralidade do sítio tombado, o empresário se diz uma vítima do processo de reabilitação urbana, ao invés de ser um dos seus principais beneficiários por ser um empresário do setor turístico. Ele critica as obras que, no seu entendimento, ao contrário do esperado aumento do fluxo turístico, contribui para o comprometimento do acesso à parte baixa do sítio tombado. O IPHAN e a PMP são apontados, contraditoriamente, como agentes desencadeadores da fragilização do turismo no território patrimonializado, sugerindo que, ou os órgãos desconhecem, ou então subestimam, ou não demonstram interesse pelas dinâmicas de uso e ocupação do espaço na av. Floriano Peixoto.

[Procuram]bancos, mas tem caído muito, principalmente porque não tem aonde estacionar. Aqui mesmo [no piso térreo] a gente tinha 3 pontos

alugados, aqui no hotel. Agora mesmo, não temos. Porque? Porque não tem onde estacionar com a obra aqui. À noite é esquisito. E vão fazer um calçadão em detrimento do automóvel. Tudo o que é cidade que tem rio, a atração se puxa pro lado do rio. Mas com o IPHAN e com a prefeitura fazendo 'essas coisas boas' pela gente, todo mundo só bota os restaurantes lá em cima, todo mundo bota os hotéis lá em cima, qualquer coisa turística, lá em cima, longe dos atormentos do IPHAN. (M, 49 anos, dono de hotel).

Penedo ainda não experimenta o esvaziamento massivo do seu sítio tombado nos moldes do Pelourinho, em Salvador, ou do Bairro do Recife, na capital pernambucana, mas estagnou na renovação e no estímulo à moradia nesta área. Entretanto, embora ainda pontual, a patrimonialização em Penedo mostra sinais da adoção de estratégias semelhantes no processo de requalificação urbana da área comercial e do Largo de São Gonçalo, uma obra do PAC2 que analisaremos mais adiante.

Pontuamos algumas questões introdutórias para que pudéssemos começar a dimensionar o tamanho do desafio que as intervenções urbanas estão introduzindo no sítio histórico tombado. Embora os estudos sobre a patrimonialização tendam a justificar o processo de enobrecimento urbano, como oriundo da perda de funcionalidade do centro, há nuances que apontam para outras possíveis interpretações. Tal como expresso por Leite (2016)²⁷ o centro de qualquer cidade “passa a ser patrimônio porque perdeu a sua característica de centro”, ou seja, porque perdeu a sua funcionalidade operacional em qualquer cidade ou município, seja no comércio ou no setor de serviços.

Observamos que Penedo, embora fragmentada ainda mantém instituições político-administrativas, financeiras, acadêmicas bem como templos católicos que conservam e reafirmam os vínculos da população penedense com o sítio tombado, e cuja funcionalidade assegura ainda um papel de centralidade deste território patrimonializado. A reunião destas instituições ainda garante a esta área uma função simultaneamente residencial, comercial e de serviços. Desta forma, as intervenções urbanísticas das quais é objeto, sugerem no momento uma proposta de

²⁷ Em palestra proferida no mês de abril/2016 no I Congresso Brasileiro de Sociologia durante o momento de reflexão e debate com a plateia do evento.

complementariedade com possível substituição da funcionalidade no futuro do sítio tombado, como consequência dos projetos controversos no âmbito da patrimonialização. A centralidade de que ainda goza esta área, estaria então apoiada segundo Serpa (2011, p. 100), no “movimento dialético que a constitui e a destrói, e que, ao mesmo tempo, a cria e a extingue [...] a cidade não cria nada, mas centraliza as criações. E, contraditoriamente, cria tudo! Nada pode existir sem intercâmbio, sem aproximação, sem proximidade, sem relações”.

Algumas informações adicionais sobre a realidade socioeconômica atual de Penedo devem ser mencionadas. Chama-nos a atenção alguns dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, pois dizem respeito ao quantitativo aproximado da população residente no sítio tombado, algo em torno de apenas 4.000 pessoas. A faixa etária não foi informada, mas as nossas pesquisas e o tempo de moradia neste sítio apontam para uma população composta majoritariamente por adultos e pessoas idosas. Neste caso, dos quase 50 mil habitantes da zona urbana, considerando a projeção de aumento da população em 2015, apenas cerca de 8% da população reside nesta área central, demonstrando o “pouco interesse” pelo sítio histórico.

De acordo com Ramos (2014), 26,9% da população do município vive entre a linha da indigência e da pobreza e 33,7% abaixo da linha da indigência, sendo o índice de analfabetismo de 29,3% entre os que têm 15 anos ou mais de idade. Apenas 26,7% dos domicílios em Penedo possuíam acesso à rede geral de esgotamento sanitário sendo coletado e lançado direto no rio São Francisco sem qualquer tratamento.

Informações contidas no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social revelam que o total de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família do Governo Federal em Penedo, até dezembro de 2015, era de 16.451 e, deste total, 10.161 famílias são caracterizadas como extremamente pobres, o que significa que apresentam renda per capita familiar de até R\$ 77,00 por mês (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015).

Em relação ao emprego, boa parte da população penedense depende das políticas de transferência de renda oriundas do Governo Federal. Muitos trabalham de forma sazonal nas usinas de cana de açúcar existentes no entorno; outros são absorvidos pelo comércio do município, sendo que nem sempre têm a carteira assinada. Em 2013, Penedo computou a existência de 845 empresas, ocupando 5.744

peças com renda média mensal equivalente a dois salários mínimos, considerado baixo. Outras 510 pessoas assalariadas estão vinculadas a 73 entidades sem fins lucrativos (IBGE, 2014). Devemos destacar que aproximadamente 90% deste total de pessoas estão vinculadas a duas categorias: saúde (229) e educação e pesquisa (217), o que nos sugere que as associações beneficentes de outrora, com forte atuação na assistência social estão provavelmente sendo substituídas pelas políticas públicas de combate à pobreza.

Embora tenha apresentado evolução no seu IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal desde 1991 (0,411), 2000 (0,495) e 2010 (0,630), ficando em sétimo lugar no Estado de Alagoas, ainda assim é um dado alarmante considerando que em 2010, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, este estado ocupava a última colocação (0,631) no *ranking* das demais unidades federativas (PNUD, 2010).

Desde a década de 1950, Penedo vivencia momentos difíceis do ponto de vista econômico e social como descrevemos no capítulo dois. A necessidade de buscar alternativas econômicas, a existência em seu território de um patrimônio cultural²⁸ e a mobilização internacional e nacional em favor da valorização econômica dos monumentos, fez com que Penedo voltasse as suas atenções para o turismo.

O incentivo ao uso dos monumentos como recurso econômico foi destaque em reunião da Organização dos Estados Americanos (O.E.A.) de onde saíram as Normas de Quito (1967, p.01), no tocante à valorização dos monumentos,

[...] o acelerado processo de empobrecimento da maioria dos países americanos como consequência do estado de abandono e da falta de defesa em que se encontra sua riqueza monumental e artística demanda a adoção de medidas de emergência tanto em nível nacional quanto internacional, mas sua eficácia prática dependerá, em último caso, de sua adequada formulação dentro de um plano sistemático de revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico-social.

²⁸ Patrimônio Cultural é aqui entendido com base no previsto na Constituição de 1988 no seu Artigo 216: “ Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Por esta razão, alguns termos como “melhor aproveitamento” e “utilização adequada” passaram a integrar o texto das recomendações feitas nesta publicação que, por sua vez, fazem parte do acervo das Cartas Patrimoniais disponibilizadas pelo IPHAN em seu *site*. Tais Cartas recomendam que as medidas preservacionistas estejam também previstas nos planos de desenvolvimento. Pelas Normas de Quito (1967), o turismo deve ser encorajado como uma das formas de uso do patrimônio cultural, pois ainda neste documento:

[...]os valores propriamente culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincular-se com os interesses turísticos e, longe disso, a maior atração exercida pelos monumentos e a fluência crescente de visitantes contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significação nacionais (1967, p. 06).

De acordo com estas normas, o turismo é visto de maneira otimista, como setor a ser encorajado pois desempenha uma função alavancadora da economia, fortalecedora do sentimento de nacionalidade e aparentemente incapaz de gerar impactos negativos.

As iniciativas em favor da patrimonialização tendo como um dos seus principais instrumentos o tombamento, buscou atender as necessidades de conservação das edificações e o desenvolvimento do turismo. A multiescalaridade do tombamento no caso de Penedo, permitiu uma melhor compreensão da forma como os agentes da patrimonialização se articularam com os sujeitos sociais, e possibilitou a compreensão tanto dos conflitos quanto das ações convergentes que surgiram. As informações que seguem são fruto do dossiê de tombamento de Penedo a nível federal. Em meio a esta documentação, veio anexado também o dossiê de tombamento a nível estadual que foi o que embasou alguns pareceres do conselho consultivo do IPHAN.

Vimos no sub-capítulo 1.2 que o perímetro de tombamento estadual e municipal diverge em extensão, do perímetro federal, explicitando não apenas as diferenças de tamanho da superfície representada, mas principalmente uma intencionalidade na escolha. A escala nesta discussão, não implica apenas uma medida da superfície. Ela a envolve e a ultrapassa pois atende a uma finalidade. O

território incorpora o papel da escala como uma estratégia de apreensão da realidade, como “mediadora entre intenção e ação, o que aponta o componente de poder no domínio da escala, especialmente nas decisões do estado sobre o território” (CASTRO, 2000, p. 127).

No caso em análise, ao se delimitar uma superfície, foi imposta a criação de um território concebido a partir de uma lógica funcional, enquanto produto das relações de poder que asseguraram ao Estado brasileiro e às suas instâncias representativas, a sua interferência no ordenamento territorial, devidamente traduzido nas palavras de um dos gestores entrevistados,

(...) o tombamento em si não passa a ser um processo participativo, com a comunidade.(...) ‘vamos fazer umas audiências públicas? Vamos esclarecer o tombamento? A cidade tem a sua relevância no contexto nacional? Vamos tomar a cidade?’ Não...é assim: a pessoa dorme e acorda. É tombada. (Pró-Memória).

O território da forma como é entendido por Gottman (2012), está centrado no funcionamento do Estado nacional e por isso mesmo esta dimensão nos é útil pois o início do processo patrimonializador em Penedo refletiu a articulação de interesses de um grupo restrito da classe dominante, não se configurando em processo de participação ampla e democrática. Segundo o autor,

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia (GOTTMAN, 2012, p. 523)

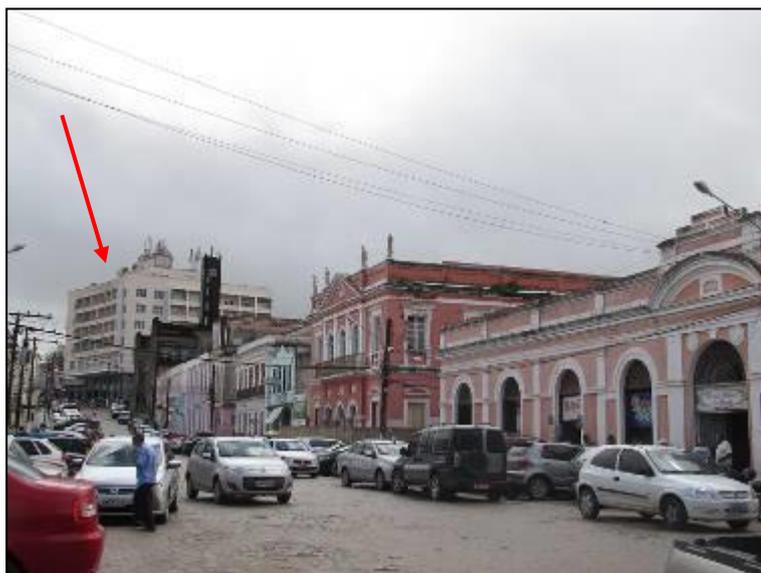
O território do patrimônio em Penedo, ressalvadas as dimensões das unidades político-administrativas, surgiu da demarcação de um espaço como jurisdição de três governos, acompanhado de uma estrutura normatizadora e geradora de uma fragmentação espacial que, por sua vez, resultou numa diferenciação socioespacial. O valor nacional refletido naquele território estruturou-se a partir dos valores estéticos expressos na paisagem arquitetônica representativa de um dado período e de uma determinada classe.

No dossiê federal constam correspondências e documentos oficiais trocados durante o período de 1986 a 1996, entre a 4ª Diretoria Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional²⁹ (antigo SPHAN, atual IPHAN), a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Fundação Pró-Memória (e seu escritório técnico em Maceió), o Rotary Club de Penedo e a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, através do deputado estadual Hélio Lopes. Discorreremos sobre eles baseados nas informações constantes neste dossiê.

Aparentemente a preocupação com o patrimônio histórico era decorrente da ameaça iminente à conservação do conjunto da arquitetura civil e da religiosidade católica penedense, pela “descaracterização progressiva da paisagem”. Na troca de documentos, uma das justificativas para o tombamento a nível federal eram as sistemáticas descaracterizações que assolavam o casario penedense, em função de demolições ou intervenções alheias ao estilo colonial ou eclético que caracterizavam o sítio histórico do município, sendo um dos exemplos citados nestes documentos a construção do Hotel São Francisco em um dos pontos mais elevados da cidade na década de 1960, e que feria “profundamente a ambiência, descaracterizando grosseiramente a paisagem”(Figura 37). Segundo um membro do conselho do Funpatri em reunião desta entidade no mês de outubro/2015, “foram demolidos 13 prédios para fazer o Hotel São Francisco”(Figura 38).

²⁹ A 4ª Diretoria Regional (DR) correspondia ao escritório técnico do IPHAN em Alagoas, uma vez que a superintendência deste órgão àquela época localizava-se no estado de Sergipe e respondia pelas demandas dos estados de Alagoas e Sergipe. Apenas em 2009, o estado de Alagoas passou a contar com uma superintendência do IPHAN em seu território.

Figura 37 – Hotel São Francisco ao fundo, atrás da Associação Comercial



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Autora: Daniella Pereira

Figura 38 – Av. Floriano Peixoto sem o Hotel São Francisco. Em destaque o prédio da Associação Comercial com a sua ‘torre do relógio’



Fonte: Acervo particular de Raul Rodrigues

A documentação reunida repousa em laudos redigidos pelo corpo técnico do SPHAN, outrora composto por arquitetos, sendo decisivo na compreensão da preocupação com a manutenção da paisagem e da sua ambiência, portanto, centrada na salvaguarda dos valores históricos e estéticos daquele sítio histórico, não atribuindo a devida importância aos seus ocupantes, ao seu modo e estilo de vida, aos seus hábitos e costumes, enfim, ao seu espaço vivido. Os laudos e pareceres são

resultado dos pedidos feitos pelo Rotary Club de Penedo e pelo deputado Hélio Lopes para o tombamento federal de Penedo.

Este intento esbarrou em alguns impasses que apontavam para a irrelevância de mais um tombamento. De fato, quando o pedido foi formalizado, Penedo acabara de ser agraciada com o tombamento estadual e o SPHAN entendia que o tombamento estadual por si só já garantiria a preservação do conjunto. Por isso, apenas fez a recomendação de “traçar uma poligonal que inscrevesse cada um dos monumentos, garantindo a sua ambiência”. Outro assunto considerado pelo SPHAN em relação à precipitação do pedido de tombamento de Penedo a nível federal, foi o fato de já existirem monumentos isoladamente tombados pelo SPHAN, o que já comprovaria a atuação do órgão naquele município e afastaria, portanto, qualquer alegação de descaso para com Penedo.

Algumas críticas emitidas pelo arquiteto penedense Mário Aloísio Barreto Melo, atual superintendente do IPHAN em Alagoas, quando então esteve à frente do Escritório Técnico do Pró-Memória em Maceió, apontaram para a amplitude do polígono demarcado e aprovado pelo estado de Alagoas por ocasião do tombamento, uma vez que nele foram incluídos trechos do centro urbano que conservavam um interesse histórico e cultural, mas também que em seu entorno continham “vários trechos de edificações que não detêm nenhum significado de tombamento”. Algumas menções na documentação do dossiê são feitas à ausência, mesmo com o tombamento estadual, de uma legislação definidora “de padrões, limites e formas de ocupação nestas áreas” sendo, portanto, considerado prematuro pelo aludido arquiteto, o tombamento a nível federal.

Claramente existia uma expectativa em torno da eficiência do estado de Alagoas na gestão do sítio tombado visto o parecer da arquiteta Jurema Arnaut da Coordenadoria de Proteção do SPHAN em 1987, quando endossou o parecer da 4ª DR que desencorajou a duplicação de tombamentos, argumentando que a superposição poderia fragilizar o tombamento estadual e tal postura “baseia-se no reconhecimento da ação do Estado e na sua eficácia”. Entretanto, em novo parecer em 1990, a mesma arquiteta reconheceu a fragilidade de uma norma interna da própria Coordenadoria de Proteção que, ao mesmo tempo em que desencorajava a

superposição de tombamentos, mostrava-se insegura quando “confrontada com bens tão significativos no quadro nacional como Penedo”.

A campanha do deputado Hélio Lopes em favor do tombamento federal tinha lugar principalmente na Assembleia Legislativa de Alagoas e, em correspondência remetida à presidência daquela Casa, uma das justificativas do pleito dizia respeito aos ganhos com a ampliação dos recursos destinados à “recuperação necessária daqueles prédios que ameaçam ruir”. Era necessário que se fizesse chegar tal apelo ao governador do Estado e ao Secretário Estadual de Cultura, para que os mesmos endossassem o pedido junto ao então Ministro da Cultura, Celso Furtado.

Em outra frente de atuação articulada e simultânea, estavam o rotarianos de Penedo na pessoa do seu então presidente Eduardo Regueira. Em ambos os casos, os pedidos foram formalizados no mês março. A particularidade no caso do pedido do Rotary reside no fato desta entidade esperar do governador “sua habitual atenção ao nosso pedido, que é o pedido da própria comunidade penedense”. Neste momento, o Rotary Club de Penedo projeta-se como a voz da população penedense em um suposto desejo de que houvesse o tombamento a nível federal. Uma inverdade, haja vista que a população em sua absoluta maioria estava alheia à tramitação do pedido.

No mês de abril, o Diretor de Preservação da Memória do Pró-Memória, Sr. Elias Gomes solicita que seja enviada à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional cópia do processo de tombamento em nível estadual, para fins de análise por parte do Conselho Consultivo desta entidade federal. Consta no dossiê do tombamento estadual, o primeiro dos três tombamentos que contemplou o município de Penedo e cujos trabalhos tiveram início em 1983 sendo concluídos em 1986, que a preservação de Penedo “é um desejo antigo da comunidade penedense, concretizado pelo atual Prefeito Tancredo Pereira, através de Ofício ao Conselho Estadual de Cultura, que acatou de pronto a iniciativa [e busca] detectar, delimitar e proteger os valores históricos, arquitetônicos e paisagísticos da referida cidade”. O mesmo prefeito solicitou em julho de 1983, que o então Secretário Municipal de Educação e Cultura, Sr. Douglas Apprato Tenório remetesse correspondência para o Conselho Estadual de Cultura e de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado de Alagoas solicitando providências para o tombamento estadual, haja vista os riscos existentes à preservação do acervo arquitetônico “representativo

de um *estilo* e de uma *época*” (grifo nosso). Era o endosso municipal fortalecendo a candidatura na esfera estadual.

Segundo o parecer da relatora do Conselho de Cultura do Estado, emitido em 1983, uma das justificativas para o tombamento nesta escala e que nos chama a atenção, é o fato de ter se estendido para além das preocupações com a paisagem física e ter reconhecido o determinante papel das mudanças socioeconômicas aceleradas pelas quais passava a sociedade penedense, e as incertezas que se precipitavam. Neste contexto é que o tombamento “consistirá num fator de estabilidade para a sociedade penedense de hoje, que submetido a uma evolução muito rápida nas suas estruturas econômicas e sociais, contrasta com a estrutura de outrora, onde as modificações se faziam com extrema lentidão”.

Deu-se o tombamento em nível estadual através da Secretaria de Cultura no dia 12 de fevereiro de 1986 e foi publicado em Decreto Estadual nº25.595 no dia 08 daquele ano. Segundo o documento enviado pelo deputado estadual Hélio Lopes ao presidente da Assembleia Legislativa, fica claro que se trata de um primeiro passo para seguir adiante no objetivo maior que era o tombamento na esfera federal, pois “[...] este trabalho, no entanto não pode parar aí. Torna-se necessário que o processo de tombamento histórico suba a nível nacional [...]”. A percepção do deputado Hélio Lopes, na ocasião do anúncio público em Penedo foi a de que “[...] o ato foi festivo, presidido pelo Governador Divaldo Suruagy e o povo penedense comemorou nas ruas e se concentrou na praça Floriano Peixoto, em frente à Igreja de São Gonçalo Garcia, onde ouviu a palavra das lideranças do Estado, e da Cidade [...]”.

Logo percebeu-se que os esforços para garantir a preservação não seriam exitosos sem a participação efetiva da prefeitura, pois entendia-se “que o tombamento [na esfera estadual] não garante a preservação se não houver uma Lei Municipal, ordenando o seu solo”. Além do mais, caberia ao município conceber uma legislação específica voltada para a elaboração de um plano e de uma lei municipal de preservação do patrimônio histórico e artístico penedense, sem os quais toda e qualquer iniciativa de intervenção dentro do perímetro tombado deveria ser precedida de uma análise e parecer de técnico especializado da Secretaria Estadual de Cultura, tirando do município qualquer autonomia sobre a legislação do seu sítio tombado.

Não podemos negar que houve um esforço entre os órgãos e entidades envolvidas nos processos de tombamento de Penedo que resultaram em parcerias multiescalares favoráveis à integração das ações. Podemos destacar a recomendação feita em 1987 pelo então Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional à 4ª DR para que seus técnicos dessem suporte ao preparo das “bases técnicas de uma legislação municipal para as áreas especiais dos perímetros de preservação rigorosa e ambiental”, e que também fosse “dado apoio à Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas, no sentido, caso haja possibilidade, de propor novo tombamento e de se estabelecer uma delimitação de entornos de bens já tombados a nível federal da cidade de Penedo”. Não tardou muito e o tombamento municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de Penedo ocorreu em 09 de novembro de 1989 através da Lei nº 939, acompanhando o mesmo perímetro demarcado no tombamento estadual.

Porém, algumas críticas vindas da Fundação Pró-Memória à inoperância do Estado de Alagoas no tocante à fiscalização da área tombada atestavam que os esforços institucionais para preservar os bens imóveis ainda eram insuficientes pois, segundo o arquiteto Mário Aloisio,

[...] Quase todo o centro histórico é alvo de agressões contínuas com a anuência ou omissão da Prefeitura Municipal, e o Estado que tombou aquele Centro Histórico em 08 de março de 1986, mas não toma nenhuma medida efetiva de fiscalização ou apoio ao município na criação de uma legislação municipal de Proteção ao Patrimônio Público. Creio que o tombamento a nível federal, nos dará a condição de com o apoio de organismos federais intervirmos com mais eficácia porque, afastando-se de querelas políticas regionais, tenderá a preservar com mais vigor aquele Centro Histórico. O tombamento não se dará somente pelo valor per si dos edifícios, mas pela necessidade urgente de mantermos a ambiência urbana.

Notamos uma contradição nessa troca de documentação técnica realizada à revelia, sem qualquer debate, mobilização ou oitiva com a população do sítio tombado: ora, se a comunidade penedense tanto festejou o tombamento estadual, conforme relato do deputado Hélio Lopes, como poderia então esta mesma comunidade estar pondo em risco tão relevante título, a ponto do SPHAN ter que reconhecer a importância da superposição de tombamentos, com a qual inicialmente discordava, e a Fundação Pró-Memória apelar para o tombamento federal?

Lembramos que na escala de tombamento federal incide o poder de polícia que é inerente ao exercício da fiscalização do SPHAN. Notamos que a preocupação maior era definitivamente com as políticas preservacionistas fundadas na ‘pedra e cal’, ou seja, nos bens imóveis, e não no patrimônio cultural da população como um todo, que integrasse os elementos materiais aos imateriais e atentasse para as práticas cotidianas na dimensão do vivido.

A morosidade no atendimento às requisições solicitadas pelo SPHAN relativas ao material gráfico e cartográfico e também a um pedido de parecer técnico, deixou o processo aguardando instrução durante meses, havendo sido posteriormente arquivado e então retomado em 1990. Neste momento, estava sendo concebido o projeto “Viventes das Alagoas” (1990) idealizado pelo governo do Estado com assessoria do SPHAN e que tinha como objetivo “preservar, restaurar e revitalizar o patrimônio cultural e ambiental do estado de Alagoas desenvolvendo seu *potencial turístico, ecológico e social*” (grifo nosso). Para concebê-lo, foram feitas duas viagens por alguns municípios alagoanos entre eles Penedo, e algumas das propostas delineadas pelo projeto consistiam na: a) elaboração de planos urbanísticos que compatibilizem a preservação do patrimônio arquitetônico, natural, ecológico, das práticas culturais, festas e folguedos populares com o desenvolvimento econômico-social, estimulando o turismo; b) elaboração de roteiros turísticos e culturais para Alagoas; c) restauração e revitalização do patrimônio arquitetônico existente no estado.

Nesta perspectiva, a ação preservacionista começou a ser delineada a partir do enfoque mercadológico, deslocando a cultura do seu valor intrínseco e a sua importância de ser e de fazer, para o seu valor de troca. Apesar dos esforços em converter a cultura em mercadoria, mesmo assim Penedo não deslançou turisticamente.

Algumas fragilidades da Secretaria de Cultura de Alagoas apontadas por uma ex-integrante do Pró-Memória, e pelo atual diretor do órgão que assume cargo comissionado e é oriundo dos quadros do IPHAN, são explicitados no Quadro 9 e nos conduz ao entendimento do atual desmantelamento do aparelho estatal, com rebatimentos na ineficiência das ações em prol do patrimônio.

Quadro 9 - Fatores limitadores da atuação da Secretaria de Cultura de Alagoas em Penedo*

Temas	Argumentos
Equipe técnica	<i>“O que eu tenho aqui é uma auxiliar administrativa. O Pró-Memória hoje sou eu pra cuidar de mais de 40 imóveis tombados isoladamente, mais algumas localidades também tombadas como o bairro do Jaraguá pra cuidar de todo esse vasto patrimônio, tá? E ainda com essa relação do patrimônio imaterial, que nós estamos agora fazendo agora todo um projeto de levantamento, mapeamento das referências culturais de todo o Estado nos moldes do INRC do IPHAN, aí temos esse convênio do IPHAN”.</i>
Diárias	<i>“(...)a depender do avançado da hora, temos que dormir lá. O Estado nos paga R\$80,00 de diária, não dá nem pra pagar uma hospedagem, então o servidor não vai pagar pra trabalhar mesmo tendo amor à causa”.</i>
Dotação orçamentária e deslocamentos	<i>“(...)nunca teve carro, a gente fez muito tombamento contando com os parceiros. Então, assim que eu entrei, a gente fez o tombamento de Piranhas e a gente contava com a Chesf [Companhia Hidroelétrica do São Francisco]. Aí a gente fez todas as viagens com a Chesf. Acho que eles davam pra gente via secretaria era a diária pra pagar a nossa hospedagem e alimentação. Pronto. Não existia uma dotação orçamentária para o setor de preservação do patrimônio. Então imagine para a fiscalização? (...)”</i>

Org.: SILVA, Daniella Pereira de Souza, 2016.

*A seleção de falas está justificada no capítulo 1.

Assim, alguns percalços que serviram de justificativa para as críticas à atuação do Pró-Memória podem ser sintetizados na falta de prioridade quanto às questões do patrimônio e se refletem na ausência de dotação orçamentária específica; na ínfima ‘equipe técnica’ que, não raro, contou com apenas uma pessoa, mesmo tendo sido composta por três técnicos (arquitetos) em 2007; nos problemas com a liberação de diárias para os funcionários; e na pouca disponibilização do carro para a fiscalização, pois a sede da entidade localiza-se em Maceió.

A partir de 1994 foram retomados os pedidos de reconhecimento de Penedo como Patrimônio Histórico Nacional pelo então prefeito Sr. José Dirson de Albuquerque Souza, acompanhado de um abaixo-assinado com apenas 25 assinaturas representando o ‘anseio da população penedense’. Problemas relativos à ausência e/ou à falta de detalhamento dos pareceres técnicos continuavam sendo

um obstáculo, mas acabaram sendo equacionados quando foram finalizadas as consultas à Procuradoria do IPHAN e realizou-se a apreciação final do parecer do conselheiro Augusto da Silva Telles pelo Conselho Consultivo do IPHAN. Finalmente, o "Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Penedo" foi tombado pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob o nº 541 do Livro Histórico, volume 2, fls. 26/29, em 30/10/1996, e sob o n.º 113 do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, volume 1, fls. 77/80, em 30/10/1996, sob processo n.º 1.201-T-86.

No Quadro 10 encontra-se de forma sucinta a cronologia dos tombamentos do sítio histórico de Penedo como conjunto histórico e paisagístico, além do tombamento de monumentos isoladamente que expressam a natureza multiescalar das políticas preservacionistas no município em âmbito municipal, estadual e federal.

Quanto à definição do polígono de tombamento federal, houve uma recomendação para o seu enxugamento quando comparado ao que foi definido no tombamento estadual. Pela proposta do conselheiro Augusto A. da Silva Telles, acatada pelo Conselho do IPHAN, ficou decidida a “retirada do conjunto de casas localizadas na Rua Joaquim Nabuco, aos fundos da Igreja de São Gonçalo, da área a ser inscrita nos Livros do Tombo, por se tratar de um acervo de casas térreas, geminadas, semelhantes às encontradas em um sem número de cidades brasileiras” (Figura 39 e Figura 40). Todavia, é exatamente nesta área que se encontra o conjunto de casas habitadas pela população mais carente do sítio histórico e que demandaria investimentos mais consistentes na melhoria da sua condição de vida e dignidade. Fica claro ainda que as casas térreas, por diferirem dos imponentes sobrados, deixam de ser representativas do modo de vida de uma sociedade abastada. Na percepção do atual diretor do Pró-Memória, “(...) o perímetro é traçado mais pela valoração do patrimônio construído, o que realmente deve ser preservado. Obviamente, o que tem maior importância, tá dentro. O que tem menos importância, está fora [...]”. Trata-se um processo de escolha.

Quadro 10 - Cronologia do Processo de Proteção em Penedo

Cronologia do Processo de Proteção em Penedo		
Tipo da condução processual	Classificação da escala/origem do tombamento (Municipal, Estadual; Federal)	Decisão
Instância Federal 0310-T	Residência Maria dos Anjos (Convento dos Franciscanos) e cruzeiro de pedra Livro Belas Artes Nº inscr.: 252-A ;Vol. 1 ;F. 055. Livro Histórico Nº inscr.: 185 ;Vol. 1 ;F. 031.	29/12/1941
Instância estadual/nacional	Tombamento Estadual Igreja de Nossa Senhora da Corrente	28/07/1964
Instância estadual/nacional	Tombamento Estadual Igreja de São Gonçalo Garcia	28/07/1964
Processo nº 0740-T-64	Igreja de Nossa Senhora da Corrente Nº inscr.: 373 ;Vol. 1 ;F. 060.	28/07/1964
Processo nº 0740-T-64	Igreja de São Gonçalo Garcia Nº inscr.: 374 ;Vol. 1 ;F. 060.	28/07/1964
Decreto Estadual nº 4998	Tombamento Estadual Casa do Barão de Penedo	08/02/1982
Decreto Estadual nº 5013	Tombamento Estadual Paço Imperial	08/02/1982
Decreto Estadual nº 5617	Tombamento Estadual Teatro Sete de Setembro	09/12/1983
Decreto Estadual no25.595	Tombamento Estadual do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de Penedo	08/03/1986
Lei nº939	Tombamento Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural de Penedo	09/11/1989
Processo nº 1201-T-86	Tombamento Sítio histórico e Paisagístico da cidade de Penedo. Nome atribuído Penedo, AL: conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico. Livro Histórico, inscr. Nº: 541; Vol. 2 ;F. 026-029. Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, insc. N.º 113; Vol. 1, fls. 077/080.	30/10/1996
Decreto Estadual nº 570 Resolução nº 001/2002.	Tombamento Estadual Igreja e Convento N. S ^a dos Anjos, Capela dos Terceiros Franciscanos e área da Antiga Cerca Conventual	2002

Fonte: Oficina de Projetos, 2016.

Figura 39 - Casas geminadas na Rua Joaquim Nabuco



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Autora: Daniella Pereira.

Figura 40 – Imóvel descaracterizado na rua Joaquim Nabuco, no perímetro de tombamento estadual e municipal



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Autora: Daniella Pereira.

Isso posto, podemos destacar alguns aspectos interessantes sobre o processo de tombamento de Penedo: i) as ações em favor do tombamento em escala estadual em nenhum momento partiram da “população penedense”, mas de um grupo reduzido oriundo da elite intelectual e econômica local em parceria com um deputado estadual, que a partir de um discurso supostamente representativo do anseio da população, conseguiu êxito no pleito de preservação de um estilo

arquitetônico e de uma versão da história narrada sobre Penedo; ii) um segundo objetivo para dar sustentação aos reiterados pedidos de tombamento a nível nacional foi a busca por recursos para o município e as expectativas em torno da valorização do patrimônio com vistas à geração do fluxo turístico; iii) a preocupação dos organismos responsáveis pela preservação de Penedo restringiu-se exclusivamente aos cuidados com a manutenção das edificações centenárias e com a qualidade da ambiência urbana, reforçando o caráter eminentemente histórico/documental e estético como propulsores das ações em prol do ‘patrimônio’ penedense; iv) o turismo passou a ser uma das principais apostas para o uso do patrimônio cultural, porém ainda sem resultados expressivos a apresentar.

3.2 Problematizando a patrimonialização

A patrimonialização é entendida neste trabalho enquanto um processo dotado de um instrumento legal que a viabiliza. Enquanto processo, a patrimonialização implica em uma “estratégia de ressignificação dos lugares” (COSTA, 2011, p. 31), baseada na mercantilização da cultura, que atende predominantemente a fins turísticos e traz profundos rebatimentos nos territórios afetados. Para tanto, utiliza-se do instrumento do tombamento que serve tanto para proteger o chamado patrimônio cultural, material e imaterial, como para reposicioná-lo como recurso, com vistas ao alcance do propósito mencionado.

Sempre que nos deparamos com informações orais ou escritas sem que estejam vinculadas a imagens, e que se refiram a qualquer cidade ou município brasileiro adjetivado como histórico, é provável que façamos uma viagem no tempo e aterrissemos em qualquer lugar no qual a paisagem predominante seja a colonial. Como resultado visível da ação humana ao longo do tempo, a paisagem exprime “a própria concepção do homem, sua maneira de se encontrar, de se ordenar como ser individual e coletivo” (DARDEL, 2011, p. 31). A paisagem é, portanto, expressão da permanente dinâmica de reprodução socioespacial cada vez mais acelerada e intensificada pelas forças econômicas dominantes.

Ela evidencia a persistência das formas relativas a estruturas sociais anteriores entendidas por Santos (2008b, p. 173) como rugosidades, que são “o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço”. As rugosidades são verdadeiros testemunhos da durabilidade das formas que não se desfizeram junto com o esfacelamento dos processos dos quais foram produto e condição. Ao contrário, novos processos são concebidos e adaptados às formas preexistentes, de modo que “pode-se falar do espaço como condição eficaz e ativa da realização concreta dos modos de produção e de seus momentos” (SANTOS, 2008b, p.174). Portanto, a patrimonialização admite que é por meio das formas concebidas no passado que se criam as condições para que ela desempenhe um papel decisivo e ativo no presente e no futuro das cidades, viabilizando a ressignificação das formas decorrente dos novos usos e funções a elas atribuídos, ou seja, da sua refuncionalização.

A abordagem da refuncionalização dos sítios tombados deve primar pelo reconhecimento de algumas contradições. A primeira delas consiste no entendimento de que o que está por trás de qualquer bem material “são manifestações culturais, dotadas de uma temporalidade e de uma espacialidade que lhes são próprias” (CRUZ, 2012, p. 96). Enxergar deste modo, implica aceitar um processo seletivo daquilo que se converterá em patrimônio cultural, já que estamos diante da impossibilidade de se preservar absolutamente tudo o que já foi materializado pela humanidade.

Disto decorre um outro aspecto a ser considerado, o de reconhecer que a transformação é um aspecto inerente à cultura e, portanto, a permanência das formas ao longo do tempo é o resultado de um conjunto diversificado de fatores motivadores. As edificações que se mantiveram erguidas por tanto tempo, mesmo antes do recurso ao tombamento, só chegaram até os dias atuais porque eram fruto de uma cultura na qual “suas sociedades envolventes, pelas razões mais diversas, incluindo-se o próprio desprezo, permitiram sua permanência” (CRUZ, 2012, p. 97).

Porém, a patrimonialização, enquanto “produto e representante da própria história dos lugares” (COSTA, 2011, p. 35), incentiva ações materiais que interferem nos territórios apropriados e os “empurra” para uma outra faceta do

desenvolvimento capitalista, que tem nas discontinuidades históricas e na fragmentação territorial, as estratégias ideais de remodelação dos centros antigos.

Podemos contextualizar historicamente o fortalecimento da patrimonialização enquanto processo logo após as duas grandes guerras mundiais, sendo consequência do desejo dos países envolvidos em garantir a preservação daquilo que não foi completamente destruído e, com isso, também preservar os vínculos identitários. Um intento concretizado graças à compreensão do ordenamento socioterritorial como resultado de um movimento que envolve as “relações entre tal ordenamento e os dinamismos promovidos pela simbiose Estado-mercado” (COSTA, 2011, p. 37-38).

Ao citar Turri (2002), Raffestin (2008) observa que a patrimonialização foi consequência de uma “categorização simbólica”, onde se cristalizaram significados para garantir no tempo a difusão de um discurso, já que “[...] ‘as forças que se reproduzem no tempo, [...] e que podem ser definidas como ‘estruturas resistentes’ ou, simplesmente, ‘persistências históricas’[...] revelam-se no território, conferindo uma continuidade de estruturas” (2008, p. 31-32). É inevitável não só o encontro permanente entre o passado e o presente para fins de continuidade e sobrevivência do discurso, mas, sobretudo a continuidade da simbiose das relações político-econômicas contidas na patrimonialização.

A patrimonialização impõe uma compreensão diferenciada e também segregadora da cidade-patrimônio em relação às demais cidades da região, pois realça o “privilegio” de terem um sítio histórico tombado em seu território. Entretanto, a patrimonialização aponta para uma lógica musealizadora destas áreas que, graças ao recurso do instrumento do tombamento, “[...] são concebidas como matérias inertes e que precisam se manter inertes, autênticas, irreplicáveis dentro da generalização e dinâmica impostas pela patrimonialização” (COSTA, 2011, p. 34). Uma condição que pode favorecer algumas cidades que apostam nesta estratégia, desde que, tanto as comunicações quanto o turismo, sejam efetivamente intensificados para garantir o êxito da patrimonialização.

Assim, em uma situação contraditória, busca-se a permanência, a musealização ou a fixidez dos patrimônios via tombamento justamente em tempos em que os territórios e as paisagens são cada vez mais rapidamente transformados.

Para este autor, a aceleração no ritmo de vida contemporâneo tem feito com que os patrimônios produzam símbolos capazes de confundir as pessoas. O mesmo se passa com a patrimonialização que ao agir assim, acaba falseando a autenticidade e a integridade das cidades, reforçando o sentido de simulacro atribuído a elas (COSTA, 2011).

No caso do patrimônio cultural material se, por um lado, o tombamento de um dado objeto resulta na sua valorização cultural por determinado grupo social, por outro, ocasiona uma nova forma de valorização desse objeto. Percebemos que este processo de revalorização vem sendo fortemente impulsionado pelo turismo na medida em que são disponibilizados para o consumo aqueles bens patrimonializados representativos de uma herança cultural associada a determinados grupos sociais.

O consumo turístico se realiza mediante “pagamento de taxas, ingressos, pela ação de agências e operadoras, pela comercialização de produtos os mais diversos, tais como cartões postais, livros e toda espécie de *souvenir*” (LUCHIARI, 2005, p. 98). Nem todos os territórios patrimonializados engajam-se com o mesmo “furor” na busca pela rentabilização destes investimentos ou mesmo para a manutenção dos bens patrimonializados, conforme veremos no sub-capítulo 3.3.

Neste sentido, cumpre destacar que a patrimonialização tem como objetivo a auto-sustentabilidade dos bens tombados. Cria-se então um obstáculo para o morador que lhe atribui sentido, pois ele também precisará desembolsar uma taxa, às vezes exageradamente inflacionada pelo fenômeno turístico, para continuar usufruindo daquele lugar. O patrimônio nacional deixa de ser então o patrimônio de todos para ser o objeto de consumo de quem pode pagar por ele. A busca pela auto-sustentabilidade do patrimônio instaura uma relação de dependência entre o turismo e os bens patrimonializados. Assim, a conjugação do acesso ao patrimônio com a sua rentabilidade tende a criar obstáculos para o morador no usufruto do patrimônio que, antes de ser nacional, era apenas local.

A patrimonialização adota uma conduta na qual o valor nacional cria proximidade entre as classes e impulsiona uma defesa em uníssono dos bens ‘simbólicos’, mediada por uma suposta identificação e apropriação coletivas. Entretanto Haesbaert (1999) nos alerta para uma dimensão da identificação múltipla

do processo patrimonializador que é a impossibilidade de uma apropriação coletiva devido à estratificação da sociedade em classes.

Identificar, no âmbito humano-social, é sempre *identificar-se*, um processo *reflexivo*, portanto, e identificar-se é sempre um processo de identificar-se *com*, ou seja, é sempre um processo *relacional*, dialógico, inserido numa relação social. Além disso, como não encaramos a identidade como algo dado, definido de forma clara, mas como um movimento, trata-se sempre de uma *identificação* em curso, e por estar sempre em processo/relação ela nunca é uma, mas *múltipla*” (grifos do autor). (HAESBAERT, 1999, p. 174-175)

Por esta razão, uma dimensão relevante da patrimonialização é que ela é reveladora das dificuldades enfrentadas pela manutenção do valor de memória enquanto força cultural. Para uma população mediana e pouco familiarizada com as questões patrimoniais, o valor histórico “age como presença, como tudo o que é singular, para fazer-se notar também como passado” (RIEGL, 2014, p. 58).

Desenrola-se um processo de ‘compressão tempo-espaço’, na medida em que se impede que a ação do tempo e as intempéries atuem na desagregação e na destruição dos bens edificados pautado na lógica do seu valor de antiguidade. Este fenômeno repercute no homem contemporâneo de forma atordoante e faz com que ele avalie a sua vida em um território patrimonializado, tendo como parâmetro não o passado, mas o seu próprio tempo.

Esta ‘compressão tempo-espaço’, segundo Haesbaert (2005b, p. 17) significa em seu sentido mais abstrato reconhecer “um distante que se torna próximo pelos recursos tecnológicos de que dispõe”. No caso da patrimonialização acontece através da imposição de uma lógica contínua de atualização para garantir que o passado não desapareça. Entretanto, no momento em que não há um processo participativo no ato da seleção do que deve permanecer, tira-se de alguns grupos o direito de escolher o que faz sentido, o que a partir dos seus valores utilitários, econômicos ou simbólicos merece ser transmitido e como este processo ocorrerá.

Neste sentido, a abordagem relacional contida na ‘compressão tempo-espacial’ que funda a noção de ‘geometria do poder’ proposta por Massey (2000) nos parece adequada à compreensão desta dimensão da patrimonialização.

Para a autora, a 'geometria do poder' reconhece a pluralidade de posicionamentos possíveis em tempos nos quais a heterogeneidade de grupos sociais e de indivíduos se estrutura e difunde por meio da intensificação dos fluxos e interconexões, decorrentes do processo de internacionalização do capital. Massey (2000) sustenta que o desenvolvimento do capital é insuficiente para explicar os fatores determinantes da nossa experiência de espaço e de lugar, pois defende que nem todas as pessoas vivenciam da mesma forma e com a mesma intensidade os efeitos da compressão tempo-espaço. A diferenciação social baseada na desigualdade, para ela, é fator preponderante na forma de se experienciar o espaço.

Veremos mais detalhadamente nos sub-capítulos 3.3 e 3.4 que, em Penedo, o fato de um grupo social dominante ocupar os assentos do FUNPATRI, revela a impossibilidade de uma apropriação coletiva e converge com a assertiva exposta por Haesbaert (1999). Assim percebemos uma relativa indiferença da maior parte dos moradores com os desdobramentos da patrimonialização, especialmente quando os únicos impactos concretamente percebidos consistem na fiscalização falha que é empreendida no sítio tombado, e nos incômodos gerados na própria circulação e acesso a esta área, revelando desconfortos de ordem mais imediatista e perdendo de vista quais são "os reais objetivos" com o avanço da patrimonialização.

Nessa 'geometria do poder', Massey (2000) reconhece que pessoas e entidades ocupam papéis distintos em relação aos fluxos e aos movimentos contemporâneos:

Diferentes grupos sociais têm relacionamentos distintos com essa mobilidade diferenciada: algumas pessoas responsabilizam-se mais por ela do que outras; algumas dão início aos fluxos e aos movimentos, outras não; algumas ficam mais em sua extremidade receptora do que outras; algumas são efetivamente aprisionadas por elas (MASSEY, 2000[1991], p. 179).

No processo de patrimonialização em Penedo, as entidades que dão início aos fluxos seriam a UNESCO mais indiretamente, o IPHAN e a PMP, mais diretamente, já que ocupam uma posição estratégica de controle da situação e de definição do perfil mercadológico que se deseja para o sítio tombado. São estas entidades que frequentam os encontros, é entre elas que são intercambiadas informações

privilegiadas, são elas que controlam e/ou limitam as notícias e o seu teor, que organizam os investimentos e até as transações financeiras internacionais quando é o caso, que negociam os prazos de alocação de recursos, determinam o início e o encerramento das obras. Segundo a autora, estas seriam as entidades que “podem fazer uso dessa compressão e transformá-la em vantagem, cujo poder e influência sobre ela com certeza aumenta” (MASSEY, 2000, p. 180)³⁰.

O FUNPATRI tem se mostrado uma entidade disposta a se envolver ativamente, chegando a chamar para si as responsabilidades que originalmente não se circunscrevem às suas funções regimentais. Ele surgiu com a finalidade de acompanhar a aplicação dos recursos do fundo, assegurar a sua restituição, criar alternativas adicionais para a sua irrigação financeira e monitorar o estado de conservação das edificações restauradas pelo Programa Monumenta/BID. Mas decidiu criar algumas comissões internas, a exemplo da ‘comissão de fiscalização’, estendendo as suas funções originalmente vinculadas ao Programa Monumenta, para as obras do PAC2 também. Atitude que gera controvérsias no âmbito da ‘geometria do poder’:

(...) acho que são pessoas que têm muito amor pela cidade, que gostam muito de se envolver, mas eu acho que falta objetividade. Falta trabalhar em cima de propósito. (...) O IPHAN faz a fiscalização da obra, aí o FUNPATRI quer também. Ele se acha no direito, quando constituído o conselho curador do fundo, de ser um fiscalizador. Ele não tem esse poder. Ele tem enquanto cidadão. Mas em termos de constituição do FUNPATRI, ele não tem essa atribuição. Ele tem na verdade, meramente, [que] fazer a gestão do fundo e a melhor aplicação desse recurso(...). (Pró-Memória).

Finalmente, há aquelas pessoas que ficam em sua extremidade receptora mais oposta, conhecidas por não serem ‘responsáveis’ pelo processo, ou seja, a população atingida pela patrimonialização. Neste caso, Massey (2000) faz o relato da

³⁰ Poder manifestado, por exemplo, no cotidiano da população do sítio tombado que viu ser redefinido o trajeto do desfile cívico no feriado de Sete de Setembro de 2015. O seu percurso foi reduzido devido à interdição de algumas ruas para a realização das obras de reabilitação urbana. O ocorrido gerou algumas reclamações vindas principalmente daqueles que ficaram à jusante do trajeto encurtado, e perderam a comodidade de ver o desfile passar diante das suas portas.

vida cotidiana e retraída de um operário inglês residente no centro de alguma cidade daquele país, mas que em muito reflete a vida simples, previsível e dedicada aos próprios afazeres que caracteriza hoje o cotidiano do morador do sítio tombado de Penedo.

A vida muito voltada ao ambiente doméstico, especialmente por haver uma predominância da faixa da terceira idade nesta área, torna conveniente aos propósitos da patrimonialização uma ação sem oposições reais vindas] de movimentos sociais organizados capazes de contestá-la. Uma omissão que acaba delegando poder às entidades supracitadas sendo por esta razão que concordamos com a autora, quando ela afirma que a complicação e a diversidade de maneiras pelas quais as pessoas são inseridas dentro da ‘compressão de tempo-espaço’ pode fazer com que venha a enfraquecer e “solapar o poder de outros” (MASSEY, 2000, p. 180).

Assim são veiculadas as ideias predominantes em determinada época. Elas acabam sendo aquelas próprias dos grupos sociais dominantes e refletem os seus conflitos internos e externos, revelam as oscilações nas suas trajetórias de ascensão e declínio, tornando-se visíveis na estética das cidades e no imaginário da população. De acordo com Cruz (2012, p. 103),

[...] para os grupos sociais que os conceberam e permitiram sua permanência ao longo do tempo, os objetos – enquanto formas-conteúdo - são “espaço”, a sua cooptação pelo mercado com vistas ao desenvolvimento do turismo os reduz à “mera paisagem”. Representativos de condições técnicas, políticas, culturais, econômicas de um dado tempo e de um dado grupo social, são igualmente signos, impregnados de uma dimensão simbólica, desprezada pelo olhar voyeurístico de observadores desatentos, por um lado, e capitalizada, por outro lado, pela ação estratégica de agentes de mercado. Em suma, impõe-se uma nova estética, pensada para atrair o olhar do turista [...].

Esta situação se vê reforçada por arquitetos e planejadores urbanos, que na opinião de Harvey (2012) contribuem para explorar os gostos e preferências estéticas associadas ao hábito de consumo dos grupos sociais elitistas evidenciando os seus gostos e distinção, ao mesmo tempo em que cria uma espécie de cortina de fumaça que mascara as desigualdades sociais.

A ressignificação das formas creditada à mercantilização da cultura para fins de consumo turístico, demonstra a pertinência do conceito da ‘dialética da construção destrutiva’ trazido por Costa (2011), como necessário à compreensão das contradições que vimos pontuando e que se inscreve no domínio da preservação e da mercantilização. Segundo o autor, esta dialética tem como pressupostos os elementos contraditórios que ordenam o território como uso e troca, globalização e localização, valorização e precarização que resultam na “fragmentação oriunda de uma valorização material-simbólica que objetiva a venda dos lugares de memória, da vida e da natureza” (COSTA, 2011, p. 44).

Ainda segundo este autor, a *construção destrutiva* vem através da legitimação do *status* de patrimônio nacional atribuído às ‘cidades históricas’ brasileiras, convertendo-as à condição de cidades-mercadoria, em uma lógica global e/ou nacional de competitividade das cidades, fundada na ressignificação dos territórios. O processo de patrimonialização, portanto, apoia-se na revalorização das paisagens históricas tombadas e, neste movimento,

[...] Translada-se a tradição, a história, a memória e a cultura para o presente, valoriza-se o passado na lógica do transitório, do imediato, do encantamento com o que é passageiro, leve e fluido. No contexto de uma *construção destrutiva*, temos a valorização cultural do dinheiro pela desvalorização moral e ética dos lugares da vida humana e da sobrevivência natural e biológica. (COSTA, 2011, p. 44).

A maneira como a *construção destrutiva* se apresenta no território patrimonializado, é por meio dos projetos de reabilitação urbana que primam pela requalificação de uma cidade, sendo que estas intervenções são direcionadas à valorização das potencialidades sociais, econômicas e funcionais das cidades, (CARDOSO, 2007). Nestes projetos, o patrimônio chancela o seu ingresso no mercado a partir da rentabilidade que pode proporcionar em detrimento do seu valor documental, suplantado numa espécie de retrocesso no qual “voltam a ser valorados apenas o apelo visual mais imediato. O patrimônio volta a ser entendido pela estética, pelos estilos e pelo critério da antiguidade(...)” (ARAÚJO e ALMEIDA, 2007, p. 209).

Um agravante a qualquer proposta de reabilitação urbana do patrimônio, consiste no reconhecimento da diversidade de situações com as quais se tem que lidar e a rigidez das medidas preservacionistas universalizantes e padronizadas. A constatação de que em cada ação de reabilitação se tem uma realidade única, faz nascer propostas intervencionistas que deem conta: i) das especificidades da qualidade patrimonial de cada uma delas (Recife ou Rio de Janeiro, por exemplo), ii) do tempo da intervenção (se antiga ou recente), iii) da quantidade e qualidade da população (se residente ou flutuante), iv) dos diferentes tipos de cidades (se megalópoles, capitais metropolitanas, cidades de médio ou pequeno porte), v) das escalas de institucionalização incidentes (se nacional, estadual ou local) vi) e/ou das suas origens históricas (CARRIÓN, 2002).

A reabilitação urbana do patrimônio passa por uma modificação e adequação de temas que costumeiramente pautavam a sua conduta tais como metropolização, periferação, planejamento urbano, etc. e avança para uma agenda contemporânea de reflexões e debates em torno de temas relacionados à competitividade entre as cidades, poder local, redes de fluxos, gestão de áreas tombadas entre outros, e que apontam para uma nova concepção de cidade, portanto, de sítios históricos tombados. Isto se reflete no fato de que as ações preservacionistas nestes sítios têm deslocado o patrimônio para o centro de um debate no qual ele passa a ser visto como importante *instrumento* de gestão urbana.

Os esforços para a reabilitação destes sítios tombados, segundo Rubino (2009) nos possibilita compreender um elemento-chave desta política urbana voltada não para o retorno das pessoas ao centro histórico da cidade, mas para o retorno do capital, que acaba por estabelecer novas condições de realocação residencial e empresarial (Figura 41). O gradual processo de empoderamento de alguns “imóveis vagos, subestimados ou com usos pouco lucrativos” (RUBINO, 2009, p. 27) é condição fundamental imposta, principalmente, pelo setor imobiliário.

Figura 41 - Loja da Cacau Show no prédio desativado da Associação Comercial de Penedo



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Autora: Daniella Pereira.

Para vários autores, as políticas de reabilitação urbanas surgem em um contexto de desmantelamento do parque industrial e das atividades manufatureiras, levando muitas cidades, que tinham indústrias em seu território, à decadência como é o caso de Penedo. Incita-se a competição pela atração de investimentos como resultado do esforço conjunto entre governos locais e forças econômicas, baseados numa crescente desregulamentação no controle de uso e ocupação do solo e no financiamento destes projetos com recursos públicos, ou por meio de renúncias fiscais e subsídios. Desta forma “[...] iniciava-se o período em que o Estado, devido à sua incompetência em gerir a ‘coisa pública’ (fundamentação básica do neoliberalismo) encarregava-se da função de agente da reprodução do capital do

ambiente urbano” (CARDOSO, 2007, p. 33). Estas articulações entre os agentes externos e internos serão analisadas a seguir.

3.3 Planos, programas e sistemas de gestão: a realidade da patrimonialização em Penedo

Embora o processo de globalização venha interferindo consideravelmente na soberania dos países, a escala nacional continua ainda bastante útil e eficaz. Segundo Hardt e Negri (2005), há um movimento cada vez mais fluido de dinheiro, pessoas, tecnologia e bens que suplanta as limitações impostas pelas fronteiras nacionais e reduz o poder do Estado em regular estes fluxos e manter a autoridade e a autonomia sobre a economia. Para muitos destes países, a soberania passa por uma ressignificação no que alude à sua inserção no redesenho do desenvolvimento capitalista e passa a incorporar “uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica ou regra única. A esta nova forma global de economia é o que chamamos de Império” (2005, p. 12).

É com base no conceito de Império que os autores constroem a sua argumentação e observam que ele:

[...] não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de *descentralização* e *desterritorialização* do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão (...) por meio de estruturas de comando reguladoras (HARDT e NEGRI, 2005, p. 12-13).

O “Império” firma-se em uma lógica diferenciadora e padronizadora, impulsionada por um permanente movimento de desterritorialização e reterritorialização. Desta forma, ele “não só administra um território com sua população, mas também cria o próprio mundo que ele habita. Não apenas regula as interações humanas como procura reger diretamente a natureza humana” (HARDT E NEGRI, 2005, p. 15).

A pertinência do conceito de Império para este trabalho reside nas articulações transterritoriais que lhe são imanentes e o seu papel na consecução do processo de patrimonialização. Neste aspecto, ressaltamos a participação decisiva da

ONU através da atuação de uma das suas agências, a UNESCO, que reúne atualmente 139 Estados-membros entre eles o Brasil³¹.

A sua criação logo após a Segunda Guerra Mundial teve como propósito conceber, consolidar e difundir uma ordem jurídica internacional inicialmente europeia, e posteriormente, global. Os autores destacam que a estrutura conceitual da ONU “baseia-se no reconhecimento e na legitimação da soberania de Estados individuais (...) definido por pactos e tratados. De outro lado, entretanto, esse processo de legitimação só é eficaz na medida em que transfere direito soberano para um verdadeiro centro *supranacional*” (grifo dos autores, HARDT e NEGRI, 2005, p. 23).

A legitimação baseada na transferência de direito para um centro supranacional institui o novo paradigma da ordem mundial, que se estrutura simultaneamente em uma lógica fundada em sistemas e hierarquias na qual se concebem normas sob um escopo centralizador e se produz ampla legitimidade em escala mundial. Ainda segundo estes autores “[...] a totalidade sistêmica tem posição dominante na ordem geral, rompendo resolutamente com todas as dialéticas anteriores e desenvolvendo uma integração de atores que parece linear e espontânea” (2005, p.31). Sob este prisma, a produção de consensos subordinada a uma autoridade supranacional reforça a eficácia da sua própria atuação na resolução de conflitos e impasses, acentuando o processo de integração e endossando mais do que nunca a necessidade desta autoridade central.

A patrimonialização se insere bem neste contexto e, embora a análise dos autores se atenha à escala mundial, a autoridade central, neste caso a UNESCO, não apenas traz reflexos como também influencia e condiciona o processo patrimonializador nacional via tratados e pactos firmados entre os seus Estados-membro e baseados em consensos. Deste modo, os arranjos espaciais emergentes estruturam-se a partir de fluxos reguladores pautados nas verticalidades que, segundo Santos (2008a, p. 51) “agrupam áreas ou pontos a serviço de atores hegemônicos não raro distantes. São os vetores da integração hierárquica regulada,

³¹ Maiores informações encontram-se no *site* da Organização das Nações Unidas (ONU): <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco>.

doravante necessária em todos os lugares da produção globalizada e controlada à distância”. A estrutura hierárquica serve, segundo o autor, para direcionar um comando. Fundamenta-se na informação oriunda das forças econômicas dominantes que, estando a serviço do Estado Nacional, determinam e controlam as ações que definirão futuras realidades espaciais.

Conjunturas políticas têm estimulado a consolidação de operações econômicas reforçadas pelo discurso permanente de crise e por uma tendência à interpretação da realidade em sua dimensão localista e descontextualizada, “[...] sugerindo, através das agências multilaterais, modelos de comportamento e ‘recomendações’ de estratégias e ações ‘públicas’ para o desenvolvimento” (BRANDÃO, 2007, p. 02), como será visto no caso do Programa Monumenta/BID adiante.

Em seu *site*³², a UNESCO esclarece a natureza das suas relações com os Estados-membro e, no caso brasileiro, destaca “as frutíferas colaborações com os governos Federal, Estaduais e Municipais e com a sociedade civil” que resultou no reconhecimento de dezoito bens inscritos como Patrimônio Mundial por seu “excepcional e universal valor para a cultura da humanidade”. Uma das ações mais relevantes desta entidade no Brasil, diz respeito à “implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, à qual o Brasil aderiu em setembro de 1977”.

A fim de garantir o atendimento dos objetivos da convenção, instalou-se no país a “Representação da UNESCO” que “mantém estreita relação com o *World Heritage Centre* - Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO - visando a implementação de ações de cooperação técnica com as diversas Administrações dos sítios brasileiros ‘Patrimônio da Humanidade’”. Devemos ressaltar que a cooperação técnica entre a UNESCO e o governo brasileiro tem sido frutífera ao longo dos anos no tocante ao aprimoramento da pesquisa, formação do seu corpo técnico, atualização e desenvolvimento de novas tecnologias voltadas para o patrimônio cultural material.

³² Informações adicionais podem ser encontradas no site da UNESCO através do endereço eletrônico: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/work-of-world-heritage/#c1048775>.

Por outro lado, a difusão de um conhecimento concebido a partir da “realidade europeia” e difundido pelos seus Estados-membro, serve para garantir aquilo que Santos (2008b) e outros intelectuais mencionados neste estudo alertaram, que é a homogeneização crescente como consequência de um processo de hierarquização também crescente. Segundo ele:

A homogeneização exige uma integração dependente, referida a um ponto do espaço, dentro ou fora do mesmo país. Nos outros lugares, a incorporação desses nexos e normas externas têm um efeito desintegrador das solidariedades locais então vigentes, com a perda correlativa da capacidade de gestão da vida local (SANTOS, 2008b, p. 285).

Entretanto, como bem nos alerta este autor as verticalidades atuam de forma perturbadora porque impõem mudanças que demandam regulação e resultam inevitavelmente em uma ambiente de crescente acirramento e tensão. Quanto mais se impõem “regulações verticais novas a regulações horizontais preexistentes, tanto mais forte é a tensão entre globalidade e localidade, entre o mundo e o lugar” (SANTOS, 2008a, p. 52).

Por esta razão, as ações de reabilitação dos núcleos urbanos sintetizam os embates entre o global e o local que resultam em reações locais às expectativas nacionais. Assim, “o lugar e suas territorialidades pretéritas são transformados pelas verticalidades que incidem na remodelagem das formas arquitetônicas e na refuncionalização social” (LUCCHIARI, 2005, p. 101-102).

Antes de adentrarmos efetivamente nos planos e programas que contemplaram o sítio tombado de Penedo, consideramos relevante contextualizar rapidamente algumas trajetórias e políticas públicas importantes para o patrimônio e a patrimonialização. A partir dos anos de 1930 quando foi criado o SPHAN, o ideal de preservação em voga se orientava por uma espécie de tutela paternalista sobre os bens tombados, difundindo-se a recomendação de que eles deveriam ser ‘protegidos’ dos processos econômicos, da dinâmica do desenvolvimento urbano, da especulação imobiliária e da falta de consciência da população sobre a importância da preservação (BONDUKI, 2010).

Durante o período ditatorial, vigente na década de 1960 e fortemente arraigado aos valores nacionalistas sistematicamente insuflados, inverteu-se o significado e a importância do patrimônio para o Estado e mobilizou-se o aparato institucional no sentido de criar uma imagem do país no exterior que atenuasse a projeção negativa daquele regime político, bem como gerasse a ampliação do fluxo turístico internacional destinado ao Brasil devido aos avanços tecnológicos, com ênfase nos transportes, mais especificamente, à crescente popularização do avião. Para isso foi criada em 1966 a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) vinculada, naquela época, ao Ministério da Indústria e Comércio.

Concomitantemente, o Encontro de Técnicos Latino-Americanos organizado em Quito em 1967 e promovido pela OEA, endossou o incentivo ao turismo nas áreas tombadas através de políticas públicas favoráveis à geração de um mercado consumidor e de recursos para a manutenção dos monumentos, o que acabou por inspirar o Brasil a conceber e implementar o Plano das Cidades Históricas (PCH) em 1973, fortemente atrelado ao turismo. O governo federal solicitou aos estados que para o quadriênio 1976-1979 fossem indicados:

[...] os monumentos a serem restaurados, o cronograma de execução; os roteiros turísticos; as fontes de onde seriam retiradas as contrapartidas exigidas aos Estados, além da programação de cursos para a formação de recursos humanos e a geração de empregos nas áreas atingidas (OLIVEIRA, 2010, p. 65).

De acordo com Correa e Faria (2011), este programa foi importante para o Nordeste brasileiro e esteve vinculado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) bem como ao II Plano Nacional de Desenvolvimento. Buscava investir fortemente em infraestrutura para atrair investidores privados e ser uma estratégia de desenvolvimento regional que equilibrasse as disparidades entre as regiões Nordeste e Sudeste. O patrimônio então foi incorporado a um macroprojeto de desenvolvimento regional que, no entanto, teve pouco sucesso devido aos conflitos entre a visão política expressa nos PNDs e a realidade político-institucional nas diversas instâncias de governo, sendo necessário “considerar que a compreensão dos campos de poder existentes nas conjunturas locais é primordial para a elaboração e

implementação de políticas públicas” (2011, p. 26). Penedo não foi contemplada nesta ocasião.

A partir de agora iremos tecer comentários e comparações entre o Programa Monumenta/BID que ocorreu em Penedo entre os anos de 2002 e 2010, portanto, já encerrado; e o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC2), que teve início em 2014 e cujas obras ainda estão em andamento. Na sequência, apresentaremos a ferramenta SICG – Sistema Integrado de Planejamento e Gestão do IPHAN, com o principal propósito de inventariar e diagnosticar os imóveis do perímetro tombado de Penedo e propor normas de preservação para esta área e o seu entorno. A ferramenta foi finalizada em dezembro de 2015 e, embora tenha sido disponibilizada para esta pesquisadora para fins de análise, até onde sabemos ainda não foi devidamente implementada.

3.3.1 Programa Monumenta/BID

De acordo com Ramos (2014), o surgimento do Programa Monumenta/BID no Brasil, é fruto da constatação do precário estado de conservação no qual encontrava-se a cidade patrimônio da humanidade, Olinda, no estado de Pernambuco. A concepção deste programa foi consequência da de uma reunião que já ocorria no Recife, no ano de 1995 e que contou com a presença do então “Presidente do BID, Federico Iglesias, juntamente com o Ministro da Cultura do Brasil, Francisco Weffort e o Representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no Brasil, Jorge Werthein” (2014, p. 13).

O Monumenta, como era mais conhecido, transformou-se em um modelo difundido internacionalmente de reabilitação de núcleos históricos, experimentado primeiramente na capital equatoriana Quito, após um forte terremoto em 1987 que motivou a tomada de empréstimo junto ao BID para fins de reconstrução do seu sítio histórico tombado.

No caso de Penedo, o município conseguiu enquadrar-se nos objetivos estabelecidos pelo Monumenta entre os quais destacamos: i) a agregação do valor imobiliário ao seu valor histórico e simbólico acentuando o valor de troca em detrimento do de uso; ii) a decadência pela qual passava o patrimônio histórico

localizado nas áreas centrais deixadas à margem do desenvolvimento econômico das cidades; iii) uma razoável quantidade de imóveis à espera de valorização, ou no caso de Penedo, transmitidos por herança que encararam e ainda encaram o abandono ou ficam aos 'cuidados' das instituições de caridade, como no caso da Santa Casa de Misericórdia.

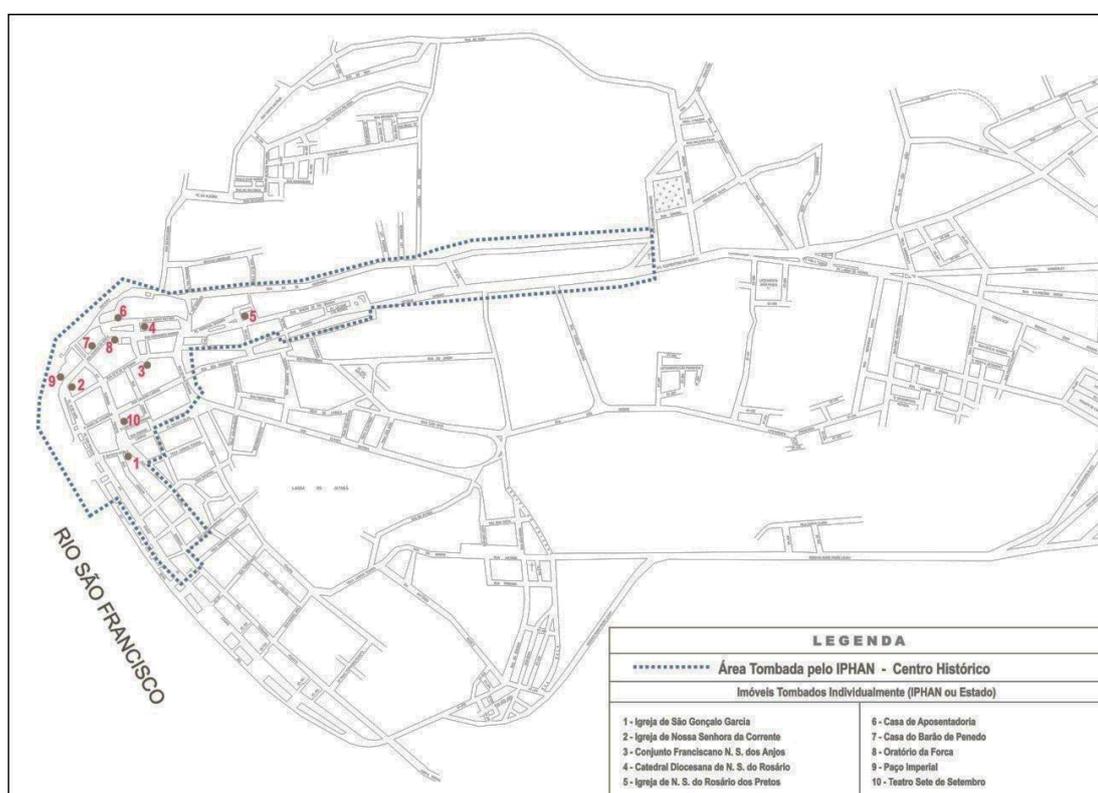
A inovação atribuída ao Programa Monumenta, consistiu em buscar estratégias de sustentabilidade do patrimônio histórico baseadas no desenvolvimento de atividades econômicas, especialmente o turismo (BONDUKI, 2010). Ele foi instituído na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), por meio de convênio firmado entre o Ministério da Cultura (que, somado aos estados, municípios e à iniciativa privada arcaram com 30% dos recursos alocados), o BID (com o empréstimo de 70% dos recursos financeiros necessários) e a UNESCO (com o aporte técnico). Entretanto, a constatação das disparidades entre a dimensão do patrimônio brasileiro e os finitos recursos federais destinados à sua preservação, resultou na definição de dois parâmetros da 'política cultural' do Programa Monumenta,

[...] valorizar a diversidade da nossa cultura, isto é, buscar a conservação dos bens culturais representativos de todas as etnias, de todas as épocas, de todos os ciclos econômicos brasileiros, nas diferentes regiões do país (...) e recorrer ao compartilhamento entre as várias esferas de governo e o setor privado na gestão das ações voltadas para a cultura (TADDEI NETO, 2003, p. 108).

A criação do Fundo Municipal de Participação enquanto modelo institucional ideal para a administração dos recursos destinados à conservação e oriundos do Programa foi uma solução conveniente pois resolveu simultaneamente o problema do 'cunho participativo' na gestão dos recursos e a acomodação das particularidades da legislação brasileira às parcerias com a iniciativa privada. Este fundo, que no caso de Penedo é o FUNPATRI, deveria instituir um Conselho Curador constituído por representantes das 3 esferas de governo, por representantes da sociedade civil organizada e pela iniciativa privada, totalizando 10 membros. Além de Penedo, Marechal Deodoro e Piranhas foram os municípios contemplados em meio aos 101 sítios e conjuntos urbanos sob proteção federal.

De acordo com a Figura 42 é possível identificar que a Área de Projeto selecionada pelo Programa Monumenta e listada no Perfil do Projeto (2002) estendeu-se pelo núcleo primitivo de desenvolvimento da cidade, começando na av. Beira Rio, subindo pelo eixo da rua Sucupira, entrando à esquerda no eixo da rua São Miguel, à direita na travessa Campos Teixeira, passando pelo fundo das casas voltadas para a rua Sabino Romariz, para a praça Costa e Silva, para a rua Nilo Peçanha, entrando no eixo de uma travessa, cortando a praça Marechal Deodoro, entrando pela travessa Tenente Mariano, virar à esquerda passando pelos fundos das casas voltadas para a rua XV de Novembro.

Figura 42 - Mapa de localização da área do Programa Monumenta/BID



Fonte: Prefeitura Municipal de Penedo. Projeto Centro Histórico de Penedo /AL. Perfil do Projeto. Caderno 01/08. Junho 2002.

O Programa Monumenta contemplou um total de seis monumentos. Para cada um deles foram estabelecidas algumas ações prioritárias baseadas no conceito de *atratividade* havendo sido recomendado o seguinte:

- Implantação de um complexo de usos turísticos e culturais no Paço Imperial;
- Promoção turística da Igreja Nossa Senhora da Corrente;

- Restauro, implantação e promoção turística de hotel pousada no Convento Franciscano;
- Restauro da Igreja São Gonçalo Garcia;
- Restauro e implantação de receptivo turístico e usos afins no Mercado Público e Pavilhão da Farinha, vizinho ao mercado;
- Reurbanização do trecho do cais situado na área do projeto com implantação de equipamentos turísticos e infraestrutura náutica, desapropriação dos postos de combustíveis e demais edificações situadas entre as edificações históricas e a margem do rio (quiosques, restaurantes, lanchonetes e supermercado);
- Reurbanização dos logradouros do trecho da área do projeto onde se situam os atrativos destacados anteriormente, como a Av. e Praça Floriano Peixoto, a Rua Dâmaso do Monte, as Praças Barão de Penedo e Frei Camilo Lélis e as ladeiras no sentido do cais.

Um outro conceito básico do Monumenta foi o da *acessibilidade*, com foco na melhoria das condições de acesso aos bens listados acima, tanto a pé quanto por veículo individual ou coletivo, havendo sido sugerida a criação de estacionamento para veículos individuais e coletivos turísticos.

A participação privada teria à sua disposição, segundo o Perfil do Projeto (2002), cerca de R\$ 1.058.044,13 para ser gerido pelo FUNPATRI com liberação via Caixa Econômica Federal. Foi direcionado para a recuperação de imóveis privados, cabendo ao proprietário a responsabilidade em manter o seu imóvel em bom estado de conservação após finalizadas as obras. Os recursos também deveriam ser utilizados em ações de promoção de atividades econômicas, culturais e turísticas.

Aqui cabe uma ressalva devido às condições a serem preenchidas pela população para se ter acesso aos recursos para a recuperação dos seus imóveis. Condições bastante restritivas, pois, segundo levantamento realizado pelo próprio Monumenta, apenas 27% do total de famílias que responderam à pesquisa estariam aptas a tomarem os recursos emprestados já que este quantitativo corresponderia à quantidade de famílias com renda superior a 5 salários mínimos, revelando o caráter segregador, voltado para um grupo social de melhor poder aquisitivo. Esta prática em si, já se constitui em um processo excludente no âmbito da patrimonialização.

Uma outra interface do Monumenta, em termos de reabilitação e revitalização propriamente ditas, objetivava o aproveitamento turístico da margem do Rio São Francisco mediante a desobstrução total da orla e mudanças nos usos e adequação da utilização dos imóveis existentes.

Algumas percepções visivelmente destoantes entre a equipe que elaborou o Perfil do Projeto e a realidade da área eleita chamam a atenção. Nele, consta que “a população de rua é quase inexistente em Penedo”, que “a ocupação por ambulantes não é permanente, mas desorganizada e não atrapalha a circulação” e que a existência de “um turismo regional de compras” deveria interagir com os futuros segmentos de turismo cultural, artístico, fluvial, náutico e ecológico. Vale ressaltar que o turismo de compras mencionado no projeto está baseado na ‘atratividade’ da feira livre e do centro comercial local que agrega costumeiramente os moradores dos municípios vizinhos menores do que Penedo, portanto, inadvertidamente foram reconhecidos como turistas.

Para que houvesse a valorização dos imóveis comerciais, encorajou-se a utilização de imóveis grandes para várias atividades compatíveis entre si, sendo necessária uma espécie de ‘recomendação’ para que os “agentes de revitalização, inclusive os proprietários de imóveis privados, [atentassem] para as técnicas jurídicas e mercadológicas utilizadas em Centros Comerciais Planejados” (PMP/CADERNO 02/08, 2002, p. 54), evidenciando a necessidade de introdução de técnicas padronizadas de gestão dos espaços sintonizadas com as projeções mercadológicas que subjazem a desejada ressignificação do patrimônio.

Os usos potenciais, sugeridos após as obras de revitalização dos espaços, estariam associados ao turismo e ao desenvolvimento de pequenos núcleos de comércio e serviços como restaurantes, bares ‘de qualidade’ e hotéis, inclusive no Convento Franciscano que apresentaria vocação para a hotelaria e estaria inspirado em uma tendência já adotada no Pelourinho em Salvador (BA) pelo grupo Pestana, no Pestana Convento do Carmo.

Ainda segundo o projeto o estímulo aos negócios turísticos deveria expandir-se. Então foram recomendadas a atração de casas noturnas, desde que estivessem submetidas a “um criterioso regulamento de funcionamento” para preservar a

tranquilidade dos moradores. O aumento do turismo também deveria ser estimulado através da implantação de um polêmico centro de eventos a céu aberto.

A preocupação com a sustentabilidade do Fundo de Preservação também foi prevista no Plano do Projeto sendo que as fontes de receita propostas para irrigar o Fundo viriam:

- Da cobrança pela visitação de locais de interesse histórico e/ou turístico;
- Da concessão de uso de espaços públicos ou de monumentos destacados pelo IPHAN para a exploração privada;
- Do aumento das receitas tributárias (incremento de arrecadação de taxas/impostos);
- Do recebimento dos empréstimos aos imóveis privados.

De todas estas propostas, atualmente o fundo é irrigado apenas com a restituição dos empréstimos feitos a título de recuperação dos imóveis privados e esse tem sido motivo de debates entre os membros do FUNPATRI, especialmente aqueles que não representam os órgãos públicos, cobrando agilidade na implementação de tais medidas, segundo testemunhamos. Além destas alternativas, também haveriam alguns espaços para concessões como,

- Igreja de Nossa Senhora da Corrente – uso: Lojas Artigos Religiosos;
- Casa da Aposentadoria – uso: Restaurante;
- Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos – uso: Hotel;
- Com o Programa haveria também a valorização das concessões de uso dos espaços do Mercado Público, do Pavilhão da Farinha e da Praça Costa e Silva.

Neste último caso, apenas a Casa da Aposentadoria, localizada na Praça Barão do Penedo e vizinha à Prefeitura Municipal, obedeceu ao uso sugerido no projeto, mesmo que com mais de 5 anos de atraso. Há pouco mais de três meses instalou-se no térreo do sobrado o restaurante Forte Maurício de Nassau (Figura 43).

Figura 43 - Restaurante Forte Maurício de Nassau localizado dentro da Casa da Aposentadoria



Fonte: Pesquisa de campo
Autora: Daniella Pereira, 2015

A Casa da Aposentadoria é um espaço multiuso e conjuga a função gastronômica à de loja de artesanato. Ao lado do restaurante, e onde se localizava a antiga cadeia municipal, existe o Casarão das Artes, a exemplo da Casa da Cultura do Recife, instalada em espaço semelhante. No primeiro piso encontramos a sede da Academia Penedense de Letras, Artes, Cultura e Ciências e um auditório para eventos.

Quanto ao fluxo turístico, os dados obtidos pela equipe que elaborou o Perfil do Projeto no ano de 2001, basearam-se no número de leitos, apartamentos e taxa média de ocupação dos hotéis e pousadas para estimar o número de turistas/ano em Penedo. Com base nas entrevistas realizadas, verificou-se uma pífia taxa média de ocupação em torno de 40% nestes empreendimentos. O segmento turístico predominante em Penedo naquele ano, assim como atualmente, continua sendo o de visitantes-excursionistas, ou seja, aqueles que visitam o município, mas não pernoitam no local, pertencendo basicamente ao segmento do turismo de estudos ou pedagógico³³.

³³ De acordo com o Ministério do Turismo (2010, p.15), o segmento de Turismo de Estudos e Intercâmbio, “constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivência para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional”.

A educação patrimonial que foi prevista como ação fundamental, mostrou-se insuficiente e infrutífera. Quem trabalhou na Unidade Executora do Projeto em Penedo neste período reconhece as debilidades neste quesito pois a “(...) *educação patrimonial leva tempo e é um trabalho formiguinha*” (ex-arquiteta do Programa Monumenta).

Também reconheceram que houve uma “(...) *lacuna na educação patrimonial, [apesar dos] esforços de trabalho parceiro com as escolas, [para] levarem a educação patrimonial à comunidade*”, (FUNPATRI). Uma outra crítica merece ser feita à padronização imposta pelas ações do Programa Monumenta, considerando um fato ocorrido durante a sua execução em Alagoas.

A rigidez na formatação do Programa impediu que ações mais específicas e direcionadas à realidade local fossem acatadas no Monumenta em Brasília; dificuldade em reconhecer aquilo que não era padrão. Ex: cartilha de educação patrimonial. Como precisavam dos recursos do Monumenta, pois o IPHAN não tinha dinheiro, e o Monumenta não reconheceu o produto, o projeto foi engavetado. (Ex-arquiteta do Programa Monumenta).

As estratégias de promoção turística inicialmente estariam baseadas na retirada das ruas daqueles equipamentos que destoavam do conjunto urbano e que foram agregados no decorrer dos anos, a exemplo das barracas de venda de artesanato e carrinhos para a comercialização de alimentos, ou seja, remover os trabalhadores informais.

Uma outra estratégia de promoção turística seria a realização de uma comunicação mais eficaz com potenciais turistas, através de ações como a elaboração de *folders* com roteiros turísticos que promovessem, além do sítio histórico restaurado, o roteiro de ‘eco-turismo’ nas várzeas da Área de Proteção Ambiental da Marituba do Peixe³⁴; incremento na sinalização turística que, de fato, foi

³⁴ No período em que mantive vínculo empregatício na UFAL, realizei com os alunos uma atividade de pesquisa e, entre outras descobertas, detectamos que o Plano de Manejo da APA no ano daquela pesquisa (2010), estava defasado em 15 anos. Percebemos também que este Plano não previu o zoneamento da APA o que significa que não foram definidas as áreas e os seus respectivos usos, não podendo portanto, prever as eventuais áreas destinadas ao uso turístico, sem que fosse concebido um novo Plano de Manejo. Neste sentido, destacamos mais uma falha da equipe que elaborou o Perfil do Projeto para o Programa Monumenta em relação às questões específicas do município de Penedo.

implementada; desenvolvimento de um programa de incentivo ao empreendedorismo percebido como de fundamental importância para que o município pudesse atrair potenciais investidores, etc. Todas estas ações objetivariam incrementar o fluxo turístico entre 2% e 4% ao ano. Devemos destacar que inexistem roteiros turísticos comercializados em Penedo atualmente, nem *folders* ou mapas informativos, até mesmo um posto de informações turísticas não foi definido como prioridade.

Uma outra vertente de atuação do Monumenta foi a capacitação profissional que no caso de Penedo, possibilitou a formação de condutores turísticos e estimulou a criação de uma associação de condutores. Entretanto, atualmente quase nenhum destes profissionais atuam na área, mostrando que ou a carreira não era financeiramente atrativa, ou o baixo fluxo turístico gerou essa dispersão.

É lamentável que recursos vultosos tenham sido aplicados e, até certo ponto, desperdiçados em Penedo. As principais realizações foram o restauro das edificações em condições de precariedade, a criação de uma cultura de gestão integrada (embora ainda não se mostre devidamente entrosada) entre as instâncias públicas vertical e horizontalmente, o espaço de debate possibilitado pelo FUNPATRI para se discutir a gestão do patrimônio edificado (embora tenha sido apropriado por um grupo dominante) e a disponibilização de recursos para os imóveis privados facilitando o acesso para alguns moradores.

Por outro lado, a atribuição do uso e a geração de receita que garantam a sustentabilidade destes espaços esbarrou, conforme relatos anteriores, em um menosprezo às contradições históricas e estruturantes da sociedade penedense. Para Santos (2008a, p. 206) “as chamadas verticalidades acabam por subverter a ordem dessa dinâmica local e impor novas funções às formas” e foi exatamente o que aconteceu em Penedo, com o agravante de que a maioria dos monumentos foi entregue sem qualquer plano de ação e sustentabilidade concretamente. É o uso que garante a manutenção dos espaços e veremos mais adiante que o PAC 2 surgiu com a promessa de solucionar este gargalo ou, de outra forma, de se converter em um infundável repasse financeiro para o atendimento dos propósitos da patrimonialização.

Também destacamos que o Monumenta se pautou em uma compreensão equivocada da dinâmica socioeconômica do município e um desconhecimento para com o cotidiano e as práticas culturais dos seus moradores. Para muitas pessoas que habitam e trabalham no sítio tombado, tão ou até mais importante do que o patrimônio histórico edificado tombado, que não representa a totalidade dos moradores, são as conexões estabelecidas com o rio São Francisco, desprezado nas análises da sua dimensão simbólica relativa à religiosidade, como a procissão do Bom Jesus dos Navegantes, às lendas, à subsistência, à fonte de trabalho, ao lazer e passeios, às paisagens.

A insistente percepção dos agentes da patrimonialização no caso do Programa Monumenta, de que os bens naturais e culturais penedenses eram recursos a serviço da comercialização turística, subverteu os significados atribuídos ao patrimônio, mas, principalmente, às relações sociais preexistentes, às horizontalidades. Segundo Santos (2008a, p. 207) elas “são o domínio de um cotidiano territorialmente partilhado, com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na similitude ou na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária”. Romperam-se laços em nome da ressignificação do sítio tombado, agora “coisificado”. Um exemplo será a futura instalação da marina para incentivar a prática do turismo náutico em um rio agonizante, na expectativa de inserir Penedo neste circuito hoje concentrado no Pontal do Peba, em Piaçabuçu.

Esta marina será instalada no Bairro Vermelho, de ruas ainda pacatas onde existe um pequeno estaleiro dos pescadores e no seu entorno há pequenos bares frequentados pelos moradores, como o bar do Bocada. A valorização imobiliária será um efeito colateral e o fluxo intenso de carros, caso a marina realmente se concretize, modificará por completo a dinâmica de vida e a paisagem do rio para aqueles moradores.

Figura 44 - Área do Estaleiro do Bairro Vermelho

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira.

Também devemos ressaltar o descabido otimismo com o deslanche do turismo no município. Quando este Projeto foi concebido, a UFAL ainda não tinha se instalado em Penedo com o seu curso de bacharelado em turismo, e do ponto de vista da oferta turística, boa parte dos restaurantes que existem hoje em quantidade e diversidade notáveis, eram impensáveis à época. Os hotéis e pousadas aos poucos foram sendo aprimorados e novos empreendimentos chegaram a Penedo, embora não tenham se instalado no sítio tombado o que nos chama a atenção para o fato de a proximidade com os atrativos turísticos pouco interferir na decisão de instalação dos novos empreendimentos associados ao setor. Fugir à legislação do tombamento e instalar-se nos corredores rodoviários de acesso e saída do município tem sido o fator determinante para a localização destes empreendimentos. Em Penedo também inexistia o Conselho Municipal de Turismo como espaço de concepção, debate, implementação e monitoramento de políticas e ações no âmbito do turismo.

Do ponto de vista do incremento da demanda turística no momento em que o Monumenta ainda estava em execução, Penedo enfrentava a precariedade das estradas de acesso à capital Maceió, com uma deficitária sinalização rodoviária, somada ao desconhecimento do perfil do visitante e à inexistência de estratégias de promoção turística, ou seja, havia mais gargalos do que soluções. Por fim, destacamos que a falta de prioridade política em fazer render bons frutos com os investimentos realizados; os poucos resultados apresentados pelo conselho curador

do FUNPATRI e a condução equivocada dos agentes da patrimonialização na reabilitação do sítio tombado de Penedo, resultaram em graves conflitos na relação dos órgãos públicos de cultura e do próprio FUNPATRI com a população do sítio tombado, que se prolonga até os dias atuais pois, como afirmou Lucchiari (2005, p. 102),

Na união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem às regiões onde se instalam, porque a ordem que criam é em seu próprio e exclusivo benefício. Isso se dá ao serviço do mercado, e tende a corroer a coesão horizontal que está posta ao serviço da sociedade civil tomada como um todo.

Assim, embora tivesse sido concebido como uma política pública mais ampla e articulada com agências multilaterais, diante do alcance limitado dos resultados esperados em Penedo e das fragilidades e gargalos deixados ao longo da sua implementação, o Programa Monumenta/BID foi incorporado à gestão do governo Lula no escopo de ação do Programa de Aceleração do Crescimento iniciado em 2007 e voltado primordialmente para a retomada da execução de grandes obras de infraestrutura urbana, logística e energética. Ao ser absorvido pelo PAC, ganhou o aditivo de PAC das Cidades Históricas, reformulado e com perda do *status* de política pública autônoma.

3.3.2 Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas -PAC2

Em 2009, durante a segunda gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2008-2011) foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas. Foi mais um programa pautado no conceito de conservação integrada assim como foi o Programa Monumenta, e voltado à reabilitação de sítios tombados. Desta vez, o financiamento foi com recursos exclusivamente federais e, em sua primeira fase (2009-2014), foram destinados cerca de 890 milhões. Ao se referir ao PAC, Castriota et. al (2010, p. 107), afirmaram que:

[...] através dele, as cidades históricas contempladas poderão receber obras de requalificação e infraestrutura urbana e de recuperação de monumentos e imóveis públicos. Também estão previstas ações de divulgação, nacional e internacionalmente, de sítios históricos, espaços públicos, monumentos e símbolos socioculturais do país, além de cursos de especialização para guias de turismo e da criação de uma página na internet bilíngue sobre as cidades.

O PAC seguia os passos do Monumenta ao priorizar a conservação como fundamento do planejamento urbano e territorial. Herdou do seu predecessor a lógica de integração institucional verticalizada entre as três instâncias de poder, e também horizontalizada na escala federal, pois foi concebido pela Casa Civil em parceria com o Ministério da Cultura através do IPHAN e a participação do Ministério do Turismo, Ministério das Cidades, PETROBRÁS, ELETROBRÁS, BNDES, Caixa Econômica Federal.

A sua abrangência superou o Monumenta pois permitiu que qualquer município com sítio tombado ou em processo de tombamento pelo IPHAN pudesse se habilitar a disputar os recursos. Foram contemplados nesta primeira edição, um total de 173 municípios e Penedo ingressou na segunda edição do PAC que teve início em 2014. Inexistem informações sobre o período de vigência do PAC2 nas fontes oficiais consultadas, entretanto, considerando a trajetória do Programa Monumenta/BID e da primeira edição do PAC Cidades Históricas, verificamos que são programas cuja durabilidade está associada ao tempo do mandato presidencial, especialmente quando é iminente uma reeleição do candidato ou quando existem chances reais de continuidade dos partidos políticos no poder.

Castriota et. al (2010) destacam que competia ao município elaborar um plano de ação que integrasse o estado e o IPHAN e contemplasse ações sobre o território “*pactuadas* com os diferentes órgãos governamentais e a sociedade (grifo dos autores)” (2010, p. 108). Esta exigência visou sanar um dos principais problemas do Monumenta que foi a ausência das propostas de gestão dos espaços para garantir a sua sustentabilidade e passou a ter que constar nos planos de ação do PAC. Finalizado o plano, a proposta seguia para o IPHAN que se responsabilizava pela consultoria técnica, elaboração dos editais, vistoria das obras em andamento, como acontece atualmente.

A participação da sociedade não era exatamente ampla e, no caso de Penedo, permaneceu seleta. As relações de poder no território patrimonializado tiveram mais uma vez a intenção de atender aos anseios de uma camada dominante da população, que se reuniu a fim de deliberar quais edificações e espaços seriam contemplados com recursos deste programa federal. A PMP, através da Secretaria de Cultura e Turismo e com o apoio do SEBRAE, buscou convidar pessoas ligadas à cultura e ao turismo no município. Algumas delas participaram como convidados indicados, o que sugere um comportamento excludente e insinua a ausência de ampla divulgação para assegurar um processo democrático e participativo no debate e seleção dos bens e espaços contemplados, bem como a proposição dos seus usos. Um dos entrevistados participou representando a literatura, na condição de convidado indicado e, demonstrando alguma insegurança sobre a natureza do encontro fez o seguinte relato sobre a reunião: “a _____³⁵ teve aqui, eu acho que era essa coisa do PAC, e teve uma reunião na sede do Sebrae e tinha uns grupos e me indicaram, pela literatura, e tinha outros grupos e tal. E lá eu dei umas ideias: ‘a cidade tá sem biblioteca e aí? vamos reabrir, fazer uma biblioteca?’”. A biblioteca já foi restaurada e entregue ao município (Figura 45).

Figura 45 - Biblioteca Pública Municipal restaurada com recursos do PAC2



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira.

³⁵ Ex-Secretária de Turismo da Prefeitura Municipal de Penedo no período de 2009-2012.

O PAC2 ampliou os recursos financeiros para R\$ 1,6 bilhão. Penedo tem sido contemplada com repasses para atender a demanda de onze ações que, somadas, totalizarão um investimento de 20,89 milhões. No estado de Alagoas, apenas Penedo e Marechal Deodoro foram contempladas e, na atual conjuntura de crise político-econômica, o IPHAN já sinalizou que estes serão os únicos recursos com os quais as cidades poderão contar ao longo do ano de 2016, por enquanto. As ações contempladas são as seguintes:

1. Restauração do Teatro Sete de Setembro;
2. Restauração do Cine Penedo;
3. Restauração do Casarão do Montepio dos Artistas;
4. Restauração do Círculo Operário – Escola de Santeiros
5. Restauração do Casarão da Biblioteca de Penedo
6. Restauração dos galpões da orla do rio – implantação da Escola Náutica, Oficina e Marina Pública
7. Implantação do Museu de Lapinhas e religiosidade – Igreja de São Gonçalo
8. Restauração da Casa São Francisco – Implantação do Conservatório de Música
9. Restauração do Chalet dos Loureiros;
10. Requalificação Urbanística do Largo de São Gonçalo;
11. Recuperação do cais da Marina de Penedo

O cais da marina e os esforços no incentivo ao turismo náutico constavam do Programa Monumenta e o fracasso desta ação o reinseriu nas ações do PAC2. Atualmente Penedo é um canteiro de obras e o que pesa negativamente contra elas, além da falta de planejamento e descumprimento sistemático dos prazos, é o descrédito da população do sítio tombado que ficou como resíduo do Monumenta devido às promessas não cumpridas, especialmente no incremento do turismo. Um quadro que se agravou para o PAC2 uma vez que a população tem uma ideia mais bem formada sobre a natureza destes projetos de revitalização e já diminuiu o estranhamento com relação aos órgãos de cultura atuando no município. Ela tem se mostrado ainda mais desconfiada e irritada, sobretudo, por ser a reedição de mais um projeto no qual novamente ela não participou ativamente das decisões.

As obras de requalificação urbana do Largo de São Gonçalo e da área comercial compreendem exatamente o “coração” do comércio local, começando na

av. Floriano Peixoto e finalizando exatamente no Largo. Segundo o IPHAN e a PMP, esta intervenção tem caráter “restaurador, reorganizador e requalificador” (PMP/PAC, p. 04). Nesta área estão sendo executadas obras de drenagem, embutimento de fiação elétrica e telefônica, criação de calçadão para privilegiar os pedestres, redimensionamento e realocação das vagas de estacionamento, alargamento de vias com posterior redirecionamento do tráfego e restauro de monumentos.

Para os agentes patrimonializadores esta obra buscou conservar a fisionomia dessa área para ajudá-la a manter a sua ‘personalidade’, “agregando novos valores e descobertas” (PMP/PAC, s/d, p.04) como se pode ver nas figuras 46, 47 e 48. Com isso, o IPHAN e a PMP esperam criar um ambiente de maior qualidade para o morador para que por meio da preservação, ele possa compreender “a sua história e memórias impressas na paisagem. Só então, esse mundo diferenciado e cheio de peculiaridades, poderá ser apropriado e vivenciado intensamente por moradores e visitantes em busca do turismo cultural” (PAC/PMP, s/d, p. 04).

Retomam-se aqui dois discursos para justificar a patrimonialização: o da importância das obras para o fortalecimento do turismo cultural em Penedo e o da “inexistência de conflitos”, fazendo subentender que existe apoio irrestrito da população bem como interesse em usufruir do resultado das obras nos bens e monumentos patrimonializados que, como veremos mais adiante, não se comprovou.

Pretende-se, ao final desta obra, que o largo em frente à Igreja de São Gonçalo Garcia e em processo de reabilitação seja destinado exclusivamente aos pedestres,

Obras do PAC2

Figura 46 - Av. Floriano Peixoto
(Abr./2016)



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Autora: Daniella Pereira

Figura 47 - Rua São Miguel
(Nov./2015)



Figura 48 - Rua Duque de Caxias
(Nov./2015)



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira

“trazendo mais uma vez esse espaço que por muitas décadas esteve presente na vida dos moradores, mas que hoje devido ao intenso tráfego de veículos desapareceu” (PAC/PMP, s/d, p. 08).

Embora este documento aponte que o principal responsável pelo desaparecimento dos moradores por este trecho da av. Floriano Peixoto seja o intenso tráfego de veículos, acreditamos não ser este o único fator. Como já foi discutido no sub-capítulo 3.1, o comércio fragmentou-se espacialmente como consequência da expansão da cidade para a parte alta. A perda de fiéis católicos em consequência da expansão de outros credos, religiões e doutrinas também contribuiu para que o Largo de São Gonçalo tenha deixado de assumir a mesma importância que tinha no passado para a população.

A seguir reproduzimos um trecho transcrito de uma das reuniões do FUNPATRI que trata de assuntos relativos às desapropriações, estilo de mobiliário, divergências sobre a natureza e as técnicas de restauro e valores fundantes norteadores da ação preservacionista. Para tanto, nominaremos os três interlocutores do conselho que aparecem no diálogo com uma numeração de modo a possibilitar a compreensão da interação das falas, ao mesmo tempo em que as identidades permanecerão protegidas:

(FUNPATRI 1): [...] Estamos começando a fazer o granito, a escavação das unidades pluviais [...] reparo de telefonia [...] vamos resolver a parte da frente toda, meio fio, estacionamento, tirar aqueles postes, fazer a pavimentação da rua.

(FUNPATRI 2): A qualidade dos postes, como é que vai ser? Já foi olhado pelo IPHAN? Pra não acontecer o que aconteceu naquela praça do convento com aquelas luminárias horrorosas.

(FUNPATRI 1): “Era previsto luminária de led, mas não vai ser led...tem um modelo lá de luminária...”

(FUNPATRI 2): Seria bom a gente ver aquele modelo de poste, porque aquele ali não tem nada a ver com o casario que está lá. A gente vai cometer o mesmo erro?

(FUNPATRI 1): Tem uma segunda etapa da requalificação na parte da frente, que talvez mexa com os bares que tem lá...

(FUNPATRI 2): Eu tava vendo, _____, numas cidades históricas aí uma coisa muito interessante: uns postes que em cima tem uma travessa com uns lampiões antigos, apesar de que são lâmpadas modernas dentro. Mas o formato são lampiões antigos, entendeu? O que nós vamos colocar na frente do casario?

(FUNPATRI 1): *Graças a Deus eles estão achando isso. Hoje o IPHAN enxerga que a preservação é por época...porque se ele for pensar em termos de história, vamos voltar para os anos 20.*

(FUNPATRI 2): *Não concordo...sabe porquê? Na Europa, como se preservou com duas grandes guerras que já passou? E o terremoto na Itália? Porque aqui não pode ser assim?*

(FUNPATRI 1): *Houve uma requalificação lá, decorrente da guerra. Restauraram naquela época. Aqui não houve isso. Quem foi que definiu aquilo? Voltar a (...)que época? Qual é a década? Já houve processo pelo IPHAN para demolir o Hotel São Francisco. Então devia-se demolir. Aquilo choca. Nesse pensamento seu, deveria demolir o hotel.*

(FUNPATRI 2): *Choca...foram demolidos 13 prédios pra fazer o Hotel São Francisco. O que eu proponho é chocar o mínimo do que ainda está colocado, porque mandaram buscar as plantas dos postes do Jaraguá, em Maceió, na França. Mesmo que tenham dado uma modernizada.*

(FUNPATRI 3): *Até o granito choca...eles [os moradores] não querem dessa maneira.*

(FUNPATRI 1): *_____, repara bem...o pessoal acha que pode mudar a cor da sua casa, mudar a fachada. Rapaz...há possibilidade de mudar, mas tem que pedir autorização. O cara começou a mexer: 'Ah! Não dá em nada não!'. Aí vem o processo: 'Aah, é absurdo' [...].*

(FUNPATRI 2, em tom de voz alterada): *Agora a pintura, pergunto o seguinte: eles foram orientados? Não. Então quem não orienta, não pode pedir. Pedir autorização a quem? Que aqui não existia nada, pra pedir nada! Há mais de 20 anos que a gente pede que tenha escritório do IPHAN, que nunca colocou.*

(FUNPATRI 1): *E isso aqui é o que?³⁶*

(FUNPATRI 2, em tom de voz alterado): *Hoje! Hoje! Mas desde quando se pede? E agora? Não se orienta nada no momento que se vai pedir.*

(FUNPATRI 3): *O IPHAN não tá conservando aquilo que restaurou. Aquele Círculo Operário, você tem que cuidar...as funções que estão acontecendo lá dentro. [refere-se à capoeira].*

(FUNPATRI 2): *Mas ali tem uma diretoria. Cabe ao Iphan restaurar.*

Observamos que o FUNPATRI, enquanto uma permanência e um legado imposto pelo Monumenta como requisito à execução do programa, mantém-se atuante tendo em vista que, na medida em que o Fundo de Preservação foi concebido para a manutenção das edificações restauradas, ele tornou-se uma entidade *ad*

³⁶ Lembramos que o interlocutor se refere ao local de reuniões do FUNPATRI: a Casa do Patrimônio do IPHAN em Penedo situada à av. Floriano Peixoto. Entretanto, não se deve confundir a Casa do Patrimônio com um escritório técnico do IPHAN. Ali inexistente qualquer funcionário do órgão, apenas recepcionistas e vigilantes que zelam pelo edifício e pela exposição permanente no primeiro andar daquele sobrado.

eternum para seguir monitorando não apenas as obras restauradas pelo Monumenta como agora, as do PAC2.

Uma outra intervenção prevista é a da alocação dos mobiliários urbanos para recriar “o costume da população local tão habituada a frequentar e dar vida às praças” (PMP/PAC, s/d, p.08). A pouca informação acerca do sentido de continuidade histórica que o IPHAN e a PMP pretendem deixar como marco na paisagem patrimonializada e como legado das obras do PAC2 tem gerado polêmica, como vimos na transcrição de um trecho da reunião do FUNPATRI onde fica claro a falta de compreensão sobre os critérios técnicos adotados para a preservação. Afinal, pode ou não pode modernizar? Deve-se manter a paisagem tradicional sem incorporar nenhuma inovação? Há uma margem modernizadora na tradição? O depoimento abaixo reflete o pouco esclarecimento acerca do sentido de preservação partindo do próprio órgão federal:

Pra explicar ao cidadão que ele não pode botar uma porta diferente (...) e aí vem o patrimônio histórico e faz uma praça com granito. Vai explicar, n/é? Tem uma ala lá [no Iphan] que diz: tudo que não foi conservado tem de ser moderno [na restauração] até pra mostrar que não foi conservado; a outra ala dos arquitetos diz: 'não, tudo tem que voltar ao antigo'. A lei diz que tudo tem que ser conservado como foi tombado no ano do tombamento (...). (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente).

A população tem estranhado o sentido da preservação e o teor histórico-documental atribuído pelos órgãos de cultura no contexto da patrimonialização, na medida em que a opção pelo granito é um exemplo de que o próprio IPHAN desrespeita a política preservacionista. A explicação do órgão para o uso do granito nas praças e demais logradouros públicos se justifica pelo fato de que a “*durabilidade do granito é muito maior. Ele faz aquele anti-derrapante e a durabilidade é muito maior*” (IPHAN).

O IPHAN reconhece a condição de Penedo como município secular “tendo em cada edificação e rua uma história para contar” mas optou por introduzir uma proposta de requalificação que prevê traços modernos no mobiliário urbano. Para os bancos do calçadão comercial “[...] peças com uma linguagem mais moderna e limpa a fim de não gerar um conflito com as edificações históricas existentes no local. São

dois os tipos de banco, sendo a sua maioria em estrutura de aço galvanizado, com assento e encosto em madeira de lei”, (PAC/PMP, s/d, p. 10) (Figura 49).

Figura 49 - Modelo do banco com estrutura em aço galvanizado e assento e encosto em madeira de lei envernizada



Fonte: PMP, PAC Cidades Históricas. Memorial descritivo – requalificação urbana da Área Comercial e do Largo de São Gonçalo – Penedo/Al, s/d.

O posteamento terá sua fixação totalmente embutida no piso e as luminárias serão substituídas (Figura 50). Essa luminária é uma releitura inspirada em algumas que ainda existem nos logradouros públicos de Penedo mas trará um componente inovador que será em lâmpada de Led para “trazer a modernidade para esses elementos, marcando também a época dessa requalificação, e não permitindo que a história da cidade seja apagada nem esquecida” (PAC/PMP, s/d, p. 11). Percebemos que a requalificação busca ser um marco memorável para na paisagem, consequentemente, para a população.

Figura 50 - Design de luminária proposta para o calçadão comercial da Avenida Floriano Peixoto



Fonte: PMP, PAC Cidades Históricas. Memorial descritivo – requalificação urbana da Área Comercial e do Largo de São Gonçalo – Penedo/Al, s/d.

A Praça Mal. Deodoro, onde está localizado o casarão Montepio dos Artistas (Figuras 51 e 52) que foi recentemente restaurado com recursos do PAC2, tem no Maestro Rocha (Figura 53), um oficial aposentado da aeronáutica e ex-integrante da banda de música desta instituição, um professor que ministra aulas gratuitas ao ar livre, porém a praça não reúne condições ideais para concentrar pessoas e possibilitar a apreciação destas aulas.

Bancos dispersos e por vezes mal situados dão a impressão de que foram concebidos para priorizar a estética pois são normalmente postos lado a lado ou quando estão de frente um para o outro, conservam uma distância tal que torna as conversas impeditivas e inibe a convivialidade entre as pessoas. A ausência de estrutura mínima de alimentação como quiosques, a pouca arborização e falta de segurança também mantém os moradores dentro das suas casas, ao invés de estimularem a ocupação do espaço público e o fortalecimento dos laços de vizinhança:

O Material e o Imaterial no Montepio dos Artistas

Figura 51 - Montepio dos Artistas antes do restauro



Figura 52 – Aula de música ao ar livre em frente ao Montepio dos Artistas



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira.

Figura 53 - Montepio dos Artistas recém-restaurado



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Autora: Daniella Pereira.

Aqui é uma vizinhança muda. Porque assim...não existe...eu sei que ali na frente mora uma pessoa chamada _____, ela não conhece a minha casa, eu não conheço a casa dela. Aqui [aponta para outra residência] morou uma senhora que morreu há 15 dias. Então era assim: os meus meninos cresceram aqui e ela vinha pra janela e dava bala pros meninos, ela e o marido dela, mas é assim: cada um na sua casa. Só quem fica na calçada aqui sou, porque meus irmãos às vezes vem aqui à noite, minha cunhada, aí vêm os meus filhos, mas vizinhança não. Aqui é cada um no seu, ninguém conhece a casa de ninguém (...). (M, 61 anos, Praça Mal. Deodoro).

Assim, observamos que a população penedense não tem frequentado mais as praças no sítio tombado possivelmente por estarem cada vez mais carentes de mobiliário urbano adequado e infraestrutura mínima para qualquer prática esportiva, cultural e social que gere atratividade (Figuras 54, 55, 56 e 57). Como vimos, também contribui para o esvaziamento do espaço público, os hábitos culturais dos seus antigos moradores. As festas, os eventos cívicos e os rituais do catolicismo eram o que costumava levar as pessoas a ocuparem as praças em Penedo.

A única exceção possível é a praça 12 de abril que margeia a orla, por ser o principal local de realização dos eventos públicos da cidade e por ser uma zona predominantemente comercial, mas que traz o agravante dos impactos das vibrações sonoras e das trepidações com a passagem do transporte coletivo, para as edificações históricas. O fluxo de pessoas na praça também decorre do fato dela ser o primeiro logradouro com o qual se depara quem chega a Penedo através do porto. Também se encontra nela a infraestrutura de quiosques, bares e

Praças do sítio Histórico de Penedo

Figura 54 - Pça Barão do Pendo



Figura 55 - Pça Mal. Deodoro



Figura 56 - Pça Padre Veríssimo



Figura 57 - Pça Frei Camilo Lélis



Fonte: Pesquisa de campo, 2015
Autora: Daniella Pereira.

restaurantes bastante frequentados pelos moradores e por aqueles que aguardam a chegada da balsa para cruzarem o rio.

A intervenção urbana no calçadão da av. Floriano Peixoto eliminará vagas de estacionamento nesta via, que serão realocadas para 'áreas específicas', e com marcação adequada no piso. A preocupação com a *acessibilidade* também é um critério trazido do Monumenta e incorporado ao PAC2, já que não houve êxito no programa anterior e há uma determinação legal para o seu cumprimento. Também pretende-se criar vagas reservadas para pessoas com deficiência, idosos e gestantes, além de estacionamento específico para motos e bicicletas.

Fazemos algumas ressalvas: quase ninguém usa bicicleta no sítio histórico, talvez devido à ausência de ciclovia e ao desconforto gerado pelo paralelepípedo. Não raro, na av. Getúlio Vargas que tem calçadas menos desniveladas, os pedestres em suas caminhadas por vezes têm que compartilhar o espaço com ciclistas e até skatistas.

Alertamos para o fato de pouco adiantar a destinação de vagas de acessibilidade nos estacionamentos quando não vêm acompanhadas de campanhas educativas que visem o esclarecimento da população e quando não tornam as calçadas, os estabelecimentos comerciais e de serviços, as repartições públicas e os templos religiosos, igualmente acessíveis. Projetos incompletos e desconectados apenas reforçam o pouco entrosamento entre os agentes da patrimonialização e as necessidades da população.

O criticado paralelepípedo que já motivou questionamentos dos moradores em algumas ocasiões junto ao corpo técnico do IPHAN, não será substituído pelo asfalto como deseja a população. São relatados danos aos veículos de quem mora ou circula pela área devido à intensa trepidação. A circulação do transporte coletivo em ônibus grandes no calçamento do sítio tombado, tem provocado danos ao casario e poluição sonora pelas ruas por onde trafegam. Em favor da manutenção do paralelepípedo, o IPHAN argumenta a vantagem do escoamento da água que evita que a base do casario retenha a umidade e danifique a estrutura. Mas o projeto desconsiderou as reclamações e pedidos de quem vive nestas áreas e escolheu apoiar-se no valor estético, histórico e nacional, garantidos pela preservação via instrumento legal do tombamento, ao afirmar que

A cidade de Penedo foi tombada patrimônio histórico-cultural e paisagístico a nível Federal, Estadual e Municipal. Isso significa que na área tombada não apenas os casarões antigos e rústicos, mas também as *belas* ruas de paralelepípedos e todo o contexto histórico em que a cidade está inserida deverão ser preservados e fazer parte do patrimônio do *nosso país*. (grifo nosso, PAC/PMP, s/d, p.13)

Também parece haver no PAC2 uma preocupação maior com a estética no ordenamento do espaço do que propriamente com a sua funcionalidade, demonstrando que o critério de *atratividade* presente no Programa Monumenta também foi incorporado ao PAC2 e não se restringiu apenas às edificações históricas. Um exemplo que afirma o argumento favorável à estética é

[...] a proposta que visa dotar os espaços públicos de lazer de cobertura arbórea suficiente para garantir o conforto térmico da população (...), visto que estes constituem elementos fundamentais de uma praça/calçadas e que se reflete nos usos e no funcionamento desses espaços de lazer, o qual deve fazer parte do cotidiano das pessoas (PAC/PMP, s/d, p. 10).

Na arborização dos calçados da av. Floriano Peixoto, foram propostas jardineiras “dispostas equidistantes uma da outra” (PAC/PMP, s/d, p. 09). Segundo o memorial descritivo da requalificação da área, serão selecionadas espécimes locais com “copa crescida na horizontalidade o que acarreta em áreas maiores sombreadas (com menos árvores) e preserva o aspecto morfológico do casario (a maioria possui mais de um pavimento), não interferindo, como marcos verticais no *skyline*” (PAC/PMP, s/d, p. 09).

As intervenções na orla também passam pela retirada de dois postos de gasolina ali instalados, “gerando danos à paisagem e ao patrimônio, e trazendo inclusive risco de sinistro. A fim de valorizar o patrimônio local e evitar quaisquer riscos ao penedense e aos turistas, bem como ao patrimônio local, o maior dos postos será relocado para uma nova porção da cidade” (PAC/PMP, s/d, p. 09).

Figura 58 - Área da futura instalação do posto de combustível na orla



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira.

Conforme mostra a Figura 58, esta nova área já foi definida e tem causado polêmica por três razões: continuará na orla, margeando o rio São Francisco como antes e oferecendo riscos ao patrimônio natural local; ocupará a área de uma praça na qual existe um pé de manga significativo para a memória social dos moradores antigos do bairro, não havendo ainda garantias de que ela não vá ser derrubada; e, paradoxalmente, esta praça encontra-se inserida dentro do perímetro de tombamento estadual e municipal, gerando questionamento dos moradores acerca das circunstâncias que permitem a conveniente ‘flexibilização’ da legislação do tombamento. Passaremos agora à apresentação da nova ferramenta de gestão do IPHAN para o sítio tombado de Penedo, o SICG.

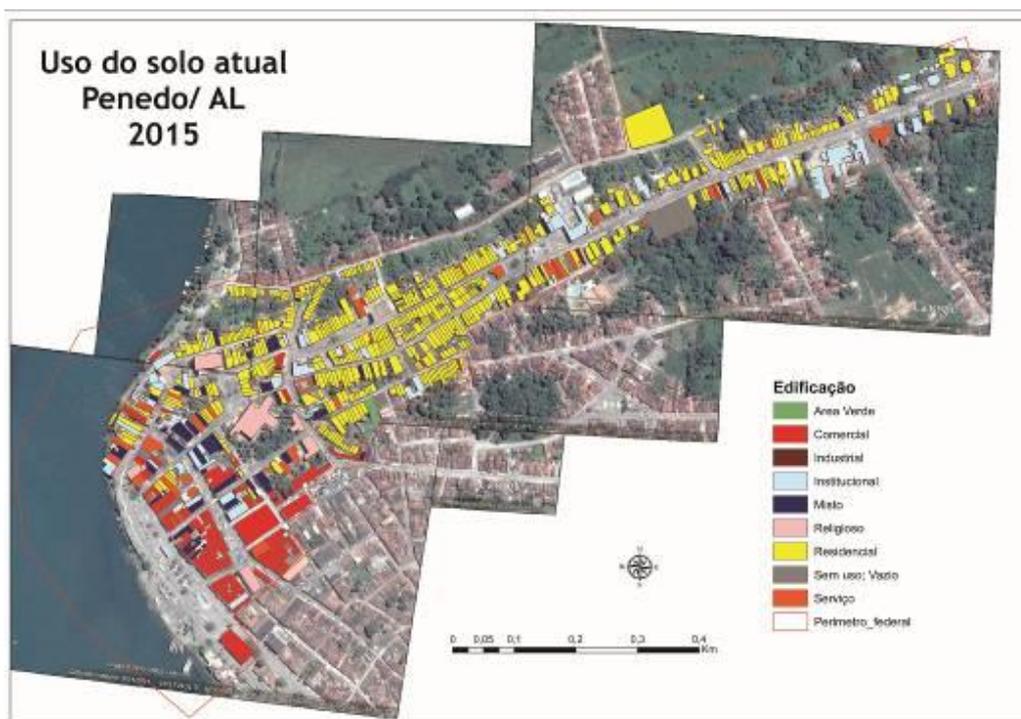
3.3.3 Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SICG)

O SICG é uma ferramenta recentemente concebida a pedido do IPHAN e ainda não disponibilizada ao público, portanto, iremos apenas apresentá-la já que inexistem subsídios para análises aprofundadas e menos ainda, avaliação. Tal ferramenta tem como objetivo principal, conceber diretrizes e normas de preservação para a área de tombamento e entorno do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Penedo. Estas diretrizes reunidas subsidiarão a elaboração de uma

minuta destas normas que ainda aguarda aprovação e promulgação, por esta razão, a pedido do IPHAN, não será exposta neste trabalho³⁷.

Esta é uma ferramenta necessária e fundamental para a gestão de qualquer sítio histórico tombado, embora tenha sido efetivamente concebida após passados 20 anos do tombamento federal. Em Penedo estavam defasadas e/ou eram desconhecidas informações básicas sobre a quantidade de imóveis desocupados, o seu estado de conservação, os usos atribuídos, etc. (Figura 59). No tocante aos usos, percebemos nas proximidades com a orla a predominância do uso comercial (na cor vermelho), na medida em que dela nos afastamos, basicamente percebemos o uso residencial (na cor amarelo). Os usos voltados para a religião (cor de rosa), serviços (cor laranja), institucional (cor azul claro) e misto (cor azul escuro) estão distribuídos de modo mais equilibrado.

Figura 59 - Uso do solo atual em Penedo/AL, segundo o IPHAN/2015



Fonte: IPHAN/Oficina de Projetos, 2015.

³⁷ Todas as informações expostas sobre o SICG têm como fonte os arquivos disponibilizados pelo IPHAN.

Faltavam informações necessárias para intervir no ordenamento territorial da área com clareza, reconhecendo a heterogeneidade de quem vive, como se vive e os desejos dessa população. Alguns dos seus objetivos principais são:

- Produzir subsídios técnicos que respaldem a definição dos critérios e a elaboração de diretrizes e normas de preservação para a área de tombamento e entorno do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Penedo, em Alagoas;
- Recuperar os valores de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Penedo, em Alagoas;
- Identificar áreas potenciais para qualificação e expansão urbana, dando subsídios para o planejamento das ações do IPHAN visando uma atuação propositiva por parte da instituição junto ao governo local da cidade;

Vemos com esta ferramenta, um esforço maior do IPHAN em tentar propor uma estratégia de gestão patrimonial a partir da reunião de dados precisos que possibilita à entidade conceber planos de ação aperfeiçoados, menos padronizados e, espera-se, mais condizentes com a realidade e a dinâmica local, além de poder visualizar o perfil da população ali instalada. Este sistema possibilitará ao IPHAN maior controle sobre as intervenções cotidianas no município.

O SICG foi concebido respeitando a legislação de tombamento estadual e federal e o plano diretor de Penedo. Vislumbramos ao longo da análise dos arquivos disponibilizados pelo IPHAN, que foram entregues um total de 8 produtos como resultado do contrato firmado com a consultoria Oficina de Projetos. Estes produtos representam as etapas pormenorizadas da concepção da ferramenta, entre as quais foram contempladas a pesquisa histórica e documental, o levantamento morfológico, a análise morfológica, as especificidades do sítio e a minuta das normas de preservação do Conjunto Histórico de Penedo/AL. É notória a ausência de informações sempre que o documento se refere à população ‘envolvida’.

Destacamos em seguida, a pré-setorização proposta para Penedo que tomou como referência o documento do IPHAN intitulado “Orientações para a Elaboração de Diretrizes e Normas de Preservação para Áreas Urbanas Tombadas/IPHAN”, de onde foram analisadas as principais condicionantes responsáveis pela caracterização dos espaços. São eles:

Condicionantes históricos – elementos que historicamente, adquiriram significado para a conformação e identidade urbana do espaço, desde sua fundação até os dias atuais.

Topografia e condicionantes naturais – presença de elementos naturais que foram decisivos para a implantação do município naquele sítio, bem como para a definição de suas características, como orla fluvial, presença do rio, topografia, orientação solar e vegetação.

Referenciais urbanos históricos e atuais – espaços de referência para a região, como igrejas, prédios públicos, praças, largos, vias de acesso e comunicação e espaços simbólicos.

Caracterização da arquitetura e concentração de bens de interesse – percepção de se o conjunto é formado por edificações com características semelhantes, ou apresenta áreas de predominância de arquitetura colonial, fruto de um primeiro momento de implantação da cidade e áreas onde predomina um acervo eclético, originário em um momento de expansão. Caracterização do acervo quanto ao gabarito, porte, forma de implantação e concentração de bens de interesse.

Tendências atuais de uso, pressão por adensamento e alterações – identificação de áreas mais sujeitas à pressão, identificadas pela observação local e mesmo áreas de expansão definidas pelo Plano Diretor, que requerem atenção especial por parte do IPHAN.

A partir do cruzamento dessas informações com os valores que motivaram a proteção do bem, foi proposta a pré-setorização do sítio, definida por seis áreas distintas, atenta à preservação das áreas edificadas e não edificadas e, segundo o IPHAN, valorizando a paisagem e o rio.

Antes de apresentarmos estes setores, é importante destacar que o conjunto de normas utilizadas pela equipe e apresentado acima, dissocia claramente o universo material do imaterial, com raras exceções. Este tem sido um dos motivos do fracasso da patrimonialização em Penedo desde o Programa Monumenta. O fato dos projetos serem concebidos basicamente por arquitetos ainda preocupa. Embora a equipe executora do projeto tenha incorporado um geógrafo, uma bacharela em direito e um historiador, a ausência de um antropólogo, de um sociólogo, de um turismólogo é visível neste projeto, mas, principalmente, o

envolvimento dos agentes mais do que a diversidade da equipe ajudaria na aproximação da dimensão material da imaterial e evitaria seguir por caminhos que têm se mostrado equivocados.

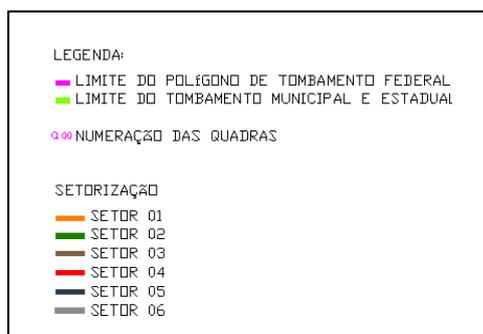
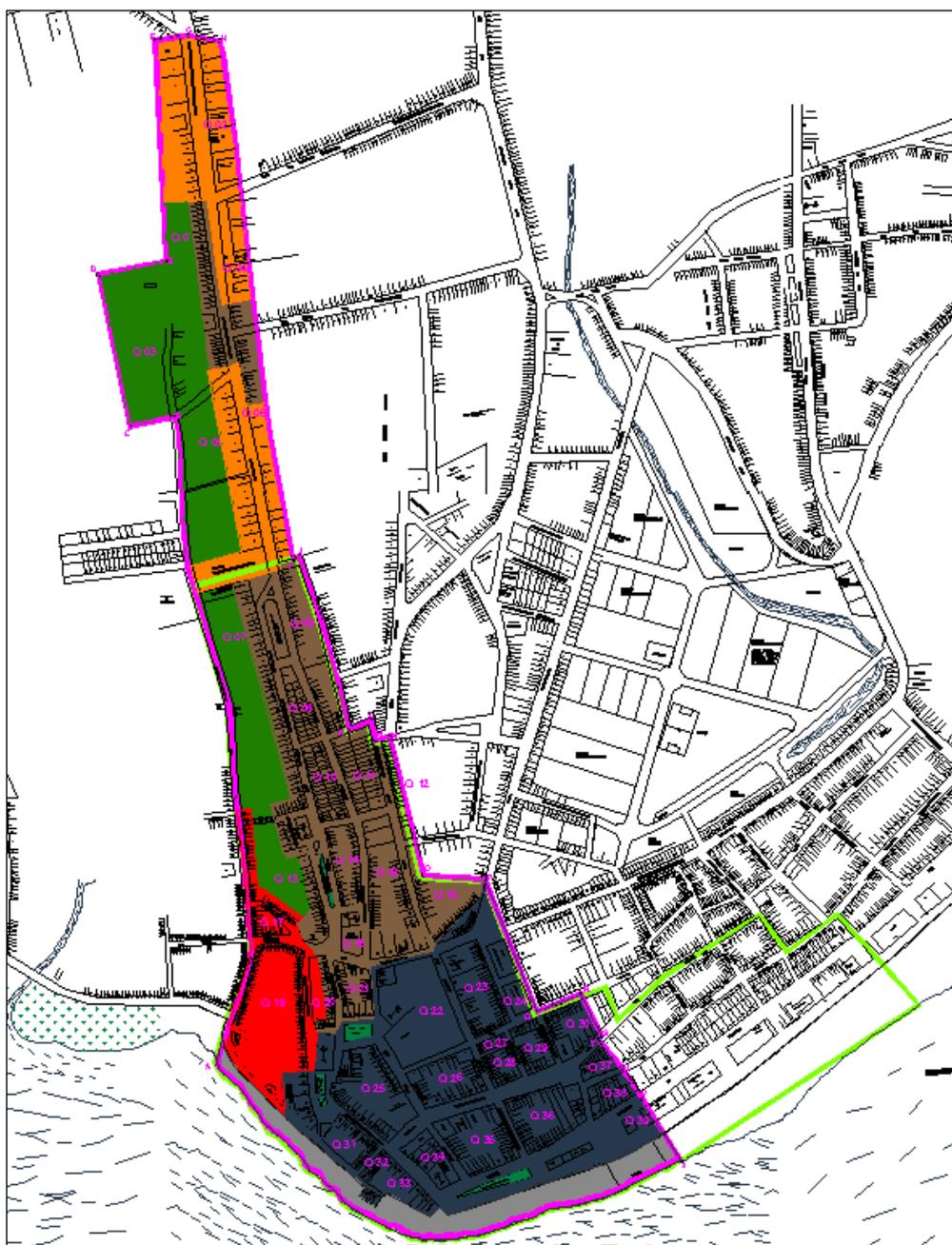
Foram estabelecidos os seguintes critérios para a normatização do sítio: a) controle de ocupação nos lotes vazios e lacunas, especialmente na Avenida Getúlio Vargas e Rua 15 de Novembro; b) valorização do casario representativo dos diversos estilos/épocas; c) destaque para os templos religiosos e edificações de referência para a cidade; d) transformação do espaço urbano em local mais acessível; e) melhoria na qualidade do trânsito; f) fluxo de veículos e áreas de estacionamento; g) liberação de eixos visuais das vias em direção ao rio São Francisco e edificações de referência; h) preservação da ambiência histórica através da despoluição visual ocasionada por letreiros, toldos, cores e modificação de vãos; i) valorização paisagística da orla do rio São Francisco; j) respeito ao meio ambiente com a preservação do Rio São Francisco.

As informações que seguem foram extraídas do citado documento e expressam na proposta de pré-setorização uma preocupação recorrente com a funcionalidade e a estética do sítio tombado (Figura 60).

Setor 1: O casario é composto, na sua maioria, por construções imponentes, de uso residencial, que guardam características arquitetônicas do século XX (neoclássica, eclética, Art Déco, modernistas) e implantadas com recuos em relação aos lotes. Trata-se de um representativo conjunto arquitetônico em bom estado de conservação. Entretanto, não existe nenhuma praça no setor. As calçadas são largas sendo utilizadas pela população como espaço de interação, especialmente no final da tarde, quando pode-se ver algumas cadeiras já colocadas nas calçadas. As normas devem buscar a valorização desses espaços urbanos promovendo o plantio de vegetação.

A acessibilidade é outro ponto a ser observado nesta área, assim como em todo o restante do sítio, mas neste caso, sua solução implica em diminuição da velocidade permitida para os veículos que ali trafegam intensamente e disciplinamento do estacionamento. As interferências visuais devem ser diminuídas, o que pode ser alcançado com o tratamento da fiação elétrica e normas para o uso de antenas, entre outros.

Figura 60 – Pré-setorização do sítio histórico tombado pelo SICG



Fonte: IPHAN/Oficina de Projetos, 2015.

Setor 2: É composto por lotes pertencentes anteriormente aos quintais das casas da Avenida Getúlio Vargas, Praça Jacome Calheiros, Barão do Rio Branco, Rua Henrique Dias e Praça Marechal Deodoro e pelo sítio onde está situada a Bica dos Frades. Nele quase inexistem construções do século XX, bem como não se percebe um estilo arquitetônico predominante. A preocupação com a diretrizes de preservação e para novas construções é com a proteção do meio ambiente natural e as visadas do conjunto arquitetônico a partir do Rio São Francisco.

Os lotes localizados na rua 15 de novembro, preocupam o IPHAN tendo em vista que a dificuldade de construção nestes terrenos inclinados gera soluções estruturais esteticamente pouco harmoniosas com o conjunto tombado. Para regulamentar as construções nessa área deverá ser praticado o controle dos desmembramentos, da taxa de ocupação dos lotes, da altura máxima permitida e da preservação dos quintais. Devendo as construções possuir somente um pavimento com atenção à preservação da vegetação nativa e as áreas verdes do setor.

Pretende-se melhorar a promoção da acessibilidade em vias e passeios através de ações de requalificação urbana que facilitem a circulação dos pedestres em calçadas além da complementação da pavimentação da via pública.

Setor 3: Dada a sua dimensão e dinâmica de ocupação mais complexa, a consultoria e o IPHAN levaram em consideração a existência de um conjunto de construções civis relativamente uniforme. Trata-se da área de uso predominantemente residencial, com menor quantidade de comércio, serviço e uso institucional. Possui tráfego intenso, com estacionamento desordenado ou ausente. É uma zona com grande quantidade de bens imóveis de interesse de preservação, apresentando como edificação religiosa principal a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e como arquiteturas civis de destaque, o Grupo Escolar Gabino Besouro e os sobrados.

O setor detém grande fluxo de veículos e pessoas. Ali se encontram edificações com influências neoclássicas, ecléticas, casas do tipo morada inteira e meia morada, além de exemplares Art Déco. Devido as mudanças de uso, conseqüentemente há a disseminação de adaptações das construções, alterando as tipologias arquitetônicas, como também a utilização de letreiros e cores fortes nas unidades, características da concorrência dessa atividade.

A normatização deste Setor será baseada inicialmente na valorização da qualidade estética das unidades arquitetônicas através da padronização de letreiros, estudos de cores apropriadas e regulamentação de dimensões de toldos. Como espaço urbano do setor encontramos duas praças: Praça Jacome Calheiros e Praça Barão de Penedo que são utilizadas como espaço de lazer pela população. As normas devem buscar a valorização desses espaços urbanos promovendo o plantio de vegetação e equipamentos de lazer. A acessibilidade é outro ponto a ser observado nesta área, assim como em todo o restante do sítio, mas neste caso, sua solução implica em disciplinar o fluxo e a velocidade nas ruas estreitas.

Percebe-se neste Setor um potencial para o desenvolvimento das atividades culturais, a exemplo Cine Penedo, a Sociedade Montepio dos Artistas, a Casa do Penedo, a Igreja do Rosário e os casarios particulares para os quais sugere-se a criação de um plano de uso e roteiro turístico. Na Praça Jacome Calheiros existem alguns restaurantes bem frequentados. As interferências visuais devem ser diminuídas, o que pode ser alcançado com o tratamento da fiação elétrica e normas para o uso de antenas parabólicas, caixas d'água sobre telhados, entre outros. Este critério refere-se à liberação de eixos visuais em direção ao rio e as encostas.

Setor 4: Sua definição baseou-se na importância do Rio São Francisco nas atividades econômicas ali desenvolvidas e na ocupação por pescadores. Atualmente encontram-se construções do século XX, sem estilo arquitetônico predominante, cujas diretrizes de preservação deverão levar em consideração a proteção do meio ambiente natural e as visadas do conjunto arquitetônico a partir do Rio São Francisco.

A normatização deste setor será baseada inicialmente na valorização da qualidade estética das unidades arquitetônicas, seja em relação a gabaritos ou em relação aos materiais de acabamento, incluindo cores de pintura e revestimentos. Para promover o uso de cores que tenham maior harmonia com o conjunto, é sugerida, assim como nos demais setores, a utilização do manual dos moradores da região, com sugestões de aplicação.

Como espaço urbano do setor há três pequenas praças, porém pouco utilizadas como espaço de lazer pela população por falta de equipamentos urbanos. As normas devem buscar a valorização desses espaços urbanos

promovendo o plantio de vegetação e equipamentos de lazer. A acessibilidade é outro ponto a ser observado rigorosamente nesta área.

Percebe-se neste setor a possibilidade de desenvolvimento de atividades turísticas explorando a gastronomia local e o potencial náutico junto à orla fluvial, os quais sugere-se a criação de um plano de uso e roteiro turístico.

As interferências visuais devem ser diminuídas, o que pode ser alcançado com o tratamento da fiação elétrica e normas para o uso de antenas parabólicas, caixas d'água e antenas sobre telhados, entre outros.

Setor 5: O Setor 5 compreende a primeira área de ocupação de Penedo. Incluem as construções surgidas em torno da Igreja de São Gonçalo Garcia, da Igreja da Corrente, da Igreja Matriz do Rosário e do Conjunto Franciscano. É neste setor onde se encontra a área de maior comércio e serviços da cidade, com maior concentração de tráfego, estacionamento desordenado e poluição visual, ao mesmo tempo em que é uma zona com grande quantidade de bens imóveis de interesse de preservação, abrigando inclusive os bem imóveis tombados individualmente pelo IPHAN. A arquitetura civil de destaque neste Setor está na Casa de Câmara e Cadeia, no Palácio Provincial que hoje abriga a Prefeitura Municipal, no Mercado Municipal, no Teatro Sete de Setembro e em moradias com influências neoclássicas, ecléticas, Art Déco e com características do período colonial como as casas do tipo meia morada, morada inteira e inúmeros sobrados.

Ali concentra a maior parte do comércio desenvolvido no sítio tombado, como também atividades econômicas do setor de serviços e, apesar de existir significativos polos de comércio fora do centro histórico, o setor 5 ainda detém o comércio mais pulsante da cidade, com a presença dos mercados, da feira livre intermitente e do porto da balsa. Por causa da atividade comercial, conseqüentemente há a disseminação de adaptações das construções, alterando as tipologias arquitetônicas, como também a utilização de letreiros e cores fortes nas unidades, características da concorrência dessa atividade.

A normatização deste Setor será baseada na valorização da qualidade estética das unidades arquitetônicas através da padronização de letreiros, estudos de cores apropriadas e regulamentação de dimensões de toldos. Atenção deve ser dada a

manutenção do gabarito, abertura de vãos, materiais utilizados e construção de pavimentos.

O setor 5 detém um significativo fluxo de pessoas, concentração de tráfego de veículos e grande movimentação através do porto fluvial, tudo isso feito de maneira bastante desordenada, necessitando de disciplinamento dessas atividades, com modificações nos fluxos de trânsito e velocidade nas ruas estreitas.

Como espaço urbano do setor encontramos cinco praças: Praça Barão de Penedo, Praça Padre Veríssimo Pinheiro, Praça Rui Barbosa, Praça Costa e Silva e Praça Comendador Peixoto, além do largo da Igreja de São Gonçalo Garcia também conhecido como Praça Floriano Peixoto. As normas devem buscar a valorização desses espaços urbanos promovendo o plantio de vegetação e equipamentos de lazer. A acessibilidade é outro ponto a ser observado nesta área, assim como em todo o restante do sítio.

Percebe-se neste Setor um potencial para o desenvolvimento das atividades comerciais e turísticas, a exemplo do Mercado Municipal, Teatro Sete de Setembro, dos vários monumentos religiosos e demais prédios de interesse como o prédio da Prefeitura Municipal, a Casa da aposentadoria e casario particulares para os quais sugere-se a criação de um plano de uso e roteiro turístico. No setor também existe estabelecimentos gastronômicos bem frequentados.

Atualmente, as interferências visuais estão sendo diminuídas com o embutimento da fiação elétrica, telefônica e de dados, entretanto são necessárias normas para o uso de antenas parabólicas, caixas d'água sobre telhados, entre outros. Este critério refere-se à liberação de eixos visuais.

Setor 6: Engloba a área compreendida entre o Rio São Francisco e o limite de proteção assegurado pelo Código Florestal referente as suas margens e inserido no perímetro tombado. Sua preservação está focada na limitação de construção, levando em consideração a proteção do meio ambiente natural e as visadas do conjunto arquitetônico a partir do rio.

Atualmente esse setor é ocupado basicamente pelo embarque e desembarque de veículos e pessoas visando a travessia do Rio São Francisco, estação de captação de água e ancoradouros para embarcações pesqueiras e de lazer. Os

critérios de normatização estarão voltados, portanto, para limitação a ocupação da área sem necessariamente promover a valorização da paisagem existente. Além disso é necessário também maior cuidado com a qualidade estética das novas construções no setor já que, a partir do rio, é possível avistar grande parte da cidade.

A valorização das margens como espaço de concentração dos pescadores, turistas e moradores deve ser incentivada e como em todos os setores, a acessibilidade deve ser estendida a todos os passeios e vias públicas.

Percebemos ao final, a continuidade das recomendações padronizadas a praticamente todos os setores, o que denota o “silenciamento da população”. Recomendações semelhantes para setores diferenciados não parecem adequadas. Um exemplo é a proposta sugerida para as praças do setor 3 serem as mesmas do setor 4, ou seja, maior arborização e equipamentos de lazer. Seriam estas as reais necessidades dos moradores de cada setor? Quais são os hábitos cotidianos de cada grupo social residente nestes setores? Haveria mais idosos em um e uma população mais jovem em outro? Como lidar com as questões de gênero no espaço público? Tudo isso implicaria em demandas diferenciadas no uso e apropriação destes espaços? Certamente estas questões foram desconsideradas nesta propostas.

Quando se refere à questão estética como embutimento de fiação elétrica, normas para caixas d’água em telhados, pintura das fachadas dos imóveis, visada do casario a partir do rio, entre outros, percebemos o aprofundamento das preocupações com a cenarização do sítio tombado que representa, por sua vez, a estética geradora da atratividade turística.

As preocupações com o disciplinamento do tráfego, a criação de vagas para estacionamento, a acessibilidade e os equipamentos de lazer para tornar as praças convidativas à convivialidade, são pontos importantes que foram contemplados nesta proposta de gestão patrimonial. Entretanto, os conflitos instalados ultrapassam os aspectos tangenciados pelo Programa Monumenta/BID, pelo PAC2 e pelo SICG.

3.4 Patrimonialização: questões e conflitos

Os sítios tombados têm se mostrado bons exemplos para a compreensão da realidade social que vivemos, pois enquanto territórios patrimonializados, impulsionam uma reflexão sobre os múltiplos e contraditórios processos de produção espacial que estão em permanente transformação; revelam, portanto, os elementos concretos da reprodução da sociedade. Enfatizamos este aspecto sobretudo quando se tratam de processos envoltos numa acepção mercadológica que se realiza, tendo no Estado, uma participação determinante como principal agente garantidor do processo pioneiro de valorização do espaço.

Esta valorização vem acompanhada de uma ressignificação tanto da história quanto da memória, na ocorrência dos processos de reabilitação urbana. Como consequência, inúmeras controvérsias e conflitos tem surgido dos desencontros acerca das intencionalidades, elas mesmas percebidas como relações de poder, como determinações calcadas no ato de “definir, significar, precisar a ideia ou pensamento, de modo a delimitar seu conteúdo e convencer os interlocutores de sua validade” (FERNANDES, 2013, p. 183).

Os conflitos no território patrimonializado produzem/resultam de um ambiente de disputas que, segundo Canclini (1984) envolvem três sujeitos/agentes sociais, a saber: o Estado, as empresas e a sociedade civil organizada, donde emergem inúmeras contradições. Como pano de fundo, tem-se uma busca incessante junto ao Estado e por vezes a outros arranjos de governança locais em Penedo, como o Rotary Club, no princípio, e o Funpatri na atualidade, para o reconhecimento e inserção do município como cidade-patrimônio no universo do consumo turístico nacional.

Entretanto, nem todas estas cidades encontram-se nas mesmas condições de competição. Considerando o Ciclo de Vida da destinação turística concebido por Butler (1980) e analisado por Lima e Vilar (2014)³⁸ situamos Penedo no estágio de

³⁸ Segundo Lima e Vilar (2014), os estágios do ciclo de vida das destinações turísticas concebidos por Butler (1980) são, em ordem crescente: *exploração*, momento da chegada dos primeiros turistas à localidade, normalmente são exploradores ou aventureiros e é quase inexistente qualquer infraestrutura turística; *envolvimento*; *desenvolvimento*, quando há o incremento de organizações de ora da localidade investindo na infraestrutura e serviços turísticos, aumentando o fluxo de visitantes e diminuindo o controle da população local sobre o setor; *consolidação*, momento de estagnação das

envolvimento, que figura na segunda etapa de um total de cinco em trajetória evolutiva, focada principalmente nas repercussões decorrentes do incremento gradual dos fluxos turísticos e dos seus impactos no ordenamento territorial e nas relações sociais. Neste estágio, os serviços turísticos são prestados quase que exclusivamente pela população local por meio de contatos diretos com os turistas, apesar de no caso penedense este público ainda ser escasso com exceção do turismo pedagógico, percebido pelos empresários locais como de baixa rentabilidade.

Alertamos para o fato de que ao ilustrarmos o que poderia ser a situação atual de Penedo, apontamos para a irregularidade e incipiência dos fluxos turísticos motivados pelos seus atrativos histórico-culturais e para a tímida infraestrutura turística quando se almejam propósitos mais ousados no futuro.

Os esforços de reabilitação urbana, para além da busca pelo impulso ao setor turístico, sinalizam para a necessidade de compreendermos os conflitos que expõem as maneiras pelas quais a vida em um sítio tombado como Penedo tem se afirmado em um território patrimonializado e em uma paisagem histórica ressignificada. Entendemos que no contexto da patrimonialização, um olhar mais aproximado da maneira como os sujeitos/agentes sociais mencionados por Canclini (1984) percebem a mútua atuação e se apropriam dos instrumentos e dispositivos da política preservacionista, lançará luz sobre as inquietações postas acima.

Assim, por mais que não seja perceptível, a manifestação vinda da população do sítio tombado sobre a reflexão mais ampla dos usos e a importância do patrimônio cultural em seu cotidiano; além das entrevistas e do período de moradia naquela cidade nos mostraram isso: há uma evidente inquietação em torno do equacionamento dos problemas diários que impõem permanentemente o dilema sobre o que priorizar: a modernização e o bem-estar da sociedade atual ou a história e a memória do lugar? Para os penedenses, a primeira opção tem sido privilegiada.

Uma vez patrimonializado, poucos são aqueles que questionam a natureza das contradições que monumentos ou conjuntos arquitetônicos carregam consigo.

taxas de crescimento apesar da relevância que adquire o setor na criação de empregos, levando à necessidade de ampliação do período turístico; *estagnação*, a massificação turística conduz a um intenso desgaste social, ambiental e econômico que leva o destino turístico demandando a lotação dos equipamentos turísticos para viabilizá-los economicamente, a preços mais baixos com consequente atração de público de menor poder aquisitivo.

Por serem perenes, seriam fonte de “consenso coletivo”? A sua perenidade leva à reflexão de que o seu valor é inquestionável, mas os fragmentos e divisões existentes na sociedade mostram que a apropriação do patrimônio não se dá de forma homogênea e inúmeros fatores concorrem para a construção de uma teia de conflitos e disputa de poder que se territorializam no sítio tombado. Por esta razão, através do patrimônio cultural é possível compreender os múltiplos usos do território.

A necessidade do tombamento assume um caráter de interferência normativa do Estado para assegurar a primazia da função social sobre o direito de propriedade. O tombamento pode ocorrer à revelia do proprietário, embora não seja recomendável. Em Alagoas é de responsabilidade do Conselho Estadual de Cultura deflagrar o tombamento e a depender da orientação política que receba, este pode ocorrer por determinação do próprio governador. Mesmo assim o tombamento é desencorajado em caso de rejeição absoluta do proprietário. Este foi o caso do proprietário de um hotel símbolo da arquitetura moderna no sítio tombado que tinha em suas dependências o saudoso Cine São Francisco.

A gente teve lá uma reunião muito difícil, exatamente por isso, porque eles ficam indignados. ‘Como que é uma propriedade privada e a gente está sob a ameaça de não poder fazer tudo o que queremos?’ Mas o cinema...[...] nós levamos o advogado do jurídico da secretaria porque eu já sabia que era uma discussão difícil e aí ele disse: ‘Olha [...], eu acho que a gente antes de avançar com esse tombamento, a gente precisa conversar com o secretário e expor a dificuldade’, porque o Secretário de Cultura, ele era a favor de que tinha que haver um mínimo de consentimento por parte do proprietário.[...] Então ele [o secretário] era absolutamente contra aquele tombamento feito sem o consentimento [...] porque é possível, n/é? Com o decreto que era aprovado pelo Conselho de Cultura. Então se o proprietário for contra a legislação, o Conselho de Cultura pode mesmo assim. A gente já tinha dificuldade de fiscalizar. Então, na verdade, a gente tinha que ter o proprietário do nosso lado. Ele era um parceiro nessa preservação. Então a gente vinha num processo de convencimento. Tinha muito descrédito. (ex-diretora do Pró-Memória).

Ficou explícito ao final do depoimento, como o reconhecimento do próprio ente público em não desempenhar a contento o seu papel de agente fiscalizador, orientador e esclarecedor da população do sítio tombado, demandou a criação de estratégias alternativas para garantir o êxito da política preservacionista, manifestadas nos esforços de aproximação com os ocupantes. O pioneirismo do tombamento de Penedo, frente aos demais municípios reconhecidos como

patrimônio em Alagoas, é entendido como justificativa para a implantação de um escritório técnico do IPHAN e a sua ausência é motivo de críticas *“nem falo do estadual, porque....mas o federal que existe, tinha que ter um escritório aqui, funcionando. Não tem uma estrutura. Penedo foi o primeiro do estado que foi tombado pelo governo federal. É o maior acervo”* (FUNPATRI).

Por outro lado, uma vez que o tombamento e a refuncionalização destes sítios introduzem mudanças não só materiais mas também simbólicas no território, implementadas a partir do estabelecimento de um conjunto normativo dos novos usos pretendidos para o patrimônio cultural, podemos com isso entender que há uma associação na relação entre a forma e o tempo, tendo na forma um resíduo de estruturas que já existiram no passado, mesmo diante da constatação de que *“algumas já desapareceram da nossa visão e, às vezes, até mesmo do nosso entendimento”* (SANTOS, 2008, p. 66). O autor observa que os conjuntos e arranjos perceptíveis no presente a partir da sua própria configuração territorial e que estão visíveis na paisagem, constituem-se como produto das realizações do presente e do passado. São, portanto, um acúmulo de intencionalidades e não uma ruptura.

É daquilo que ficou como legado que a patrimonialização se apropria. Para Nigro (2010) há uma seletividade no que concerne às ações preservacionistas no espaço pois ao virem num processo contínuo de reestruturação, permite divisar três ‘escalas’ evolutivas e complexas de análise. Fazemos a ressalva de que nas escalas federal e estadual a motivação emergiu da realidade europeia, havendo sido apropriada pelo Brasil sobretudo após a criação da UNESCO e as suas colocações.

Inicialmente, o foco de análise consistia na ideia de monumento vigente no século XVIII, com a finalidade de ‘fazer reviver um passado mergulhado no tempo’. Estava associado a fatos excepcionais, merecedores de comemoração dos feitos dos poderosos e vencedores. No caso de Penedo, esta realidade se materializa nas igrejas católicas espalhadas em seu núcleo antigo e que são, não apenas testemunhos da empreitada colonizadora de sucesso, mas também motivadores do tombamento em nível nacional do primeiro bem considerado monumento no município, o Convento da Ordem Franciscana, ocorrido em 1941. A ele se seguiram outras igrejas e alguns poucos sobrados.

O processo de renovação urbana no pós-II Guerra Mundial, na década de 1950, ampliou a noção de preservação para os sítios históricos das cidades, sendo que, neste momento, o patrimônio passou a integrar os debates acerca do planejamento urbano. Momento em que se desenvolveu todo um corpo teórico que lançou os critérios técnico-científicos e as bases padronizadoras das medidas protetivas.

Mas houve neste decurso, o esforço em ampliar a discussão preservacionista para o conceito de território e, segundo Nigro (2010, p. 73) “[...] a emergência desse ideário ‘territorial’ pressupõe a incorporação das redes de sentido e das vivências sociais dos patrimônios nas práticas de preservação”. Este foi um avanço que permitiu atrelar eficazmente os conceitos de patrimônio e território a partir dos seus elementos comuns, ou seja, considerando a materialidade e o viés ideológico que lhes são inerentes, portanto, projetam-se como mecanismo de controle no exercício das relações de poder.

Outrossim, estão associados à função memorial já que se inserem num imbricado conjunto de relações histórico-sociais. Ponderamos que o patrimônio só existe para as pessoas, mediante a apropriação coletiva. De acordo com Leite (2016)³⁹ em mais uma afirmação pertinente, “o patrimônio não existe em si, ele não é algo, não é uma entidade, ele não fala por si, nós é que falamos através dele”. Descortina-se então o patrimônio cultural, não como entidade supraorgânica, solta, autossuficiente, dissociada das práticas socioculturais, mas como ideia, estrutura, instrumento através do qual, individualidades e grupos sociais constroem e (re) constroem permanentemente as suas experiências com a cidade na atualidade, e inclusive arrogam-se o direito de modificar ou abandonar objetos, edificações e práticas que deixam de fazer sentido em seu cotidiano como consequência de uma série de transformações próprias da dinâmica da vida.

A apropriação se faz através do uso, das vivências e práticas construídas no cotidiano e, portanto, significativas para o indivíduo e a coletividade. A valorização dos usos destes bens culturais e a orientação para o futuro e não para o passado,

³⁹ Na mesma ocasião, durante o I Congresso Brasileiro de Sociologia em momento de reflexão e debate com a plateia do evento.

aponta para um dos caminhos do êxito das ações preservacionistas. De acordo com Aluísio Magalhães (1985, p. 192),

Não tem sentido a memória apenas para guardar o passado. Não tem sentido que esses documentos e bens fiquem apenas porque foram belos e foram úteis no passado. É preciso que voltem a ser úteis, é preciso que estejam à disposição do pessoal moço que precisa entender esses componentes para poder entender o que deve fazer deste país. E é nesse sentido que a tarefa de preservação do patrimônio cultural brasileiro, ao invés de ser uma tarefa de cuidar do passado, é essencialmente uma tarefa de refletir sobre o futuro.

Há um itinerário repleto de conflitos que nos possibilitaram compreender melhor a patrimonialização em Penedo, uma vez que a realidade das dinâmicas de recuperação dos sítios históricos tombados, não raro apontam obstáculos de ordem sócio-econômica, política e legal tendentes ao comprometimento do processo. Além das múltiplas escalas político-administrativas de competência nos assuntos patrimoniais já mencionados, observamos conflitos envolvendo a propriedade do imóvel e a função social do patrimônio; as mudanças político-partidárias resultantes dos processos eleitorais; as conjunturas eleitorais ditando o ritmo e a prioridade das políticas públicas para o patrimônio; a marginalidade, desemprego e conflitos sociais acentuados; a crise econômica; a baixa capacidade de mobilização, organização e intervenção participativa e democrática dos cidadãos na gestão dos sítios históricos, entre outros.

Na medida em que o viver em Penedo significa para a população conviver com índices elevados de violência, é esperado que a associação entre patrimônio cultural e emprego, patrimônio cultural e turismo, patrimônio cultural e geração de renda constituam esperança de melhores dias para os moradores.

(...)Doido pra ganhar na mega sena pra arranjar outro lugar melhor pra morar... um lugar como Penedo era na minha infância: um lugar tranquilo, sem violência, arborizado, com um povo educado, com um povo amigo. Então isso tudo eu conheci na minha adolescência, na minha infância. Hoje eu não conheço mais Penedo assim [...]. (M, 49 anos, dono de hotel).

Hoje nós estamos vivendo num clima muito intenso, violento. Pronto, hoje, 21h da noite a gente não fica mais aqui sozinho. Antigamente eram 10 [pessoas] hoje é 3, 4 e fica assim, olhando...Porque quando passa uma

moto a gente já fica assustada. Porque ultimamente tem muita morte, entendeu? (F, 61 anos, Pça Frei Camilo Lélis).

Depoimentos como estes nos fazem reconhecer a importância da aproximação do debate entre os usos do patrimônio e as políticas de intervenção urbana, avançando para além das tradicionais reflexões circunscritas à identidade, à história e à memória. É preciso compreender como a população do sítio tombado se relaciona com as normas jurídico-legais da política preservacionista, como se relaciona com os agentes patrimonializadores e seus respectivos dispositivos de comunicação e controle, bem como verificar a sua percepção acerca dos benefícios que as obras de reabilitação trarão para si.

Uma interface do tombamento é a manutenção do interior dos imóveis. Uma situação cada vez mais dificultada pela evolução tecnológica dos equipamentos e pela busca por um estilo de vida mais prático que demande menos tempo e custos em atividades domésticas. Os equipamentos de outrora caíram em desuso, convertendo-se em mais um motivo para a adequação dos imóveis aos tempos atuais,

[...] você tá querendo mudar porque você vai sentindo necessidade. Por exemplo, isso aqui [o piso]eu ainda encero. A menina vem pra cá uma vez por mês e passa a cêra e a enceradeira. Eu já tô aqui com dificuldade de comprar enceradeira pequena. Eu encontrei na Arno outro dia pela internet. Pedi, mas não veio. Disse que tava em falta. Perguntaram se eu queria mais pra frente. Tô esperando. Você bota pra consertar[a enceradeira], o cara pergunta: 'como é que conserta isso?' E outra dificuldade é pra contratar empregada. Então o que é que você tem que fazer? Botar as coisas mais práticas, n/é? Mas se eu for tirar[o piso], não vou nem quebrar. Vou botar outro por cima. (F, 63 anos, rua Barão do Rio Branco).

A demora do IPHAN em emitir os pareceres às consultas feitas pelos moradores e empresários/autônomos são desencadeadoras de obras de reforma à revelia da legislação e motivo de desgaste da relação deste órgão com a população,

[...] Precisamos que os órgãos sejam mais ativos nas suas funções. p.ex: Se a gente tem a dificuldade de convencer a pessoa a manter o patrimônio, geralmente é o empresário, que quer fazer uma reforma na sua loja. Tem que fazer o projeto. Ele concorda, faz a solicitação e passa-se, tem casos que já passou mais de 12 meses pra dar a resposta. Quando passa 1 mês, e o cara [IPHAN]não responde, eles fazem. Porque ele diz: 'o prédio é

meu!'. Esta resposta [do IPHAN] é muito lenta. Outra coisa que é muito lenta: a fiscalização. Tem que ser preventiva. Viu alguém mexer? tem que chegar in loco. Principalmente o federal, nem falo do Estadual, porque....mas o federal, que existe, tinha que ter um escritório aqui, funcionando [...]. (FUNPATRI).

No geral, todos os entrevistados mencionaram saber que moram e/ou trabalham em um sítio tombado, mas não conseguiram precisar a trajetória ou a motivação do ato, comprovando o seu distanciamento do processo. Nas suas falas, é comum a alegação de desconhecimento do histórico do tombamento, mas também há esforços pontuais em tentar demonstrar algum conhecimento, mesmo que superficial, sobre a história de Penedo, fazendo alusão ao rio ou ao rochedo que lhe emprestou o nome *“Eu só sei assim...o que eu ouço falar...que foi dado o nome de Penedo por ter muita pedra, aqui o rio São Francisco....e antigamente não tinha muitos moradores naquele tempo das cidades antigas, coloniais e então foram passando a ser patrimônio histórico”* (F, 54 anos, R. João Pessoa).

Os nomes de alguns articuladores do processo de tombamento foram lembrados pontualmente, bem como alguns conseguiram traçar uma cronologia aproximada do processo *“(...) o tombamento surgiu de uns 20 anos pra cá, n/é?”* (M., 55 anos, Pça. Mal. Deodoro). Houve quem ampliasse o tombamento à escala mundial, demonstrando ignorar a abrangência do dispositivo legal:

(...) em nível mundial, quem encomendou esse trabalho foi a menina do IPHAN de Aracaju, muito simpática, que vinha muito aqui, isso aí já na primeira administração do Alexandre, ou na segunda...a partir de 2001. Ela era presidente do...desse órgão cultural que rege o Brasil, o IPHAN. (H, 72 anos, av. Getúlio Vargas).

Entre os entrevistados não nascidos no município, poucos demonstraram interesse em buscar informações específicas sobre esta particularidade do lugar onde reside e/ou trabalha. Por outro lado, um entrevistado afirmou, embora sem muita convicção, haver recursos financeiros envolvidos quando se trata do tombamento. *“Quando a cidade é tombada é porque ela tem uma verba, uma coisa mais ou menos assim...eu acho que eu não tava aqui não, acho que tava viajando. Foi no tempo do Raimundo Marinho”,* (M, 52 anos, artista).

Um exemplo claro é a percepção do IPHAN acerca das vantagens que beneficiam as cidades quem têm em seu território sítios tombados, pois pode-se habilitar à disputa por recursos federais, como foi o caso do PAC2. Durante a entrevista percebemos que o IPHAN descuidou do fato de Penedo estar envolta em um contexto de fragilidade socioeconômica e cujas especificidades históricas se interpuseram como barreiras à ampla compreensão da população sobre o que vem a ser o tombamento, a sua importância e os ganhos potenciais que acompanham o *status* de cidade-patrimônio. Por fim, o órgão reconheceu que as informações por ele difundidas junto à população são ainda insuficientes e limitadas.

Essa questão do tombamento a nível federal traz também muitas oportunidades de recursos pra cidade. Às vezes as pessoas não enxergam isso, mas o PAC nunca ia acontecer como PAC pra reurbanizar a cidade, tentar requalificar o centro comercial da cidade se não fosse tombado. Porque o tombamento, ele traz muitas oportunidades à cidade. É uma pena que as pessoas não enxerguem isso porque nem todo mundo tem esse acesso...a gente dá o que a gente pode, mas, o acesso a tudo, fica difícil. (IPHAN).

A percepção do tombamento na perspectiva de alguns entrevistados, é a de um ato político encoberto pela ausência de informações; imposto e, portanto, desencadeador de uma nova lógica de relacionamento com o imóvel de sua propriedade que tem como efeito colateral, o acirramento dos ânimos, o surgimento de tensões e movimentos insurgentes. Por outro lado, as expectativas em torno da valorização da história local para as futuras gerações e o uso deste território como recurso turístico são mencionados como aspectos positivos,

É importante esse tombamento? É. Foi mal divulgado, foi precipitadamente feito sem a divulgação e hoje essa recomposição que vai se fazer...eu quero que faça, quero que conclua nos melhores moldes. É muito importante que o sítio histórico de Penedo seja preservado mesmo. Pra o turismo, para as novas gerações aprenderem o que foi Penedo, n/é? (M, 56 anos, Rua Fernandes de Barros).

O que a gente sabe é muito pouco, porque esse tombamento foi uma coisa tão sigilosa, que quando veio cair na boca do povo: 'aaah, eu queria fazer uma coisa na minha casa mas não pode porque é tombada', 'o que é tombamento?' Quer dizer, ninguém foi na rádio falar o que é tombamento. 'Porque o tombamento?' Então eu sei alguma coisa porque eu participei de algumas reuniões do Iphan porque eu precisei pra fazer a reforma da minha casa. (F, 61 anos, Pça. Mal. Deodoro).

Outra interface recorrente da patrimonialização é a falta de comunicação dos órgãos de cultura com a população no tocante às obras de reabilitação urbana. Elas têm sido alvo de muitas reclamações por estarem se prolongando demasiadamente, por gerarem incômodo e desconforto aos que se dirigem ao centro comercial, pelas constantes mudanças nos itinerários do transporte público devido à necessidade de interdição das ruas e pela falta de sinalização. Há muito desconhecimento e especulações sobre o que está acontecendo, especialmente entre os moradores. Os empresários/autônomos, mais concentrados na área comercial do sítio tombado estão mais informados uma vez que o projeto de reabilitação urbana tem aquela área como alvo. Quem trabalha no sítio tombado reconhece a importância das obras para a cidade pois ajudarão no escoamento da água das chuvas, na coleta do esgoto e embelezará a cidade para “ter o que mostrar ao turista”.

No caso de quem trabalha na feira, existe um componente de baixa autoestima e convicção de segregação socioespacial por parte dos feirantes. Há um sentimento de exclusão entre eles por saberem que não serão contemplados pelos futuros benefícios das ações de reabilitação urbana. Embora a feira livre esteja localizada no perímetro de tombamento, não foi contemplada com recursos nem do Programa Monumenta/BID e nem do PAC2. Ao olhar o panorama da feira através da banca que ocupa, uma entrevistada comentou a situação de quem ali trabalha nas mesmas condições que ela “[...] *olhe pra lá, parece uma favela né? Aquelas barraquinhas dos sem-terra, e o que a gente queria era melhorar, né? Melhorar [...]*” (F, 47 anos, feirante).

Uma das medidas impopulares adotadas foi a realocação dos vendedores de artesanato, cujas barracas em precário estado de conservação, concentravam-se em frente ao porto da balsa. A retirada não foi pacífica e, posteriormente, foram acomodados em um pequeno centro de artesanato construído há aproximadamente cinco anos na orla do rio, mas que já foi demolido em 2015. Atitudes como esta deixam claro o descaso com o recurso público, mas principalmente, expõem a flagrante ausência de uma política pública de turismo que se articule com a política patrimonializadora e defina os objetivos do município no intuito de evitar futuros desperdícios e ainda mais desgastes.

Algumas posturas da gestão pública quando vêm desacompanhadas do necessário diálogo com a população, apenas resultam em acirramento de conflitos. O relato anterior foi uma espécie de reedição do ocorrido por ocasião da reforma do mercado público, durante as obras do Programa Monumenta/BID,

[...] estou observando agora com o PAC. A população quando se vê diante do novo, de algo que supostamente vai mexer com ela, ela se retrai ou então ela entra com tudo pra retaliar, pra exigir, pra não aceitar. Então eu pude perceber em relação à população, ao comércio, por exemplo: o mercado. Então o mercado tinha que ter essa intervenção, as pessoas não compreendiam que tinham que sair, que teriam que arranjar um outro local, então...[queriam] que não tivesse impacto nenhum na sua renda, entendeu? E aí, começaram a...como sempre, os protestos, os falatórios [...].(grifo nosso, SEINFRO).

Neste caso, observamos que é no cotidiano, enquanto lugar de confronto entre o concebido e o vivido que se encontram as especificidades e os mistérios que regem as sociedades e permite a compreensão do uso (SEABRA, 1996). De um modo geral, as insurgências e protestos têm sido percebidos pelos órgãos públicos como reações de incompreensão a uma benfeitoria que se pretende realizar. A incapacidade de prever soluções que atendam minimamente às necessidades dos trabalhadores enquanto durarem as obras, demonstra um certo despreparo e o pouco empenho na minimização dos conflitos com a população. Tal conduta independe da escala de atuação do órgão, e por vezes levam até alguns representantes de órgãos da cultura a criticarem os seus pares, “(...) em diversos momentos, a gente tentava chamar um pouco a atenção do IPHAN: ‘Olha, se comporta um pouco como o morador, desce um pouco o pé pro chão’”, (ex-diretora do Pró-Memória).

No curso das entrevistas percebemos que alguns profissionais que atuaram nos projetos de reabilitação urbana em Penedo viviam um conflito particular, resultante de um embate entre a profissão escolhida por amor, a arquitetura, e as exigências dos cargos que ocupavam quando estiveram à serviço das entidades executoras e puderam acompanhar de perto os conflitos no tocante à conversão do patrimônio cultural em mero recurso, e a uma gestão desconcertada entre os órgãos de cultura.

(...) eu acho que os órgãos de preservação do patrimônio ainda não perceberam é que todo mundo que trabalha com patrimônio é absolutamente apaixonado por patrimônio, absolutamente apaixonado pelo que faz, pela história, pela memória, pela identidade. É isso que a gente gosta de ser. [] Assim, me inquietava aquela política louca, cada um apontava para um lado e a gente ficava lá no meio do tiroteio (...). (ex-diretora do Pró-Memória).

Por outro lado, o relato de outra arquiteta entrevistada neste estudo esclarece os distintos pontos de vista acerca do significado do patrimônio para este perfil de profissional, pois embora lide diretamente com a memória e a história dos lugares, por vezes há um esvaziamento dos valores imateriais do patrimônio material. Na reabilitação urbana é fundamental reconhecer que o espaço vivido só pode ser adequadamente traduzido por quem habita e trabalha no território patrimonializado, como no trecho que segue, *“(...) pra ele não era legal ter uma casa de taipa. Pra mim é lindo ver uma casa de taipa. Mas pra ele não era, é sinônimo de pobreza... Ah! Porque tem o barbeiro!”* (ex-arquiteta do Programa Monumenta/BID).

Neste depoimento percebemos aquilo que Foucault (1994) intitula como “ideologia do retorno”, e faz questão de nos alertar para os seus perigos ao colocar em relevo uma percepção comumente reproduzida pelos agentes da patrimonialização,

[...] um bom estudo da arquitetura camponesa na Europa, por exemplo, mostraria a total futilidade do desejo de voltar à pequena casa individual feita de sapê. A história na realidade nos protege contra o historicismo – contra um historicismo que recorre ao passado para resolver questões do presente (FOUCAULT, 1994, p. 142).

Situação que evidencia o descompasso detectado por Lefebvre (2006) entre o concebido e o vivido, entre quem planeja e idealiza o espaço, não raro partindo de uma suposta condição de passividade e vacuidade, como se as realidades fossem objetivas e não contraditórias e conflitantes, e quem o vive, o usa, o domina e o sujeita, reconhecendo-o como espaço que a “imaginação tenta modificar e apropriar” (2006, p. 43). Os impasses entre o concebido e o vivido geram mal-estar entre arquitetos e habitantes e amplifica a rejeição de muitos moradores ao tombamento.

Na sequência, outro exemplo de depoimento que traz à tona um novo desgaste entre o arquiteto e o morador, desta vez associado ao monumento recém-restaurado,

(...) Eu tive uma experiência muito triste com essa primeira obra da [igreja de] São Gonçalo. No dia da inauguração a gente tirou todo o tapume, tinha recuperado toda a fachada de pedra. Tava linda, linda, uma coisa maravilhosa! E aí, eu dando uma entrevista pro pessoal e, quando eu virei as costas e olhei, tinha uma carinha pichada na cantaria, de giz! E aí a lágrima desceu porque eu disse: 'Meu Deus, eu tô fazendo algo que não é bom pra quem tá aqui'. Mas não é essa a questão. A gente vai aprendendo que não é. Foi um trabalho de aprendizado muito grande com a comunidade (...). (ex-arquiteta do Programa Monumenta/BID).

Para esta arquiteta envolvida emocionalmente com o trabalho, aquela atitude impensável simbolizou que o tombamento não tem trazido benefícios concretos para as pessoas. A percepção foi a de que o tombamento estava paralisando o município mas o que se deve evidenciar é a existência ou não da participação da comunidade nesse processo, em quais condições ela participa e que tipo de mensagens ela passa ao adotar tais condutas. O não envolvimento da população do sítio tombado aliado às desigualdades (socioeconômicas) e às diferenças (culturais) de que escreve Haesbaert (1999), sinalizam para a compreensão desse fenômeno.

De acordo com Magalhães (1985, p. 196),

[...] a consciência da comunidade é o primeiro ponto a ser encarado. O que acontece é que o melhor guardião de um bem cultural é sempre seu dono. Agora, não é possível conscientizar uma comunidade que é pobre, às vezes até miserável, para o valor de uma belíssima igreja e pedir que essa comunidade cuide desse bem. Mas se você entende a comunidade em seu processo histórico, identifica quais eram os fazeres daquela comunidade que a levaram a construir aquele monumento, e procura revitalizar, reanimar esses fazeres, que são geradores de riqueza, capazes de resolver até o problema de sobrevivência, torna possível entender o valor do monumento arquitetônico.

O autor alerta para a importância dos arquitetos e agentes da patrimonialização como um todo, de se inserirem no universo plural das comunidades envolvidas, de identificação das suas necessidades e de contextualização do/no seu universo cultural em tempos de globalização de valores. Afirma as dificuldades no alcance do êxito da preservação diante do desafio da

pobreza e da baixa qualidade de vida, que força os moradores a priorizarem as necessidades mais imediatas de sobrevivência em detrimento do zelo pelo seu bem cultural.

É lamentável que em Penedo inexistam organizações espontâneas oriundas da sociedade civil, capazes de constituírem um processo autônomo, participativo e democrático de discussões e deliberações acerca das possibilidades de uso do seu patrimônio. Concordamos com Souza (2000) quando afirma que qualquer possibilidade de pensar o desenvolvimento social e espacial de uma sociedade dominada pelo Estado, pautado no real interesse de mudança social, deve apoiar-se em forças transformadoras que “devem contar, cedo ou tarde com a reação, inclusive violenta, da ordem vigente, autênticos movimentos sociais podem, de toda sorte, a longo prazo e por efeito cumulativo complexo, provocar alterações dignas de nota, rupturas” (2000, p. 109).

Porém, o contexto prevalecente em Penedo é o de certo conformismo, que não significa necessariamente aquiescência. Observamos que a ausência de uma postura participativa aponta para o fato de uma massa de trabalhadores ter sido, ao longo dos séculos, sistematicamente alijada dos ganhos oriundos do próprio trabalho e preterida pelo Estado. A concentração de uma população de menor poder aquisitivo às margens do rio São Francisco, no Bairro Vermelho, tinha a sua explicação segundo um entrevistado: “(...) *porque o Bairro Vermelho? Rio pra tomar banho e peixe pra comer*” (M, 56 anos, rua Fernandes de Barros).

Assim, destacamos o descrédito e desencanto que afastou a população como um todo⁴⁰ de uma eventual postura combativa e questionadora que, ao aliar o abandono do Estado com a política da compra de votos acabou por cimentar eventuais levantes e/ou questionamentos que induzissem a um gradual movimento de ruptura.

Outros aspectos também colaboram e colocam em relevo o processo de mudança social defendido por Souza (2000) quando se propõe a pensar o desenvolvimento. A participação prescinde de determinadas condições para operar,

⁴⁰ Reconhecemos, no entanto, a existência de lideranças combativas como o sr. Toinho Pescador que com mais de 80 anos segue denunciando os problemas e descaso com que o rio São Francisco vem sendo tratado pelo Estado e pelo Comitê Gestor da Bacia do São Francisco.

que são próprias a cada localidade e tributárias da sua trajetória sociohistórica. Além do que foi mencionado acima, é fundamental a existência de lideranças comprometidas, de espaços de discussão e debate esclarecedores e propositivos, de familiarização com os mecanismos de participação existentes, de cobrança de encontros regulares entre os gestores públicos, privados, terceiro setor e moradores, da exigência de transparência acerca da aplicação dos recursos públicos com projetos e a divulgação ampla dos encontros e reuniões destinadas a encaminhamentos de projetos futuros. Em Penedo algumas destas sugestões se fazem presentes no tocante à reabilitação urbana e envolvem basicamente o seletivo grupo dos integrantes do FUNPATRI.

O desconhecimento de 100% dos entrevistados sobre a existência do FUNPATRI nos causou perplexidade. Apenas reforça a inexistência de representatividade do conselho perante a população do sítio tombado e deslegitima iniciativas da entidade que tenham como justificativa o agir em nome desta coletividade. Quando questionados sobre a sua relação com o FUNPATRI,

Eu não sabia da existência e olha que eu tenho um jornal (M, 56 anos, Rua Fernandes de Barros).

Fica aonde? (M, 55 anos, Pça Mal. Deodoro).

Nunca ouvi falar (F, 69 anos, dona de pousada).

Não, com certeza não! E se eu ouvi, passou despercebido, não foi mostrado com clareza (M, 37 anos, dono de restaurante).

A crise de representação tende a ser reforçada na medida em que os entrevistados integrantes do FUNPATRI não demonstraram interesse em fazer a divulgação das reuniões, em se reunir com os seus representados para encaminhamentos de pauta, em mobilizar os seus representados a participarem como observadores das reuniões e, muito menos, em repassar-lhes os encaminhamentos de cada reunião. Definitivamente, a população não está sendo informada das reuniões e nem do que é decidido “(...) Não vou lhe afirmar categoricamente que é dito alguma coisa pra alguém. Eu acho que deveria ser divulgado”, (FUNPATRI).

Durante as nossas pesquisas, estivemos atentos, ouvindo os programas de rádio de maior audiência no município ao menos dois dias antes de cada reunião, buscamos as faixas informativas costumeiramente afixadas no Largo de Fátima, acessamos os principais *sites* de notícias do município, e em uma ocasião estivemos na feira livre no sábado anterior à reunião, mas nenhum destes recursos foi utilizado.

Em verdade, confirmamos que interesses específicos de um grupo social é que são representados. A participação em quatro destas reuniões nos possibilitou detectar condutas condizentes com um comprometimento insuficiente com as questões do patrimônio: frequentes atrasos em seu início, bocejos, conversas paralelas, manuseio de celulares, atendimento a ligações, repetição dos pontos de pauta sem avanços concretos, desconhecimento de alguns membros sobre a sua inserção em comissões criadas internamente, além da ausência da população, à exceção de um entrevistado que, após ser informado por esta pesquisadora, começou a manifestar interesse em frequentá-las. Mais espantoso foi o cancelamento de uma reunião por falta de quórum, considerando que cada entidade ali representada tem um suplente residente no município, à exceção do IPHAN e do Governo do Estado. A seguir apresentamos dois trechos de entrevistas que mostram visões opostas acerca da representatividade do FUNPATRI:

(...) Eu vou lhe ser muito sincera, o FUNPATRI, quem participa, tirando o _____, que ele realmente é representante da comunidade, a maioria é instituição pública e burguesia penedense. _____ é uma pessoa muito ligada à parte cultural só que ela é elitista. Ela não vai atuar junto à comunidade. Tô lhe sendo sincera. Esse FUNPATRI não representa Penedo em nenhum momento. Não se iluda, aquilo ali é um pro-forme. (ex-arquiteta do Programa Monumenta/BID).

(...) no FUNPATRI, existe o segmento dos moradores do centro histórico que representa esses moradores e observa as necessidades em relação ao patrimônio. E traz pras reuniões as demandas que estão ocorrendo e a necessidade de olhar mais apurado em determinado local (...). (FUNPATRI).

Diante da nossa participação como observadora conforme mencionado anteriormente, reafirmamos a ausência de representatividade do FUNPATRI, e compactuamos com a percepção do primeiro depoimento, segundo o qual estão ali representados os interesses de um grupo seletivo que tomou para a si a

responsabilidade pelo zelo do patrimônio cultural. São moradores antigos de Penedo e, estamos cientes que agem motivados por amor ao município, mas tendo como fio condutor um entendimento próprio acerca das necessidades do sítio tombado. No que concerne ao segundo depoimento, mais uma vez com base nas nossas observações diretas e entrevistas realizadas com alguns dos membros do conselho, nada sugere que as necessidades dos moradores estão sendo ouvidas, encaminhadas e debatidas durante as reuniões.

Os pontos de pauta mais recorrentes durante as nossas pesquisas foram: a oposição de placas com os nomes antigos das ruas do sítio tombado; a alocação de recursos para o reparo da fiação elétrica do Pavilhão da Farinha; a elaboração de um livro didático voltado para a educação patrimonial a ser distribuído nas escolas; a exclusão da Secretaria de Cultura do Governo do Estado de Alagoas deste Conselho, dadas as ausências sistemáticas de um representante da entidade; a aprovação do Plano de Ações do FUNPATRI para os próximos cinco anos; e discussões acerca de alternativas para trazer recursos adicionais para o fundo administrado pelo conselho.

Não nos surpreende tal conduta, haja vista que o FUNPATRI foi, a princípio, criado por uma imposição, não sendo fruto de uma mobilização social ampla. Por esta razão, contraditoriamente o PAC2 é a prova cabal do fracasso do Programa Monumenta/BID em Penedo no que diz respeito às intenções de fortalecimento e consolidação da imagem turística do município e na geração dos esperados fluxos de visitantes. Por outro lado, como prova da descontinuidade das políticas públicas federais, o Monumenta foi “esvaziado” e suas metas “dissolvidas” no grandioso PAC,

(...) se o discurso do Programa Monumenta era o de que essas cidades fossem auto-sustentáveis a partir do primeiro investimento, elas não são, porque já estão fazendo pela segunda vez, através do PAC, e que, de fato, não há uma inter-relação entre os projetos e os programas vinculados à materialidade, ao patrimônio construído e ao imaterial. Eles são meio que divergentes. (ex-diretora do Pró-Memória).

Os projetos de revitalização, nestes casos, têm buscado firmar parcerias entre o Estado, normalmente o provedor da infraestrutura e o setor privado, que será incentivado a investir nestas áreas. Segundo Luchiari (2005, p. 101), espera-se com isso que a sociedade “através do consumo de bens e serviços da indústria cultural reintegre estas áreas à malha urbana”. Um dos entrevistados destaca a expectativa

em torno da rentabilidade que um novo aporte de recursos pode trazer através da revitalização.

(...) eu acredito que se não fosse visto como algo rentável, não haveria investimento não e também porque existiu a ideia da importância que isso não se perca dentro do contexto cultural, do turismo...é preciso que as pessoas também venham de lá pra cá pra trazer renda pro município e aproveitar e conhecer a cidade, entendeu? (FUNPATRI).

Entretanto, a lentidão no repasse dos recursos federais para estas obras tem sido mais um ingrediente na tensa relação entre os órgãos públicos, a população e alguns conselheiros do próprio FUNPATRI, que já teceram críticas sobre o retrabalho decorrente, segundo eles, de serviços mal feitos por algumas empresas contratadas.

De acordo com um entrevistado, a proposta do PAC 2 de transformar o centro de Penedo em um centro de convenções a céu aberto é inadequada pois não parece se integrar à dinâmica da atividade turística já que *“vai criar um auditório no cinema que ficará às moscas devido à ampliação do calçadão de pedestres que eliminará vagas de estacionamento”*, (H, 49 anos, dono de hotel) penalizando os ônibus de turismo além da rejeição que a instalação de parquímetros trará para a população.

Os espaços restaurados ainda não foram devidamente integrados à vida das pessoas, os usos não têm sido incentivados pela prefeitura, pelo IPHAN ou pelas associações/entidades responsáveis pela sua gestão, e nem foram sequer debatidos nas reuniões do FUNPATRI. A 'entrega' do Círculo Operário e da Biblioteca Pública devidamente restaurados em 25 de setembro de 2015 teve ampla divulgação na imprensa com o seguinte destaque: *“Iphan entrega reformas da Biblioteca e Círculo Operário em Penedo: Inaugurações fazem parte das estratégias de Marcius Beltrão em busca de sua reeleição”*, (matéria publicada por Raul Rodrigues, editor do site Correio do Povo de Alagoas).

Tanto o Círculo Operário quanto a Biblioteca Pública conceberam estratégias tímidas de arrecadação de fundos para a manutenção dos espaços. No caso da biblioteca, cobra-se uma taxa pelo aluguel das salas no primeiro andar para a realização de encontros e pequenas reuniões. A ausência de funcionários em quantidade suficiente nos dois imóveis, tem penalizado quem deseja frequentar a biblioteca pública no turno vespertino. No caso do Círculo Operário, resta apenas a

ocasião na qual ocorrem os ensaios do grupo de Capoeira do Mestre Bentinho, integrante da diretoria do Círculo Operário, e que ocorrem às segundas, quartas e sextas-feiras à noite (Figuras 61). O grupo de capoeira já ensaiava há anos no Círculo Operário em condições precárias e, segundo a arquiteta que concebeu o projeto de restauro deste espaço “(...) o forro tava caindo, cupim comendo no centro. Só tinha poeira, morcego e lixo dentro. A comunidade usava ele assim mesmo”, (ex-arquiteta do Programa Monumenta/BID).

Figura 61 - Aula de capoeira dentro do Círculo Operário restaurado



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira

Falta o plano de sustentabilidade dos espaços recuperados (Figura 62) sem o que “[...] toda política é feita, em parte, com recursos teatrais: as inaugurações do que não se sabe se vai ter fundos para funcionar, as promessas do que não se pode cumprir, o reconhecimento público dos direitos que são negados em privado”, (CANCLINI, 2013, p. 163).

Figura 62 - Imagem interna da Biblioteca Pública após o restauro

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira

Problemas enraizados em processos histórico-sociais que engendraram dramaticamente a trajetória de Penedo dificultam ou impedem que a refuncionalização que intenta democratizar estes espaços, consiga criar os vínculos desejados e atribuir-lhes usos. O desprezo para com as realidades e valores plurais com que os processos de reabilitação urbana costumam ser implementados pesa negativamente na patrimonialização pois ignoram a construção da própria vida. Inexiste, portanto, identificação ampla. Ela só é possível a partir da existência de um processo de vinculação com o território, estruturado pela ideia de diferença e construída por oposições simbólicas (MARCON; ENNES, 2014). Se a reabilitação busca uma '(re)vitalização', um novo sopro de vida para áreas decadentes: de que nova vida se fala e para quem se fala? Está claro que para boa parte dos ocupantes do sítio tombado essa discussão passou ao largo e a seleção e refuncionalização das formas visaram reavivar novamente na memória social o ideal de sociedade que a patrimonialização em Penedo deseja projetar.

Nenhum dos entrevistados mencionou a intenção em usufruir ou frequentar qualquer dos espaços restaurados, o que nos parece muito grave e sintomático da ausência da apropriação. Canclini (1994, p.97) enfatiza que "os bens reunidos na história por cada sociedade não pertencem realmente a todos, ainda que formalmente pareçam ser de todos". Isso mostra claramente como deixaram de ser 'lugares de memória' para alguns grupos ou não se consolidaram como lugares de

memória para nenhum outro, pois não têm lugar no cotidiano e no modo de vida das pessoas. Tecem elogios às aguardadas obras de infraestrutura urbana para a melhoria da sua qualidade de vida, especulando a natureza das obras, ora apontadas como de escoamento das águas da chuva ora na expectativa de serem de esgotamento sanitário, e também apontam como efeito positivo a elevação da sua autoestima e, principalmente, o benefício para o turismo da cidade:

A mim? Nada. Agora precisa! O Círculo Operário vez em quando tem festa, tem apresentação de teatro, não sei de quê. Precisa conservar porque senão se acaba n/é? As obras de restauro é bom, n/é? E pra cidade também. Tem que fazer porque senão vai se acabando. Nada era assim...aquele colégio, aquela praça era tão bonita agora foi modificando. Hoje em dia é que não pode mais buli, n/é? (F., 74 anos, av. Getúlio Vargas)

(...) quando chove, a gente tá aqui e provavelmente não haverá mais enchente n/é? Do rio... mas quem sabe é Deus, n/é? Quem manda é Ele. Mas quando chove muito, ali fica muito cheio d'água, então é necessário ser feito. É pra beneficiar toda a população penedense. Principalmente a parte de baixo...[...] [Os monumentos] é aquela parte onde a gente vai se sentir orgulhoso, de ter aquilo restaurado, n/é? De uma forma que vai agradar a nós, penedenses, e aos turistas. (M, 61 anos, Pça Mal. Deodoro).

Este distanciamento é revelador de um duplo processo: primeiro, a não participação efetiva da população nas decisões tomadas pelas instituições preservacionistas; segundo, a ausência de questionamento da representatividade social dos bens selecionados como patrimônio de uma sociedade (NIGRO, 2005).

No tocante ao aspecto cultural do Círculo Operário, o mestre artífice Claudionor Higino que há anos trabalhava nas dependências do Círculo e precisou se afastar durante a reforma, ainda não retornou. Os demais mestres-artesãos do município, à exceção de um artista plástico, não manifestaram a intenção de ocuparem o espaço ou lá expor as suas obras, talvez porque inexistam um plano de gestão esboçado e aprovado, como também falte à sua diretoria uma postura pró-ativa que estimule o diálogo com os moradores da cidade para construir um plano de gestão mais propositivo, do que ficar propenso a uma incipiente arrecadação decorrente do aluguel das salas para a realização de cursos de curta duração, como o ocorrido no mês de abril/2016, destinado a arranjos florais. Isso compromete o êxito da iniciativa do PAC2 que previu a retomada da Escola de Santeiros neste local.

Neste momento, discorreremos sobre as percepções e os conflitos deflagrados no sítio tombado no tocante à presença da feira, à realização de festas e ao desempenho do turismo, respectivamente nos quadros 11, 12 e 13 que seguem⁴¹.

Quadro 11 - Percepções dos sujeitos sociais/gestores sobre a feira em Penedo*

SUJEITOS/ATORES	FEIRA
Morador	<p><i>“A feira tá até melhor porque tem os fiscais...porque você passava e vinham os carrinhos de mão e topavam em você, derrubavam você. Eles agora têm um lugar pra botar os carrinhos e você tá passando mais tranquila, mais livre”. (M, 61 anos, Praça Frei Camilo Lélis).</i></p> <p><i>“É um Deus nos acuda. É desorganizada, suja, e digo porque até há pouco tempo eu tinha um restaurante e ia muito. É um...quando o Ismael não tinha carne, eu não tinha coragem de comprar naquele onde era o G Regueira, aquele açougue... a feira é imunda, desconfortável, você passa batendo em tudo, desorganizada, desarrumada”. (H, 72 anos, av. Getúlio Vargas).</i></p> <p><i>“Hoje cresceu, mas desorganizada. Perdeu muito o comércio, a feira...tudo vem de fora, aqui não tem quase nada” (M, 86 anos, Praça Jácome Calheiros).</i></p>
Empresário/Autônomo	<p><i>“Os ônibus da feira livre são aqueles ônibus carquéticos que ficam ali no fim de semana, atrapalham o turismo (...). Precisaria pensar num lugar pra esses ônibus ficarem (...) Eu não entendo, com tanta área lá por cima, fazem esses equipamentos todos na área que deveria ser turística (...)Penedo precisaria pensar nesse sentido de ter uma parte histórica-turística e de ter outra parte pra população viver”. (H, 49 anos, hoteleiro).</i></p> <p><i>“A feira é toda triste. Pra mim é triste em higiene e organização. Eu tava até conversando com o fiscal de postura, ‘porque não organiza aqueles carrinhos[de mão]’? Sábado mesmo tinha uns meninos em cima dos carrinhos, dormindo ‘Menino, o que é que você veio fazer aqui? Vá pra casa, dormir!’ (...)Também só fico 1 hora. Eu já deixo tudo separado[com os fornecedores], aí vou pegando e venho embora. (...)aí chove e o pessoal joga folha de repolho, tomate, aí aquilo invade tudo, olhe!!! É horrível! (...) Eu não levava ninguém no mundo pra feira daqui”. (M, 43 anos, proprietária de restaurante).</i></p>
Gestores Públicos	<p><i>“Já existiu um momento em que tentou-se organizar a feira, mas... fez toda a padronização das barraquinhas, mas não funcionou. A gente entende que é muito importante a feira livre, as pessoas procuram: ‘vamos à feira’. A gente tenta padronizar pra que a coisa funcione melhor, existe o fluxo que é uma bagunça. Não é objeto de intervenção mas pode ser”. (IPHAN).</i></p>

Org.: SILVA, Daniella Pereira de Souza (2016).

*A seleção de falas está justificada no capítulo 1.

⁴¹ Todas as falas explicitadas nos quadros 11, 12 e 13 foram selecionadas buscando simultaneamente a diversidade de percepções e elementos/circunstâncias evidenciadoras dos conflitos existentes, o que em muitos casos resultou em respostas semelhantes mesmo que partindo de sujeitos/atores distintos.

A feira livre de Penedo é o fato social mais representativo da precariedade, da desorganização, da pobreza e do descaso no qual se encontram os comerciantes e frequentadores. Apesar de já ter sido reconhecida como a melhor feira da região nos séculos XIX até meados do século XX, a perda da centralidade do município como entreposto comercial e a desativação do porto, trouxeram consigo a decadência da feira em sua diversidade de produtos e de frequentadores.

Ela hoje é vista como um problema que já se tentou solucionar sem muito êxito. Os esforços costumam atacar o problema em sua superficialidade, em sua aparência, naquilo que parece ser, não no que verdadeiramente é: o reflexo de uma sociedade estagnada e empobrecida. As barracas já foram objeto de padronização em uma parceria entre o SEBRAE e a PMP há menos de dez anos, mas é como se nunca tivesse recebido qualquer benfeitoria. As barracas que eram montadas de quinta à sábado e depois retiradas para dar livre passagem a pedestres e veículos, tornaram-se permanentes, interditando ruas inteiras no centro comercial. Muitas delas foram abandonadas pelos seus 'locatários' durante os dias úteis, pois não têm suportado uma oferta superior a demanda.

Os sábados são realmente o 'dia da feira' em Penedo. Neste dia verificamos uma efeito-sanfona com a ampliação da quantidade de barracas para as ruas adjacentes, no intuito de acomodar comerciantes vindos de outras cidades e do 'interior' de Penedo. Embora cambaleante, ainda é a feira que dita o início dos fins de semana de boa parte dos penedenses, especialmente de quem vive e trabalha no sítio tombado. O fervor do comércio nas manhãs dos sábados dá lugar à 'cidade-fantasma' que toma conta do sítio tombado a partir das 15 horas do sábado até a noite do domingo. A exceção fica por conta de algum evento no município. Os comerciantes voltam para as suas cidades e povoados de origem e, quem tem casa de veraneio no Pontal do Peba, parentes ou amigos em Arapiraca, ou pode se deslocar a Maceió, evita ficar em Penedo.

Mas a ocorrência da feira suscita nos entrevistados um sentimento de rejeição muito forte. Embora alguns percebam a presença dos fiscais de postura, reconhecem que a sua função ali é mais de acolhimento de queixas do que propriamente, de ordenamento da feira. Por um lado, os problemas sociais se agravam pela presença do trabalho infantil, pela falta de educação ambiental, pelo descuido com local de

trabalho, pelo desrespeito com a clientela. Crianças trabalhando no ‘carrêgo’ da feira dos frequentadores por alguns trocados; carrinhos de transporte de mercadorias circulam durante todo o período de ocorrência da feira entre as ruas já estreitas e amontoadas de frequentadores e barracas, machucando os pés e pernas dos menos atentos; o esgoto corre a céu aberto e, em dias de chuva, é um verdadeiro ato de coragem ‘descer’ para a feira; comerciantes descartam absolutamente tudo no chão. A ausência de lixeiras também reforça o péssimo hábito dos comerciantes e delega aos garis a responsabilidade pela limpeza das ruas no final do ‘expediente’. Existe também um descuido com a aparência da feira, como já relatado e que muito contribui para o desinteresse em apresentar aos visitantes ou em se recomendar a visita a este aspecto tão típico da cultura em cidades nordestinas, especialmente as do interior.

A figura 63, mostra ao fundo uma estrutura precária em tijolo aparente e vidraças quebradas que corresponde ao mercado da carne. A mercadoria encontra-se pendurada e sem as condições adequadas de higiene e salubridade. Já na figura 64, temos um panorama da sujeira mencionada pelos entrevistados, restos de comida devorados pelos animais e o aspecto de ‘favela’ mencionado.

Figura 63 – Vista panorâmica da feira livre e do mercado de carne



Fonte: Pesquisa de campo
Autora: Daniella Pereira, 2015

Figura 64 - Vista da feira livre

Fonte: Pesquisa de campo
Autora: Daniella Pereira, 2015

Por outro lado, a omissão do poder público e o desinteresse em agir junto com os feirantes na busca por uma alternativa construída coletivamente e que gere comprometimento efetivo e ganhos conjuntos parece estar descartada. Mais do que isso, soa como preocupante o fato da feira não ter sido incorporada pela patrimonialização. cremos que isso se circunscreve a apenas duas alternativas possíveis: ou os responsáveis pela concepção dos projetos submetidos ao Programa Monumenta/BID e ao PAC2 a ignoraram enquanto patrimônio vivo e/ou potencialidade turística; ou de fato a incluíram, mas ainda assim não foi contemplada com recursos devido ao desinteresse das instâncias decisórias superiores. Ao se manter vivo e preche de significados exatamente por não ter se separado da dinâmica da vida social que o produz, o patrimônio costura o fortalecimento do sentimento de pertencimento, a estruturação da vida em sociedade e a contribuição para a formação de identidades (ARANTES, 2006). Entretanto, as propostas de reabilitação e revitalização em Penedo, revelam que este traço cultural que é dos mais característicos do município como patrimônio material e imaterial, não foi objeto de reconhecimento e valorização, reforçando a tese de pesquisadores que afirmam que o bem cultural é patrimonializado após a morte do patrimônio.

Esta postura descortina a face contraditória da patrimonialização, que é o entendimento do caráter da universalidade na cultura sob a perspectiva da padronização e homogeneização que favorecem a reunião das condicionantes

necessárias para a inserção mercadológica e para o consumo turístico em escala nacional. Segundo Magalhães (1985, p. 84),

[...] universal é o diversificado; é a interligação, é a interface de diversas coisas, da heterogeneidade que compõe o caráter de uma nação. E na medida em que nós, países pobres e novos, formos caindo nesse engodo de tornarmos iguais... Que igualdade é essa que na verdade só faz diminuir a capacidade criativa, só faz diminuir a intensidade das relações, só faz diminuir a potencialidade de riquezas não conhecidas, que estão escondidas debaixo da frequência com que, reiteradamente, no processo histórico, essas comunidades diversificadas vinham criando?

A “morte” da feira seria, portanto, a eliminação das resistências e conflitos com aqueles que dela dependem para sobreviver, seria a sua exclusão do cotidiano do município. Devemos ressaltar que a rejeição dos entrevistados não é à feira, posto que continuam a frequentá-la, mas ao descaso e à sujeira que ela representa. Acrescentamos que a sua eventual desativação também criaria o ambiente necessário para os agentes intervirem nela com “novas propostas”. O depoimento abaixo respalda o nosso raciocínio e revela, através da atribuição da responsabilidade pela decadência da feira aos comerciantes e à omissão da prefeitura, como o processo patrimonializador ocorreria em seus primeiros “estágios”.

A feira livre perdeu há muito tempo o eixo dela. Aquela feira livre...p.ex., em “Deus é Brasileiro” foi vendida a feira de Penedo porque era histórica. Toda a região vinha pra cá. Só Penedo não percebeu. A culpa da feira livre é de vocês, gente. São vocês que ganham dinheiro. A prefeitura não ganha dinheiro, isso tudo é gasto. Eles se encarregaram de transformar a feira livre de Penedo, que era realmente dinâmica, boa, na feira que é hoje. Eles mesmo já pedem a intervenção. [...] Temos uma feira diferenciada, diária. Ela, mesmo ampliada diminuiu tanto, que ela inteira cabe na [Praça] Rosa e Silva e hoje é meio mundo de banca vazia, ocupando espaço. Então ‘ou vocês repensam isso...’ sabe qual é a melhor forma de acabar com a feira livre? É deixar do jeito que tá. A movimentação dela caiu a ¼ do que movimentava. Realizamos com o Sebrae uma pesquisa de circulação de dinheiro e diminuiu muito. Porque? Ela não tem mais atrativo, as pessoas não circulam bem, as bancas não são apresentáveis [...] é suja. Não adianta limpar porque eles jogam casca de tudo...é preciso repensar. Ou então o cliente vai pro supermercado. É responsabilidade do município que a feira ficou assim porque o município permitiu. É fato. (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente).

Quanto às festas no sítio tombado, a multiplicidade de percepções chamou a atenção (Quadro 12). Um entrevistado que migrou para Penedo por motivos

profissionais destacou que em Maceió, cidade aonde nasceu, o feriado de Sete de Setembro reveste-se de uma conotação mais associada ao lazer do que ao civismo, ao contrário do que acontece em Penedo. O desfile dos alunos e professores das escolas estaduais e municipais no Sete de Setembro é um fato concorrido: semanas antes do feriado, as bandas de fanfarra dos colégios, que passam o ano adormecidas, fazem ecoar pelas noites penedenses os sons dos instrumentos durante os ensaios. O município, sem dúvida, torna-se pulsante e alegre. Na semana anterior ao desfile começam os ensaios pelas ruas da cidade, chamando a atenção dos transeuntes. A prefeitura aproveita o momento para retocar a pintura do meio fio, definir o esquema de segurança e de desvio do tráfego para não atrapalhar o trajeto (Figura 65).

Figura 65 - Ensaio na rua para o desfile de Sete de Setembro



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Não se pode afirmar que há uma predominância dos eventos religiosos no calendário de eventos do município. A própria festa de Bom Jesus, que é a maior de Penedo e costuma atrair aproximadamente 100 mil pessoas, reveste-se de um forte caráter 'profano'. As procissões têm um alcance local e a cada ano, segundo a percepção dos entrevistados, atrai um público quantitativamente inferior.

Quadro 12 - Percepções dos sujeitos sociais/gestores sobre as festas em Penedo

SUJEITOS/ATORES	FESTAS
Morador	<p><i>“Eu percebi isso, essa coisa de desfile é muito tradicional porque na capital o feriado é pra você descansar, não pra desfilar[...] aqui a cidade parou nos anos 70. Acho que é importante pra identidade da própria cidade...porque o que é que você tem de lazer aqui? Então pra eles[penedenses] é importante essa manifestação.”</i>(H, 35 anos, R. Barão do Rio Branco)</p> <p><i>“Estão acontecendo agora bem menos n/é? Porque já não temos mais trios elétricos, graças a Deus, que aquilo é destruidor de festas, n/é? Terminava em morte! [...] apesar de sermos uma cidade de gente civilizada, que vem de uma cultura alta, mas assim, o povo ainda precisa aprender muito. Por exemplo, no desfile de 07/09, ainda fica muita garrafinha, copinho e outras coisas [...] e vai deixando...em festas, procissões...não existe uma educação[...]”</i> (M, 61 anos, Pça. Mal. Deodoro)</p> <p><i>“Pra mim as festas que eu acho que é tradicional só as religiosas. Porque essas festas como o Motofest eu acho que é pra tumultuar porque é muita gente, fica esse vai e vem”</i> (M, 61 anos, Pça Frei Camilo Lélis).</p> <p><i>“Agora eles tão mudando as festas pra adolescentes, pra clubes privados. Tipo, no BNB. Por um lado é melhor porque não entra qualquer pessoa. Tem que pagar, você tem mais segurança, do que uma festa livre que entra qualquer pessoa e tem briga”</i>. (H, 18 anos, Rua Dâmaso do Monte)</p>
Empresário/Autônomo	<p><i>“Eu mesmo... não acho muita coisa não. [...] mas ajuda porque o comércio tá mais movimentado, n/é? (...) antes era uma coisa mais do povo. O o prefeito antigo daqui ele cultivava tanto o pastoril! Hoje em dia [...] não vê um pastoril, não vê uma chegada [...]. Bom Jesus dos Navegantes aqui era uma procissão, era uma festa que agregava muitas pessoas de fora. Hoje em dia não tá mas isso não, por que os governantes daqui ele não estão muito inteirados não. Interesse, você sabe como é que é o dos governantes, sempre é o material”.</i> (H, 48 anos, artesão).</p> <p><i>“[...] perdemos hoje aqui a Paixão de Cristo, que foi feita pelo [Ex-Secretário de Cultura de Penedo] Sérgio Paulo, muito boa, rica. Cláudia e o pessoal do teatro faziam parte. Eu era parte do cenário: fazia os coletes, fazia o chapéu, sabe? O outro [prefeito]que entrou aí não deu continuidade [...] o que aconteceu? A gente perdeu pra Arapiraca. Eu fui pra Arapiraca fazer o cenário, fazer as coisas”</i> (H, 52 anos, artesão).</p>
Gestores Públicos	<p><i>“Tudo isso que a gente pretende como “centro a céu aberto” [...] Nada ali vai existir materialmente falando se não existir esse movimento. A gente preza muito pra que toda manifestação popular continue ali”</i> (IPHAN).</p> <p><i>“Já tá bem organizado... hoje não é mais permitido fazer os eventos todos como eram antigamente na [rua] Floriano Peixoto. Você viu que o Bom Jesus é na beira do rio, mas bem afastado em área própria pra isso. Você tem o desfile de 07/09 que é por dentro do sítio histórico mas que não atrapalha muito a nível de zoadas porque são tambores, bandas de pequena monta. Não é uma coisa com um trio elétrico. Realmente isso não passa no centro histórico”</i>. (Prefeitura Municipal de Penedo).</p>

Org.: SILVA, Daniella Pereira de Souza (2016).

Percebemos que novas condutas adotadas tem contribuído para afastar os fiéis. As procissões têm começado mais tarde e isso tem impossibilitado o retorno ao lar em segurança e em horário adequado, devido à falta de transporte público. Tal atitude impositiva e sem aparente explicação, tem feito aflorar sentimentos de insatisfação e frustração junto aos fiéis, que veem tal atitude como incoerente e contrária às tradições locais. Mesmo os sacerdotes, neste caso o bispo d. Valério Breda, não estão isentos dos comentários reprovadores vindos da comunidade católica que também passa a exercer o seu poder punitivo junto à Igreja, manifestado ou pelo gradual distanciamento daquele templo em particular, buscando um mais próximo à sua residência, ou até, migrando de credo. A aceitação tradicionalmente passiva dos fiéis aos ditames do catolicismo passa por um reexame.

A estratégia adotada pela igreja para atrair fiéis para as suas festas, a exemplo das intensas comemorações no mês de junho, tem irritado profundamente os moradores que residem no entorno destes templos católicos. Em matérias publicadas no site Correio do Povo de Alagoas, e intituladas “Pipocar dos fogos de madrugada nunca chamou fiéis para a igreja” (publicada em 06/06/2016) e “Pipocar dos fogos Parte II” (publicada em 07/06/2016), o editor Raul Rodrigues critica o que ele chama de “desespero de quem se sente ameaçada pela perda dos fiéis”. No ano de comemoração do tricentenário de Santo Antônio, segundo ele, os fogos começam às 06 horas da manhã e parecem um “verdadeiro bombardeio. Parece que estamos em estado de guerra”. Ao questionar uma autoridade da igreja sobre o porquê de não adotar o tradicional badalar sincronizado dos sinos em horário menos inconveniente como “antigamente”, recebeu a seguinte resposta: “a preocupação deve ser com os gastos e não a quem acordamos com o pipocar das bombas”.

Se outrora a igreja católica em muito contribuiu com a instrução da população penedense, com o despertar para a sensibilidade artística, com o cuidado com a saúde dos necessitados, com o amparo assistencialista e com o fortalecimento do espírito, atualmente tem mostrando-se onipresente na sociedade penedense, havendo uma clara ruptura nestes laços cultivados ao longo dos séculos.

O apoio do poder público municipal ainda é visto como algo decisivo para a ocorrência dos eventos. Eventos tradicionais podem inclusive deixar de acontecer por este motivo, como a mencionada Paixão de Cristo. Entretanto, merece destaque

o fato de se privilegiar alguns eventos em detrimento de outros, tendo como critério o tipo de evento e a pessoa física ou jurídica que o organiza.

Neste sentido, esta conduta reforça a natureza dos valores que se pretende perenizar e projetar como próprios da sociedade penedense, seriam então, definidores “de pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico etc.” (Gonçalves, 1988, p. 267). Garante-se maior legitimidade a determinados monumentos, espaços ou eventos para que passem a ser reconhecidos pela sociedade. Esta é uma estratégia recorrente para definir identidades coletivas.

No contexto da patrimonialização existe um direcionamento para que os eventos tragam mais resultados econômicos para o município. Assim sendo, os eventos que tem prioridade, com recursos municipais, não são necessariamente aqueles de interesse da população, mas aqueles que agregam valor, que geram receita e projeção turística para o município. No futuro terão sorte aqueles eventos que reunirem estas duas condições.

[...] no nosso planejamento turístico está o calendário de eventos. Fazer eventos realmente culturais e turísticos. A gente fica gastando dinheiro com festa de boneca ou com alguma que a gente acha que é muito grande e não é. A gente precisa de resultado. Tipo... um festival de cinema, de música, de teatro, gastronômico, que utilize o circuito gastronômico. Se não for pra isso é um dano reverso, danifica mais do que traz o benefício. (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente).

Ao entenderem estes fatores como importantes para gerar atratividade turística, renovam também a expectativa da geração de renda para si.

A seguir apresentamos o Quadro 13 com algumas das percepções dos sujeitos/atores sobre o desempenho do turismo.

Quadro 13 - Percepções dos sujeitos sociais/gestores sobre o turismo em Penedo

SUJEITOS/ATORES	TURISMO
Morador	<p>“O turismo é amador, falta publicidade, os próprios penedenses não valorizam muito”. (H, 35 anos, R. Barão do Rio Branco).</p> <p>“Eu acho que caiu demais. Porque não tem a estrutura...como vão conhecer a foz?...Antigamente tinha muito”. (M, 86 anos, Praça Jácome Calheiros).</p> <p>“Ultimamente tá difícil vim turista pra Penedo. Porque eu tenho alguns parentes que tem comércio aí e o negócio não tá muito bom não. [...] antigamente as lojinhas ficavam no mercado grande, depois mudou pra loja em baixo e depois foi agora pro mercado que construíram. Aí depois disso, os turistas não tão sabendo onde é que vende artesanato, n/é? Porque se eles for vim atrás de artesanato eles vão achar aqui no mercado. Mas antigamente tinha aqueles em frente ao Ki-Barato, que era muito melhor. O pessoal chegava de balsa, já via, comprava, tirava foto. Então essa mudança que o prefeito fez, só prejudicou o comércio mesmo”. (H, 18 anos, Rua Dâmaso do Monte).</p>
Trabalhador	<p>“Ói, algumas vezes é que aparece final de ano, n/é? Uma turma assim de quatro cinco pessoas, n/é? [...] A gente vê que são diferente, vê que são pessoas de fora por que às vezes perguntam o preço da mercadoria mas não compra...eles não compra, chega ali na barraca daquele senhor que é de remédio...que chama mangai. Eles perguntam, eles tiram fotos, quer saber pra que é isso, aquilo outro. Só! Depois vão embora eu acho que tem até medo de passar por aqui”. (M, 47 anos, feirante).</p> <p>“Muito devagar, mas acredito também pela ‘pacatice’ da cidade”. (M, 43 anos, dona de restaurante).</p> <p>“Eu acho que o desenvolvimento ainda não chegou, eu acho que o turismo de Penedo ainda não chegou a lugar nenhum. Política...quero falar mais não sobre isso”. (M, 58 anos, artista plástica).</p> <p>“Em queda, devido à crise e pelo fato de Penedo não ser um destino consolidado”. (H, 49 anos, hoteleiro).</p>
Gestores Públicos	<p>“A gente sempre acaba comparando, p.ex. Piranhas, é o terceiro município mais visitado do Estado. Acho que é questão de gestão, n/é? Penedo tem tudo pra ser...o rio São Francisco, tem os passeios, tem todo o centro histórico e toda a carga histórica de relevância. A gente entende o turismo como um ponto muito forte lá de Penedo mas nem todo mundo entende assim. E o turismo precisa de um processo de capacitação, sei que o Sebrae investe muito(...)”. (IPHAN).</p> <p>“O objetivo era revitalizar realmente o centro histórico, trazer o turismo cultural e todas as formas de turismo que pudessem acontecer. Agora eu não sei lhe dizer exatamente o porque de haver o entrave em relação a Penedo, com o turismo. Sabe que existe, é notório, não dá pra colocar uma venda pra dizer que não está vendo, todo mundo sabe disso, os empresários sentem essa necessidade, criam essa expectativa [...]”. (SEINFRO).</p>

Org.: SILVA, Daniella Pereira de Souza (2016).

A convergência entre os três sujeitos/atores em torno do reconhecimento do fracasso do turismo em Penedo é espantosa. Mesmo entre os gestores públicos, a comparação com outras destinações de apelo turístico semelhantes, como o município de Piranhas no sertão alagoano, localizado a uma distância maior da capital, mostra-se melhor posicionado do que Penedo no tocante aos fluxos turísticos.

Os poucos resultados apresentados pela gestão pública mostram-se como motivo de desânimo e descrédito para com o futuro do setor e se reflete no amadorismo da gestão, na ausência de uma estratégia de *marketing* que posicione adequadamente o município no cenário turístico, na precarização dos serviços turísticos destinados às regiões próximas, sobretudo à Foz do rio São Francisco, na falta de atrativos turísticos estruturados que estimulem a chegada e permanência dos turistas.

Os fluxos turísticos devem ser planejados, adequadamente segmentados, estruturados em conformidade com os elementos próprios do município e concebidos a partir de uma estratégia bem definida e não imediatista. Entretanto, alguns pré-requisitos são necessários para a sua estruturação a contento e um deles é a mobilização das pessoas interessadas no setor e o conhecimento aprofundado das potencialidades e das limitações locais.

4 PERCEPÇÕES MÚLTIPLAS NA/DA PAISAGEM- PATRIMÔNIO



Fonte: Daniella Pereira, 2015.

4 PERCEPÇÕES MÚLTIPLAS NA/DA PAISAGEM-PATRIMÔNIO

“Cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada uma está impregnada de lembranças e significados” (LYNCH, 1997, p. 01). Percebemos a cidade, na maioria das vezes, de modo fragmentário, parcial, dificultando a nossa capacidade de captarmos a abrangência dos conflitos que nela se encerram. A cidade pode se manter estável em sua aparência por um certo tempo, especialmente quando nela existe um perímetro tombado, mas sempre mostrará aos olheiros mais atentos, modificações que não atendem apenas ao agradável e aprazível, mas principalmente, às demandas cotidianas, revelando intencionalidades. Neste capítulo, pretendemos evidenciar as paisagens topofílicas e topofóbicas existentes em Penedo segundo a percepção dos sujeitos entrevistados, ao mesmo tempo em que nos propomos a detectar pessoas e situações invisibilizadas e, valores e signos expressos exaustivamente na paisagem patrimonializada. Em meio às posições polarizadoras, há espaço para movimentos artísticos destoantes que de certa forma apontam para uma futura apropriação nos intentos da patrimonialização. Através das falas dos entrevistados, buscamos compreender as maneiras pelas quais a patrimonialização, ao introduzir o valor patrimonial nos bens edificados, ressemantiza-os e contribui para a alteração dos seus valores, percepções e significados.

4.1 Sentimentos topofílicos e topofóbicos nas relações com a paisagem patrimonializada

As nossas reflexões têm seguido no sentido de evidenciar as estratégias utilizadas pela patrimonialização no intuito de fazer do sítio histórico tombado de Penedo, um território reabilitado do ponto de vista urbanístico, portanto, propenso à (re)definição dos usos e à (re)criação de novos espaços mesmo que “estejam desconectadas do sentimento de pertencimento e de identidade tradicionalmente associados ao patrimônio cultural” (LUCHIARI, 2005, p. 99). Pretendemos destacar neste sub-capítulo, os sentimentos topofílicos e topofóbicos dos sujeitos entrevistados, em relação a alguns elementos do seu ambiente físico.

Por esta razão, ao discutirmos a paisagem como conceito atrelado à abordagem cultural da geografia, adotamos neste trabalho a cultura como imbuída de maior sentido político, de um poder explicativo, de uma inserção no vivido, sendo traduzida então como um “conjunto de saberes, técnicas, crenças, valores [...] como sendo parte do cotidiano e cunhada no seio das relações sociais de uma sociedade de classes” (CORRÊA; ROSENDHAL, 2007, p. 13). Por este viés, ampliamos o entendimento restrito de cultura comumente associado a um conjunto de valores e significados compartilhados e esta postura nos permite incorporar uma dimensão simbólica da paisagem mais pertinente para os nossos propósitos.

Assim, embora se reconhecesse a importância do resultado material das ações humanas sobre a natureza, faltava entender a paisagem como consequência de uma maneira específica de olhar (MCDOWELL, 1996; COSGROVE, 1984). Naturalmente, a particularidade destes múltiplos olhares não está restrita apenas aos indivíduos ou aos grupos sociais produtores da paisagem, mas também se aplica ao geógrafo enquanto sujeito social, culturalmente situado e, portanto, na posição de intérprete é também capaz de conceber uma leitura da paisagem histórica e culturalmente própria.

A cultura enquanto aporte conceitual dinâmico favorece a interpretação da paisagem como expressão material e simbólica dos múltiplos sentidos atribuídos pela sociedade ao meio. Permite uma compreensão do mundo exterior mediado pela experiência humana subjetiva, que não se resume ao mundo descortinado aos olhos, “[...] mas é uma construção, uma composição do mundo. A paisagem é uma forma de ver o mundo” (COSGROVE, 1984, p. 13). Para Berque (1990) alguns elementos são considerados fundamentais na construção de uma forma de olhar a paisagem e as dimensões envolvidas neste processo. Segundo ele:

Efetivamente, o olhar se constrói. Os esquemas que, mesmo diante da infinita diversidade do mundo objetivo permitem-nos reencontrar nas formas a afetividade, devemos em parte à herança filogenética da nossa espécie, em parte à herança histórica da nossa cultura, e em parte enfim, à nossa experiência individual. Para as nossas análises é relevante cada uma dessas três dimensões [...] pois temos material para um debate interminável; é certo que o resultado desta construção – um olhar sobre a paisagem – não capta a amplitude do mundo objetivo (BERQUE, 1990, p. 116)

Berque (1990) entende que a capacidade de construção do olhar sobre a paisagem passa por uma maior integração desta tríade, aspecto também já constatado por Tuan (2012) quando percebeu o importante papel da fisiologia humana e das diferenças temperamentais, das especificidades das experiências, dos antecedentes socioeconômicos, das aspirações e da própria evolução da sociedade e da cultura, como fatores definidores das diferenças e preferências individuais que não são estáticas, nem estáveis.

Ao considerá-la como uma forma de ver o mundo, estariam na paisagem as chances para se desvendar as conexões com as estruturas, processos históricos e esquemas subjetivos, por meio da sua inserção em um debate mais amplo sobre a sociedade e a cultura. Cosgrove (1998, p. 99) partilha deste mesmo entendimento e complementa-o ao acrescentar que a paisagem também é

[...] uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa⁴², cuja estrutura e mecanismo são acessíveis à mente humana, assim como ao olho, e agem como guias para os seres humanos em suas ações de alterar e aperfeiçoar o ambiente. (COSGROVE, 1998, p. 99).

Analisada sob o princípio da unidade, a paisagem exterioriza os esforços humanos no meio físico, desnudando formas pures de conteúdo significativo. Os grupos sociais definem valores diferenciados tanto para as edificações quanto para os elementos naturais inseridos em seu território. Esta atribuição de valores lança as bases da construção dos referentes culturais e identitários a partir dos quais os grupos concebem e ancoram a sua visão de mundo, espacializam as suas crenças e são percebidos como legados fundamentais à manutenção de uma memória coletiva.

Percebe-se então o papel da subjetividade na criação e compreensão da paisagem, ao mesmo tempo em que neste processo constata-se algum desequilíbrio em termos de importância e atenção atribuídos em função do peso de quem elabora as narrativas sobre a paisagem. No caso das políticas de reabilitação urbana

⁴² Fazemos aqui uma ressalva acerca da expressão 'racionalmente [...] harmoniosa' associada à paisagem. Deve-se relativizar o entendimento de harmonia como algo estando associado aos propósitos e funcionalidades expressas na paisagem e não necessariamente à sua dimensão estética.

decorrentes da patrimonialização de sítios históricos tombados, embora não se admita abertamente, atribui-se maior relevância ao *outsider*⁴³ do que propriamente ao *insider*, mesmo sendo este o agente que efetivamente imprime a sua marca na paisagem. Trata-se de uma conduta equivocada conforme observou Cosgrove (1984) ao citar Lowenthal (1962, p. 19), pois “o lugar está investido de significados pessoais e sociais que pouco tem a ver com a sua aparência [e, portanto] o julgamento do espectador é a certeza da perda da raiz da questão e da não posse da verdade”.

O *insider* em sua subjetividade, tende a perceber a paisagem como legado e/ou herança. Reconhece que nela estão contidos a experiência, o significado e os “sistemas de valores desenvolvidos em uma determinada época, durante a continuidade dos processos de evolução cultural das várias sociedades” (GUIMARÃES, 2002, p. 119). Ao se priorizar a dimensão perceptiva, mais importante que se debruçar sobre uma estética das paisagens é compreender a sua substância; é partir para uma reflexão voltada à percepção do espaço e das suas formas, traduzidos em sua multiplicidade de significados; é incorporar à análise dos fenômenos geradores da paisagem o componente da sensibilidade, revelando a sua dimensão simbólica. Em resumo, o aspecto simbólico da paisagem consiste no seu reconhecimento como “uma expressão humana intencional, composta de muitas camadas de significados representados a partir de diferentes grupos sociais”, (COELHO, 2009, p. 10).

No caso do sítio tombado de Penedo, valores fortemente vinculados à nostalgia mobilizam memórias e põem em rota de colisão as múltiplas camadas de significados inerentes aos moradores mais antigos, aos habitantes mais jovens e recém-chegados ao município, aos empresários e autônomos e finalmente, aos propósitos do processo patrimonializador. A nostalgia no penedense é uma espécie de ansiedade decorrente da dor provocada pela distância temporal e “esse corte, quando visto como definitivo, estabelece uma linha divisória entre o que é e o que foi, entre uma vida que se distingue pela imperfeição e a falta de outra que se caracteriza pela plenitude” (NATALI, 2006, p. 31).

⁴³ *Outsider* (forasteiro ou aquele que é de fora) e *insider* (vidente, residente, ocupante) são termos cunhados por Cosgrove (1984) para fins de diferenciação dos distintos sujeitos envolvidos e as suas respectivas formas de apropriação da paisagem.

A reabilitação em curso impõe transformações nos imóveis edificados, nos logradouros públicos e até nas ruas do município, mas a memória dos moradores, empresários e autônomos entrevistados, que mantêm relações profundas e antigas com a área pesquisada mostra-se ainda bastante arraigada, produzindo movimentos sistemáticos de mergulho no passado e comparação com o presente, sinalizando que esta memória não vai se desintegrar com a acomodação material do sítio tombado. Assim, nas falas que serão apresentadas perceberemos que este penedense a que aludimos acima, “[...] descobre-se exilado em sua própria cidade, atormentado por recordações do que já não o é, sem sequer ter deixado seu lar” (NATALI, 2006, p. 36).

Ele é tomado pela afetividade, sentimento que funda o conceito de Topofilia concebido por Yi-Fu-Tuan (2012). Na construção do sentimento topofílico, o autor assevera a dificuldade em concretizá-lo em grandes dimensões territoriais tendo em vista que não é comum que a afeição se estenda por áreas tão vastas. Por esta razão, o sentimento topofílico necessitaria de “um tamanho compacto reduzido às necessidades biológicas do homem e às capacidades limitadas dos sentidos” (2012, p. 147), o que torna mais concreta a lealdade das pessoas à região natal, por ser plena de lembranças íntimas.

Este espaço experimentado intimamente revela-se como um lugar. E a construção do sentido de lugar faz-nos deparar com sentimentos topofílicos e/ou topofóbicos que implicam respectivamente em afeição ou aversão de um indivíduo em relação aos aspectos do seu ambiente. Desta forma,

[...] o sentir um lugar associa variações simultâneas de atitudes às emoções e à atribuição de valores, pois as imagens topofílicas e topofóbicas derivam da realidade do entorno, assumindo muitas formas em função não apenas da amplitude de sua carga emocional, como também de sua intensidade, sendo enriquecidas pelas infinitas combinações das facies dos aspectos concretos e simbólicos presentes em um dado contexto situacional (grifo da autora) (GUIMARÃES, 2002, p. 134).

O contexto de reabilitação urbana do sítio tombado com os quais têm se deparado os entrevistados, tem feito com que as suas paisagens vividas cotidianamente e subjetivamente sejam continuamente ressignificadas. O esfacelamento econômico, desequilíbrio ambiental ocasionado pelo desmantelamento do principal recurso

natural para o município, aliado a uma paralisia no campo político na trajetória recente de Penedo, criou o cenário favorável à articulação entre os agentes externos ao município com os seus agentes internos, em um esforço integrado na concretização da patrimonialização como processo sacramentador dos novos tempos. Por outro lado, como já tivemos a oportunidade de discorrer, a patrimonialização implica em expectativas de ganhos para o setor turístico que conduz a expectativas positivas para a reativação econômica do município, em um claro paradoxo da percepção deste processo como um 'mal necessário' conforme explicitado por alguns entrevistados e insinuado por outros.

Seria possível então desnudar múltiplas leituras tomando por base tantos quantos contextos histórico-culturais existirem e, desta forma, produzir significados distintos e/ou divergentes. Decifrar tais significados passa pela identificação dos elementos físicos e seus respectivos códigos simbólicos, ou seja, os 'geossímbolos' propostos por Bonnemaïson (2002). São eles que comporão as principais referências para a memória dos grupos sociais. Um geossímbolo pode ser definido como "um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade" (2002, p. 109).

Bonnemaïson (2002) admite que o espaço estudado pelos geógrafos se estrutura em três níveis: o espaço objetivo, o espaço vivido e o espaço cultural. Neste momento do trabalho, iremos nos ater aos dois últimos. Na visão do autor, o espaço vivido "é formado pela soma dos lugares e trajetos que são usuais a um grupo ou indivíduo. Portanto, trata-se de um espaço de reconhecimento e familiaridade ligado à vida cotidiana" (2002, p. 110). No entanto, adverte que apesar da subjetividade e cotidianidade que caracteriza o espaço vivido, ele não pode ser compreendido como "um 'espaço de cultura', menos ainda [como] um território".

O espaço cultural incorpora o vivido e o transcende uma vez que tem as suas origens atreladas à sensibilidade e à busca de significações pois "os territórios, os lugares e a paisagem não podem ser compreendidos senão em referência ao universo cultural" (BONNEMAISON, 2002, p. 110), e arremata: "O espaço cultural é um espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações: em sua expressão mais forte,

torna-se território-santuário, isto é, um espaço de comunhão com um conjunto de signos e valores” (2002, p. 111).

Entendemos ser necessário esclarecer o sentido de signo e símbolo adotado neste trabalho, uma vez que os geossímbolos que serão discutidos mais adiante estarão intimamente associados ao conceito de símbolo expresso neste momento. Haesbaert (1999) propõe esta diferenciação quando aborda a identidade social e o papel do espaço enquanto mediador de uma identidade territorial. Segundo ele, o signo deriva de maior arbitrariedade e estaria associado a uma “convenção abstrata geral”, ao passo que o símbolo “mantém uma relação mais direta com a coisa nomeada e ao mesmo tempo, mais carregada de subjetividade, ele teria uma abertura para levar a outros sentidos, indiretos, secundários e, de alguma forma, inesperados” (1999, p. 177).

Assim, o símbolo existe como elemento da experimentação e se exprime na dimensão vivencial e da significação (SEABRA, 1996). Neste momento, evidenciaremos os geossímbolos destacados pelos sujeitos pesquisados, tanto os moradores quanto empresários e autônomos, os sentimentos topofílicos e topofóbicos que envolvem estes geossímbolos em conjunto com os significados que lhes são imanentes e finalizaremos discutindo o que entendemos, através das entrevistas como a principal paisagem geossimbólica do sítio tombado de Penedo especulando as possibilidades da sua cooptação exitosa no processo patrimonializador. As paisagens mencionadas pelos entrevistados são apresentadas como resultantes “do conhecimento social do senso comum [...] e tornam-se questões importantes na interpretação da paisagem”, (DUNCAN, 2004, p. 98). Elas serão visualizadas nas suas dimensões topofílicas e topofóbicas.

4.1.1 Paisagens Topofílicas

Uma das paisagens mais mencionadas pelos entrevistados é a da Rocheira (Figura 66). Mas não se consegue visualizá-la a não ser que seja a partir do rio. Neste caso, o que os entrevistados querem dizer com a paisagem da Rocheira, é a paisagem vista a partir dela. Os depoimentos evidenciarão uma perspectiva da paisagem como panorama. Em outras palavras, estão mencionando o rio São Francisco. A maioria das justificativas apresentadas destacam sobremaneira a beleza do rio. “A primeira coisa que eu ia mostrar era o rio, e a Rocheira! Eu acho lindo!” (F, 61 anos, Pça Mal. Deodoro). O rio visto a partir da Rocheira, permite uma delimitação mais homogênea e harmônica dos elementos que a integram, valorizando o estético e provocando reações arrebatadoras,

Esta estrutura perceptiva convida ao quadro/imagem/cenário e é uma das razões que faz da paisagem percebida um objeto estético, apreciado em termos de beleza ou de feiúra. Tal coerência, tal convergência destes elementos constitutivos permitem à paisagem *significar*: ela se apresenta como uma *unidade de sentidos*, ela se comunica com o observador. (COLLOT, 1986, p. 213).

A Rocheira continua proporcionando uma bela paisagem para se apreciar o rio, mas a tristeza se apresenta diante da fisionomia irreconhecível do rio São Francisco, “A Rocheira porque é bonito.... por conta do rio. Infelizmente ele tá do jeito que tá mas é um ponto principal!” (F, 47 anos, feirante). Para esta entrevistada,

Paisagens Topofílicas

Figura 66 - Rochedo também conhecido como Penedo ou ‘Rocheira’



Figura 67 - Pôr-do-sol visto da Rocheira



Figura 68 – Catedral Diocesana na Praça Barão do Penedo



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.
Autora: Daniella Pereira

nenhuma outra paisagem é mais significativa do que a do rio São Francisco. O rio só existe com este forte teor topofílico para ela, porque a paisagem prescindiu da entrevistada enquanto observadora para existir. Este ato em si, converte a paisagem em cenário das nossas experiências cotidianas pois nos vemos irremediavelmente envolvidos por ela porque fazemos parte dela.

A localização estratégica dos pontos mais altos não apenas do sítio tombado, que inclui a Rocheira, mas também da periferia de Penedo, como o Alto da Pólvora no bairro Vermelho, valorizam a apreciação do rio e novamente evidenciam a agradabilidade e a beleza que se tem ao ver o rio a partir destes pontos estratégicos, “(...) ver o rio lá do fundo...do Alto da Pólvora você vê os fundos do Bairro Vermelho e da Rua do Estreito que eu acho belíssimo” (M, 56 anos, rua Fernandes de Barros). Esta área da cidade exerce, por outro lado, um sentimento topofóbico (aversivo) em alguns entrevistados por ser um local periférico e habitado por pessoas de menor poder aquisitivo, mas ainda assim compensa adentrar aquele território pela recompensa da bela vista que se tem do rio “(...) por incrível que pareça, eu ia no Bairro Vermelho naquelas ruazinhas assim...lá em cima, você tem uma vista do rio sabe? Aquela paisagem!” (F, 63 anos, rua Barão do Rio Branco).

Ao citar Lima (1997), Guimarães (2002, p. 138) salienta que,

A relação entre topofilia e topofobia pode inverter sentimentos segundo uma transformação das percepções e/ou sensações que o meio ambiente venha a despertar ou suscitar. A experiência referente a topofobia coexiste à experiência topofílica - são simultâneas, como já afirmamos, ainda que formadas pelas contradições inerentes a esta interação [...].

A Rocheira também é valorizada porque é percebida pela sua singularidade quando comparada com outras cidades visitadas por um dos entrevistados “(...) as partes mais lindas de Penedo é a Rocheira, porque é uma coisa que outra cidade não tem (...) (M, 69 anos, Pça. Padre Veríssimo)”. Salientamos que a Rocheira é um dos pontos mais procurados por moradores e visitantes para registrar imagens do rio São Francisco. Por esta razão, compartilhamos da seguinte afirmação de Maciel (2012, p. 27) “[...] quando se toma a imagem de um monumento ou aspecto natural para simbolizar uma cidade, tal escolha procede do mesmo tipo de lógica de integração:

trata-se de uma busca de identidade (ou similitude) na infinidade de diferenças que constituem as outras cidades”.

As respostas e reações dos indivíduos para com a paisagem “não são apenas cognitivas, mas vêm carregadas, principalmente, de muita afetividade. É o morador quem percebe e vivencia as paisagens, atribuindo a elas significados e valores” (MACHADO, s/d, p. 44). Sentimentos topofílicos pela Rocheira também se transformam em topofóbicos a depender das experiências travadas entre os indivíduos e o ambiente físico. A Rocheira é um destes lugares que não ficou imune à violência, e frequentadores habituais da área têm evitado voltar lá como também não têm indicado para os visitantes, como podemos perceber na fala desta entrevistada:

Duas senhoras hoje tiveram aqui...são do Maranhão pra lá. Eu tive medo de mandar elas na Rocheira. Tem 58 anos que vivo aqui em Penedo [...] mas eu tive medo de mandar elas [...]. Outro dia eu fui com minha filha pra fazer umas fotos e não sei de onde, saiu um rapaz e veio depressa: 'Saíam daqui! Vocês estão sendo observadas! Sua máquina chama a atenção'. Eu fiquei me sentindo péssima, costumava passear ali...dia de domingo à tarde é linda a Rocheira, a gente não pode fazer mais uma foto [...]. (F, 58 anos, artista plástica).

A descida da Rocheira para quem deseja se dirigir ao restaurante Forte da Rocheira pode ser feita de duas maneiras: ou pelo Tiro de Guerra ou pelos degraus existentes entre a prefeitura e a Casa da Aposentadoria. A descida implica o afastamento da zona de segurança para boa parte dos moradores da área estudada, porque adentra-se o bairro Vermelho, de condição socioeconômica inferior à da maior parte dos entrevistados, e onde evidenciam-se moradias carentes. Esta área também é conhecida pela existência de um ponto de drogas. Por esta razão, “(...) ninguém nem tem coragem mais... eu mando estacionar na prefeitura, desce os degraus e tem o restaurante. Porque é horrível, você manda o turista e vê aquela bagunça toda ali”, (M, 55 anos, Pça Mal. Deodoro).

Logo, cada indivíduo percebe de modo seletivo e podendo ser mutável. A percepção se constrói a partir dos interesses pessoais, na relação do indivíduo com o que integra o seu cotidiano dentro de um contexto sociocultural específico. Assim, a interação com uma paisagem se vê “[...] carregada de grande afetividade, podendo,

a partir daí, julgar se uma paisagem é bela ou feia não apenas pela sua aparência, mas também pelas aspirações e necessidades de cada um” (ALMEIDA; SARTORI, 2008, p. 114).

A Praça Barão do Penedo assenta-se sobre o famoso rochedo e evidencia algumas permanências a exemplo da conservação da sua condição de praça do poder. No passado, reunia o poder político, religioso e militar e atualmente, concentra os poderes político e religioso. Ali encontra-se a Catedral Diocesana de Penedo, a Casa da Aposentadoria onde também funcionou a cadeia pública tendo ainda à sua frente um pequeno oratório onde os condenados faziam a sua última prece antes da execução, fato ainda não devidamente esclarecido. Segundo uma entrevistada,

Eu assisti a cadeia ali, embaixo você vê que ainda tem as grades e ainda estudei ali em cima. Era uma extensão do Gabino Besouro [colégio local]. E por aqui, todos passaram pelo Gabino Besouro antes de ir pro Imaculada. Mas o centro histórico é isso, é o conjunto arquitetônico da cidade, aonde você realmente encontra a história dos casarões da cidade. (F, 63 anos, rua Barão do Rio Branco).

A entrevistada mostra o aspecto de diferenciação que o qualificativo histórico confere ao centro, entretanto, resume a condição histórica apenas as edificações dos casarões e sobrados do município, o que deixar entrever discursos elitistas transpassados na fala. Finalmente, nesta praça ainda se encontram a sede da Prefeitura Municipal de Penedo bem como outro símbolo do poder político, a Câmara Municipal de Vereadores.

Curiosamente, quando o entrevistado elogiou a vista a partir do canhão (Figura 69) situado no meio da Praça Barão do Penedo, ele quis expressar na verdade a vista que se pode ter do rio e dos fundos da Igreja de Nossa Senhora das Correntes: “Você chegar ali na prefeitura e ver aquela vista... naquele canhão. Eu acho aquela vista muito bonita” (M, 55 anos, Pça Mal. Deodoro). Esta vista é bastante valorizada porque do canhão é possível conciliar o natural e o construído, o rio e a igreja, as duas principais fontes de fé do penedense ao final da rua Dâmaso do Monte.

Figura 69 - Vista do rio a partir do canhão na Praça Barão do Penedo



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Autora: Daniella Pereira

Por abrigar a sede da prefeitura, a praça Barão do Penedo também é palco de manifestações dos servidores públicos, principalmente (Figura 70). O significado político da Praça também se fortalece com as sessões vespertinas às quintas-feiras da Câmara de Vereadores que adentram pelo turno da noite. Finalizada a sessão, é comum encontrar alguns políticos, jornalistas e cidadãos avaliando as discussões ocorridas e petiscando no restaurante Forte Maurício de Nassau, dentro da Casa da Aposentadoria. É um hábito que se arrasta há anos.

Figura 70 - Manifestação dos servidores da Educação na Praça Barão do Penedo



Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Autora: Daniella Pereira

A Catedral está inserida no conjunto paisagístico tombado, havendo sido um dos monumentos que passou por reformas prolongadas, entretanto, não apresentou o resultado esperado pelos fiéis que se mostram inconformados até a presente data e dirigem as suas queixas principalmente aos bispos, D. Constantino (já falecido) e D. Valério Breda. A reinauguração aconteceu em outubro de 2012, sete anos após o início das obras. A suspensão dos rituais litúrgicos por tanto tempo, a justificativa da falta de recursos como principal motivo para o prolongamento das obras, a “descaracterização” da catedral e, principalmente, o desrespeito à história de Penedo foram listados como motivos de irritação da comunidade católica e correspondente baixa aprovação das obras realizadas na catedral. Para os entrevistados, o ocorrido foi um desrespeito com a comunidade,

Porque D. Constantino entrou dentro de uma catedral de uma cidade tombada e descaracterizou a catedral. Ele fez muita coisa em Penedo que eu não perdoo...ele não precisa do meu perdão, mas a ignorância que ele teve com a história dentro da catedral foi uma aberração. Foi muito gritante! Ele acabou com todos os altares laterais. Pode afirmar 'Ah, mas a catedral não é um prédio tombado e pertence à Diocese'. Mas se você não pode nem mudar o piso da sua casa, como você pode descaracterizar uma igreja? Tem muita coisa que passa pelo IPHAN, sabe? (F, 63 anos, rua Barão do Rio Branco).

Destacamos em seguida um depoimento revelador das mudanças pelas quais não só a catedral tem passado, mas principalmente as mudanças introduzidas pelo bispo italiano d. Valério Breda percebidas como contrárias aos costumes do penedense católico. O saudosimo pelos religiosos de antigamente revela o conservadorismo de alguns entrevistados pouco afeitos às incômodas mudanças. Nesta transcrição, as escolas católicas do município tinham papel decisivo no incentivo às vivências nesta crença, deixando claro a mudança no perfil das escolas atualmente, e atribuindo-lhes parte das responsabilidades pela não renovação dos fiéis católicos.

Eu sou Católica Apostólica Romana praticante. Frequento a Catedral (...) inclusive eu casei lá. Ela ficou fechada por 7 anos e assim...foi um impacto pra cidade essa reforma (...). Com o outro bispo ela nunca ficaria fechada por 7 anos, porque é a Igreja-mãe da cidade. Pra gente, foi uma coisa assim, muito triste e a gente se sentia magoada com isso e ele fazia pouco caso... 7 anos...será que a Diocese não tinha como? Chegar a um consenso... vou pedir dinheiro a não sei quem... A Diocese tem cacife pra

isso. Tinha e tem pra não deixar cair (...) Quer dizer, pra gente foi um martírio isso. A gente que nasceu e se criou aqui...eu mesma ficava doente! Doente! Eu fiquei até sem gostar do bispo (...) as outras igrejas são importantes, de uma beleza que não tem tamanho. Mas essa é a Igreja-mãe! (...) Inclusive com ele a religiosidade aqui em Penedo caiu muito, porque o pessoal daqui é muito católico. Mas ele fez muitas mudanças. A Semana Santa em Penedo, por exemplo, chamava a atenção. As pessoas vinham passar a Semana Santa em Penedo. Participavam...na quinta-feira era o Lava-pés, na sexta-feira tinha a Procissão do Nosso Senhor Morto, n/é? Sábado de Aleluia com aquela procissão linda da Ressureição; tinha na quarta-feira, porque começa na quarta, a Procissão do Encontro; e o Domingo de Ramos...era muito bonito! E ele modificou tudo isso e o povo daqui tudo pianinho...eu fiquei com raiva disso. Porque ela [a Catedral] é da gente e ele é italiano (...) a gente tem que ter poder de fala, então a gente devia se organizar em grupos e dizer: 'Não! Vamos conversar!'. Não tem as pastorais? Eu já participei de catecumenato (...). Tenho respeito pelo senhor bispo, mas pela pessoa física que tá agindo dessa forma? Eu não entro na igreja porque me desagrada. (...) A procissão antes começava às 4 da tarde e terminava às 7. Dentro da igreja (...) ele colocou a missa pra começar às 08 da noite pra terminar às 11h e quando termina é que a procissão sai. Então muita gente deixou de participar porque ficou muito tarde. Antes era gente que você não conseguia calcular o número de pessoas e hoje você conta. Quem vai ficar até meia noite? Quem mora no interior ou quem mora num bairro mais distante, não n/é? (...) A missa dele também é muito longa, vagaroso, moroso. (...) Também hoje eu acho que tá faltando incentivo pro padre, os padres hoje não são mais como quando eu era menina (...) e diziam "vamos minha gente! Vamos cantar minha gente!" e ele fazia com que todo mundo se envolvesse naquela fé (...) as escolas também (...). (F, 61 anos, Pça Mal. Deodoro).

Percebemos que o pesar e a revolta nas palavras de ambas as depoentes está atrelado à existência da prática e da vivência fervorosa no catolicismo. É curioso notar o poder intimidador que a Igreja ainda exerce principalmente sobre pessoas esclarecidas, contendo qualquer reação de afronta direta. Outras punições sutis surgem como o deixar de frequentar a catedral que é uma atitude dolorida para alguns católicos, mas uma forma de manifestar a sua discordância. A atitude para Tuan (2012, p. 04) é “primariamente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo” e tem maior estabilidade que a percepção, pois é formada após sucessivas percepções, ou seja, experiências.

O Convento e Igreja Franciscana de Nossa Senhora dos Anjos também é outro ícone da Igreja Católica bastante mencionado pelos entrevistados no tocante aos sentimentos topofílicos. Atualmente está sendo restaurado pelo IPHAN, mas ao contrário do ocorrido com a Catedral, continua aberto à comunidade e segue realizando os seus rituais litúrgicos. O convento ainda é muito importante para o penedense, não apenas para a elite local, mas principalmente para uma parcela dos

moradores que comem o pão de Santo Antônio toda terça-feira, a comunidade pobre que é auxiliada e a comunidade que vai se confessar. Ele tem uma proximidade e alcance junto à comunidade não só do entorno mas de todo o município. A manutenção dos vínculos da população com o convento, desde a sua fundação no século XVII mantém-se ainda forte e muito importante. Por isso que, ao contrário de boa parte dos templos católicos do sítio tombado, ele se manteve vivo até hoje. O convento representa sentimentos distintos para os entrevistados:

O convento é cartão postal da cidade (F, 61 anos, Pça Marechal Deodoro).

(...) Você entrar no convento com a namorada, o silêncio toma conta e você se vê sozinho naqueles espaços seculares. Pra umas pessoas isso provoca choro, pra outras alegrias, pra outras tristeza, pra outras provoca libido...uma loucura. Eu falo porque algumas pessoas da minha época disseram que tiraram a virgindade das namoradas ali no convento porque os pais não deixavam namorar e sempre foi um lugar onde nunca ninguém ia pensar...(...). (M, 56 anos, rua Fernandes de Barros).

De lugar turístico a lugar de subversão dos valores morais de uma época, o convento suscita sentimentos e condutas distintos e até contrários aos preceitos do catolicismo. O convento é ao mesmo tempo pão material e espiritual, atende aos pobres e às pessoas em melhor situação financeira, ainda se engaja socialmente, por isso importa para a comunidade penedense.

Entretanto, propostas oriundas do IPHAN têm gerado incômodo e desaprovação por parte de alguns fiéis que veem nelas um desvirtuamento da função social e religiosa do convento. Uma entrevistada que é 'Amiga do Convento' e ajuda na organização das quermesses e na busca por recursos para ajudar nas obras em andamento, discorda de uma proposta do IPHAN incluída no PAC2, que é a de implantar uma pousada com 17 quartos no convento, seguindo o exemplo de Salvador. De acordo com a entrevistada, haverá uma inversão de papéis e funções do convento, resvalando no desrespeito para com a condição dos frades, algo percebido como inaceitável. Por outro lado, aparentemente existe o interesse do convento em viabilizar a pousada já que as obras de restauro e adequação não foram interrompidas.

(...) Queriam fazer uma pousada e botar os frades num sacovão. Não existe isso...[...] Aí foi quando chamaram o prefeito, ____ também se envolveu e disse que não dava certo botar os frades num porão! Quem já viu uma coisa dessas? Você já entrou no convento? Tá impressionante! É banhado a ouro, e é a minha igreja. Esses quartos aí e apartamentos tudo aí pra terminar e pararam a obra (...). (F, 61 anos, Pça Frei Camilo Lelis).

O convento é destaque pela beleza digna de uma cartão-postal, mas a sua função turística associada à visita deve parar aí. Transformá-lo em um empreendimento turístico provoca um choque de interesses entre os fiéis e a igreja, sendo que esta última tem cada vez se mostrado mais simpática à ideia, haja vista que a diocese (Figura 71) está reformando um antigo hotel, que ficará sob a sua administração e cujos reparos estão sendo feitos com recursos próprios.

Figura 71 - Reforma do antigo Hotel do Turista que ficará sob a administração da Diocese de Penedo



Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Autora: Daniella Pereira

Destacamos em seguida, a Igreja de Nossa Senhora das Correntes (1720) e o Paço Imperial (1859), ambos originalmente pertencentes à família Lemos uma 'família de posses' com inclinações abolicionistas. São edificações separadas apenas pela rua Dâmaso do Monte que encontra o seu fim exatamente na orla sanfranciscana.

A Igreja das Correntes, como é conhecida, é percebida pelos entrevistados pela sua beleza e pela riqueza do seu trabalho artístico e arquitetônico. Fatos históricos importantes para o município também estão associados aos sentimentos topofílicos e valorizam os vínculos que a população nutre com este templo. Outra resposta interessante foi o fato desta igreja compor, junto com as demais igrejas do sítio histórico, uma instigante reunião de igrejas católicas próximas, o que sugere que tal proximidade possa favorecer no futuro uma maior visita turística.

(...) As igrejas de Penedo são lindas tanto a parte externa como a interna, ricas! A Igreja das Correntes só tem uma no Brasil igual à Igreja da Corrente então...(...). (M, 54 anos, artesão).

(...) porque os escravos desciam ali acorrentados e faziam zoada ali nas correntes. Então aquela igreja é linda. A parte de azulejo é de Portugal. É a parte histórica, era a família que construiu aquela igreja, era abolicionista e eles tinham lugar pra esconder escravos fugidos, não é? (M, 74 anos, av. Getúlio Vargas)

(...) as igrejas! Que são bonitas! A das Correntes! Penedo eu acho mais rica do que Minas Gerais. Penedo tem um sítio histórico com bastante igreja. Não é todo mundo que tem uma coisa dessa na cidade: Igreja do Rosário, Convento, Catedral, a Nossa Senhora das Correntes, a Igreja de São Gonçalo, então você vê que tá tudo uma pertinho da outra e tudo bonito. (M, 52 anos, artista plástico).

Esta é a única igreja do sítio tombado que está associada à atuação decisiva de uma família em um ambiente político escravocrata. Contam os guias de turismo aos visitantes, que a existência de uma espécie de buraco na lateral do altar, servia para esconder escravos fugidos por aproximadamente dois dias e, munidos de cartas de alforria falsas, durante a noite eram libertados sendo comum a fuga pelo rio. É a única igreja na qual os entrevistados que a mencionaram puderam associar algum fato histórico. O estético e a vivência religiosa costumam se sobrepôr ao valor histórico ou de documento.

Esta igreja é a única do sítio tombado na qual não se realizam rituais litúrgicos, não existem bancos para sentar e reviver a fé. Ela é exclusivamente dedicada à visita turística e aguarda ainda a instalação da loja de venda de artigos religiosos como sugerido pelo Programa Monumenta para garantir a sua sustentabilidade. Eventualmente sedia algum evento cultural como já ocorreu no caso de concertos em comemoração ao aniversário do município. Outra iniciativa para o

aproveitamento turístico da igreja é incluí-la nos roteiros concebidos pela Associação dos Informantes de Turismo Pedagógico de Penedo (AITPP), que surgiu como fruto de um projeto do curso de turismo da UFAL apoiado pela FAPEAL, cuja proposta em linhas gerais, foi estruturar uma associação de condutores voltadas para a concepção de roteiros turísticos fundados nas especificidades histórico-culturais e naturais do município, utilizando-se no ato interpretativo, de elementos e recursos lúdicos e artísticos, como performances teatrais e violão. Abaixo na figura 72, tem-se o grupo conduzindo uma turma do curso de Agentes de Informações Turísticas oferecido pelo PRONATEC, e na figura 73 uma performance teatral que retrata o diálogo entre o patriarca da Família Lemos e um escravo fugido. Nesta última figura, verificamos o esforço da AITPP no processo de difusão e fortalecimento dos vínculos históricos da juventude penedense com o seu município.

Figura 72 - AITPP conduzindo estudantes do curso de capacitação do PRONATEC



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira

Figura 73 - Performance teatral em roteiro turístico na Igreja Nossa Senhora das Correntes (AITPP)



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira

O Paço Imperial (Figura 74) que abriga o memorial em homenagem ao ex-prefeito Raimundo Marinho, foi lembrado por alguns entrevistados devido à memória daquele que é reconhecido por muitos penedenses como o melhor prefeito que o município já teve, pois segundo parte dos entrevistados, ele era considerado simples, humano, caridoso e morreu 'pobre' - embora dono da única faculdade particular do município - em oposição à difusão das notícias de corrupção que ocupam o noticiário diuturnamente. A fala de uma entrevistada é esclarecedora:

(...)porque são coisas antigas da época do nosso prefeito que ele fez muita coisa pela cidade. Foi um prefeito e tanto e a prova maior é que ele morreu pobre, sem nada. Você entrava na casa dele e não dizia que era uma casa de prefeito. Ele ajudava muito o pessoal do baixo meretrício. A porta dele era de cortar o coração. Todo sábado ele dava a feira a elas e hoje você não tem mais isso(...) (F, 61 anos, Pça Frei Camilo Lélis).

Figura 74 - Paço Imperial

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira

Devemos destacar no entanto que este conjunto arquitetônico integra a Praça 12 de Abril, ao mesmo tempo em que evoca sentimentos topofílicos na população em geral pois é *locus* de grande circulação de pessoas por se situar no entorno do centro comercial, é onde ocorria e ainda ocorre a maior parte dos eventos artístico-culturais, além de haver concentrado por décadas as tradicionais feiras de artesanato, conforme já mencionado em sub-capítulo anterior; desencadeia sentimentos topofóbicos atualmente.

Esta é uma praça que se tornou avessa à população nostálgica que costumava apenas sentar e contemplar a paisagem do rio mas, após a retirada dos bancos pelas sucessivas reformas realizadas, a única chance de contemplar a paisagem é sentando nos bares, quiosques e restaurantes da orla, numa mercantilização do espaço público que faz destes estabelecimentos verdadeiros intermediários entre o morador e o rio e um fator de contrariedade para alguns entrevistados. É preciso consumir sentado ou contemplar em pé debruçado sobre o cais. De acordo com uma frequentadora que ainda viveu a época dos bancos da praça,

(...) Até antes do início dessas malditas obras era um pôr-do-sol que todo sábado à tarde ou todos os domingos eu ia ver, até que um dia tiraram todos os bancos. Tinha bancos nessa orla todinha, nós tínhamos. Ver o pôr-do-sol ali em frente à pousada[ao lado da Igreja de Nossa Senhora das Correntes], sentada nos bancos...não existe mais bancos, não sei o que fizeram com os bancos. No sábado ou domingo à tarde eu ia comer um

pastel, tomar água de coco, agora vou pra onde? Como? Ver o que, n/é? O sol continua lá, mas a gente não tem aonde ficar(...) (F, 58 anos, artista plástica).

As intervenções urbanísticas parecem desastrosas na opinião da entrevistada. Para Tuan (1983, p.153) “Lugar é uma pausa no movimento. (...)A pausa permite que uma localidade se torne um centro de reconhecido valor”. O sentimento topofílico que existia na narrativa da entrevistada era consequência de experiências íntimas e aconchegantes que travava com aquela paisagem, de certa forma, ritualizada. As intervenções implementadas pela gestão pública contribuíram para a ruptura da afetividade nutrida por aquele espaço. As árvores foram basicamente todas retiradas sem substituição, os bancos igualmente, a feira de peças de barro expostas no chão da praça como uma tradição penedense, também foi removida. Em seu lugar, um carrinho de cachorro-quente, um ponto de moto-táxi e animais abandonados. O morador se viu sendo expropriado de tudo o que o vinculava afetivamente a esta porção do município.

A Praça do Coreto (Figura 75), é uma das mais queridas da população do sítio tombado. A existência de um coreto em qualquer praça significa que ali há um espaço voltado para a concentração de pessoas. Normalmente os coretos localizam-se na parte central das praças e cumprem a função de realização de eventos, sejam culturais ou políticos abrigando bandas ou ‘conjuntos’ como se chamava antigamente e/ou realizando discursos. Os coretos também são apropriados pelos casais de namorados e até pelas brincadeiras de crianças. Na prática, existe para reunir gente e foi isso que ele fez durante muitos anos, mas atualmente encontra-se sub-utilizado.

Figura 75 – Praça do Coreto ou Praça Jácome Calheiros

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira

O coreto é maior do que ele próprio em termos de significação para esta população. Ele dá nome à praça, desprestigiando o seu nome oficial, Praça Jácome Calheiros. É símbolo de uma época na qual a juventude rica de Penedo encerrava os seus carnavais após noitadas de baile no Penedo Tênis Clube, situado em rua paralela à praça. Ela possui traços aristocráticos sendo a única que conservou o coreto no município, pois havia outro semelhante na av. Floriano Peixoto. Nesta praça situa-se um dos colégios católicos mais tradicionais e elitistas de Penedo, o Nossa Senhora da Imaculada Conceição, vizinho a ele está a primeira faculdade de Penedo, a Faculdade de Formação de Professores Raimundo Marinho, de propriedade da família do ex-prefeito. Reúne um casario de fins do século XIX e princípios do século XX e é vista por alguns como o coração do sítio tombado, *“porque é um lugar que...você chegar em Penedo você tem que passar....você vai pro centro, você passa por aqui, você volta do centro, você passa por aqui”*(F, 43 anos, dona de restaurante). É possível acompanhar o “movimento” da cidade e isso implica em um certo monitoramento dos fluxos de pessoas, de veículos e de informações considerando o estabelecimento comercial de sua propriedade. Nisso consiste acompanhar também a dinâmica da vida local.

Se a partir dela formos no sentido do rio São Francisco, perceberemos que o seu lado esquerdo é basicamente composto por pequenos empreendimentos, alguns restaurantes, a rádio Emissora Rio São Francisco, farmácia, papelaria, pousada,

padaria. O seu lado direito possui apenas residências e a faculdade. Esta é uma ocupação peculiar.

A minha infância ainda tinha aquilo de ir pros quintais caçar passarinho e jogar bola ali naquela praça do coreto. Tinha um...ali entre o coreto e o Imaculada tinha uma praça enorme, n/é? Que depois destruíram...destruíram porque o movimento de carro aumentou bastante e às vezes acontecia batida...e tiraram...porque a gente jogava futebol ali (grifo meu) (M, 74 anos, av. Getúlio Vargas).

(...) essa praça do coreto aqui, eu acho um local perfeito pra festa. Eu apoiaria e o povo aqui da praça também apoiaria. Eles gostam mesmo. Aqui na praça, quando tinha os carnavais no Penedo Tênis Clube, eu ainda peguei o finalzinho, porque já tava arriando, a gente saía às 5:00h da manhã e a banda cantava as últimas músicas no coreto e vinha todo mundo. A gente vinha por aqui menina, tão bom...eu lembro que teve um ano que tava chovendo muito, todo mundo molhado mas a galera toda no coreto, dançando até 07hs da manhã. Era muito bom, muito bom, muito bom!! Eu queria que toda sexta-feira tivesse um evento aí! E eu apoiaria (grifo meu) (F, 43 anos, dona de restaurante).

Os usos nem sempre são consensuais com a proposta idealizada para a praça. Um dos entrevistados em sua juventude narrou o hábito de jogar futebol na praça sugerindo que embora o fluxo de veículos estivesse crescendo, ainda era incipiente. Mas o futebol não era percebido como uma brincadeira adequada para uma praça de moradores elitistas. Aparentemente, ela prestava-se mais às funções culturais do que as esportivas. Alguns empresários da praça manifestaram interesse em se apropriar de modo mais efetivo dela, numa espécie de adoção como já ocorre em outras cidades como Recife, pois consideram que assim ela estaria mais bem-cuidada:

Queria que essa praça tivesse flores, uma praça mais bem cuidada. Inclusive, aqui na praça tem uma pessoa que tem vontade, que tem plano de criar tipo uma associação dos moradores da praça pra gente adotar a praça. Ela falou comigo e eu disse: 'pode contar comigo'(...) (F, 43 anos, dona de restaurante).

Outros espaços e logradouros públicos também têm sido apropriados, mas não na proposta de adoção, como sugerido acima. O artista plástico Tadeu dos Bonecos tem dado vazão a sua criatividade e pintado alguns troncos das árvores do sítio tombado durante as madrugadas (Figura 76). Segundo ele, quando sente insônia

pega a sua paleta de tintas, os seus pincéis, põe tudo em uma bandeja e sai durante a madrugada pelas ladeiras do sítio a escolher uma árvore ou superfície disponível que possa colorir e deixar a sua marca, exercer a criatividade e quebrar a monotonia visual do sítio tombado. De acordo com Frémont (1980, p.262), o espaço vivido deve ser um espaço criativo, um espaço que deve “incitar à crítica do que existe, recusar a ordem do ‘standard’, suscitar a elaboração de projetos que deem aos lugares habitados, aos espaços de reunião, às regiões a viver, as cores e as formas, as necessidades e os sonhos de imaginações jovens”. De todos os entrevistados, o único que está realmente ousando desafiar o espaço patrimonializado é o Tadeu dos Bonecos.

Figura 76 - Pintura do artista plástico Tadeu dos Bonecos na Pça Pe. Veríssimo



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira

A sua iniciativa tem agradado alguns moradores e ajudado a reforçar os laços de afetividade com o lugar e com as pessoas do lugar, “(...) aqui é a minha praça. Ela tá bonita. As pinturas do Tadeu foi boa, mudou, tirou a rotina. Tadeu é um personagem histórico aqui da cidade, humilde, amigo” (M, 69 anos, Pça Pe. Veríssimo).

4.1.2 Paisagens Topofóbicas

As paisagens topofóbicas mencionadas pelos entrevistados apresentaram uma certa convergência em termos de percepção entre moradores e empresários/autônomos do sítio tombado. Das cinco paisagens topofóbicas mais mencionadas pelos entrevistados, três encontram-se no mesmo espaço: a feira livre, as bancas do peixe e o mercado de carne. Este é um dos pontos nodais do município porque, segundo Lynch (1997, p.113) comportam-se como “pontos de referência conceituais de nossas cidades” e se firmam a partir da concentração de uma atividade local.

De um modo geral, toda a responsabilidade pela feiura e sujeira da feira recai tanto sobre os órgãos públicos, principalmente a prefeitura apontada como omissa, quanto sobre o desleixo dos feirantes. Há uma consciência social, ainda que mínima acerca da precariedade das condições de trabalho e da falta de alternativas para as pessoas que tiram o seu sustento nestes lugares. Além de representar um espaço dominado pela aversão à sujeira e pelo nojo, segundo os frequentadores é também motivo de vergonha para o turismo de Penedo manter em seu sítio tombado uma situação tão degradante.

Embora já tenhamos discorrido em capítulo anterior sobre a feira, retomaremos o assunto brevemente através de alguns depoimentos no intuito de evidenciarmos adequadamente o sentimento topofóbico que se tem por esta paisagem, e também para situar melhor a banca de peixe e o mercado de carne, como ‘setores’ que integram a feira.

Eu sou suspeita pra falar porque eu sou muito enjoada com comida! Basta você ter uma organização, uma coisa padronizada. É uma sujeira, uma nojeira, eu ando com vergonha então eu prefiro não ir. Eu não compro nada na feira, só se for durante a semana. Fim de semana, no sábado, eu ir na feira? Aquelas geladeiras que eles viram assim, e vira carrinho, que bate na perna da gente? Eu acho uma falta de humanidade deixar as pessoas trabalhando naquela condição! (F, 65 anos, cooperativa de artesanato).

É boa...devia ser mais organizada...umas coisinhas mais arrumadinhas. A gente vai pra Aracaju, no mercado e vê as coisas tão organizadinhas...quando eu fui na Barafunda em SP que minha filha mora

lá eu achava tão interessante aquelas batatas, macaxeiras, tão organizadinhas (...) (F, 65 anos, rua Jonas Batinga).

A rua é feia, o calçamento é muito esburacado, é muita lama as nossas barracas mesmo, é muito feias, o jeito a maneira da gente arrumar as bancas... é tudo! Uma maior do que a outra olhe aqui pra cima, pra cobertura que bagunça, não é? Somos nós que coloca e a gente não sabe, não tem um padrão. Aliás, a gente já fez curso mas eu acho que as coisas caminha tão... não sei nem explicar porque a gente deixa acontecer e as coisas vão ficando assim (F, 47 anos, feirante).

A padronização equivale à organização, na percepção dos entrevistados. Uma feira desorganizada, compromete a apresentação dos produtos e a estética da própria feira, um valor relevante para os frequentadores. Uma feirante entrevistada reconhece que os próprios colegas contribuem para criar um ambiente inóspito pela maneira como deixam que as barracas sejam apresentadas aos fregueses, apesar do curso que já fizeram. Em outra passagem da mesma entrevistada, ela associou a aparência das barracas da feira a uma favela, para ela um símbolo de precariedade. Por outro lado, reconhece que uma parte considerável da responsabilidade pela atual situação da feira é da prefeitura devido ao seu pouco empenho em equacionar algumas das questões estruturais que poderiam amenizar a aparência de feirura e descaso, como o esgotamento sanitário e a drenagem da área.

Para outra entrevistada, a precariedade se traduz no imprevisto dos carrinhos de transporte de produtos da feira (Figura 77). A criatividade é, na verdade, uma solução à falta de condições ideais de trabalho naquele lugar. Os carrinhos somados à ausência de um melhor ordenamento da feira, provocam acidentes e afastam cada vez mais a clientela.

As bancas de venda de peixe foram mencionadas expressando asco e piedade ao mesmo tempo, como sentimentos predominantes em toda a feira. Para alguns entrevistados, a falta de melhores oportunidades de trabalho “empurra” as pessoas, especialmente as mulheres idosas, a trabalharem em condições insalubres. Tais

condições remetem ao ambiente de sujeira e são criteriosamente percebidas pelos entrevistados, que destacam a maneira inadequada de conservar o peixe, reforçando o sentimento tofofóbico.

Ali é horrível, feio n/é? (...) As bancas muito feias, e aquelas senhoras sentadas no chão, as vísceras do peixe fica no chão, aí eu acho muito feio (F, 58 anos, dona de restaurante).

A banca do peixe, infelizmente...é horrível, nojenta. (...) [Aqui] Trabalha com peixe vivo, coisa que as pessoas compram em lugares grandes, congelado, n/é? E aqui é tudo natural(...) (M, 55 anos, Pça. Mal. Deodoro).

O mercado de carne (Figura 78), para os entrevistados, não difere das bancas de peixe, apesar de estar em ambiente fechado, pois internamente a estrutura do mercado é tão decadente quanto as bancas. Uma situação que preocupa a clientela quando entra no mercado é não saber a procedência daquela carne, já que o matadouro municipal foi interditado. Especulam que alguns abates estão sendo realizados clandestinamente. De qualquer maneira, é um exemplo da precária atuação da vigilância sanitária no mercado de carne. Segundo um entrevistado, a ineficiência deste órgão se deve à sua condição de repartição pública sendo desejável que estivesse vinculado à iniciativa privada. O transporte da carne é inadequado e a venda se dá em ambiente não refrigerado, misturado às moscas e aos cachorros famintos. As sensações experimentadas dentro do mercado de carne são repulsivas, segundo uma entrevistada.

Paisagens Topofóbicas

Figura 77 - Organização das bancas da feira de Penedo



Figura 78 - Mercado de Carne



Figura 79 - Periferia em Penedo



Fonte: Pesquisa de campo, 2015
Autora: Daniella Pereira

(...) quando eu entro, eu prendo minha respiração. Porque eu não gosto do cheiro. Outro dia tinha uma coisa bicando na minha perna. Um cachorro enorme! Com fome. Eu peguei um pedaço de carne lá da banca do homem e dei ao cachorro. Terrível! (F, 43 anos, dona de restaurante).

(...) é péssimo o mercado, de baixa qualidade, você chega ali a carne tão exposta. Eu reclamo muito da vigilância sanitária, infelizmente a vigilância sanitária é basicamente um órgão público e não privado. Os apadrinhamentos é que acabam prejudicando toda essa fiscalização(...) (M, 37 anos, dono de restaurante).

Assim, mesmo os sentimentos topofóbicos expressam igualmente uma forma de perceber e se relacionar intensamente com a paisagem pois,

Estar em um lugar enquanto paisagem vivida simbolicamente, é uma questão de olhar e sentir o espaço não sob ângulos reducionistas, mas de estabelecer, de criar relações onde cada um destes ângulos, cada elemento paisagístico inscrito nos mesmos, passam a possuir significados próprios, distintos e complexos, revestidos de valores, de identidade [...] (GUIMARÃES, 2002 p. 131).

A paisagem da periferia de Penedo suscita sentimentos topofóbicos mas também, de certa maneira, topofílicos (Figura 79). Ao mesmo tempo em que alguns sentem vergonha e apontam a precariedade e a feiura, também sentem compaixão pelas pessoas daquele lugar. A periferia está associada à precariedade e à escassez de serviços públicos, significando carência. Percebemos neste caso específico, que as duas primeiras falas pertencem a entrevistados que manifestaram sentimentos simultaneamente topofílicos e topofóbicos. Atribuímos esta percepção ao fato de ambos, embora residam no sítio tombado, serem respectivamente um ocupante de imóvel da Santa Casa de Misericórdia e o outro, um artista plástico. Não são pessoas reconhecidamente 'bem-nascidas' ou 'bem situadas' economicamente, segundo os valores conservadores da sociedade penedense. A terceira fala, esta sim, é de uma entrevistada que integra a classe média tradicional penedense.

(...)em alguns bairros da cidade, na periferia, vivem muitas famílias ainda sem saneamento, sem uma merenda boa na escola, sem médico(...) (F, 54 anos, R. João Pessoa).

(...) porque os prefeitos só se ligam no centro e esquece de todas elas[periferias] e a gente tem uma bem aqui quase no centro que é o

Camartelo que podia conservar e hoje você vê é aquela bagunça (M, 52 anos, artista plástico).

(...) o Oiteiro eu tentava ir por um acesso...o Oiteiro até que dá pra se ver porque é um bairro que conhece a história, precisava ver, n/é? Tem quilombo, isso tudo...mas o que eu não mostraria era essa parte nova da cidade, por exemplo, a Vila Matias, toda esburacada, sem saneamento, é muito feia! (F, 63 anos, rua Barão do Rio Branco).

A periferia além de significar carência, significa também bagunça e contraste com os padrões estéticos de quem reside no sítio tombado. Portanto, não é digna de ser apresentada ou visitada, segundo alguns entrevistados.

Uma outra paisagem que suscita sentimentos tofóbicos e é sempre lembrada pelos sujeitos entrevistados como a área do “cabaré” ou do “baixo meretrício”, como ainda são chamados. Apenas uma entrevistada se refere ao lugar pelo seu atual nome, Camartelo (Figuras 80 e 81), o que demonstra, segundo Tuan (1983, p.155) como a “permanência é uma ideia importante no conceito de lugar”.

Figura 80 - Rua do Camartelo



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira.

Figura 81 - Rua do Camartelo II

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Autora: Daniella Pereira

Camartelo faz alusão a uma espécie de mosquito que parece ser comum ali, segundo uma entrevistada. Esta área situa-se numa espécie de prolongamento da feira, sendo que uma pequena parcela dela está dentro do sítio tombado. O Camartelo é percebido como um grave problema no sítio tombado devido à condição de vida insalubre, à violência, à associação com a imoralidade, à pobreza e ao descaso. Nenhum sentimento topofílico por parte dos entrevistados se manifestou para com esta localidade.

O Camartelo simboliza o descaso do poder público e a degradação humana a ponto de alguns entrevistados sugerirem a demolição de toda a área. Seja por motivos humanitários seja por razões estéticas, seja como forma de erradicar a violência tão próxima dos entrevistados, o fato é que o 'baixo meretrício' é fruto de um processo histórico e econômico de Penedo, propiciado pela existência de uma zona portuária que impulsionou o surgimento do cabaré, uma situação experimentada por qualquer outra cidade que reúne condições semelhantes. Naturalmente que no período áureo da navegação pelo rio São Francisco, o cabaré também teve os 'seus momentos'.

Diferentemente da feira que segue sendo frequentada pela população penedense e, possivelmente por esta razão, os sentimentos mesmo topofóbicos não chegaram ao extremo de sugerir a sua erradicação, no 'baixo meretrício', esta foi uma sugestão manifestada por alguns entrevistados.

A decadência da sua função de reduto boêmio, consequência da desativação do porto fluvial, desencadeou como num efeito-dominó, a precarização das condições de vida nesta área do centro de Penedo. Este fato, associado ao completo abandono dos órgãos públicos para com a população ali residente, possibilitou a ocupação gradual por criminosos da cidade e de outras cidades de Alagoas, transformando a localidade em conhecido território do tráfico e do terror em Penedo, impondo aos moradores um modo de vida baseado no medo. O livre deslocamento por este território para qualquer desavisado é um sério risco de vida. Assim sendo, adentrá-lo em segurança é adentrá-lo acompanhado por algum morador,

(...) porque tem o baixo meretrício bem ali, entendeu? Ninguém passa de moto com capacete porque se passar já recebe bala. Pode ser quem for. Quer dizer, a gente hoje não tem paz (F, 61 anos, Pça. Frei Camilo Lélis).

A proximidade com o Camartelo significa a ausência de paz. A violência é percebida como estando fora do território patrimonializado, *lá* no Camartelo, mas a fronteira muito porosa permite um fácil cruzamento de *lá* pra *cá*.

Assim, de maneira rasa e superficial são construídas as percepções pela população entrevistada⁴⁴, que no máximo consegue fazer uma ideia distorcida da realidade das condições de vida de quem mora no Camartelo, e dos fatores que contribuíram para a sua decadência. Uma decadência que aliás é vivenciada também, embora guardadas as devidas proporções, por muitos moradores da porção territorialmente privilegiada do sítio tombado. Em nossas entrevistas percebemos que os entrevistados não travam contatos frequentes nem diretos com aqueles moradores e isto precisa ser considerado para a melhor compreensão das falas que se seguirão. Outro fator que merece ser ressaltado e por isso achamos adequado fazer este preâmbulo, é sobre a fala dos entrevistados acerca da paisagem topofílica do “baixo meretrício”, tomando como referência o passado luminoso desta área e o seu presente decadente.

⁴⁴ E também esta pesquisadora, que viveu situações claras de tensão, intimidação e risco ao tentar pesquisar esta porção do sítio tombado, havendo sido necessário redefinir a área de pesquisa por meio da adoção de novos critérios como expusemos nos contornos da pesquisa.

Destacamos neste momento duas falas prolongadas, mas significativas e contextualizadas, de entrevistados que nos situam no significado do cabaré no passado e do Camartelo no presente segundo as suas percepções e no contexto sociocultural destas distintas épocas, revelando inclusive os hábitos boêmios dos homens ‘distintos’ de Penedo e de outras cidades, a vaidade das mulheres do cabarés, o preconceito sofrido por elas em uma sociedade conservadora e a dimensão da precariedade das condições de vida na atualidade. Logo depois, outros trechos com falas mais sucintas reforçarão pontualmente as falas anteriores acerca da paisagem topofóbica do ‘baixo meretrício’.

Hoje é um lugar fétido, provoca náuseas, está em estado de abandono. Se você não tiver estômago não vale a pena você ir ali. Você pode dizer que ali foi o lugar onde a classe alta não frequentou com vergonha, mas a classe média, vamos considerar assim, de Penedo, frequentava. E as classes altas de outras cidades vinham pra cá: longe dos olhos e você tinha a oportunidade de ouvir um Valdick Soriano, um Aguinaldo Timóteo, um Altemar Dutra, de você ouvir cantores de renome nacional que foram pra/li cantar no cabaré. As mulheres, dizem, que eram muito bonitas. As últimas deusas do cabaré de Penedo, eu conheci 1 delas, a Nilza. A Nilza foi uma mulher que quando chegou em Penedo, encantou! E aí eu posso falar com você com certa propriedade porque mamãe era dona do melhor salão de beleza de Penedo, Então...o preconceito que existia era grande. Mas elas tinham dinheiro! Então tinha um dia no salão de mamãe que era só pra atender as mulheres do cabaré. Faziam unha, faziam cabelo...então existiam algumas mulheres realmente belas. Nilza era uma mulher bonita, disputada em Penedo a peso de ouro. Porque que isso ficou assim[refere-se à decadência atual]? Então, eu acho que a Nilza é um exemplo de um tipo de pessoa que...nós somos praticamente doutrinados a colocar limites. P.ex: eu acho que o ser humano é muito ligado ao capitalismo no Brasil. Você vai encontrar em Penedo 60 mil habitantes, 55 mil habitantes que pensam da seguinte forma: se eu ganhar R\$ 2 mil pra mim tá bom. Eu ponho uma barreira e acabou. Eu não quero passar daqui. Eu boto como se eu não pudesse, não atingisse, não tivesse direitos, não me fosse permitido. E aí a Nilza é uma pessoa que eu acho que nessa sua pergunta ela fez isso: “eu tô bem, o meu meio é esse aqui, eu não quero sair daqui”. Porque Nilza poderia ter saído dali. Um dos homens ricos em Penedo que era viciado em Cabaré, era o Dimas. O Dimas era amante da Nilza. Tinha a maior e melhor relojoaria e só perdia pra Maceió e Aracaju. Ele vendia peças de ouro. Era uma loja luxuosa, peças de ouro caríssimas. Eu não acredito que ele nunca tenha dado um presente pra ela. Mas o auge da Nilza foi até 1975, 76 no máximo e isso despertava a curiosidade dos adolescentes que iam lá só pra ver o que era. E ela realmente se envaidecia. E eu digo isso porque eu fui um dos que fui ver, fui conhecer. Quando cheguei lá ela se sentia muito envaidecida. As roupas, eram de luxo que ela usava. Então...eu não levaria ninguém pra dizer: ‘isso aqui foi uma coisa boa. Uma coisa boa não. Uma coisa forte em Penedo’. Porque hoje, aí é um lugar fétido onde você não tem noção nenhuma de higiene. Então é uma coisa decadente (...) ali hoje é um governo paralelo e tem que

entrar com alguém de lá, que seja poderoso de lá de dentro senão você vai levar bala (M, 56 anos, rua Fernandes de Barros).

Se eu pudesse fazer alguma coisa por Penedo pra dar uma mudada, eu arrumava aquele Camartelo. É muito desumano aquilo ali. Faria uma vila pra todos eles irem morar, umas casas arrumadas e aquilo ali viraria um centro...tipo um Pelourinho, entendeu? Eu acho que seria uma oportunidade...inclusive pra eles mesmo! Teria uma lojinha de artesanato, uma loja de comida...não que eles ficassem excluídos dali não, n/é? Que eles pudessem fazer parte. Você já entrou naquelas casas? Você prestou atenção? Você deu uma olhada assim, mais detalhada, como é que funcionam os banheiros? É muito triste...lavam roupa, tomam banho, lavam prato, tudo no mesmo lugar. É desumano morar ali. E agora melhorou muito porque quando a gente ia mais lá não tinha calçamento. A gente pisava no cocô no meio da rua. Quantas vezes eu e ____ saíamos na rua assim ó, de ponta de pé por causa da sujeira? Eu já vi um homem lavando o vaso sanitário na calçada, tirando o...e jogando na rua. Eu vi! Ninguém me contou não. Eu já vi coisa ali que até Deus duvida. Quando a gente começou [a atuar lá] (...) a gente chegava na casa do pessoal. Mas menina, tinha dia que eu saía correndo. Fecha a porta, fecha a porta, fecha a porta, porque tem uma briga ali! Tem casa que não tem banheiro. Você já imaginou o que é? (..)Eu acho muito desumano. Se eu pudesse...ajudava aquele povo, dava um jeito, porque eles não merecem viver daquele jeito. Camartelo não é bairro, é o centro da cidade! (F, 62 anos, cooperativa de artesanato).

(...)há muito tempo aquilo já deveria ter sido demolido e ser feito alguma coisa assim...não menosprezando, mas assim dando com dignidade outras moradias n/é? Porque agora já tem (F, 61 anos, Pça. Mal, Deodoro).

Os entrevistados mencionaram que os sentimentos de aversão ao Camartelo estão associados a vários aspectos desagradáveis como a falta de infraestrutura, de segurança pública, condições dignas de moradia, e até à falta de ambição em criar oportunidades para ascensão social, quando se teve a chance.

Ter uma área em estado de abandono e degradação humana no centro da cidade é motivo de indignação e significa um abuso diante da relevância do centro para o morador e para o município. Tamanha miserabilidade parece, para alguns entrevistados, ser algo impossível de se resolver ali mesmo, naquelas condições. Sugere-se a demolição e a destinação daquela área para o turismo. A demolição 'resolveria' dois problemas: a precariedade da habitação, desde que viesse acompanhada de novas moradias para estas pessoas; e as possibilidades de geração de emprego e renda, carros-chefe dos discursos para a reprodução do setor turístico e da patrimonialização de Penedo, embora ainda não tenham apresentado resultados.

As formas de decifrar e compreender os símbolos interjacentes em uma paisagem tornam um mesmo lugar tão diferente para um indivíduo e outro, pois revelam o traçado de fronteiras tênues, sutis, existentes na percepção de um espaço material e outro imaginário, abrigando paisagens interiorizadas em afetividade, numa significativa inter-relação de elementos naturais e construídos” (GUIMARÃES, 2002, p. 120).

Em uma microescala de análise estaríamos diante de uma situação análoga àquela que vem acontecendo de modo mais amplo em todo o sítio tombado de Penedo. Soluções/sugestões externas continuam a ser concebidas mesmo que apenas tenham sido verbalizadas, *para* um determinado grupo social e não *com* ele. É preciso tomar como referência a sua visão de mundo, ou seja, a sua “experiência conceitualizada (...) parcialmente pessoal, em grande parte social” (TUAN, 2012, p.04).

O governo tem essa mania de não pensar como o alemão, pra ocupar as cidades antigas e não deixar atrair drogados, baixo meretrício. Mas a mentalidade nossa é diferente. Você deixa o lugar abandonado e aí vai invadir quem não tem lugar para morar(...). (M, 49 anos, dono de hotel).

Exemplos de fora do país também foram mencionados, o que significa que as soluções “à brasileira” são consideradas ineficientes. Aquelas pessoas que tiveram a oportunidade de se depararem com realidades semelhantes, mas não se atentaram para os distintos contextos, propõem soluções que partem do pressuposto de que drogados e “baixo meretrício” são um problema apenas do governo e não um problema também da sociedade. Por esta razão, ressalta-se a importância de se criar mecanismos que garantam a “qualidade estética” das cidades históricas e evitem problemas indesejáveis como a degradação da paisagem pela degradação social.

Uma outra paisagem tofóbica mencionada no sítio tombado foi verbalizada por um morador recentemente chegado a Penedo. Ao emitir a sua opinião, percebemos a coerência com o que Tuan (2012) assevera sobre o “comportamento do visitante” que neste trabalho, traduzimos como o morador recém-chegado. Segundo o autor, “o ponto de vista do visitante, por ser simples, é facilmente enunciado. A confrontação com a novidade, pode levá-lo a manifestar-se” (2012, p.73).

O Hotel São Francisco, algumas vezes mencionado neste trabalho destoa efetivamente e se apresenta como um marco do modernismo na década de 1960. Ele tornou-se um marco devido à sua “singularidade, ao contraste com seu contexto ou seu plano de fundo [pois] a proeminência espacial é uma das coisas que mais se prestam a chamar a atenção” (LYNCH, 1997, p.112).

(...) eu acho um absurdo aquele hotel ali. Aquilo é uma grosseria na paisagem colonial. Foi construído numa época em que não era tombado. Então aquilo ali foi entendido pelos locais como sinônimo de desenvolvimento e progresso pra cidade, n/é? Prédios, tal...(...) e tinha elevador e tal, tinha glamour de prédio, o pessoal daqui é metido a aristocrata, mas só que a gente vê que aquilo ali é uma grosseria, um absurdo. Foi feito por um pioneiro, que é o mesmo dono da fábrica de 1907, parece. Aí tem esse hotel e tem muita coisa aqui [da família]. (M, 35 anos, rua Barão do Rio Branco).

Figura 82 - Hotel São Francisco



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira.

A percepção acima retrata o pioneirismo de um visionário, que desejou e conseguiu mostrar, segundo o entrevistado, que a aristocracia local estava sintonizada com a modernização e os avanços tecnológicos e artísticos daquela época, mesmo que para isso fosse necessário instalar um empreendimento ‘grosseiro’ no meio de um casario colonial, extraíndo toda a harmonia do conjunto. Neste sentido é que o Hotel São Francisco se mostra como um “dente careado” na paisagem colonial penedense ao qual se somam outros, como veremos abaixo e cujas imagens encontram-se ao lado.

(...) Eu acho que o IPHAN que preserva bem, tem esse lado bom, eles têm essa mentalidade de preservar e têm a mentalidade de destruir. Eu mesmo acho um absurdo o IPHAN achar que uma coisa restaurada... não é restaurado o termo... refeita nos padrões antigos não tenha valor. Por exemplo, o prédio da Caixa Econômica (Figura 83) eu acho que é um prédio bonito, é de 1979. Ele tem arquitetura colonial, mas ele não é do período colonial. Mas ele ficou bem enquadrado, ele enfeita essa avenida. Só que pro IPHAN aquele prédio não vale nada e pra mim vale muito. Eu prefiro um prédio daquele conservado, reconstruído nos moldes da arquitetura colonial do que o antigo prédio do Produban [antigo banco do estado] que hoje é um Shopping Center (Figura 84): eram dois sobrados antigos e o governo do Estado à época, e Penedo já era tombada a nível estadual, o governo do Estado que tombou Penedo como cidade histórica, destruiu os dois sobrados e fez aquela aberração arquitetônica aqui na avenida, numa época em que Penedo já era tombada! Esse hotel por exemplo. Existe muita crítica pela arquitetura moderna que o meu avô fez aqui nos anos 60, com justiça. Mas na época não havia tombamento e nem a mentalidade de preservação das cidades históricas. E aí eu fico triste.... Você vê, nos anos 90, eu já trabalhando aqui, eu era muito amigo do Secretário de Cultura do município, aí nós recebemos naquela época, íamos receber o pessoal da Rede Globo que tava filmando em Laranjeiras, aqui em Sergipe, um seriado chamado Tereza Batista. Aí resultado: eles vieram pra cá porque queriam ver se tinha condições de usar Penedo como locação pra substituir Salvador (...). Aí eles procuraram Penedo, nós mostramos a cidade e não me esqueço o que o produtor disse: 'Ah, Penedo é uma cidade linda mas vocês não tem uma rua sem um dente careado'. Eu disse: 'como assim?' 'Parece ser bonita, mas de repente...' Penedo é assim: o 'dente careado' aqui na Floriano Peixoto é esse Produban horroroso; outro é aquele onde era a Apeal (Figura 85) e hoje é a Secretaria da Fazenda do Estado, que é outra aberração arquitetônica aqui na Floriano Peixoto. Quer dizer, em qualquer rua dessa área tombada de Penedo, você tem 'um dente careado'. Pode procurar! Vai ter sempre uma coisa destoando completamente da harmonia arquitetônica daquele logradouro. (M, 49 anos, dono de hotel).

Casario da av. Floriano Peixoto

Figura 83 - Prédio da Caixa Econômica Federal



Figura 84 - Antigo Produban, atual Shopping de Penedo



Figura 85 - Antiga APEAL, atual Secretaria de Fazenda do Estado/AL



4.1.3 Paisagem-símbolo do sítio tombado de Penedo no imaginário coletivo

A paisagem na geografia fenomenológica de Dardel é muito mais que a reunião de elementos visíveis, “(...) é um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma ‘impressão’ que une todos os elementos. (...) [ela] se unifica em torno de uma tonalidade afetiva dominante (...)” (2011[1952], p. 30-31).

Ao longo capítulo 2 deste trabalho, detalhamos como o surgimento de Penedo, o seu ordenamento territorial, o abastecimento regional, a pujança econômica, a sobrevivência das camadas populares, as práticas culturais e a esperança de dias melhores, estiveram dependentes do rio São Francisco. A “Princesa do São Francisco”, uma das formas carinhosas e midiáticas utilizadas para se referir ao município, vem passando por transformações em sua estrutura urbana e físico-ambiental que a afastam cada vez mais do fausto da realeza.

A perda da centralidade regional com a expansão do sistema rodoviário, a desativação do porto, o represamento do rio e os impactos ambientais decorrentes, além da ampliação da lavoura canavieira com a chegada das usinas na região, contribuíram para ressignificar o valor do rio no imaginário social, gerando inquietações, embates, debates, verdadeiros reflexos dos sentimentos discordantes que longe de apontarem para uma mobilização ampla e convergente em torno da causa do São Francisco, revelou em nossas entrevistas a existência de um forte apego ao rio associada a sentimentos de impotência, lamento, tristeza e resignação.

Mesmo quando nos distanciamos das suas margens, ao andarmos pelo sítio tombado somos sempre lembrados através da toponímia da paisagem, que ele se mantém próximo do morador e reforça a sua condição estável de ‘personalidade’ já que, ao contrário do que ocorreu com muitas ruas do núcleo original de Penedo que tiveram os seus nomes alterados como já vimos, o rio São Francisco não se limitou apenas ao seu conteúdo líquido e fluido mas invadiu o espaço construído. Deu nome à nascente feitoria de Penedo do rio São Francisco, lembrando que traz desde a sua origem a presença dos conteúdos geográficos, a rocha e o rio, e enquanto topônimo imprimiu a sua marca no meio de hospedagem mais antigo e polêmico da paisagem tombada, o Hotel São Francisco, com o seu desativado Cine São Francisco; na rua São

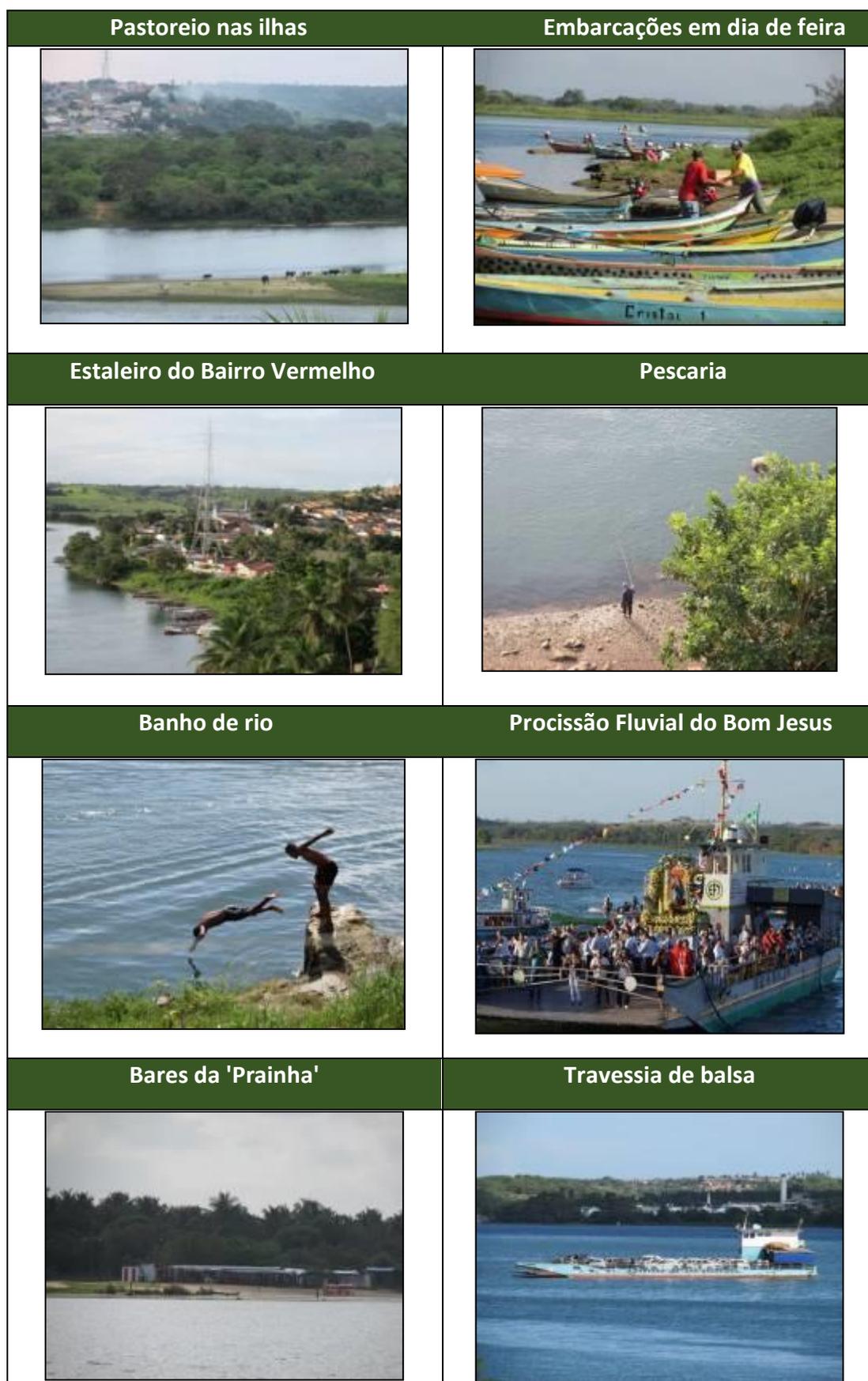
Francisco; na emissora de rádio Rio São Francisco A.M. O seu nome guarda associação estreita com o tipo de atividade presente ou passada ao longo da trajetória de modernização de Penedo atestando que o rio São Francisco segue participando ativamente da dimensão simbólica e material da realidade política, econômica, cultural e social de Penedo. Na página seguinte apresentamos algumas figuras que refletem os múltiplos usos e apontam, nos quadros de permanências e de mudanças, os vínculos tecidos entre a população ribeirinha e o rio São Francisco ao longo dos tempos.

Na Figura 86 que trata das permanências, destacamos o pastoreio como atividade econômica que nunca deixou de existir em Penedo, e continua a se fazer presente ocupando as ilhas sanfranciscanas. A conexão entre Alagoas e Sergipe se intensifica em dias de feira, em que parcela considerável da população de Neópolis e Santana do São Francisco, ambos os municípios localizados em Sergipe, deslocam-se para Penedo e as margens ribeirinhas ficam repletas de embarcações.

Do alto da Rocheira, é possível ver o bairro Vermelho com o seu pequeno estaleiro, que abrigará a marina náutica futuramente, bem como a tradicional atividade da pesca, para consumo próprio aparentemente. O rio ainda conserva a sua função provedora, embora esteja cada vez mais estéril segundo conversas informais travadas com alguns pescadores, durante o meu tempo de residência no município. Destacamos a forma mais democrática e tradicional de lazer que é o banho nas águas do rio São Francisco, e a procissão fluvial durante a festa do Bom Jesus dos Navegantes.

Os bares da área da 'prainha' também costumam ser procurados pela população local. A ausência de uma ponte, apesar da existência de um projeto nesse intuito que se arrasta há anos, garante a continuidade do serviço prestado pelas balsas no transporte de veículos e também pelas lanchas, no transporte de passageiros, ambos regulamentados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

Figura 86 - Permanências nos vínculos com o rio São Francisco



Org.: SILVA, Daniella Pereira de Souza (2016)

Ao abordarmos o cenário de mudanças na Figura 87, destacamos os problemas decorrentes das políticas públicas de geração de energia que ocasionaram o represamento do rio, a queda da vazão e a devastação de boa parte das matas ciliares devido à urbanização descontrolada e à plantação de cana-de-açúcar por vezes até as suas margens. Tais condições reunidas resultaram no seu assoreamento e trouxeram uma das consequências mais desconcertantes para o ribeirão que foi atestar pela fisionomia da paisagem a seca do rio, a dilatação das ilhas, o surgimento de bancos de areia que inclusive têm feito arrastar o fundo das balsas, chegando ao ponto de uma destas balsas já ter atolado no leito do São Francisco.

A paisagem do rio São Francisco também mostra o surgimento de novas atividades como as pesquisas do curso de engenharia de pesca da UFAL e refletem mais uma interface das mudanças decorrentes da chegada de novas instituições públicas ao município. A ampliação da quantidade de automóveis em circulação favoreceu o surgimento de serviços de lavagem de veículos e bicicletas às margens do rio São Francisco, como estratégia de sobrevivência na informalidade associada ao hábito ou conveniência de alguns moradores frente à disponibilidade gratuita da água e a ausência de fiscalização. A lavagem de bicicletas também é uma realidade. A localização destes prestadores de serviço é estratégica pois ao se fixarem no porto da balsa, beneficiam-se da existência do ponto de táxi, do fluxo de veículos da zona comercial e dos veículos que aguardam a balsa para fazerem a travessia para Neópolis (SE).

O fretamento de grandes embarcações é outra atividade associada às mudanças e atende à demanda das escolas locais e de fora do município na realização de estudos no rio São Francisco e seu entorno bem como grupos de turistas na alta temporada, embora tendam a partir de Piaçabuçu com destino à foz do rio. Entretanto, quando saem de Penedo redefinem a paisagem e a transformam aos poucos em cenário de cartão-postal, buscando legitimar os esforços na consolidação do consumo turístico. Por último, a prática de uma nova modalidade esportiva, o *stand up paddle* nas águas do rio São Francisco.

Figura 87 - Mudanças na fisionomia e nos vínculos com o rio São Francisco



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira.

⁴⁵ Modalidade esportiva na qual deve-se remar em pé em cima de uma prancha.

De acordo com Maciel (2005, p. 12) “as identidades territoriais encontram nas paisagens uma fonte de simbolismos e um meio de expressão privilegiados”. Neste sentido, continua o autor, traduzem-se como expressões dos sujeitos e da sua visão de mundo “a partir de um lugar e de um imaginário geográfico, porém em constante e recíproca relação com os processos sócio-culturais de simbolização” (2005, p. 12).

Para uma parte dos entrevistados o patrimônio edificado é belo esteticamente mas representa uma elite. É esta elite que deseja o patrimônio cultural edificado preservado, mas junto com os demais moradores, é perceptível como desejam conservar na verdade, a igreja que frequentam, desejam-na bonita e bem cuidada, porque ela integra o seu dia a dia, é uma espécie de extensão da casa, principalmente para os idosos.

Gosto muito da Igreja do Rosário...sempre à tarde quando tô fazendo nada vou fazer minhas oraçõezinhas no banquinho. Mas tem vezes que tô ali, rezo o meu terço e não chega nem uma pessoa. Sempre dia de quarta-feira eu vou rezar o terço de manhã com a minha amiga _____, do clube[da terceira idade]: eu, ela e a filha” (F, 86 anos, rua Sete de Setembro).

Mas o rio São Francisco é o geossímbolo que de fato fortalece e reforça a identidade dos moradores com o seu território. É ele o patrimônio cultural dos entrevistados. Tudo o que está associado ao rio é reconhecido por eles. Nos quadros de permanências e mudanças, mostramos como a relação do ribeirão acompanha a vida e a agonia do rio e através dele se

São Francisco, Nosso Pai

(Sr. Toinho Pescador)

Há 25 anos atrás, este rio era assim
Passarinhos cantavam alegres
Não tinha veneno aqui
Também não existiam barragens
Ra bom viver assim
O rio era festejado com bandos de paturis.

Tem um ditado antigo
Do poeta pescador:
*Quando canafistula floresce
É sinal que o rio repontou.*
Por isso nascia alegria
Para todos os morador.

Em começo de outubro
O rio começa altear
Com suas águas barrentas
Que é o adubo natural
Produzindo camarões e peixes
Para os pescadores pescar.

Enchendo as grandes várzeas
Era lindo apreciar
Cupins, formigas, grilos, ratos
Nas águas começam a boiar
Tornando-se alimento
Para os peixes engordar.

Neste grande equilíbrio
Quem ganhava era a população
Tanto dos peixes e das aves
Como de nós cidadãos
Porque não precisava adubos
Pra fazer a plantação.

Covo para pegar peixe
Também para pegar camarão
Outros já faziam rede
Com grande satisfação
Porque eles tinham certeza
De irem buscar o pão.

Hoje a coisa já mudou
Do melhor para o ruim
Quem são os culpados disto
Já deu para refletir
Quando por causa do medo
Deixamos acontecer assim.

Fecharam quase todas as várzeas
Barragens foi por demais
Acabou-se a produção dos peixes
Já se foram os animais
Agrotóxicos matam os passarinhos
Saúde não existe mais.

(...)

reinventa. Neste processo de entrega completa ao lugar, a ligação do homem à Terra mostra-se possível graças às relações cotidianas estabelecidas. Relações que se constroem de forma regular, repetitiva e com larga previsibilidade, conferindo a estabilidade e a segurança necessárias para o estabelecimento dos vínculos territoriais, de onde é possível para o homem sonhar, projetar, ter na sua relação com a Terra, o suporte da sua vida afetiva. Ao mesmo tempo em que na leitura dos entrevistados, a paisagem desencadeia sentimentos topofílicos e topofóbicos, ela resulta em uma interpretação até certo ponto banalizada e naturalizada dos conflitos decorrentes da patrimonialização e nos convida a refletir sobre a impossibilidade de uma postura neutra diante dos processos de invisibilização em curso.

4.2 'Invisibilizações' na Paisagem-Patrimonializada: entre o que se exprime e o que se encobre

As paisagens começaram a ser abordadas pelos geógrafos culturais após a década de 1970, como uma forma de ver o mundo, uma maneira de olhar, que rompeu com uma suposta neutralidade predominante na leitura das paisagens materiais e revelou discursos pós-colonialistas impregnados de relações de poder e de modos dominantes de ver o mundo.

Longe de ser um campo neutro, a paisagem é simultaneamente parte integrante e reflexo do processo de reprodução social, portanto, constrói-se em um imbricado jogo de forças e símbolos que sugestionam o pensar e agir humanos, e tem nas cidades o palco privilegiado das observações desta dinâmica que não poupa nem os sítios históricos tombados. Segundo Gandy (2004, p. 85),

A paisagem urbana não é apenas um palimpsesto de estruturas materiais. É também o lugar onde se sobrepõem, de maneira singular e complexa, várias perspectivas e diversos símbolos culturais que não podem mais ser rebaixados à categoria de simples determinantes estruturais.

A paisagem é, então, produtora de discursos e é em função da maneira como são construídos e pensados que podemos compreender melhor o seu papel na constituição de processos sociais e culturais. Para Souza (2013, p. 48-49) “o fato de ser uma forma, uma aparência, significa que é saudável ‘desconfiar’ da paisagem. É conveniente sempre buscar interpretá-la ou decodificá-la à luz das relações entre forma e conteúdo, aparência e essência”. Estariam na paisagem as chances para se desvendar as conexões com as estruturas, processos históricos e esquemas subjetivos por meio da sua inserção em um debate mais amplo sobre a sociedade e a cultura.

Mesmo na valorização da paisagem em sua dimensão estética, ela foi marcada por sua ambiguidade difundida pelos pintores ingleses nos séculos XVI e XVII. Na interpretação de Cosgrove (1984), neste período a pintura privilegiou o cenário de uma natureza campestre, apreendido e imortalizado a partir do olhar do

espectador/observador/pintor, ressaltando um olhar culturalmente situado que repercutiu em uma expressão tanto cultural quanto historicamente percebida da paisagem. Isto teria permitido a sua adjetivação e reconhecimento como bela, sublime, monótona, despojada ou qualquer outro qualificativo.

Neste período, a veiculação de uma consciência elitista europeia partiu de uma construção fundada e expressa em pressupostos políticos, morais e sociais devidamente aceitos e definidores de um gosto específico. Foi um período que retratou através das representações artísticas e literárias, o mundo visível como cenário captado por espectadores específicos, pois demandava “sensibilidade particular, uma forma de experimentar e expressar sentimentos sobre o mundo exterior, natural e humano” (COSGROVE, 1984, p. 09).

Mas não se tratava de fazer um simples registro. Ao decidir pela representação do mundo visível, não se escolhe um cenário qualquer para fazê-lo, mas aquele cuidadosamente selecionado para fins específicos que irão de forma direta contribuir para manter, preservar e difundir a identidade de um ou de alguns grupos sociais. Portanto, trata-se da revelação de uma relação desigual que reflete quem de fato consegue comunicar e o que comunica, uma vez que o registro e a interpretação das paisagens contribuem para a construção e difusão de impressões sobre determinado lugar ou território, expondo simultaneamente recursos e belezas, fragilidades e vulnerabilidades.

Neste aspecto, tanto Cosgrove (1984) quanto Berdoulay (2012) evocam a paisagem em sua dimensão ideológica e como contribuições necessárias para fundamentar reflexões e análises na atualidade. Segundo Cosgrove (1984, p. 15) o viés ideológico da paisagem “representa a forma na qual certas classes de pessoas atribuem significados a si próprios e ao seu mundo através das suas relações imaginárias com a natureza, e através da qual tem destacado e comunicado o seu papel social e o de outros a respeito da natureza exterior”. Berdoulay (2012), por sua vez, busca pelo desenvolvimento do conceito de “referentes ideológicos”, identificar as atitudes subjetivas que se refletem na paisagem. Para ele, a paisagem deve ser interrogada buscando descobrir como os valores, ideias e representações disponíveis na cultura destes grupos os guiam na sua conduta em situações específicas. Para

tanto, ele afirma que o sentido das práticas se apoia nestes referentes e varia em função do contexto da ação.

Em ambos os casos, reconhecer que indivíduos e grupos sociais não são apenas sujeitos passivos, de hábitos fortemente condicionados e valores absorvidos inconscientemente, significa avançar no reconhecimento de uma heterogeneidade e instabilidade destes grupos nos quais se encontram, mesmo que aparentemente adormecidas, as capacidades de iniciativa e de engajamento mobilizadoras do agir. Neste sentido, a paisagem não surge espontaneamente das mentes das pessoas e dos grupos sociais; concebê-la desta forma, é reconhecer a inexistência de causalidade e admitir ser possível a sua leitura e compreensão em um ambiente esvaziado de significações, ou seja, “fora do contexto de um verdadeiro mundo histórico composto de relações humanas produtivas, e daquelas entre as pessoas e o mundo que habitam para subsistir” (COSGROVE, 1984, p. 02).

Neste sub-capítulo, as relações socioespaciais com a paisagem serão discutidos à luz dos silenciamentos e invisibilizações contidos no processo de indigência inseridos nos discursos sobre/na paisagem. Segundo Silva (2015, p. 112) “[...] dentre as múltiplas formas de silenciamento e de invisibilidade do sujeito, talvez, as que menos provocam interesse de pesquisa, sejam aquelas consequentes da indigência”. O autor aborda a indigência como processo que não se restringe à carência material e ausência de salubridade nas condições de vida das pessoas, pois atrelaria a indigência apenas à dimensão do trabalho e do capital; ele também evita tratá-la exclusivamente como uma alienação exacerbada da ordem social e histórica do mundo no qual o indigente seria “um ser que ‘coexiste’ em dimensões paralelas à realidade instituída, um espectro” (2015, p. 113). Para ele, a indigência é um processo mais amplo e complexo e compreende,

[...] uma prática de abandono premeditada, por vezes, estratégica – não apenas em seus aspectos de hiperexclusão econômica, isto é, da alienação social do bônus e do ônus econômico, por meio de um “tire-o da frente para que haja *laissez-passer...*”, muito secundário aqui. A indigência consiste, especialmente, em um afastamento existencial da participação do mundo e do outro, quando nem sob a tolerância permite-se alguma aproximação; nem a possibilidade de uma tolerância aí, exerceria algum tipo de *diálogo no limite?* [...] não há tolerância ou intolerância nos processos de indigência – há, por assim dizer, uma indiferença, uma falta de interesse pelo outro (SILVA, 2015, p. 124).

Na condição de indigentes, as pessoas são privadas das possibilidades sociais, vistas cada vez mais distantes das possibilidades de inclusão, pois “[...] quando entrevisto, presença indesejável; por ser um ente desconsiderado, quase fantasma no cotidiano” (SILVA, 2015, p. 124). Uma etapa das intervenções urbanas voltadas para a reabilitação do núcleo comercial de Penedo pode ser interpretada por esta abordagem conceitual na medida em que, como veremos, alguns moradores assistiram impotentes à demolição dos imóveis que habitavam no sítio tombado, para atender as demandas de fluidez do tráfego, conforme previsto no projeto de requalificação urbana da zona comercial e do Largo de São Gonçalo. Devemos esclarecer que esta área é onde está localizado o Camartelo, referido no sub-capítulo anterior.

Assim, a “limpeza” na paisagem devido à remoção dos agentes e das práticas tidas como “indesejáveis” ou “enfeadoras” converteram aqueles indivíduos em não-sujeitos no processo patrimonializador. O não-sujeito é compreendido por Silva (2015, p. 122) como,

[...] uma contradição ou negação do sujeito constituído em seu caráter funcional (...) torna-se um não-sujeito quando sua presença caótica é vista como similar à ordem caótica dos lugares de arquitetura abandonada, *topos* onde a paisagem predominante é apresentada como detrito, lixo etc. - e o que ele tem a dizer sobre tudo isso? Os modos de subjetivação nem o definem bem nem o ‘formatam’ eficientemente [...].

Por esta razão, Souza (2013) nos chama a atenção para a necessidade de verificarmos como a paisagem condiciona a falta de sensibilidade humana e a maneira como somos socializados. O autor faz uma analogia entre a capacidade da paisagem em exercer uma espécie de persuasão e naturalização de um processo auto-segregador que gera, na nossa opinião o comprometimento da alteridade, e as mensagens subliminares veiculadas nas campanhas publicitárias pois, “[...] uma paisagem, ao impregnar continuamente os nossos sentidos, ‘sugeriria’ certos conteúdos com relação, digamos, ao que é ‘normal’ (e ‘familiar’, ‘belo’, ‘seguro’...) e ao que não o é (sendo, portanto, ‘anormal’, ‘estranho’, ‘feio’, ‘perigoso’...)” (SOUZA,

2013, p. 57-58). Assim procedendo, as sutilezas das mensagens subliminares interferirão nas nossas maneiras de socialização podendo fazer com que a indigência ocorra através de “[...] práticas discursivas de opacidade do sujeito que não se interessam em apreendê-lo em definitivo, mas deixá-lo em ‘suspensão’, no limítrofe entre existência e inexistência[...]” (SILVA, 2015, p. 124).

Neste sentido, destacamos uma ação prevista no projeto de requalificação urbana da área mencionada, que consta no escopo das ações do PAC2. É provável que esta tenha sido a ação de maior impacto visual bem como uma das mais polêmicas já realizadas no âmbito do processo patrimonializado em Penedo. Trazemos a descrição da ação como consta no documento Requalificação Urbana da Área Comercial e do Largo de São Gonçalo-Penedo/AL (diagnóstico/ prognóstico):

Descrição - O trânsito se dá em ruas de paralelepípedos sem definição de faixas de rolagem ou estacionamento. Mão em ambos os sentidos, (Figura 88).

Diagnósticos - Saída do centro comercial para a orla do rio pela Tv. Batista Acioly, beco muito estreito ao lado da Igreja de São Gonçalo ou pela rua São Miguel onde o acesso a orla também se faz por um beco sem calçadas disputado por pessoas, motos e veículos em ambos os sentidos. O fechamento de um trecho da Avenida Duque de Caxias, deixando como mão dupla à frente da saída das balsas, criou dificuldades para veículos e pedestres que transitam naquela artéria ou embarcam e desembarcam das balsas.

Prognósticos - Será aberto, com a demolição de algumas residências (Figuras 89 e 90), uma rua ligando a rua São Miguel à orla do Rio São Francisco. Haverá definição dos

Requalificação Urbana da Área Comercial e Largo de São Gonçalo- Penedo/AL (Diagnóstico/Prognóstico)

Figura 88 - Beco estreito e sem calçadas



Fonte: PAC2/PMP, s/d.

Figura 89 - Demolição do casario existente



Figura 90 - Imóveis a serem demolidos



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.
Autora: Daniella Pereira.

sentidos das vias, bem como as áreas de estacionamentos para veículos e motos. O trecho da Avenida Duque de Caxias será alargado possibilitando a definição do fluxo de veículos.

Segundo Cardoso (2007) a reabilitação urbana significa a realização de operações em espaços desabitados com o intuito de atribuir-lhes novas funções. Notamos, entretanto, a inadequação conceitual na medida em que analisamos nas Figuras 89 e 90 que algumas das ruas integrantes da área do projeto espraiam-se para áreas residenciais ocupadas por uma população de baixa renda no perímetro tombado em escala municipal e estadual, não mais no recorte federal. Alguns destes imóveis abrigavam famílias que viviam segundo uma lógica de moradia compartilhada, por vezes subdividida internamente e conhecida popularmente como 'quartinhos' onde amontoam-se famílias carentes. Como consequência das obras, estes moradores estão sendo desalojados dos imóveis alugados, para que uma posterior demolição venha atender as demandas do projeto.

É como um filme que se repete sem qualquer inovação ou criatividade, sem mudar o roteiro ou o *modus operandi* pelo menos desde princípios do século XX, portanto, bem antes da intrincada relação entre governos, bancos, agências multilaterais e empresariado que marcam os projetos de planejamento urbano da atualidade. Temos a impressão de que a próxima citação foi extraída de uma crônica sobre a ação relatada há pouco, em Penedo. Desde princípios do século XX, a prática invisibilizadora já evidenciava as perdas decorrentes do processo de urbanização, neste caso, no centro do Recife em Sette (1985), citado por Gomes (2007, p. 112), “[...] deixar-se ia de ver [...] os hábitos de seus moradores, a gente desse cenário típico do bairro primitivo que iria, então, viver em outro ambiente e se adaptar a novos moldes quotidianos e utilitários da sua existência”.

No caso de Penedo, os proprietários foram indenizados, mas os seus inquilinos foram literalmente 'invisibilizados'. Abaixo transcrevemos uma fala da SEINFRO ocorrida durante uma reunião do FUNPATRI a pretexto de esclarecimento dos membros do conselho sobre o andamento das obras e, em meio aos informes sobre embutimento de fiação elétrica, telefônica também surge a questão das demolições,

(...) fica faltando ali aonde a gente vai demolir aquelas casas...o primeiro trecho já foi indenizado. Falta só aquela parte que é um dono só, daqueles quatinhos todos e já foi conversado com ele... aquele vai pra justiça mesmo. Em outro trecho o juiz já deu emissão de posse. Sobre um terreno na frente... Ele [morador] queria ficar mas é preciso desapropriar aquilo ali e não houve um entendimento de preço então vai discutir na justiça. (SEINFRO).

O fenômeno decorrente da patrimonialização adquiriu aqui contornos desterritorializadores na medida em que, segundo Haesbaert (2007, p. 68), a desterritorialização “antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão socioespacial”. Segundo o autor, cada momento histórico e cada contexto produz os seus agentes básicos de desterritorialização tendo como principal agente responsável pela desterritorialização, o sistema econômico altamente concentrador, que desencadeia o processo de ‘exclusão’, ou melhor, de precarização socioespacial.

Naquilo que Silva (2015) concebe como formas de indigência contemporâneas, estes ‘invisibilizados’ da patrimonialização seriam ‘enquadrados’ nos *processos de indigência excludentes* tomando como pressuposto os discursos alusivos às representações dos trabalhadores produtivos *ideais* e assim seriam,

[...] as pessoas que não se enquadram ao estereótipo ideal do sujeito produtor: com efeito, são assinaladas discursivamente em categorias discriminatórias de idade, aparência, compleição, etnia, grau de instrução (entre grau de formação acadêmica) e ausência de letramento, tipos de produção, poder econômico, entre outros exemplos (SILVA, 2015, p. 123).

As diversas formas de relações com o patrimônio denunciam quão distintos ou até opostos são os valores que regem a intencionalidade das medidas preservacionistas quando confrontadas com as das populações do sítio tombado, especialmente em uma realidade caracterizada pela desigualdade socioeconômica, ineficiência política e fragmentação dos vínculos culturais.

Situações como a acima descrita, convivem com um passado excessivamente presente, desencadeando reações que vão da nostalgia ao ódio ao patrimônio tombado e/ou a quem o representa, pois, a preservação faz com que o “poder infernal das raízes anulem a vida presente, destituindo-a de seus encantos” (JEUDY,

2005, p. 15). Segundo Le Goff “o passado só é rejeitado quando a inovação é considerada inevitável e socialmente desejável” (2012, p. 212).

O receio dos agentes fiscalizadores reside em perder o controle sobre a população, que deseja inovar, modernizar os seus imóveis, torná-los mais confortáveis. Isso implica na sobreposição do direito individual de propriedade à função social do patrimônio, que é a de manter e vivificar o valor nacional definido pelo Estado e assegurado pela legislação brasileira. O valor nacional cristalizou-se na estética da arquitetura colonial e eclética e originou um dos mais sérios conflitos existentes entre os ocupantes do sítio tombado e os agentes da fiscalização. De acordo com Rabello (2009, p. 45-46):

O exercício do direito de propriedade, isto é, o exercício do domínio, consubstancia-se basicamente na apropriação da coisa através de seu uso, na obtenção de seus frutos e *no poder de dela dispor*. Tais faculdades, contudo, são exercitadas nos limites da lei, de modo que o exercício do domínio não se contraponha a outros valores, não econômicos. Estes últimos são inapropriáveis e decorrem do interesse coletivo. Os valores e interesses coletivos, de diversas ordens – higiene, saúde, segurança, cultura e outros -, são o objeto das restrições e limitações administrativas, tuteladas pela administração pública através do seu poder de polícia administrativa (grifo nosso).

Obras sem projeto são uma das principais preocupações dos fiscais do IPHAN “(...) o que mais preocupa a gente não é nem que a pessoa execute uma obra, [...] a pessoa quer melhorar a casa, tudo bem. Mas o que preocupa é quando o dano tá configurado [...]. Uma fachada foi descaracterizada em uma semana. Isso preocupa bastante a gente”, (IPHAN). Recai basicamente sobre o IPHAN e não tanto sobre a prefeitura, muito menos sobre o Estado, o receio e a raiva da população no quesito fiscalização. Isso não se deve apenas ao fato do IPHAN ser a única instituição fiscalizadora que, de fato dispõe de carro, funcionário e poder de polícia, mas porque a própria comunidade está dentro da prefeitura e o governo do estado está muito longe. A participação da comunidade nas ações da prefeitura resulta por vezes em tentativas e tratativas de ‘conhecidos’ no sentido de amenizar ou flexibilizar a rigidez da aplicação dos dispositivos legais, confiando nas relações sociais travadas em outros espaços e situações de interação e socialização, que são acionados nos

momentos certos, colocando por vezes os fiscais de postura da prefeitura em situações constrangedoras.

Apesar da maior predisposição ao diálogo e da maior flexibilização demonstrados pelo IPHAN e reconhecido por alguns entrevistados, ainda assim tem-se indícios de que o receio que, de fato, acomete o IPHAN durante as reformas clandestinas, tem se restringido à preocupação em garantir a conservação do valor histórico-documental e estético do bem cultural para fins mercadológicos do que propriamente com a moradia ou o bem-estar da população.

No esteio dos valores atribuídos ao patrimônio, destacamos a utilidade do seu valor histórico, que engendra um processo de reflexividade na medida em que atribui ao bem a condição de portador de valores, de conhecimento. Mais importante que conservar, no intuito de manter os traços da idade ou evitar a ação destruidora da natureza, é “conservar um documento, o mais autêntico possível, para uma futura atividade de restituição histórico-artística” (RIEGL, 2014, p. 56).

Deste modo, a conservação para fins histórico-artísticos também se presta para a cooptação do bem cultural pelo viés mercadológico. Na medida em que o patrimônio é introduzido no mercado, são necessárias a criação de alternativas para a sua auto-sustentabilidade, como vimos no sub-capítulo 3.2, através da geração de atratividade do seu valor estético. Tal escolha resulta em mais uma estratégia de “invisibilização” uma vez que a paisagem patrimonializada encobre situações e problemas que precisam ser encarados de frente por todos os envolvidos na gestão do patrimônio cultural.

Imóveis em ruínas

Figura 91 - Imóvel em ruínas na rua São Francisco (julho/2014)



Autor: Marcos Campos, 2014.

Figura 92 - Mesmo imóvel em ruínas (abril/2016)

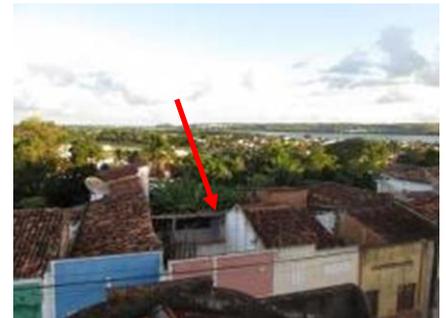


Figura 93 - Imóvel em ruínas sem qualquer estrutura de escoramento



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Autora: Daniella Pereira.

Pudemos fazer registros de algumas situações precárias que colocam em risco a vida dos transeuntes e mostra o descaso dos órgãos fiscalizadores na adoção de medidas definitivas para os imóveis nas condições apresentadas, apesar do surgimento recente do SICG, do IPHAN. Observamos nas Figuras 91 e 92 que o desabamento do imóvel ocorrido em julho/2014 na qual apenas a fachada ficou de pé, continua sem solução passados dois anos. Nem o proprietário nem os órgãos de cultura se responsabilizam, entretanto, mantém-se a aparência de uniformidade na paisagem. Aparência que substitui a essência, a paisagem patrimonializada do casario ao se exprimir para o morador e para o visitante como paisagem intacta, “invisibilizou” as condições precárias e modernizadoras existentes (Figura 93).

No caso da precariedade de alguns imóveis, a responsabilidade recai sobre os proprietários e órgãos fiscalizadores, haja vista que é possível que alguns dos proprietários, seja pela impossibilidade financeira de recuperar estes imóveis, seja por não mais residirem no município e, portanto, não monitorarem o próprio bem, ou, pelas dificuldades dos órgãos de cultura em assegurar a manutenção do patrimônio cultural, o fato é que eles estão literalmente tombando. O Art. 19. Do Decreto-Lei nº 25/37 prevê que

O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

Com base no disposto neste artigo questionamos: podemos supor que todos os proprietários de imóveis tombados estão cientes da existência deste Decreto-lei? Quantos estão devidamente familiarizados com ele? Será que tentaram pedir a intervenção do IPHAN para evitar o desabamento? Se o IPHAN e a PMP estivessem executando a contento o monitoramento devido, estes e outros imóveis em condições semelhantes no sítio tombado de Penedo teriam vindo abaixo? E quanto às multas, elas estão sendo aplicadas?

Não temos respostas para estas perguntas mas entendemos que elas reforçam, sem dúvida, o argumento patrimonializador de que os bens culturais

precisam criar alternativas de auto-sustentabilidade para evitar o extremo do desabamento e, os imóveis desocupados devem ser devidamente incentivados a atraírem investidores, seja para comprá-los ou para alugá-los, visando garantir a expansão dos pequenos negócios do turismo, galerias de arte, restaurantes e bares, pousadas, lojas de artesanato. Desta forma, a lógica do ‘quanto pior melhor’ atenderia a especulação imobiliária pois favoreceria a aquisição dos imóveis ou terrenos com imóveis em ruínas a preços inferiores aos praticados no mercado, valendo-se das condições de abandono e desinteresse demonstrados pelos donos destes imóveis. Para estes, um ‘problema’ resolvido.

Outra interface relacionada à manutenção do imóvel, diz respeito à realização de reformas com ou sem a autorização do IPHAN, que também “invisibilizam” as transformações modernizadoras empreendidas internamente, pois mantêm-se encobertas pela fachada colonial ou eclética. Uma entrevistada narra as reformas que fez em uma residência de sua propriedade no sítio tombado e que se encontra alugada.

(...) a casa eu reformei dentro dos padrões do IPHAN com recursos próprios. Então eu fiz cozinha, banheiro, fiz tudo novinho, não mexi no piso até porque eu acho muito bonito, não mexi na estrutura das paredes, não mexi também nas portas, mandei lixar, passar a máquina, mas deixei tudo como era, tudo original. Só fiz colocar umas pedras na cozinha, no banheiro uns azulejos, mas na parte da sala de jantar eu não mexi em nada. Já tinha um forro de gesso, eu só mandei restaurar o restante e ajetei o telhado todo [...] mas não mexi na estrutura dela nada. É tanto que do lado, ela tem uma janela grande, uma pequena, uma média, que ela já era assim. Eu só pinteí e restaurei. Inclusive a grade que tinha na porta, eu queria mandar fazer outra igualzinha, porque ela tá feia. ‘Não [o IPHAN não deixou], porque vai tirar a originalidade’ (...). (F, 61 anos, Pça. Mal. Deodoro).

Segundo Duncan (2004, p. 100) “[...] pra compreender a natureza relacional do mundo precisamos ‘completá-lo’ com muito do que é invisível para ler os subtextos que estão por baixo do texto visível”. Para o autor, tanto o tempo quanto a perspectiva do intérprete, operam uma constante modificação dos significados desses textos e subtextos. A compreensão integral do significado do texto passaria pela necessidade de “preconceber o todo do qual o texto é uma parte” (2004, p. 100).

A patrimonialização não pressupõe a leitura da paisagem como texto, menos ainda como um todo coerente. Ao fundar-se na lógica da ressignificação dos lugares, ela os converte em *lócus* de realização do consumo turístico por meio do consumo visual da paisagem colonial e eclética e da aglomeração dos demais ‘atrativos’, serviços e equipamentos turísticos em um determinado e restrito espaço, no qual a paisagem como texto torna-se dispensável, conservando-se basicamente o seu teor estético. Luchiari (2005, p. 100) ao citar Ulpiano de Meneses (1999), destaca que tal conflito é tributário do turismo,

[...] devido a sua responsabilidade pela atual transformação do valor cultural em valor de mercado, uma vez que se propõe à fruição apenas visual dos lugares, eliminando o sentido cotidiano de cultura, juntamente aos significados e simbologias que representam aquilo que pertence ao universo maior e mais profundo do habitante.

Apesar disso, no ‘balanço geral’ esta estratégia da patrimonialização é bem-vinda tanto pelos empresários/autônomos quanto pelos moradores entrevistados. Um empresário entrevistado citou a estratégia patrimonializadora na Alemanha como um exemplo a ser seguido no Brasil, pois reúne o incentivo ao turismo, o incentivo à habitação e adequação à moradia e a valorização estética da paisagem medieval:

(...)Quem mora em casas medievais lá, não paga um centavo de imposto. E outra coisa, as fachadas são medievais. Na parte interna você faz o que quiser. Todo mundo é moderno. Agora a fachada é medieval e encanta os turistas. Mas tem incentivo. O governo gasta dinheiro pra ajudar a preservar e não cobra nada (...). (M, 49 anos, dono de hotel).

O endosso de alguns entrevistados também aponta para o apoio à patrimonialização devido ao seu valor estético,

(...) assim...que eles [IPHAN] continuassem a restaurar mais, principalmente essas casas aí...tem tanta fechada...tem tanta casa bonita por dentro. Às vezes fica morando as pessoas da rua, fica atacando o povo...tem um doido que mora em uma que fica jogando pedra. Eu mesma, se eu pudesse ter uma conversa assim com o IPHAN, pra fazer mais do que eles estão fazendo, era procurar os donos...restaure as casas...entre num acordo porque quanto mais a cidade tratada, bonita, limpa, mais chama atenção, n/é? (...). (F, 65 anos, rua Jonas Batinga).

(...) é onde chega aquela parte onde a gente vai se sentir orgulhoso, de ter aquilo restaurado, né? De uma forma que vai agradar a nós, penedenses e aos turistas (...). (F, 61 anos, Pça. Mal. Deodoro).

Este apoio se fortalece na medida em que os índices elevados de desemprego no município conduzem a população em direção às possibilidades mais palpáveis posto que já estão sendo implementadas; já que o distrito industrial prometido pelo atual prefeito de Penedo, não atraiu uma indústria sequer até o presente momento.

Hoje aqui em Penedo não tem esse emprego, n/é? E muita gente sobrevive do comércio, das usinas que tem aqui. Ainda bem que tem essas duas usinas, n/é? Tem a Paísa e a Marituba, n/é? Se não existisse essas duas, Penedo tava afundado, porque o comércio...como ia funcionar? (M, 48 anos, artesão).

(...) não tem emprego pra ninguém (...) a gente vive da feira mas o pessoal fala que mais pra frente vai acabar a feira, que só vai ser sexta e sábado, é um projeto que tá vindo por aí, n/é? (M, 47 anos, feirante).

(...) porque a cidade histórica atrai turista, atrai trabalho, você vê que tem o mercado de artesanato ali embaixo que se os turistas não vêm passear... (...) porque a maioria é tudo desempregado, a prefeitura, agora, a última vez você sabe que colocou um monte de gente pra rua, que tá tudo desempregado também. (F, 54 anos, rua João Pessoa).

Eu vi o apogeu, vivi as épocas dos clubes, de lazer, de grandes circos que vinham pra Penedo porque o povo tinha renda, tinha dinheiro pra frequentar as coisas. Hoje, se você tivesse nessa casa aqui 8 pessoas, você corria o risco de fazer a entrevista e só quem era empregada era eu ou o pai, porque você não tem onde empregar os jovens. Ela [a filha] tá se organizando pra abrir uma lojinha e em 1 semana nós tivemos mais de 100 currículos! Desemprego altíssimo! Aí você pergunta: do que é que vive o povo de Penedo? Não sei. Acho que é funcionário público porque transferência de renda eu não considero isso desenvolvimento. (F, 63 anos, rua Barão do Rio Branco).

A patrimonialização se aproveita das condições de fragilidade locais para viabilizar-se como alternativa salvadora, verdadeiras panaceias em meio ao caos de décadas de ausência de projetos desenvolvimentistas. Cria esperanças em um cenário de vida desestruturada e desmobilizada, carente de oportunidades e renovação na crença de que, se Penedo foi um dia, poderá voltar a ser de novo, “[...] eu sempre digo que Penedo parou no tempo e no espaço. Penedo é uma cidade que já teve, que já foi, que já era. Ela tanto parou quanto regrediu. Ela tinha desenvolvimento porque antes a gente tinha um porto [...]”, (F, 63 anos, rua Barão do

Rio Branco). O porto fluvial, foi o principal empreendimento que possibilitou o desenvolvimento da cidade. As perspectivas das pessoas do lugar deixam entrever como “os relatos locais são constituídos dentro de um sistema de significação, conectados a outros elementos dentro do sistema cultural produzido dentro de uma ordem social” (DUNCAN, 2004, p. 108).

A paisagem expressa a disparidade entre o município que foi e aquele que é, revelando um contexto de decadência. Destacamos para ilustrar, um relato emblemático de uma conversa travada entre um entrevistado e um casal pertencente à influente família Peixoto. Este casal em particular não vive em Penedo,

(...)_____, rapaz essa cidade é uma coisa muito triste porque, tem um lado aqui em cima que me fez lembrar daquelas cidades históricas europeias como Cintra, a parte da prefeitura e tal, mas quando desce, parece que eu cheguei no rio Gângis na Índia, que tá aquele povo tudo maltrapilho...subiu a ladeira tá em Cintra aí desceu a ladeira tá na Índia, aquela sujeira, aquela bagunça’. Eu não me esqueço essa colocação muito exata que ela deu pra cidade de Penedo. E a gente precisa se livrar do Gângis. (Grifo nosso, M, 49 anos, dono de hotel).

A paisagem do modo como foi relatada, fundada nas disparidades socioeconômicas, apresenta um município que une extremos. Mais interessante do que a leitura da interlocutora que não reside no município, foram as palavras do entrevistado que permitiram entrever de que maneira se livraria do Gângis, “invisibilizando” os ‘problemas’ que enfeiam a paisagem. O relato apresentou, enfim, a leitura de um grupo dominante que nas palavras de Cosgrove (1998, p. 104), expressa “sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura”.

Em sua dimensão textual, a paisagem também reúne elementos que funcionam eficientemente como transmissores de tradições através de meios orais, visuais e escritos, devidamente controlados pelos governantes (DUNCAN, 2004) já que se encontram em espaço público, mas também são veiculados pelas classes e entidades historicamente dominantes, revelando comportamentos e costumes do passado e/ou do presente.

Neste sentido a paisagem do sítio tombado exprime algumas peculiaridades que apenas os mais atentos detectarão, embora não passem apenas de peculiaridades, tendo em vista o que já foi dito anteriormente sobre a importância de se preconceber o todo, sem o qual aquele elemento em destaque será apenas um fragmento textual.

Em Penedo é comum encontrar na fachada dos imóveis algumas siglas que são “atestados” de propriedade dos imóveis ou da sua consagração. Em ambos os casos, a igreja católica foi a principal beneficiada de imóveis deixados por famílias sem herdeiros ou em agradecimento por graças alcançadas e mostra a forte presença do catolicismo no cotidiano da família penedense residente no sítio tombado. A figura 94 demonstra essa identificação através das iniciais N.S.R em ferro, que se refere à padroeira de Penedo, Nossa Senhora do Rosário. Já a Figura 95, que apresenta as siglas SCM na sua fachada, identifica não apenas a posse da propriedade, mas atualmente condição socioeconômica de quem ali reside. Esta entidade detém 34 imóveis no sítio tombado para fins de aluguel a preços módicos para famílias de baixa renda. Imóveis, muitas vezes, em estado de deterioração e precariedade.

Por vezes esta condição gera desconfortos na vizinhança, tendo em vista o convívio entre classes sociais díspares e em ruas de casario imponente. Uma entrevistada que reside em um imóvel da SCM fez o seguinte relato: “(...) é cada um na sua casa e eu na minha (...). A única casa que eu entro, que eu tenho mais

Signos na Paisagem- Patrimonializada

Figura 94 - Consagração a Nossa Senhora do Rosário (Padroeira de Penedo)



Figura 95 – SCM – Santa Casa de Misericórdia



Figura 96 - SSS - Irmandade do Santíssimo Sacramento



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.
Autora: Daniella Pereira

amizade é a da _____. Porque também eles vêm aqui, a gente conversa e tudo (...)", (F, 54 anos, rua João Pessoa).

No caso dos imóveis com as inscrições SSS (Figura 96), significa que pertencem à Irmandade do Santíssimo Sacramento. Estas irmandades do Santíssimo Sacramento foram fundadas por leigos no Brasil, fizeram parte do projeto colonial português e surgiram no século XVII. De acordo com Assis (1993, p. 56), tinham um caráter elitista e faziam parte "apenas os membros mais prestigiosos de uma localidade perdendo somente nessa característica para as Ordens terceiras e as Misericórdias". Era comum que estas irmandades erigissem as primeiras igrejas ou capelas que dariam origem à futura igreja matriz das freguesias (ASSIS, 1993).

Esta paisagem patrimonializada criou signos que eternizaram o catolicismo e a sua influência na sociedade penedense. Duncan (2004, p. 106) salienta que "a paisagem é um dos elementos centrais num sistema cultural, pois, como um conjunto ordenado de objetos, um texto, age como um sistema de criação de signos através do qual um sistema social é transmitido e reproduzido, experimentado e explorado".

Percebemos no decurso das nossas entrevistas que a religião continua como um traço firme na definição das identidades territoriais no sítio tombado. Os evangélicos parecem ser tolerados como vizinhos, 'ilhados' em meio à sociedade predominantemente católica, pois ao perguntar onde residia um determinado morador para a realização da entrevista para este trabalho, uma conhecida sua retrucou "Ah...o crente?" E apontou o imóvel. Parecia deixar claro a existência de

Signos na Paisagem-Patrimonializada

Figura 97 - Busto do ex-prefeito Raimundo Marinho



Figura 98 - Busto do Comendador Manoel da Silva Peixoto



Figura 99 - Busto do Presidente Mal. Floriano Peixoto



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira.

uma barreira que possivelmente os separa de uma relação de amizade mais estreita.

Andar por Penedo é também deparar-se a todo o momento com personagens e ícones do civismo e do poderio econômico e político locais (Figuras 97, 98 e 99). Segundo Luchiari (2005, p. 96), “a paisagem é uma herança que pode ou não ser preservada, ela também pode ser deliberadamente construída para tornar-se simbólica”.

Figura 100 - Obelisco comemorativo ao centenário da Independência do Brasil



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Autora: Daniella Pereira.

O obelisco (Figura 100) homenageia um feito cívico, o centenário da independência do Brasil. A sua localização na Praça Frei Camilo Lélis está no trajeto do desfile cívico do Sete de Setembro. Esforços conjugados que perenizam, na memória do penedense, o momento em que o país se tornou uma nação, trazendo consigo o valor nacional e, por sua vez, corporifica este valor na sua condição de patrimônio histórico e artístico nacional que, como já dissemos, é supostamente motivo de orgulho e prestígio.

Como já mencionado, as ruas tiveram os seus nomes substituídos por ‘personalidades’ militares, religiosas, vinculados à política e à economia. Em alguns casos, além das placas que as identificam, bustos foram cuidadosamente colocados como ‘reforço’ à ‘homenagem’ prestada. São signos que se exprimem na paisagem e

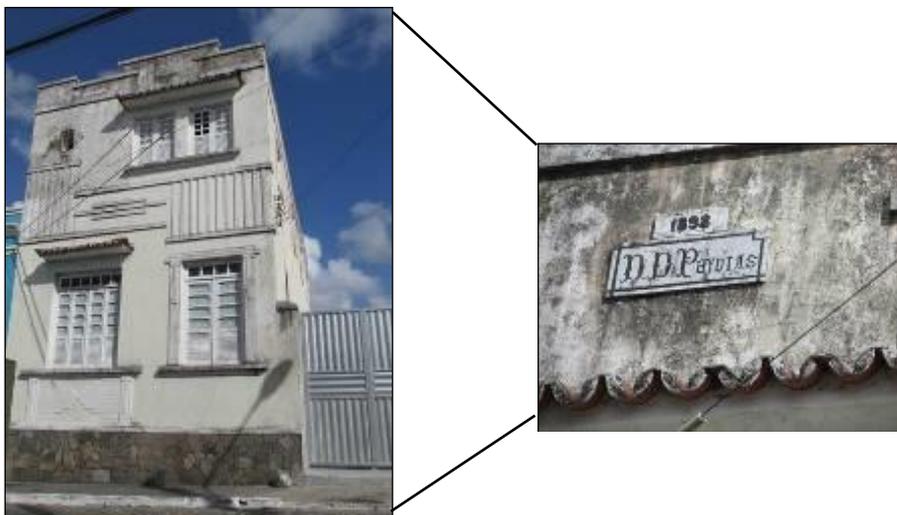
veiculam “histórias carregadas de moral sobre elas mesmas, sobre as relações sociais dentro de sua comunidade e sobre suas relações com a ordem divina” (DUNCAN, 2004, p. 112). Naturalmente que as ‘personalidades’ e entidades que puderam se exprimir foram aquelas que concentraram e ainda concentram poder e influência. Através destes signos é que podemos ler as estruturas, em termos de “ordem, hierarquias, funções, regulações de sociedades de classe mas também, de idealizações, pois estas podem estar ainda mais vivas e presentes, do que as expressões mais materiais em si” (FRÉMONT, 1980, p. 38). Neste sentido, para o autor, a paisagem funciona como um espaço-regulação.

Assim sendo, retomamos a Figura 97 que apresenta o busto do ex-prefeito Raimundo Marinho, localizado em frente à faculdade particular por ele criada na Praça Jácome Calheiros. Em frente ao supermercado Ki-Barato localizado na orla, está o busto do Comendador Manoel da Silva Peixoto que dá nome à rua lateral na qual se encontra (Figura 98) o industrial que alavancou a economia penedense em seus tempos áureos. O inusitado consiste na retirada da placa que o identifica e homenageia, podendo significar que, ou ela tem algum valor econômico de revenda ou, o ‘vândalo’ não se sente representado no homenageado. Finalmente, o busto do ex-presidente da república, Mal. Floriano Peixoto (Figura 99) foi instalado na av. de mesmo nome e em frente à Igreja de São Gonçalo Garcia. Ali acaba passando despercebido pois fica sempre rodeado por motocicletas e comércio informal já que está encravado na área de intenso comércio e movimentação do município. Mesmo assim, o fato de ter sido fixado exatamente ali já constitui uma intencionalidade, assim como o fato dos três bustos estarem estrategicamente colocados em locais de grande circulação de pessoas.

Mas a paisagem também expressa temporalidades, modos de vida, ofícios e pessoas que se distinguiram por uma técnica, um saber, um fazer. A paisagem do sítio tombado de Penedo nos possibilita ao menos despertar essa curiosidade. Destacamos na Figura (101) um dos sobrados mais antigos de Penedo que expressa em sua fachada o ano da sua fundação (1898) e também, traz as iniciais e o sobrenome do mestre santeiro Dioclécio Phydias, que deu início à Escola de Santeiros de Penedo inspirada muito provavelmente por iniciativa dos frades franciscanos que moravam no convento de Nossa Senhora dos Anjos. Atualmente a Escola de Santeiros

de Penedo está em sua quinta geração, com Claudionor Higino (Patrimônio Vivo do Estado de Alagoas), Timaia, George, entre outros.

Figura 101 - Sobrado onde viveu o mestre Santeiro Dioclécio Phydias



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira.

Na Figura (102) seguinte, destacamos a importância dos trabalhos manuais para a sociedade daquela época, que possibilitou o surgimento de uma escola que ofertasse ensinamentos de corte-costura.

Figura 102 - Placa de antiga Escola de Ofícios Manuais



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira.

Esta placa tem valor histórico e memorial, pois a escola e os valores por ela difundidos, representativos de uma determinada sociedade, não existem mais devido ao gradual ingresso das mulheres no mercado de trabalho.

Finalmente, gostaríamos de destacar que a paisagem de um sítio tombado, como dissemos anteriormente, expressa movimentos, é dinâmica. A Figura 103 retrata outra pintura de Tadeu dos Bonecos em um tronco de árvore, trazendo um pouco de contemporaneidade a um conjunto arquitetônico do século XIX, confrontando a arquitetura elitista colonial às artes plásticas de livre curso imaginativo. Para o artista plástico, o sítio tombado é espaço de expressão, não de invisibilidade. Ele é, ao contrário, espaço de interação do homem com o meio, da sociedade com a natureza, da fruição livre das ideias e da ação. Ao pintar os troncos das árvores Tadeu também envia uma mensagem através das cores vibrantes, dos corpos e elementos retratados, expressando o desejo de que a população de Penedo vibre junto com ele. As cores recomendadas pelo IPHAN para as pinturas das casas são, segundo o artista, opacas e as compara à “[...] pintura morta, [mas] a gente não tá no velório pra ver aquela pintura morta”.

Figura 103 - Visibilidade na praça Barão de Penedo



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Autora: Daniella Pereira.

Não é apenas o Tadeu que considera que as cores dão vida ao sítio histórico de quase 400 anos. Muitos dos nossos entrevistados pensam como ele. Quanto mais

cor, mais novo e atraente se tornará o sítio tombado de Penedo. Embora os motivos não sejam os mesmos, os fins coincidirão dentro dos propósitos almejados pela patrimonialização, pois, percebe-se que há uma sintonia que aponta para o seguinte “[...] apenas o novo e íntegro é belo [...] aquilo que está velho, fragmentado, descolorido é feio” (RIEGL, 2014, p. 71).

Isto posto, a patrimonialização processa-se, também, com e pelas invisibilidades; daquilo que se encobre ou daquilo que realmente se exprime. Tudo o que é silenciado resulta em perda; o que é indigenciado é indiferente. Estas invisibilizações são estratégias desterritorializadoras, como veremos a seguir, e buscam capturar as especificidades do lugar e tornar os territórios do patrimônio lisos ao invés de estriados, padronizados no lugar de heterogêneos, universais no lugar de locais, com o único propósito de transformá-los em mercadoria turística e assim, justificar os investimentos na cenarização (LUCHIARI, 2005).



DES(RE) CONSIDERAÇÕES



5 DES-RE-CONSIDERAÇÕES: A PATRIMONIALIZAÇÃO COMO PROCESSO DES-RE-TERRITORIALIZADOR

O fato das questões inerentes ao patrimônio cultural estarem alheias ao amplo debate com a sociedade, sugere a inexistência de uma cumplicidade social e é provável que ela seja decorrente da expectativa em torno da nossa identificação enquanto nação que tem um passado comum, confirmado pelo conjunto de bens culturais existentes em uma paisagem patrimonializada. Percebê-las como sinônimo de notoriedade seria obrigação de todos, como atitude inescapável e cívica pois “preservá-lo, restaurá-lo, difundi-lo, [pois] são a base mais secreta da simulação social que nos mantém juntos” (CANCLINI, 2013, p. 160).

O território patrimonializado foi concebido para ser usado via potencialização dos seus recursos numa imbricada e ampla rede de relações, inclusive externas ao município. O processo de patrimonialização “espera” que o território passe a ser visto como um verdadeiro palco de oportunidades, ressaltando o valor econômico que passa a adquirir. Na medida em que o Estado concebeu o valor nacional vinculado à construção de uma identidade nacional; Penedo, por sua vez, tem buscado de forma concreta traduzir este valor nacional em valor econômico e ampliar as possibilidades de ganhos decorrentes da atividade turística.

As intervenções territoriais urbanas desencadeadas pela lógica do desenvolvimento capitalista, tem resultado na criação de lugares ideais para a concretização de uma economia de mercado em que os valores estéticos e a competitividade figuram como características fundamentais. Para Luchiari (2005, p. 95), “o patrimônio arquitetônico tornou-se, hoje, cenário revestido de valores mercadológicos, descompromissados com o passado e com o lugar - tendência global que reflete a mundialização das relações, dos valores e das manifestações culturais”.

Esta conversão desencadeou não um processo de relacionamento com o espaço, baseado no consumo de objetos que se esgotam em si, mas um processo de ressignificação, aparentemente sutil, que passou ao largo de uma possível ruptura com os códigos e símbolos utilizados para se interpretar o mundo. Ao contrário, utilizando-se dos vínculos preexistentes com o território, o capitalismo encarregou-

se de estabelecer novas conexões por meio de uma nova lógica de relacionamento com o território fundada na economia. Assim, ao percebermos o uso da cultura como bem incorporado ao mercado e crescentemente utilizada como principal estratégia nos projetos de reabilitação urbana é que concordamos com Araújo e Almeida (2007, p. 212) ao afirmarem que “a patrimonialização surge como uma forma de permanência”.

Patrimonialização fundada numa refuncionalização da paisagem histórica urbana que pode alcançar a escala planetária, impulsionada pela chancela de Patrimônio Cultural da Humanidade atribuída pela UNESCO; nacional, no escopo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, reconhecido pelo IPHAN; estaduais e municipais, através dos seus respectivos órgãos de cultura. O que está em jogo, independente da escala, é a configuração de uma tese fundada numa lógica de apropriação do território patrimonializado muito impulsionada pelo turismo internacional, nacional, regional ou local.

Entretanto, quando as cidades-patrimônio firmam convênios com agências financiadoras internacionais como o BID e o Banco Mundial, começam a pavimentar um modelo padronizado de penetração do capital sobre o território patrimonializado visando, basicamente, o visitante em detrimento do habitante. Já o receituário da gestão patrimonial também segue nessa mesma lógica, pois desconsidera as singularidades culturais e as necessidades imediatas das pessoas nascidas ou enraizadas em Penedo, fazendo com que “culturas e espaços urbanos distintos se homogeneízem ante a “criação de cenários para turistas” perdendo, muitas vezes, as características singulares mantenedoras da memória da cultura local” (ARAÚJO; ALMEIDA, 2007, p. 212).

Desta feita, buscamos retomar alguns elementos próprios da natureza da patrimonialização, para que seja possível avançarmos na compreensão da sua vinculação aos processos de des-re-territorialização a que nos propomos desenvolver como uma abordagem geográfica ao universo patrimonializador.

Portanto, entender os aspectos reveladores de um processo de des-re-territorialização, entendido por Haesbaert (2007) como a criação e o desaparecimento de territórios, tendo por base a patrimonialização de cidades históricas ancora-se nas abordagens conceituais acerca do território e da

territorialização enquanto processo dele indissociável, para compreendermos a sua inserção no contexto dos processos globalizantes e, reconhecermos a patrimonialização como agente des-re-territorializadora.

As vertentes adotadas para uma melhor compreensão do território nesta tese partiram primordialmente das reflexões propostas por Haesbaert (2009; 2005) e se desmembraram por meio de conceitos, princípios e interpretações tendo sempre o sentido de território forjado a partir das relações de poder, que permite compreendê-lo considerando o seu aspecto funcional associado à dominação, implicando em posse e propriedade, portanto, enfatizando a materialidade, a mercadificação e o seu valor de troca; mas, por outro lado, também incorpora um enfoque simbólico associado à apropriação, evidenciando as dimensões do vivido, o seu valor de uso.

Ao situá-lo em perspectivas distintas embora complementares, Haesbaert (2007) revela o caráter multidimensional do território. O território deve ser analisado como produto da historicidade humana e entendido com referência às relações sociais e as relações de poder que lhes são inerentes e que enfatizam a dimensão política do território, notadamente quando ligadas ao Estado-nação e à sua associação aos interesses econômicos. Sob uma vertente simbólico-cultural, assiste-se a uma revalorização da dimensão local, em seus fluxos e movimentos, deslocando a abordagem utilitarista e reforçando o valor simbólico. Esta condição permite compreender o território em sua perspectiva relacional, e aponta para uma interpretação mais voltada ao desenraizamento, à instabilidade e à porosidade de limites e/ou fronteiras.

A perspectiva relacional demanda uma análise do território tomando como base uma visão processual que, no entanto, não está dissociada do fato de ser ele mesmo resultado do próprio território construído (REIS, 2005). Portanto, o território deve ser entendido simultaneamente como recurso e suporte de processos sociais, uma vez que “assume materialidades, cognições e dispositivos relacionais que têm espessura e duração: há uma *secularização* dos processos e do tempo que lhes corresponde” (REIS, 2005, p. 09). Neste contexto, os territórios evidenciam sob a abordagem relacional, a sua condição de “matrizes” produtoras de interações contínuas capazes de estruturar não só a sua dinâmica interna como também a sua interação com a dimensão externa.

Ao destacarmos o seu caráter histórico, relacional e processual e a sua dimensão fundada nas relações de poder, estamos reconhecendo que os conflitos se estruturam nas lutas e disputas travadas em ambientes socialmente construídos. Por esta razão é que o território se converte em espaços prechos de indeterminação e *locus* de embates políticos que se contrapõem à lógica de um espaço racionalizado. O território então se inscreve em um ambiente de conflitualidade que acarreta um “processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e/ou as superações das classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios” (FERNANDES, 2013, p. 174).

A abordagem do território mediada pelas condicionantes políticas do espaço tem em Souza (2000, p. 79) um dos seus principais pensadores, na medida em que concebe o território “como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. O autor, entretanto, não desconsidera o papel dos recursos naturais ou dos laços afetivos e identitários construídos entre os grupos sociais e o seu espaço, mas entende tais concepções como insuficientes e desprovidas da necessária reflexão fundada nos conflitos “e contradições sociais que reconhecem no território seu principal instrumento de exercício do poder” (SOUZA, 2000, p.79).

Ao citar Arendt (1985), Souza (2000, p. 80) descortina o entendimento de poder que subsidia a sua reflexão sobre o território, “[...] o ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em unísono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido [...]”.

O território então, consolida-se como expressão e produto de uma série de interações entre os atores e “é também um elemento crucial da matriz de relações que define a morfologia do poder nas sociedades contemporâneas” (REIS, 2005, p. 08).

Momentos como estes denunciam a existência de um processo histórico de seletividade na “atribuição de valores às formas e às práticas culturais que engendram intervenções, decisões e escolhas balizadas por um projeto político que a estrutura social de cada tempo constrói” (LUCHIARI, 2005, p. 96). E são os grupos sociais dominantes que assumem a dianteira do processo e definem quais bens

culturais serão reconhecidos como patrimônio tombado, garantindo então o seu direito de perenidade na paisagem.

Destarte, a escolha dos bens culturais patrimonializados também é socialmente seletiva quando realizada pelo olhar de quem os valoriza ou despreza. Tem-se então uma conduta reveladora das territorialidades humanas, e a sua presença ou ausência são significativas para a compreensão da estrutura social que se reproduz nas formas (re) valorizadas, (LUCHIARI, 2005).

Para ilustrarmos, retomamos o momento no qual a seleção dos bens contemplados com recursos do PAC2 em Penedo se deu a partir de uma reunião com a presença exclusiva de pessoas convidadas, como já mencionamos neste trabalho. Após a escolha dos bens contemplados, o IPHAN foi informado das deliberações em Penedo, sugerindo que se manteve ausente nesta etapa, mas menciona que um dos critérios adotados naquela ocasião e verbalizados pela prefeitura para a seleção dos espaços foi a funcionalidade, ou seja, a sua propensão ao uso turístico.

Primeiro a prefeitura lançou as ideias e ouviram mais o que a população também acha e o que a prefeitura imagina que seja funcional para a cidade. Eles lançaram a ideia pra gente do IPHAN [...] eles lançaram umas 20 ideias e dessas ideias foram selecionadas algumas, que são as que estão sendo executadas porque não existia recursos pra tudo. (Grifo nosso, IPHAN).

Na verdade, o que se propõe para o território patrimonializado de Penedo é uma refuncionalização na qual se entende que “esses novos valores, ao refletirem a sociedade contemporânea, imprimem nas formas uma renovação das ideologias e dos universos simbólicos” (LUCHIARI, 2005, p. 97). O propósito de um ‘centro de convenções a céu aberto’ clarifica os novos sentidos que se pretende imprimir ao patrimônio, ao mesmo tempo em que chama a atenção para o que Jeudy (2005) preconizou como uma possibilidade real de perda do seu valor simbólico, face à sua utilização como mercadoria.

Recorremos à Arendt (1993, p. 212) para quem o poder se reveste de potencial de ação, na medida em que ele só é “efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam [...] quando as palavras não são empregadas para velar intenções mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para

criar relações e novas realidades”. A revelação das realidades incorpora a tradução dos discursos, a veiculação de intencionalidades que, associadas aos atos, projetam novas realidades concretizadas via projetos de reabilitação urbana no sítio tombado.

Brandão (2007) chama a atenção para a banalização das ‘questões territoriais’ quando percebidas como impulsionadoras de um suposto desenvolvimento apenas possível a partir da territorialização das intervenções públicas. Para ele, é nesta suposta função redentora que,

[...]Propugnam-se receitas genéricas, descurando, por exemplo, das especificidades de um contexto de país subdesenvolvido, continental, periférico e com uma formação histórica da escala local bastante peculiar. Lança-se mão de repertórios de boas práticas bem catalogadas, fruto de um esforço de pesquisa de criação de inventários de experiências de desenvolvimento territorial. (BRANDÃO, 2007, p. 12).

Assim, trazemos o conceito de destradicionalização concebido por Fortuna (1997), como fundamental à argumentação do papel que joga a patrimonialização no município de Penedo. Ele tem como pressuposto a consideração, tanto da tradição quanto da inovação, sob uma perspectiva relativizadora, implicando numa seleção de elementos do passado com elementos do futuro, no intuito de se construir um presente admissível. Uma atitude que no âmbito dos programas de reabilitação urbana de ‘centro históricos’, tem frequentemente resultado em “um verdadeiro pesadelo”, na opinião de Guattari (1987, p. 115), pois segundo ele “[...] é como se tivesse plastificado os prédios”.

De acordo com Fortuna (1997, p. 231), a destradicionalização não se realiza de forma absoluta. Ela é concebida a partir de uma combinação de elementos “potencialmente antitradicionalistas na tradição, [...] e não modernizantes na inovação”. Ele observa, mediante as imprevisibilidades pelas quais passam as cidades, que a situação ideal para quem vive em áreas preservadas seria o acolhimento do primeiro e o rechaço do segundo, revelando uma forte inclinação “à rejeição do que é tradicionalista na tradição do que à captação daquilo que é modernizante na inovação” (1997, p.231), porque de acordo com Le Goff “o passado só é rejeitado quando a inovação é considerada inevitável e socialmente desejável” (2012, p. 212).

Neste sentido, a noção de destradicionalização se constrói enquanto “um balanço positivo favorável aos traços inovadores que a tradição pode conter e que, em numerosas circunstâncias, se traduz numa espécie de paradoxal conservação inovadora do elemento tradicional” (LE GOFF, 2012, p. 231-232). A recomposição da imagem identitária de Penedo não está dissociada do seu reconhecimento enquanto patrimônio histórico e artístico nacional. O seu arranjo de tombamento multiescalar, busca projetar o município para fora, numa inserção em dimensão nacional.

Uma desejada projeção nestas proporções vem acompanhada de imagens das cidades que não serão, nem uniformes e nem consensuais, pois o tempo se encarregará de operar transformações nas sociedades e também nas cidades, promovendo um contínuo movimento de reconfiguração identitária.

A identidade da cidade precisa então ser primeiramente forjada localmente, para em seguida, ser reconhecida pelo público externo e finalmente, perenizar-se. De acordo com Fortuna (1997, p. 233), a imagem pública da cidade

[...] é crescentemente uma imagem compósita em que aos critérios geográficos e de localização ou ao seu perfil produtivo e funcional, se juntam agora qualidades e valores abstratos, apreciações estéticas, recursos e capitais simbólicos, nem por isso menos eficazes na definição da sua condição.

A destradicionalização está sujeita a antigos valores, significados e ações e a uma nova lógica interpretativa e intervencionista, posto que, quando impulsionada pela patrimonialização, passa a ser movida por uma necessidade de revalorização dos seus recursos atuais e potenciais, de modo a promover através das políticas públicas “o ajuste do patrimônio sintonizado com as necessidades da reprodução da cidade”, (grifo da autora, SCIFONI, 2015, p. 210). Deste modo, o patrimônio deixaria de ser um obstáculo à produção da cidade como negócio e passaria a ser visto como necessidade e condição do processo de valorização territorial.

Os projetos de reabilitação urbana têm partido do pressuposto de que o território é definido exclusivamente em associação à ideia de domínio ou de gestão de uma área específica (ANDRADE, 2004). Por este viés, ele assume uma conotação passiva e associada a um receptáculo de ações, como se fosse um espaço liso, desprovido de relações sociais conflitantes. Mas, a concepção de desterritorialização

dos territórios existentes, e o seu estiramento em espaços lisos, livres dos constrangimentos das subjetividades (GUATTARI, 1987) revela-se como necessária para o êxito dos projetos de reabilitação urbana que são, em seu sentido amplo, o êxito da política de patrimonialização. Para este autor, “o espaço funciona como uma referência extrínseca em relação aos objetos que ele contém. Ao passo que o território funciona em uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita” (GUATTARI, 1987, p. 110).

O alisamento dos territórios seria consequência de um processo de inversão “da relação circunscrição urbana/equipamentos coletivos” (GUATTARI, 1987, p.111). Isso significa que os equipamentos coletivos, a exemplo dos restauros de edificações que atenderão às necessidades dos esperados fluxos turísticos decorrentes dos eventos técnico-científicos em Penedo, servem mais para fabricar espaço e tornar liso o território pois é assim que ele conseguirá se comunicar universalmente. Ele passará a compartilhar de códigos que o permitirão integrar-se a uma rede de fluxos nas quais as cidades-patrimônio funcionarão, até certo ponto, uma em contato e interação com a outra. A segmentação turística com base no turismo cultural alude ao propósito de refuncionalização destas cidades-patrimônio.

As singularidades são como arestas a serem aparadas. São envidados esforços no intuito de “recalcar completamente os territórios individuais, desencantar as relações urbanas” (GUATTARI, 1987, p. 111). E assim, em casos de cidades que vivem de maneira intensa a atividade turística, percebe-se como consequência do processo de valorização dos ‘centros históricos’, a crescente semelhança entre si, de tal forma que “os turistas e empresas multinacionais nelas se sentem em casa” (CHOAY, 2005, p. 227).

As reflexões apresentadas nos conduzem ao reconhecimento de que os conflitos decorrentes da patrimonialização e do receituário que a acompanha, circunscrevem-se em movimentos promotores da des-re-territorialização. Para Haesbaert (2005a), o território e a territorialização devem ser examinados pela multiplicidade das suas manifestações, que implicam também no reconhecimento da multiplicidade de poderes incorporados/emanados pelos agentes e sujeitos envolvidos. Neste contexto, o autor propõe que o território e a territorialização sejam abordados “enquanto *continuum* dentro de um processo de dominação e/ou

apropriação” (p. 6776). Bonnemaïson (2002) corrobora com esta concepção de território quando reconhece que ele se constrói, ao mesmo tempo, como um sistema, enquanto função social que se organiza e se hierarquiza para atender às necessidades e funções do grupo, e também através da sua função simbólica, porque representa valores que comandam uma visão de mundo.

Haesbaert (2005a), destaca que a lógica do desenvolvimento capitalista tem feito com que os interesses político-econômicos estejam sufocando os interesses simbólico-culturais nas disputas territoriais. Nesses embates, alguns grupos sociais vão se fragilizando na medida em que assistem ao início do processo de desterritorialização, resultante de um gradual esfacelamento dos nexos históricos que ligam o indivíduo ou grupo social ao seu espaço de referência, principal promotor da territorialização.

A desterritorialização é um movimento contínuo que sempre existiu na história humana. Ainda no processo colonizador, os indígenas se viram numa condição de desterritorialização forçada, como no caso de Penedo, quando tiveram que migrar para o interior da Capitania de Pernambuco em uma fuga desesperada para garantir a própria sobrevivência, como vimos no capítulo 1. A novidade é que, embora conceitualmente seja uma abordagem recente, reflete um movimento histórico normalmente associado à exclusão, à expropriação e/ou ao estranhamento dos territórios, demonstrando que enquanto processo, ele estará sempre se (re)fazendo em um ciclo calcado na finalização e no recomeço.

Buscamos abordar este movimento expropriador e de estranhamento de maneira diferenciada, defendendo que a patrimonialização desencadeia um processo des-re-territorializador fundado na i-mobilidade da população envolvida no perímetro tombado de Penedo. Partimos do pressuposto de que a patrimonialização atua como agente desencadeador do alisamento do território, tendo como principal objetivo a criação das condições ideais para, no caso de Penedo, posicionar o município no mercado turístico de forte concorrência entre as cidades-patrimônio.

Por outro lado, reconhecemos que a busca pela melhoria da qualidade de vida da população é uma busca dos governos e dela própria, e assim concordamos com Canclini (1994, p. 95) quando afirma que “a urbanização, a mercantilização, a indústria cultural e o turismo não são, necessariamente, os inimigos do patrimônio”.

É preciso compreender estes fatos como formas de expressão da sociedade do nosso tempo, sendo esta a maneira pela qual, hoje, tendemos a valorizar o patrimônio cultural e a perceber o processo de patrimonialização.

A des-re-territorialização no processo de patrimonialização, conforme aprendemos, ocorre pela ausência de mobilidade espacial, portanto não se funda na perda efetiva do território em sua concretude. De acordo com HAESBAERT (2009, p. 251) é possível que haja a desterritorialização de grupos sociais “sem deslocamento físico, sem níveis de mobilidade espacial pronunciados, bastando para isto que vivenciem uma precarização de suas condições básicas de vida e/ou a negação da sua expressão simbólico-cultural”. Esse autor também observa que a mobilidade não significa necessariamente desterritorialização, da mesma forma que a imobilidade não significa, obrigatoriamente, territorialização.

A imobilidade, portanto, não significa paralisia no ritmo de vida. Para alguns moradores e trabalhadores do sítio tombado, permanecer naquela área é fruto de uma escolha consciente, fundada em uma identidade territorial que remonta à uma dimensão histórica, hereditária e nostálgica. Segundo Haesbaert (1999, p. 180) “[...] a (re)construção imaginária da identidade envolve portanto uma escolha, entre múltiplos eventos e lugares do passado, daqueles capazes de fazer sentido na atualidade”. A “sutileza” do processo reterritorializador pela ação patrimonializadora reforça a capacidade de fazer ecoar junto aos que escolheram continuar ali, lugares de memória através da revitalização destes espaços. Por outro lado, há aqueles que de fato vivenciam uma condição precária de vida e para quem, sair dali, não é uma opção viável.

A desterritorialização em contexto de pouca ou nula mobilidade foi denominada por Haesbaert (2009) como desterritorialização *in situ*, consequência de dois principais motivos: i) de uma territorialização que possibilite uma integração ao fluxo das conexões globais, sem o qual pode perder o controle sobre suas bases territoriais de reprodução e referência; ii) de um aumento dos processos de exclusão socioespacial, excluindo cada vez mais as pessoas dos benefícios do sistema econômico.

Entendemos ser possível compreender a desterritorialização *in situ* sob outra perspectiva: aquela na qual a ação patrimonializadora encoraja a i-mobilidade

espacial da população envolvida, através dos projetos de reabilitação urbana, convertendo-os consciente ou inconscientemente em atores co-responsáveis pela criação e consolidação do território patrimonializado para o consumo turístico. Um intento aparentemente exequível pois se sustenta na criação de expectativas em torno de um território (re)funcionalizado para o turismo e que atenderá às necessidades dos empresários/trabalhadores/desempregados do município e também buscará atuar na dimensão simbólica estimulando novos processos de (re)apropriação dos espaços restaurados por meio da atribuição de novos usos ou a retomada daqueles previamente existentes.

Em síntese, tem-se em andamento em Penedo um processo desreterritorializador baseado na i-mobilidade, levada a cabo pelos agentes executores da patrimonialização, nominalmente o IPHAN, a Prefeitura Municipal de Penedo e o FUNPATRI⁴⁶, pois se processa em um gradual rompimento dos vínculos territoriais tecidos historicamente pelos moradores e trabalhadores com o bairro outrora denominado 'centro', mas que, no processo reterritorializador, converteu-se em 'centro histórico', fundado pela lógica da coisificação condizente com o apelo mercadológico que apenas a paisagem patrimonializada para o consumo turístico pode proporcionar.

A patrimonialização se faz tendo como pano de fundo a priorização da preservação em seu sentido estrito. Em seu movimento dialético a preservação existe pelo fato, em primeiro lugar, dos moradores/trabalhadores serem taxados como degradadores ou potencialmente degradadores. Uma afirmação que encontra acolhimento entre eles próprios pois de acordo com uma entrevistada *"Eu acho que se não houvesse o tombamento já tinham acabado com o que tinha de história"* (F, 63 anos, rua Barão do Rio Branco). Depoimentos como estes fortalecem o discurso preservacionista, que ganha legitimidade e cada vez mais adeptos.

⁴⁶ No caso do FUNPATRI, é visível o interesse de alguns membros em conduzir ações baseadas em vínculos afetivos pelo patrimônio material do sítio tombado, entretanto, não se pode deixar de reconhecer que defendem "um" tipo de patrimônio construído, não "o" patrimônio penedense, conforme discutido em capítulo anterior acerca dos valores identitários presentes na patrimonialização.

Outro elemento relevante fundamental no processo des-re-territorializador na i-mobilidade é que o êxito da preservação só é possível, ao contrário do que ocorre com as Unidades de Conservação dos recursos naturais, através da presença humana. Os imóveis precisam estar ocupados pois disso depende a sua manutenção estrutural e estética. Não importa a natureza do uso, se residencial ou comercial, o fato é que nenhum órgão de cultura no país, independente da escala político-administrativa, tem recursos suficientes garantir a manutenção das edificações por eles tombadas. Assim, alguns espaços em Penedo apenas sobreviveram devido ao uso, “(...) *O Círculo Operário também ele tem a capoeira, é um mote que fez com que aquele prédio não se acabasse. Foi o uso que fez com que aquela parte cultural não sumisse*”, (ex-arquiteta do Programa Monumenta/BID).

A desterritorialização na i-mobilidade é condição *sine qua non* para a viabilização mercadológica dos territórios patrimonializados. E é assim que a patrimonialização força o patrimônio cultural a exprimir-se como coisa em si mesmo.

A população do sítio tombado ganha visibilidade no processo reterritorializador porque são peças fundamentais à construção da imagem da paisagem patrimonializada para o consumo turístico. Conforme destacado anteriormente, é de sua competência legal manter o imóvel conservado. Este ato passou por um processo de resignificação, para poder converter-se em estratégia reterritorializadora para esta população. Por exemplo, culturalmente, manter o imóvel pintado e limpo, já era um hábito da população, enraizado localmente. Décadas antes do tombamento, mais precisamente até meados da década de 1960, eram nestas ruas por onde circulava a elite local. Manter as casas em bom estado de conservação significava também enviar uma mensagem explícita para toda a cidade de que ali não se passava por dificuldades financeiras.

Atualmente, a proximidade do final do ano continua a renovar o hábito de parcela dos moradores em recrutar profissionais para pintarem as fachadas dos imóveis e assim, ao renovar a pintura, renovam-se também os votos com o ano vindouro. Naturalmente que a liberação do 13º salário também contribui para a ocorrência destas pequenas obras neste período. A resignificação deste hábito se vê envolto numa trama orquestrada de valorização da beleza estética do casario, uma

beleza, diga-se de passagem, universalmente aceita e em sintonia com os objetivos da patrimonialização dos lugares.

Neste caso, o processo reterritorializador se manifesta sutilmente para moradores e trabalhadores por meio das vantagens de estarem localizados em um sítio tombado, na medida em que apenas os ‘privilegiados’ podem usufruir de um convênio firmado entre eles, a prefeitura e uma conhecida indústria de tintas nacional. É preciso manter o casario pintado, limpo, portanto, belo, para gerar interesse e atratividade para a visitação turística. Segundo Canclini (1994, p. 104) “os bens simbólicos são valorados na medida em que sua apropriação privada permite torná-los signos de distinção”.

Este convênio possibilitou uma valorização da imagem da prefeitura junto aos eleitores, ao mesmo tempo em que gerou um efeito-diferenciação por não ter contemplado nenhum outro bairro do município, trazendo também vantagens através da redução dos custos com a manutenção do imóvel, o que aponta para a desigualdade socioeconômica no sítio tombado⁴⁷ e evitou desgastes com os órgãos fiscalizadores, já que as tintas e as cores são as constantes do Manual do Morador do Centro Histórico, “(...) em termo de pintura das casas, você tem que pintar de acordo com o mapa que eles dão. Até eles disseram: “a gente dá a tinta e vocês pagam a mão de obra”, (F, 61 anos, Praça Frei Camilo Lélis).

Outra entrevistada reforça essa prática: “Tinha um prefeito aqui que ele dava a tinta. A cor do IPHAN, entendeu? ‘Que cor você quer? Tem essa, essa e essa’. Todo ano, perto do natal eu fazia e ficava tudo bonito” (F, 65 anos, Rua Jonas Batinga).

A patrimonialização enquanto processo des-re-territorializador baseado na imobilidade evidencia o jogo dos micropoderes estabelecidos nas relações sociais e mostra claramente como moradores/trabalhadores são manipuláveis. Segundo Foucault (2014, p. 20), o poder não se explica apenas pela sua função repressiva “[...] pois o seu objetivo básico não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades [...]”.

⁴⁷ Nem todos os moradores foram contemplados, apenas aqueles que desejaram integrar a parceria.

Como vimos no cap. 3.1, o tombamento do centro histórico de Penedo foi uma tentativa de garantir a manutenção do patrimônio cultural, representativo do período colonial e eclético de grupos dominantes no município. No entanto, o processo desterritorializador teve início de fato quando o tombamento definiu por meio do perímetro um território patrimonializado, pertencente então ao Governo do Estado de Alagoas, à Prefeitura Municipal de Penedo e ao IPHAN, uma área inicialmente dominada pelos moradores e pelos empresários/autônomos, resultando para estes em um processo de deslegitimação do controle e do uso do seu território, neste caso a perda da autonomia no tocante à propriedade do seu imóvel e dos seus bens culturais.

Os espaços de usufruto dos moradores, na medida em que começaram a ser tombados isoladamente e convertidos em monumentos nacionais, passaram a ser submetidos a uma legislação específica, acompanhada de várias obrigações, limitações ao uso, penalizações. Na sequência, estendeu-se para o conjunto dos casarios, ruas, praças, todos imbuídos do ‘valor nacional’ e do *status* de coisificação, portanto, apartado da vida das pessoas e da cidade. Destacaremos alguns artigos relativos ao tombamento de bens imóveis que, de acordo com o capítulo II do Decreto-lei nº25/37, servem para ilustrar como o tombamento impactou na perda de autonomia sobre a propriedade e a maneira como os seus dispositivos legais tornaram-se parâmetros para a população reconstruir os vínculos territoriais com o novo território patrimonializado.

Art. 12. A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Art. 13. O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

§ 1º No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.

[..]

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas,

pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa. (Vide Lei nº 6.292, de 1975)

§ 3º Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Art. 20. As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-los sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência. (Decreto-lei nº 25/37, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm)

Segundo tais medidas, os proprietários passam a ser regulados e ameaçados com punições caso não procedessem em conformidade com a legislação. Propriedade que deixa de ser bem de usufruto exclusivo do proprietário, para ser compartilhado por uma coletividade. A ressignificação dos valores também é um processo des-re-territorializador, sendo comuns a mudança dos valores históricos, nostálgicos, memoriais para os valores estéticos.

As limitações impostas ao uso dos imóveis estão na base de boa parte das queixas dos entrevistados, embora alguns já aceitem melhor a legislação ao qual estão submetidos. A casa deixa de ser apenas moradia, *locus* da intimidade familiar e território da individualidade. O estabelecimento comercial, por sua vez, se vê penalizado por não poder utilizar-se dos recursos publicitários ao seu bel prazer na busca por uma diferenciação visual mais atrativa junto à clientela. Ao estarem situados na área tombada, os imóveis passam a incorporar uma função social⁴⁸.

⁴⁸ Discussão realizada no capítulo 3.1 deste estudo.

Neste contexto, a autonomia absoluta mostra-se incompatível com a existência de um ‘Estado’ na condição de instância centralizadora de poder e apartado da sociedade, (SOUZA, 2000). Como reverso da moeda, tem-se um ganho em termos de processos de negociação mesmo que acompanhado de relações conflitantes.

Se eu pudesse mudar... _____ tá tentando tirar essas pedras e mudar as portas. Eu queria ter uma placa luminosa...mas eu me acostumei...o tamanho é esse tamanho, não pode ser outro...já me acostumei hoje em dia.... (F, 43 anos, dona de restaurante).

Quando o meu cliente diz: ‘eu quero ar-condicionado no restaurante’, tem que ter. Aí, pra botar o ar condicionado no restaurante Mario Aloísio disse que tinha que botar no chão da varanda⁴⁹. Eu disse: Mario Aloísio, o meu cliente não quer uma sauna na varanda. Ele quer um restaurante e quer a varanda! E aí o meu cliente resolve ir pro _____[empreendimento concorrente]. Meu cliente diz que quer uma garagem. Aqui não tem garagem. Ele vai pra Arapiraca que tá inaugurando o Hotel Ibis com uma baita de uma garagem. (...) Nós temos um galpão [área do antigo Cine São Francisco] que na escritura está escrito que pertence à gente e a gente não pode...O meu cliente, que é quem manda aqui tá dando ordem e eu tenho que dizer: ‘não posso lhe obedecer, porque Mario Aloísio não deixa’. (M, 49 anos, dono de hotel).

(...) teve algumas intransigências assim...já por causa da garagem, porque disseram que não podia e tinha que desmanchar, deixar como era antes. Eu disse: ‘ah não! Eu vou fazer o seguinte...’ porque aquele prédio onde é o Shopping Penedo é onde era o banco do Estado, então ele foi totalmente reformado. ‘Então vamos fazer o seguinte: quando vocês desmancharem lá, eu desmancho aqui. (F, 61 anos, Pça. Mal. Deodoro).

O discurso da patrimonialização mostra-se multifacetado, mais preocupado com os direitos do patrimônio cultural do que com os direitos dos que se esforçam para manter o casario de pé e devidamente conservado. Assim, propor o tombamento de um perímetro é, de fato, propor um novo território. A maneira encontrada para modificar essa realidade é “[...] tornar as práticas sociais historicamente estabelecidas, contraditórias em si mesmas pelo processo de ‘criminalização’ e do controle” (MARTINS; CLEPS JR., 2012, p. 151). Assim, se por um

⁴⁹ A recomendação para pôr o ar-condicionado no chão da varanda visa não comprometer a harmonia do conjunto paisagístico do sítio tombado, e obedece ao Decreto-lei nº 25/37 que diz no seu Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

lado o IPHAN é percebido pelo seu poder de polícia como órgão intimidador, punitivo e seletivamente perseguidor, no exercício da fiscalização:

(...) existe muitas barreiras, sabe? Que você tem que enfrentar, principalmente as pessoas menores, que tem menos privilégios, que eles [IPHAN]olham muito. Essas pessoas que tem poder, que consegue tudo...o pequeno não consegue. É mais massacrado. Porque quando em vim pra/qui, que tive que fazer a pousada, aí foi quando o IPHAN entrou. Aí ele foi e me colocou na parede: ou eu tiraria uma marquise que tinha, pro tempo de chuva, sol, ou derrubaria o que eu já tava construindo. Enquanto que outras pessoas, como _____, tirou porta, botou porta no prédio dele, e ficou tudo tranquilo. Porque? Porque ele tem poder. Mas eu tive que me sujeitar a tudo isso. Já ultimamente (...) não procurei o IPHAN, coloquei um toldo e tive um prejuízo enorme, que no dia seguinte ou eu tiraria ou a multa começaria a correr a partir daquela hora. Então não existe assim...diálogo. Enquanto que outras pessoas colocam toldo aí à 'tôrta' e à direita. Agora, não sei porque essa "perseguição". (F, 69 anos, dona de pousada).

Por outro lado, a percepção exposta neste depoimento não é necessariamente compartilhada por todos entrevistados. Segundo alguns deles, o IPHAN tem se mostrado um órgão reconhecidamente mais predisposto ao diálogo do que no começo da sua atuação em Penedo:

(...) os primeiros embates IPHAN-donos de casa em Penedo, sobre reforma, o IPHAN perdia. Porque a grande maioria da população ficou contra o IPHAN. Não havia uma conscientização. O IPHAN passou a ser chamado em Penedo de 'Infame'. 'Infame'!! E aí vem aquela outra parte da história que foi quando eu, essa casa aqui quando foi construída, essa parte era o salão de beleza de mamãe e quando ela fechou o salão essa porta do meio, foi feita uma meia parede e botou um janelão. Quando a minha esposa decidiu colocar a loja aí eu disse: "vamos tirar essa meia parede, o janelão, e colocar a terceira porta". Aí o IPHAN veio aqui intervir. Eu disse que essa construção era de 1970 e a original é essa aqui [mostrou uma fotografia antiga]. Ela tinha a terceira porta. O IPHAN imediatamente permitiu que fizesse a reforma. Então o IPHAN não é o cão, não é o diabo, nem o 'Infame'. Agora, sem a presença dele de forma austera em Penedo, já tava tudo modificado. (M, 56 anos, rua Fernandes de Barros).

O documento que nos foi disponibilizado pelo IPHAN intitulado "Imóveis com Processo em Penedo" sistematizou os processos abertos no período de 2007-2015, revelando a natureza dos pareceres de deferimento e não deferimento das solicitações. Neste documento a maior ênfase recai nos pedidos de reformas, feitos

pelos moradores e empresários do sítio tombado, bem como também traz informações relativas aos autos de infração e embargos. Devemos destacar que a maior parte dos pareceres foram favoráveis aos pedidos dos solicitantes, sugerindo que a crescente familiarização com as exigências da legislação é um elemento sinalizador da acomodação e recriação de vínculos territoriais apropriado à patrimonialização, ou seja, são os primeiros resultados da eficiência da reterritorialização na i-mobilidade.

Neste documento, está claro que o IPHAN tem sido mais maleável com relação aos pedidos de reforma e adequações, especialmente no quesito acessibilidade. Por outro lado, há um registro de parecer desfavorável a um pedido de colocação de gradil em portas e janelas como medida de segurança, dado o aumento da criminalidade no município. Este fato demonstra ainda a necessidade de repensar as demandas e contingências dos moradores no confronto com a legislação preservacionista, pois o mesmo pedido foi atendido quando manifestado pelo Conselho Tutelar, numa clara comprovação de que é a função que está condicionando a forma.

A maior parte das autuações refere-se basicamente a três ocorrências: pintura fora dos padrões exigidos pelo Manual do Morador do Centro Histórico, comunicação visual sem autorização do IPHAN e, principalmente, reformas sem autorização do IPHAN, sendo que algumas delas inclusive agravadas com atos de desacato. Pelo menos oito processos foram encaminhados à polícia federal.

O ato de criminalização, mas principalmente o de controle como processo desterritorializador, precisa vir acompanhado de um processo reterritorializador suavizado, conduzido pelos agentes implementadores da política patrimonializadora. Neste momento é que os arquitetos, sejam dos quadros dos órgãos de cultura em escala municipal, estadual ou federal, sejam os terceirizados pelos projetos como o Programa Monumenta/BID ou o PAC2, atuam de maneira entrosada na definição de uma estratégia polêmica de aproximação com a população, mas que aparentemente tem funcionado a contento.

A primeira delas consiste em evitar a pronta negação aos pedidos e solicitações formalizados pela população e, com isso, garantir não apenas o não acirramento dos ânimos, como 'provar' que a fiscalização não é apenas punitiva, mas

também informativa, buscando deixar claro para a população que o órgão também atua de forma 'parceira', que 'está ali para ajudar'(a quem?):

(...) Mas é a minha casa! E eu não posso ter um ar condicionado na minha casa!' Eu disse: 'pode'. Ele olhou pra mim com cada olho. 'Não, o IPHAN disse que eu não posso'. Eu digo: 'olhe, o IPHAN e qualquer órgão do patrimônio tá pra lhe ajudar a colocar o ar condicionado da melhor maneira possível. (ex- arquiteta do Programa Monumenta/BID).

A segunda estratégia é mais intimidadora pois requer alertá-lo para o seu papel enquanto co-responsável pelas 'coisas da cidade' e apela para o emocional da população. Isto significa que a realização de uma reforma sem a autorização dos órgãos competentes incorre em desrespeito à memória, podendo levar a uma crise de consciência dos indivíduos e o expõe de maneira constrangedora perante a vizinhança e a sociedade penedense na condição de despreocupado 'pelas coisas da cidade':

'O senhor sabe o que é uma lei de tombamento?' Aí ele disse: 'Sei, é uma lei que proíbe a gente de fazer tudo no sítio histórico'. Eu disse: 'Não, pelo contrário. É uma lei que é pra preservar a casa que sua mãe morou, aquela pracinha que você brincava quando tinha 3 anos'. (ex- arquiteta do Programa Monumenta/BID).

A terceira estratégia busca, através da educação patrimonial, sensibilizar a população para os ganhos decorrentes de um suposto incremento da atividade turística, colocando-a novamente numa posição de co-responsável pelo êxito desta empreitada, pois o turismo trará mais empregos e renda para o município: " 'Se o turismo vier, a senhora ganha também, todo mundo ganha'.... Aquela história de pensar coletivamente" (ex-Diretora do Pró-Memória).

No tocante à educação patrimonial como processo reterritorializador, devemos acrescentar outras dimensões nas quais ela tem sido utilizada como recurso na busca pelo êxito da patrimonialização e que consiste em um processo de reinterpretação e aceitação da população sobre o significado do patrimônio como recurso e não como vivência:

(...) Mas existe uma resistência, eu penso assim, da comunidade. De hábitos que precisam ser mudados, de uma consciência real do que significa o patrimônio, entendeu? Eu acho que precisa internalizar isso pra poder então desenvolver dentro de cada um essa consciência da importância da história pra cada cidadão. (FUNPATRI).

(...) se não houver educação patrimonial, essas 'rodas'[de diálogo] nunca serão de fato, pacíficas (...). Gente, a gente nunca vai conseguir o apoio da comunidade se a gente não começar um trabalho de educação patrimonial. (ex-diretora do Pró-Memória).

Com estas atitudes e com uma presença mais regular quase semanal do IPHAN no município, iniciada com a atuação efetiva do Monumenta, este órgão tem buscado atenuar a sua imagem, equilibrando a sua função punitiva a uma função mais esclarecedora junto à população, fortalecendo, portanto, o seu papel de 'parceiro' e avançando no intento reterritorializador desta população.

A desterritorialização funda-se ao longo de um processo de “expropriação de elementos de uma ‘geografia imaginária’ constituída historicamente” (MARTINS; CLEPS JR., 2012, p. 147). O processo desterritorializador ocorre tanto na dimensão simbólica “com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material – político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços/fronteiras econômico-políticas de integração” (HAESBAERT, 2000, p. 181). Em Penedo, um dos exemplos mais notórios diz respeito à mudança dos nomes das ruas, assunto que resgataremos para uma ilustrar o nosso ponto de vista.

A antiga rua do Cajueiro Grande tinha esse nome “*porque existia um cajueiro enorme lá no alto da Vista Alegre, como o pessoal chama, que é a Praça do Clementino hoje*” (FUNPATRI). Atualmente, chama-se av. Getúlio Vargas, devido à passagem do então presidente da república pela cidade de Penedo, onde foi recepcionado no Penedo Tênis Clube. A antiga Praça do Rosário que tinha esse nome devido à existência da igreja católica sob essa invocação, portanto, alusiva à forte presença da fé católica entre os habitantes, passou a se chamar praça Marechal Deodoro em homenagem ao ex-presidente da República alagoano. Um último exemplo, a rua da Laje, que também se chamava Ladeira do Peixe, nome que ainda não caiu em desuso e sobrevive graças à população mais antiga, atualmente é denominada de Nilo Peçanha.

O nome desta última rua mencionada ilustra uma manifestação no mínimo inadequada e lamentável por parte de um agente fiscalizador do IPHAN, por ocasião da reunião do FUNPATRI ao qual comparecemos e damos fé em julho/2015: ao discutir o ponto de pauta sobre a fixação de placas alusivas aos antigos nomes das ruas e logradouros públicos, somando-se ao nome atual, o representante do IPHAN interpelou os presentes afirmando que certamente os moradores da rua Nilo Peçanha (ex-presidente da república) iriam preferir dizer que residem numa rua com este nome a admitir residência na Ladeira do Peixe (local de referência dos moradores para compra do pescado na área da feira livre). Sobre este assunto,

Nós vamos voltar os nomes antigos de diversas ruas. Essa rua aqui toda vida foi Rua da Penha, porque essa igreja aí de São Benedito era de N. Sra. Da Penha. Houve uma complicação: São Benedito era do convento, mas os frades alemães não gostavam de preto etc e tal...essa história vem de longe, entendeu? E aí por uma coisa que aconteceu, eles retiraram o São Benedito e o colocaram aqui na Igreja da Penha. Quem chama Penha são os mais antigos, os mais novos já conhecem por São Benedito. (FUNPATRI).

A retomada dos nomes antigos das ruas é um dos projetos que o FUNPATRI pretende implementar em prol da valorização da memória penedense. Entretanto, embora revestida de uma certa coerência e compreensíveis valores memoriais, em verdade mostra-se como uma estratégia de valorização do território patrimonializado, no intuito de incutir no sítio tombado aquilo que Guattari (1987, p. 113) chamou de “reestriagem capitalística do espaço” e a definiu como “a recuperação de antigos signos, de antigas máquinas parciais de subjetivação, para fazê-las trabalhar a serviço da reestriagem, da redução da subjetividade capitalística”.

Esta ação favorecerá a criação de uma imagem de Penedo enquanto cidade-patrimônio que valoriza o seu passado e a sua memória. Uma afirmação inclusive reconhecida no âmbito do FUNPATRI devido à pouca ou nenhuma identificação da juventude com alguns nomes antigos atribuídos aos monumentos, conforme deixa claro o último depoimento. Certamente, com as ruas e logradouros não será diferente. Não estamos com isso desmerecendo a iniciativa, especialmente quando sabemos que assim que os moradores antigos forem informados dessa medida, ela certamente encontrará apoio pois será percebida como uma ação simpática e

respeitosa da memória individual e coletiva. Como afirmamos anteriormente, o uso corrente dos nomes antigos reforça a superficialidade dos vínculos destes moradores antigos com os novos nomes impostos para homenagear ‘personalidades’ e que provocam verdadeiros ‘desencaixes’ espaço-identitários e de localização⁵⁰.

Afirmamos que esta é uma estratégia voltada para a valorização do território patrimonializado porque: i) ao não substituir oficialmente os nomes das ruas, não apresentará qualquer utilidade prática; ii) neste momento, a população mais idosa que é quem de fato se identifica com estes nomes antigos, em breve deixará de existir e então, na prática, também não faz sentido perenizar os nomes; iii) a juventude, que pouco ou nenhuma familiarização tem ou terá, a ponto de incorporá-los ao seu código de referentes territoriais, verá neles apenas uma fonte de informação acerca da história do município, também não tendo nenhum sentido prático para eles. Concordamos com a afirmação do redator do *site* o Correio do Povo de Alagoas de 12.01.016 quando em reportagem intitulada “Centenário Flamboyant da Pousada deixará saudades entre suas fases de A Bela e A Fera”, faz um desabafo sobre as recorrentes mudanças de nomes dos logradouros e espaços públicos ao afirmar que “tanta mudança de nome para que sua marca histórica se perca por entre os nomes mais comuns”. Por estas razões, pensamos que este projeto revela os esforços reterritorializadores apoiados no patrimônio cultural para fins mercadológicos.

O corporativismo dos membros que integram o conselho do FUNPATRI⁵¹, tem resultado numa atuação em uníssono no endosso à comissão de fiscalização por eles instituída no âmbito do conselho. Atuações que por vezes tem causado conflitos e estranhamentos entre estes membros os moradores ou trabalhadores do sítio tombado e o restante da população desta área. Tais estranhamentos deixam entrever algumas práticas sociais que tradicionalmente ficavam sob a exclusiva responsabilidade dos órgãos públicos, como a manutenção dos espaços públicos. O

⁵⁰ Logo que me mudei para Penedo, vivenciei uma situação curiosa e cômica: buscava exatamente a rua Nilo Peçanha e o interlocutor insistia em se referir à Ladeira do Peixe, nomenclatura ainda desconhecida para mim. Tivemos que utilizar marcos referenciais da paisagem, como o Colégio Gabino Besouro, para que eu soubesse que falávamos da mesma rua e pudesse enfim me localizar.

⁵¹ Todos os integrantes do FUNPATRI, moram ou trabalham no sítio tombado, o que facilita, através da vivência, identificar eventuais desconformidades no trato dos moradores e trabalhadores com o patrimônio do sítio tombado.

processo desterritorializador provoca uma ruptura neste ‘costume’ e confronta os seus ‘usuários’ com a nova postura de co-responsabilidade de todos pelo zelo do ‘seu’ patrimônio.

(...) Outro dia eu tava no [Pontal do] Peba, passou uma [mulher] ‘eu quero falar com você’. ‘Pois não, o que é que há?’ ‘Eu soube que você é quem tá mais exigindo que a gente pague o aluguel do mercado [público]’. ‘Sou eu mesmo, sabe porquê? Porque você tem um restaurante lá e não paga nada. Não é justo. Eu não quero que você pague o que vocês colocaram na loucura de vocês. (...) Mas pague R\$ 200,0, pague R\$ 300,00, mas pague alguma coisa’. ‘Ah, mas lá é difícil porque...nós combinamos pra cada um dar 4,00 pra pagar uma faxineira e ninguém quer dar’. É casa da Mãe Joana? Por isso que não vai pra frente. Todo mundo quer seu jeitinho...quer ter o lucro, mas não quer ter despesa. (...) São coisas assim, são coisas assim!! (FUNPATRI)⁵².

Um dos principais elementos da desterritorialização na i-mobilidade no caso de Penedo, são as ressignificações atribuídas ao sítio tombado como um todo e aos imóveis e espaços que estão sendo restaurados em particular, tendo como parâmetro os usos anteriormente atribuídos. Falamos no futuro porque a ausência dos fluxos turísticos ainda não nos permite deduzir a intensidade e o teor das tensões e dos conflitos que advirão caso o turismo se consolide. Por enquanto, podemos afirmar que, mesmo com a entrega de alguns espaços, a população como um todo ainda não se conscientizou do fato de que o Círculo Operário e a Biblioteca Pública também são seus.

Se antes a frequência era pouca e pontual, após o restauro as dificuldades e omissões na gestão continuam a sinalizar para a ausência de apropriação em seu sentido estrito de posse e adequação. Outro elemento integrante do processo de vinculação territorial é a consciência, pois ela se conecta com o pertencimento, “consiste no campo da identidade e relaciona-se com a intencionalidade com a qual se faz a representação de nossas ligações, constroem-se os mitos e se definem os agrupamentos humanos (HEIDRICH; CARVALHO, 2001 apud MITCHELL, 2012, p. 36).

⁵² Devemos destacar que a atuação do FUNPATRI no episódio relatado obedece a uma determinação prevista no próprio regimento da entidade e determinada pelo Programa Monumenta/BID, acerca da administração dos recursos do fundo no tocante à manutenção de todos os monumentos e espaços restaurados por este Programa, que inclui o Mercado Público.

Na desterritorialização, a depender da condição social de cada indivíduo, seja morador ou trabalhador no sítio tombado, ele tenderá a se ver afetado mais por um certo tipo de espaço do que de território “um certo tipo de espaço familiar, um certo tipo de espaço comunicacional e exatamente o seu nível social vai repertoriar de um modo muito preciso os tipos de espaços sociais, econômicos do qual ele estará afetado” (GUATTARI, 1987, p. 113). Além do mais, mesmo que as formas tenham readquirido vigor, elas não escondem a gravidade da fragmentação social e a maneira como se viu agravada no tocante ao consumo cultural, ou seja, em benefício dos grupos sociais economicamente e/ou politicamente privilegiados (LUCHIARI, 2005).

Podemos deduzir que os equipamentos coletivos restaurados e requalificados impõem códigos e normas de conduta, sejam veladas ou explícitas, que condicionam o uso e a apropriação dos espaços e, no caso de Penedo, por ainda não terem sido devidamente definidos e pactuados, tem gerado inquietações, a exemplo do ocorrido com um morador que também é integrante do FUNPATRI, ao se referir ao uso do Círculo Operário:

(...) na segunda eu passei e vi a turma do _____, na capoeira. Aquele salão, tudo encerado, bonitinho! Já tinham tirado as cadeiras, caríssimas aquelas cadeiras, pra eles treinarem ali dentro. Eu acho...sou contra isso. Que o grupo dele faça parte, tudo bem. Mas aquele trabalho, tudo suado (...) O _____, que é o Secretário _____ [disse] ‘Rapaz, eu vi esses meninos lá, tudo em cima da janela, dando uma má impressão’. (FUNPATRI).

Os mesmos elementos que engendram a desterritorialização podem ser fundamentais para a reterritorialização. O diferencial está em como cada elemento opera. Embora a patrimonialização desconsidere as especificidades do modo de vida e das práticas sociais de cada lugar, ao menos pode-se afirmar que alguns arquitetos idealizadores de projetos de restauro do PAC2 em Penedo, por já terem atuado no município através do Programa Monumenta/BID, estão mais atentos para a historicidade e os usos atribuídos pela população aos espaços, buscando uma aproximação e conciliação dos interesses da população com o dos agentes públicos e privados, mesmo privilegiando o uso turístico destes espaços.

Os vazios e a incipiente apropriação que vitimam estes espaços restaurados, somados ao descaso na definição participativa de um plano de uso e de gestão tanto

para eles quanto para os demais que se encontram em obras, levantam dúvidas se de fato o PAC 2 repetirá os problemas apontados no Programa Monumenta/BID, e como o processo de reterritorialização se concretizará nestes espaços.

A desterritorialização em Penedo tem como um dos seus principais fatores contributivos, a exclusão da população do sítio tombado das discussões acerca da patrimonialização. Não houve envolvimento efetivo nos processos de tombamento do município e continua não havendo encorajamento para a participação nos espaços de discussão como as reuniões do FUNPATRI. Quando questionados sobre como a população do sítio tombado toma ciência dos dias, horários e pauta das reuniões mensais do conselho,

Muitas vezes através de correspondência, dizendo nós vamos atuar assim, fazer...como bem na divulgação nas emissoras (FUNPATRI).

O _____ está formatando essa maneira de comunicação através do site, agora eu acredito que os segmentos estão se reunindo. Eu tô dizendo assim porque o SINDILOJAS que representa os empresários e o comércio eles tão tendo reuniões frequentes. Foi repassado pela representante... com comerciantes e empresários que tem interesse, para se inteirar sobre o que está ocorrendo em relação à representação deles. Mas eu não sei lhe dizer com segurança como é essa comunicação. (FUNPATRI).

Apesar das respostas acima, constatamos que inexistente qualquer informação, anúncio ou estratégia de divulgação para chamar a população a participar das reuniões. Outros aspectos também colaboram e colocam em relevo o processo de mudança social defendido por Souza (2000) quando o autor se propõe a pensar o desenvolvimento. A participação prescinde de determinadas condições para operar, que são próprias a cada localidade e tributárias da sua trajetória sócio-histórica.

É fundamental a existência de lideranças comprometidas, de espaços de discussão e debate esclarecedores e propositivos, de familiarização com os mecanismos de participação existentes, de cobrança de encontros regulares entre os gestores públicos, privados, terceiro setor e moradores, de exigência de transparência acerca da aplicação dos recursos públicos com projetos, e divulgação ampla dos encontros e reuniões destinadas a encaminhamentos de projetos futuros.

Curiosamente, o processo de reterritorialização apresentaria maior êxito caso fossem adotadas algumas destas sugestões.

Por outro lado, reconhecemos que a participação ampliada da população, a instituição de um processo efetivamente democrático de tomada de decisão implicaria em partilha do poder e debates longos e acalorados, o que possivelmente pode ser visto como inconveniente para alguns. Ao optarem pela não divulgação das reuniões ao grande público, o FUNPATRI torna-se um agente desterritorializador.

Uma outra dimensão da patrimonialização refere-se à diminuição da autonomia sobre o próprio imóvel e foi fator determinante da ressignificação dos vínculos da população com o sítio tombado, pois

[...] o conflito entre os momentos racionais e os de apropriação [...] traduz-se numa luta pelo uso, pela apropriação, que absolutamente não é nem poderia ser entendida como marginal, à parte do todo. Nesses termos, se o uso se insurge e ganha visibilidade, restabelece a dialética em outros termos, em outros planos. (SEABRA, 1996, p. 76).

A desterritorialização criou uma ruptura na relação do morador e trabalhador com a própria propriedade, convertida em patrimônio cultural. É fato que a mudança na relação com o imóvel patrimonializado acabou mudando também a relação entre as pessoas, até na própria vizinhança. Podemos inferir que a mudança operada não ficou restrita à nova lógica de relacionamento com o imóvel, mas esta população também mudou a sua própria natureza, em alguns casos, rompendo laços de lealdade e vínculos de solidariedade, numa clara demonstração da eficiência com a qual houve a absorção do discurso patrimonializador.

Ele se traduz no fato de alguns moradores assumiram voluntariamente o papel de 'fiscais', num exercício de patrulhamento da vizinhança que objetiva converter em denúncias junto aos órgãos fiscalizadores, toda e qualquer ação que sugira dano ao patrimônio cultural edificado, em um efetivo exercício do seu papel de cidadão.

Há muito pouco tempo, coisas dos últimos 10 anos é que o IPHAN começou a intervir em Penedo. Porque vinha se modificando mesmo com o tombamento, porque a pessoa não sabia. Então a coisa foi 'contaminada' nos últimos 10 anos por ação do IPHAN [...] Eles [IPHAN] vinham mediante denúncia. De 2000 pra cá é que o IPHAN veio tomar conta de Penedo e aí

veio a reação da população. Nessa reação, se espalhou a conversa que ninguém podia mexer nas casas tombadas. Esse foi o mal porque se tivesse sido divulgado antes, muita coisa teria sido evitada. (M, 56 anos, rua Fernandes de Barros).

Número de cores, algumas construções irregulares e algumas demolições, eles denunciavam. 'Olhe, a gente ligou porque fulano tá tirando o forro de madeira, histórico'. E a gente ia lá (...)' (ex-diretora do Pró-Memória).

O processo de reterritorialização traz consigo uma proposta de releitura dos modos de vida e de trabalho engendrados historicamente em relação aos ambientes. Nas entrevistas, pudemos observar que embora não tenha havido exatamente uma ruptura com o seu território material posto que não houve mobilidade, a estratégia passou a ser a de criar novas formas de enxergar, interpretar e se relacionar com o território patrimonializado.

Ponderamos que talvez por esta razão é que percebemos a presença mais efetiva do curso de Turismo da Universidade Federal de Alagoas, a realização de cursos de curta duração como o de Agentes de Informações Turísticas ofertado pelo PRONATEC através do IFAL e da UFAL em pelo menos três edições desde 2012, a recente criação do Conselho Municipal de Turismo, a chegada do SENAC com a oferta do curso de formação em Guia de Turismo, além das ações do Programa Monumenta/BID e do PAC2. Todas estas iniciativas que ocorrem dentro do sítio tombado, apresentam uma clara intenção de estimular a sociabilização desta população com o território patrimonializado para atender as expectativas em torno do arranque econômico de Penedo que poderá, quiçá, lembrar os saudosos tempos áureos.

Entendemos que a reterritorialização é um processo que depende da criação de laços baseados na vivência e depende da identificação com o espaço apropriado. Por esta razão se insere em um processo histórico e aflora individualmente, ou seja, “o território se forja com o tempo, nas produções humanas espaçotemporalizadas, ou seja, é tempo vivido em todas as suas dimensões” (MARTINS; CLEPS JR., 2012, p. 163).

A reterritorialização consiste numa espécie de ajustamento das concepções de mundo dos grupos sociais a uma nova realidade territorial. E, a adaptação exitosa deste morador, sobretudo os mais antigos, será facilitada assim que “o espaço de

referência 'condense' a memória do grupo, tal como ocorre deliberadamente nos chamados monumentos históricos nacionais" (HAESBAERT, 1999, p. 180). No caso dos empresários e autônomos do sítio tombado, o processo reterritorializador encorajado pelas ações de reabilitação urbana, são um elemento de estímulo para o setor uma vez que se deseja a incorporação da função turística àquelas já existentes que são a comercial e a residencial. O fato de Penedo ainda não 'ter acontecido' turisticamente gera expectativas sobretudo naqueles que dependem dos fluxos de visitantes para manter os seus empreendimentos funcionando.

De um modo geral os sujeitos entrevistados não se mostram contrários à patrimonialização, pois existe a expectativa de conjugar a geração de empregos, percebidos como necessários e urgentes, à manutenção de uma paisagem cultural valorizada pela estética que uma parcela considerável admira e se regozija, favorecendo o processo patrimonializador e ressignificando os próprios agentes patrimonializadores que passam a ser percebidos não só como importantes, mas também como necessários à manutenção desta paisagem. A mercantilização da paisagem patrimonializada é estratégica para os empresários/autônomos direta e indiretamente vinculados ao turismo.

Por outro lado, as implicações dele decorrentes são fomentadoras de conflitos, sobretudo no tocante ao impasse entre o direito de propriedade dos moradores e usuários e a função social destes imóveis. Percebemos em alguns entrevistados a existência de um conflito entre o interesse na valorização da paisagem colonial e eclética e o entendimento de que, ao integrar este mesmo conjunto arquitetônico tombado, o seu imóvel é parte deste todo. Emergem daí alguns inconformismos decorrentes das medidas restritivas impostas pelos agentes patrimonializadores, que se traduzem em reformas à revelia destes agentes, ainda que os entrevistados estejam cientes das exigências formais e legais antes de iniciarem as obras. Concorre para esta conduta, o descumprimento dos prazos estabelecidos pelo IPHAN para a emissão dos pareceres sobre os projetos. A ausência de funcionários desta instituição também é questionada, e percebida como requisito para a concretização adequada dos projetos e do intento patrimonializador, endossado sobretudo pelo FUNPATRI.

Esta organização, por sua vez, por ser constituída por pessoas do município em sua quase totalidade, age por amor a *um certo* patrimônio edificado tombado de

Penedo, aquele cujos valores foram cristalizados na paisagem cultural do sítio histórico, garantindo assim a perenidade de um modo e de um estilo de vida, assentado nas invisibilidades da paisagem, e na expressão simbólica de determinados valores nacionais. O FUNPATRI ele mesmo se invisibilizou para a totalidade dos entrevistados, assumindo uma estratégia eficiente de concentração do poder e de ação legitimada 'em nome da' população penedense, mostrando-se favorável à patrimonialização.

O FUNPATRI, a PMP e o IPHAN, tem realizado uma gestão patrimonializadora de maneira entrosada embora manifestem divergências pontuais, evidenciando uma aproximação entre estes agentes patrimonializadores buscada desde a edição do Programa Monumenta/BID. Entretanto, a dependência no repasse de recursos federais põe o município em situação de maior vulnerabilidade, especialmente diante do atual cenário político-econômico de instabilidade, que poderá vir a comprometer o andamento das obras do PAC2 em Penedo. Algumas obras foram entregues, como o Círculo Operário, a Biblioteca Pública e o Montepio dos Artistas; outras estão em andamento como a do Teatro Sete de Setembro e a polêmica requalificação da área comercial e do Largo de São Gonçalo; e outras sequer começaram como o Chalé dos Loureiros e a marina náutica.

Um dos principais gargalos identificados é a falta de comunicação entre os agentes patrimonializadores, sejam os externos sejam os internos ao município, com a população residente e os empresários/autônomos do sítio histórico tombado e nisto consiste a maior parte dos conflitos existentes atualmente na área estudada. Evidenciamos sobretudo a ausência de um processo democrático e participativo na definição das ações em prol do patrimônio cultural em Penedo. Enfatiza-se demasiadamente a dimensão funcional e de recurso decorrente da ressignificação deste sítio histórico, em detrimento da sua dimensão imaterial. Como um fator agravante, temos a ausência de planos de gestão que deveriam ser concebidos e debatidos coletivamente para garantir o uso, a apropriação e a sustentabilidade destes espaços.

Disto decorre que a população não tem se apropriado a contento e nem pensa em se apropriar efetivamente destes espaços restaurados. Dizem, espantosamente sem indignação, que a cidade está ficando ainda mais bonita para o turista. A sua

ignorância em torno dos arranjos que ensejam a patrimonialização favorecem o intento da mercantilização dos lugares. Esta conduta não lhes permite divisar que a patrimonialização da paisagem do sítio histórico, pensada para um fluxo turístico que não se concretiza, irá continuar onerando ainda mais os cofres públicos municipais, ou seja, a totalidade da população penedense para garantir a manutenção destes espaços, em detrimento das demandas urgentes que se colocam frente ao cenário de pobreza na qual se encontra Penedo.

Assim, o processo de des-re-patrimonialização do sítio tombado de Penedo vai se concretizando num *continuum* provocado pelas normatizações resultantes do processo de patrimonialização e não como consequência das ações individuais e coletivas dos sujeitos usuários e residentes. A i-mobilidade da população penedense atribui-lhe, num *continuum*, novos sentidos e novas funções independentemente da normatização e das gestões nas três esferas apontadas nesse estudo. Foi a patrimonialização que possibilitou descortinar a percepção sobre patrimônio como paisagem apropriada pelos sentidos individuais e coletivos, como patrimônio-recurso funcionalmente delimitado para o controle e para o consumo turístico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alcionir Pazatto; SARTORI, Maria da Graça Barros. A percepção da paisagem urbana de Santa Maria-RS e os sentimentos de topofilia e topofobia de seus moradores. **Ciência e Natura**, UFSM, 30(2): 107-126, 2008.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALTAVILA, Jayme de. **História da civilização das Alagoas**. 8ª ed. Maceió: Edufal, 1988.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.

ARAÚJO, Alceu Maynard. **Populações ribeirinhas do baixo São Francisco**: documentário da vida rural. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1961.

ARAÚJO, Márcia de; ALMEIDA, Maria Geralda de. A paisagem do núcleo pioneiro de Goiânia: uma interface entre patrimônio e a metrópole contemporânea. In: **RA' E GA**, Curitiba, n.14, p.205-215, 2007. Ed. UFPR. Disponível em: revistas.ufpr.br/raega/article/download/10150/9104 Acesso em: 27 de abr. 2016.

ARANTES, Antonio A. Patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. In: **Habitus**, Goiânia, v.4, n.1, p.425-435, jan./jun., 2006. Disponível em: seer.ucg.br/index.php/habitus/article/download/362/300. Acesso em: 23 de fev. 2016.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. Tradução de Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. A irmandade do santíssimo sacramento do Recife. **Série História do Nordeste**, Recife, v.1, nº 14, p.55-77, 1993. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistacli/index.php/revista/article/viewFile/823/671> Acesso em 07 de maio 2016.

ATKINSON, R.; FLINT, J.(2001). Accessing hidden and hard-to-reach populations: Snowball Research Strategy. **Social research update**: University of Surrey,33. Disponível em: <http://sru.soc.surrey.ac.uk/SRU33.html>. Acesso em 17 de fev.2016.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial. **Terra Livre-AGB**, São Paulo, n.10, p.23-78, jan.-jul.,1994. Disponível em: http://www.agb.org.br/files/TL_N10.pdf Acesso em: 22 de Nov. 2015.

BAUMAN, Sigmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BERDOULAY, Vincent. Espaço e Cultura. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa (Orgs). **Olhares geográficos**: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BERQUE, Augustin. **Médiance des milieux en paysages**. Montpellier: Géographiques reclus, 1990.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010.

BONNEMAISON, JÖEL. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeni (Orgs.). **Geografia cultural**: um século, Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2002, p.83-131.

BRANDÃO, Carlos Antônio. A espacialidade da riqueza: notas teóricas sobre as principais determinações da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista. **Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, ano 1, n.1, jan-abr, 1996. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Territórios com Classes Sociais, Conflitos, Decisão e Poder In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA F., N. A. (organizadores) (2007). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas, Editora Alínea, 2007. Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper37.pdf>. Acesso em: 13 de abr., 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Cadernos CEDES**, Campinas, 1984, n.12. Disponível em: http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/BRANDAO_Reflexoes_sobre_como_fazer_trabalho_de_campo.pdf. Acesso em 25 de abr. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo (Mtur). Projeto Inventário da oferta Turística. Programa de Regionalização do Turismo. 2006. Disponível em, <http://www.inventario.turismo.gov.br/invtur/downloads/projInvTur/projInvTur.pdf>> Acesso em 03 de maio 2016.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. (pp. 95-111) In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN**, Brasília, n.23., p. 95-111, 1994. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23_m.pdf . Acesso em 15 de fev. 2016.

_____. Los usos sociales del patrimonio In: AGUILAR, E. **Patrimonio Etnológico**. Nuevas Perspectivas de Estudio. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía, 1999.

_____. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução Heloiza Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp, 2013.

CAROATÁ, José Próspero da Silva. Crônicas do Penedo. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**. Maceió, AL: Typ. do Jornal das Alagoas, n.1, 1872.

CARDOSO, Jorge de Jesus. **Patrimônio ambiental urbano e requalificação: contradições no planejamento do núcleo histórico de Santos**. 2007.321f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, 2007.

CARRIÓN, Fernando. Vinte temas sobre os centros históricos na América Latina. In: Zancheti, Sílvio Mendes/CECI/PPGDU-UFPE (Orgs.). **Gestão do patrimônio cultural integrado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. p.45-58.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci, et.al. PAC Cidades Históricas – oportunidade para a conservação integrada? In: **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 16, n. 2 p. 93-117, 2010. Acesso em 17 de junho.

CHIZZOTTI, Antonio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. Revista Portuguesa de Educação, 2003, 16(2), p. 221-236.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

COELHO, Leticia Castilhos. **O tempo e a paisagem: um olhar através de suas dimensões culturais**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. (Instituto de Geociência - Programa de Pós-Graduação em Geografia). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gpit/wp-content/uploads/2011/03/castilhos-leticia-o-tempo-e-a-paisagem.pdf> Acesso em 13 de jan.2016.

COLLOT, Michel. **Points de vue sur la perception des paysages**. In: Espace géographique, tome 15, n°3, 1986. pp. 211-217. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1986_num_15_3_4144. Acessado em 22 de março de 2016.

COLTRO, Alex. A fenomenologia: um enfoque metodológico para além da modernidade. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v.1, n.11, 1º trim./2000.

CORREA, Sandra Rafaela; FARIA, Rodrigo Santos de. O Plano de Cidades Históricas (PCH) no planejamento governamental brasileiro e o desenvolvimento urbano e regional (1973-1979). In: **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo IAU-USP, n. 14, vol.2, 2011. p.20-27.

CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. Geografia cultural: introduzindo temática, os textos e uma agenda, In CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.) **Introdução à geografia cultural**, 2. ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. **Terra Livre-AGB**, São Paulo, n.10, p.93-116, jan.-jul.,1994. Disponível em: http://www.agb.org.br/files/TL_N10.pdf Acesso em: 26 de Nov. 2015.

COSGROVE, Denis. **Social Formation and symbolic landscape**. Sydney, Australia: Croom Helm, 1984.

_____. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: **Paisagem, tempo e cultura**. CORRÊA, R.L.; ROSENTHAL, Z. (Orgs.). Rio de Janeiro: Ed EdUERJ, 1998.

COSTA, Everaldo Batista. **Totalidade urbana e totalidade-mundo: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global**. 2011. 444f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo, 2011.

COSTA, João Craveiro. **História das Alagoas**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1983.

COSTA, Murillo Leite da Silva. **Municípios de Alagoas e aspectos estatísticos**. Maceió, AL: Casa Ramalho Editora, 1956.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CRAVO, Silvio. **O baixo São Francisco**. Recife, PE: Imprensa Industrial, 1916.

CRUZ, Rita de Cassa Ariza. A “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 31, p.95-104, 2012. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/viewFile/537/281> Acesso em:14 de maio, 2014.

CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. Conflitos na comarca: disputas por jurisdição e controle político em Alagoas Colonial (1711-1758). In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org.). **Conflitos, revoltas e insurreições na América portuguesa**. Maceió, AL: Edufal, 2011.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: a natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011[1952].

DIEGUES JR., Manoel. **O Bangüê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional. 3ªed. Maceió, AL: Edufal, 2006.

DOURADO, Auceia Matos. **Viver e pertencer**: identidades e territórios nos assentamentos rurais de Sergipe. 2014, 292f. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 2014.

DUNCAN, James. A paisagem como sistema de criação de signos. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan-abr, 2014, p. 274-305.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. (tese de livre-docência)Presidente Prudente: s.n. 2013.

FONSECA, Claudia Damasceno. Funções, hierarquias e privilégios urbanos: a concessão dos títulos de vila e cidade na Capitania de Minas Gerais. In: **Varia Historia**, n. 29, jan. 2003. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/29p39.pdf> Acesso em 17 de Nov. 2015.

FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora. FORTUNA, Carlos (Org.). **Cidade, cultura e globalização**: ensaios de sociologia. Oeiras: Celta Editora, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. Espaço e poder. **Revista do IPHAN**, Rio de Janeiro, n.23, p.

_____. 1994. Disponível em:

<<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RevIPHAN&PagFis=8472&Pesq>> Acesso em: 24 fev. 2016.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, 14(28): 139-152, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf> Acesso em 23 de abr. 2016.

FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra, Portugal: Livraria Almedina, 1980.

GANDY, Matthew. Paisagem, estéticas e ideologia. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Gil, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schimidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo, v.35(2): 57-63, mar-abr, 1995a. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/download/38183/36927. Acesso em 20 de abr. 2016.

_____. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo, v.35(3): 20-29, mai-jun., 1995b. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/download/38183/36927. Acesso em 21 de abr. 2016.

GOMES, Edivânia Tôrres Aguiar. **Recortes de paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica**. Recife: Editora Massangana; Fundação Joaquim Nabuco, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, pp.25-33, 2009.

GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. In: **Espaço & Debates**, nº 16, p. 19-120, 1987.

GUIMARÃES, Solange T. de Lima. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. **Geosul**, Florianópolis, v.17, n.33, p 117-141, jan./jun. 2002.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zenny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ. p. 169 -190. 1999.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). In: **Geografia: conceito e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. ANAIS do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, 2005a.

_____. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: Anais da oficina**

sobre a política nacional de ordenamento territorial/Ministério da Integração Nacional/ Secretaria de Políticas de desenvolvimento Regional. Brasília: MI, 2005b. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3fc31d16-e5f7-46fb-b8cc-0fb2ae176171&groupId=24915 . Acesso em 14 de maio de 2016.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. **O mito da desterritorialização**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. 7ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social**. 23 ed. São Paulo, SP: Loyola, 2012.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Tradução Rejane Janowitzzer. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. 6ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

LEITE, Samuel Robério Dias. **A roda das almas: o transporte público urbano em Campina Grande (1930-1970)**. 2014. Monografia de graduação (Licenciatura em História). Universidade Estadual da Paraíba, 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/6526>. Acesso em 03 de mai. 2016.

LIMA, Letícia Bianca Barros de Moraes; VILAR, José Wellington Carvalho. **A aplicação do TALC no destino turístico de sol e praia no litoral sul de Sergipe, Brasil**. Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.219-233, dez. 2014. Disponível em: [http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=issue&op=view&path\[\]=51](http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=issue&op=view&path[]=51) Acesso em: 22 de maio 2016.

LIMA, Ivan Fernandes. **Ocupação espacial do estado de Alagoas**. Maceió, AL: s.n.,1992.

LOPES, Dulcelaine L. Diário de campo: o registro da reconstrução da natureza e da cultura. In: WITHAKER, Dulce C. A. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. São Paulo: Letras à margem, 2002.

LOWENTHAL, David; PENNING-ROUSELL, Edmund C. **Landscape, meanings and values**. London, England: Unwin Hyman, 1986.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 17, pp. 95 - 105, 2005.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho. Percepção da paisagem: conceituação, observação, descrição, vivência. Departamento de Geografia, UNESP, s/d, p. 41-50. Disponível em: http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47176/1/u1_d22_v9_t03.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2016.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. **A Geografia política da paisagem: imagens, narrativas e sensibilidades culturais em disputa no espaço público recifense**. In: MACIEL, C.A.A; GONÇALVES, C.U.; PEREIRA, M.C.B. (Org.). **Abordagens Geográficas do Urbano e do Agrário**. 1ed.RECIFE: Editora da UFPE, v. 1, p. 26-41, 2012.

_____. Espaços públicos e geo-simbolismo na “cidade-estuário”: rios, pontes e paisagens do Recife. **Revista Geografia** Vol. 22, No 1 (2005): Revista de Geografia (Recife). Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/29/1>. Acesso em 10 de junho de 2016.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/Pró-Memória, 1985.

MCDOWELL, Linda. A transformação da geografia cultural, In GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Orgs.) **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Geraldo Inácio; CLEPS JR, João. As tramas da des(re)territorialização camponesa: a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais. In: **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 13, p. 134-168, fev., 2012.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

MENDONÇA, Helson Batinga de. **Fala, Penedo! Evocações e crônicas**. Salvador, BA: s.e 1962.

MENESES, José Newton Coelho. A vivência e a musealização da vida: Experiências, memória social, interpretação do patrimônio cultural e museu. In: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História (ANPUH):** Conhecimento histórico e diálogo social. 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364752618_ARQUIVO_ANPUH_Natal_Texto.pdf. Acesso em 18 de fev. 2016.

MENEZES, Catarina Agudo. O franciscanismo na arquitetura e na cidade. Uma análise dos conventos de Santa Maria Madalena (Marechal Deodoro) e Nossa Senhora dos Anjos (Penedo)–Alagoas. In: **Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo.** vol 10, n.1, 2008. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1199> acesso em 22 de nov. 2015.

MÉRO, Ernani Otacílio. **História do Penedo:** elementos de história da civilização alagoana. Maceió, AL: Sergasa, 1974.

_____. **Templos, ordens e confrarias:** história religiosa de Penedo. Maceió: SERGASA, 1991.

_____. **Coisas do Penedo.** Maceió, AL: Sergasa, 1992.

_____. **Perfil do Penedo.** Maceió-AL: Sergasa, 1994.

MOMBEIG, Pierre. **O estudo geográfico das cidades.** In: Cidades. v. 1, n. 2, 2004, p. 277-314. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/481/511> . Acesso em 16 de Nov. 2015.

MOARES, Tancredo. **Resumo histórico antropogeográfico do estado de Alagoas.** Maceió, AL: Imprensa Oficial, 1960. 2ªed.

MUNIZ, Bianca Machado. **Escavando a história:** um estudo do Forte Maurício no contexto da arquitetura militar do século XVII. 2010. 211f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAU/UFAL, Maceió, 2010. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B8wO8juuy3LZY3hONG1iUER1bF8wdldMZWJ0cIJ4WGRrUm5Z/view?pref=2&pli=1>. Acesso em: 03 de Dez. 2015.

_____, Bianca Machado. Desvendando imagens: aspectos da reconstituição virtual do forte Maurício através da cartografia histórica holandesa. **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica.** “Passado presente em velhos mapas: conhecimento e poder”. Universidade Federal de Minas Gerais/MG. 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/MUNIZ_BIANCA_M.pdf. Acesso em: 01 de Dez. 2015.

NATALI, Marcos Piason. **A política da nostalgia:** um estudo das formas do passado. São Paulo: Nankin, 2006.

NIGRO, Cinthia. Territórios do patrimônio: tombamentos e mobilizações sociais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraijes (Orgs.) **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade?** São Paulo: Contexto, 2005.

NIGRO, Cíntia. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Annablume, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Proj. História**, São Paulo, (10), dez., 1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 27 de mar. 2016.

OLIVEIRA, João Manuel de; AMÂNCIO, Lígia. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14 (3): 597-615, set-dez, 2006. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/24327550?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 18 de Abr. 2016.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, história e patrimônio histórico.** São Cristóvão: editora UFS, 2010.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **GeoUERJ**, 2012, ano 14, 23 (1), p.4-18. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>. Acesso em 23 de abr. 2016.

PMP. Prefeitura Municipal de Penedo. Projeto Centro Histórico de Penedo/AL. Perfil do Projeto, Caderno 01/08 .Junho/2002.

PMP. Prefeitura Municipal de Penedo. Projeto Centro Histórico de Penedo/AL. Perfil do Projeto, Caderno 04/08 .Junho/2002

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ed. Ática, 1993.

_____. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

RAMOS, Silvana Pirilo. **Políticas públicas de turismo e cultura: avaliação do Programa Monumenta em Penedo-Al, a partir das representações sociais da população.**

Relatório final de pesquisa apresentado para fins do Edital MCTI/CNPq//MEC/CAPES Nº 18/2012. Penedo, AL: UFAL, 2014.

REIS, José. **Uma epistemologia do território**. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2005. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/jr/publics.htm> . Acesso em 15 de maio de 2016.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RUBINO, Silvana. Enobrecimento urbano. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). **Plural de Cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina S.A., 2009.

SALES, Francisco Alberto. **Arruando para o forte**. Recife: Ed. Bagaço, 2003.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. Em: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun.2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008a.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SCIFONI, Simone. O patrimônio como negócio. CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. (Orgs.) **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

SEABRA, Odette C. de L. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SERPA, Angelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOUZA, Marcelo José Lopes de. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

SILVA, Wellington Amâncio da. Foucault e indigênciação: as formas de silenciamento e invisibilização dos sujeitos. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, v.6, n. 3(2015), p. 111-128.

SILVA, Maria Angélica da; ALBUQUERQUE, Érica Aprígio de. Conventos, mapas e cidades no século XVII e no presente: conjecturas urbanas através de dobras e superposições cartográficas. **IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**. Universidade do Porto/PT. 2011. ISBN 978-972-8932-88-6. Disponível em: <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/63.pdf> Acessado em 17 de Out. 2015.

SOUZA, Angela Fagna Gomes de. **Ser, estar, permanecer**: vínculos territoriais das gentes que povoam as margens e ilhas do Rio São Francisco. 2013. 292f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.51, n.2, abr/jun, 1989. p. 139-172.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Os Conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TADDEI NETO, Pedro. Preservação sustentada de sítios históricos: a experiência do Programa Monumenta. In: **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa qualitativa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. (tradução Livia de Oliveira). São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente. (tradução Livia de Oliveira). Londrina: Eduel, 2012.

VALENTE, Aminadab. **Penedo: sua história**. Maceió, AL: Imprensa Oficial, 1957.

ZILLES, Urbano. Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl. **Revista Abordagem Gestáltica**, 13 (2): 216-221, jul-dez, 2007.

APÊNDICES**APÊNDICE A - Roteiro de Observação**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais

**Tese de Doutorado:**

**“ARRUANDO” VEJO RIO, HOMENS, PEDRA & CAL:
A DES-RE-PATRIMONIALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO DE PENEDO-AL**

Identificação

1. Nome da rua:
2. Número de casas:

Aspectos da Paisagem/Organização Socioterritorial

1. Aspectos da Paisagem (relevo, vegetação, clima, rio, lagos...)
2. Organização geral da rua (disposição das casas)
3. Elementos da organização social (escolas, postos de saúde, igreja, comércio, ong's, associação de moradores, etc)
4. Infraestrutura e serviços públicos (rede de esgoto, iluminação, transporte, coleta de lixo, pavimentação, segurança pública, assistência social, obras públicas)
5. Monumentos presentes na paisagem

Vida Social

1. Elementos da vivência coletiva
2. Atividades de lazer e outros tipos de sociabilidade
3. Atividades culturais (festas, folclore)
4. Elementos da vida cotidiana (rotina, trabalho)
5. Solidariedade/sociabilidade
6. Composição etária (idosos, crianças, jovens, adultos...)

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista com os Sujeitos da Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais

**Tese de Doutorado:**

**“ARRUANDO” VEJO RIO, HOMENS, PEDRA & CAL:
 A DES-RE-PATRIMONIALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO DE PENEDO-AL**

Roteiro de Entrevista

Local: _____

Data: ____/____/____

Identificação e perfil do entrevistado: os sujeitos (o eu, o meu)

1. Idade: _____
2. Sexo: () masculino () feminino
3. Nível de Escolaridade: () fundamental () médio () superior () pós-graduado
4. Estado civil: () solteiro () casado () viúvo () outro _____

O Indivíduo

1. Nasceu em Penedo?
2. Há quanto tempo mora/trabalha em Penedo?
3. Gosta de Penedo?
4. O que Penedo tem de melhor? Explique
5. Conte um pouco da sua história com Penedo.
6. Como é viver em Penedo hoje? E aqui no centro histórico?
7. O que é o centro histórico pra você?
8. Para você, como é o centro histórico?
9. Sabia que ele é tombado? Conte um pouco do que você sabe da história do tombamento.

A Propriedade

1. Uso: Residência () Tipo () Própria () Alugada () Outros _____
 Comércio () Tipo _____

Serviço () Tipo _____

2. Qual é a vantagem de morar/ter o ponto aqui?

3. Gostaria de morar/ter o ponto em outro lugar?

Valores na Conservação da Paisagem do Penedo

1. Quando chega em Penedo, considera-a uma cidade bonita? Explicar.

2. Ter o centro histórico tombado embelezou mais a cidade? Explicar.

3. Se recebesse pessoas de fora aqui em Penedo, quais as coisas/ lugares que faria questão de mostrar e porquê?

4. O que não mostraria de jeito nenhum? Porque?

Território e Territorialidades

1. Para você, até onde vai o centro histórico?

2. Para você, para o que serve ter o centro histórico tombado?

3. Morar/trabalhar no centro histórico tombado significa conviver com:

3.1 O turismo. Descreva como percebe o desempenho deste setor.

3.2 As festas/comemorações. Como percebe a dinâmica das festas populares tradicionais, as festas cívicas e as atuais festas temáticas.

3.3 A feira livre. Como a percebe?

4. Você acha que o turista/o feirante/o festeiro dão valor ao patrimônio de Penedo? Como isso se manifesta?

5. Quais são as suas relações com a vizinhança no centro histórico?

6. Porque as pessoas veem ao centro histórico?

De 1996 aos dias atuais: Marcos e mudanças

7. Em que as obras de restauro e reforma de monumentos em andamento vão te beneficiar?

8. Qual é a sua relação com o IPHAN? Mandam correspondência, fazem visita, chamam para audiência pública, etc?

9. Frequenta/conhece a Casa do Patrimônio? Fale um pouco.

10. Qual é a sua relação com o FUNPATRI?

11. Já teve acesso a algum dos manuais do morador do Centro Histórico de Penedo?

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista com os Agentes da Patrimonialização

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais

**Tese de Doutorado:**

**“ARRUANDO” VEJO RIO, HOMENS, PEDRA & CAL:
 A DES-RE-PATRIMONIALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO DE PENEDO-AL**

Roteiro de Entrevista

Local: _____

Data: ____/____/____

Identificação e perfil do entrevistado

1. Idade: _____
2. Sexo: () masculino () feminino
3. Nível de Escolaridade: () fundamental () médio () superior () pós-graduado
4. Tempo de atuação na instituição: _____ anos
5. Cargo/função atual e retrospectiva na instituição/entidade:

Atuação em Penedo

1. Atribuições da instituição/entidade.
2. Histórico do tombamento: marcos temporais e normativos, perspectivas de financiamento.
3. Como é a rotina de trabalho da instituição/entidade no tocante à implementação/acompanhamento da política preservacionista em Penedo? Explique.

As Interfaces da Patrimonialização

4. Qual (is) é (são) as principais ações da política preservacionista em Penedo?
5. Qual (is) é (são) as dificuldades e obstáculos à implementação e gestão desta política?
6. De que forma os investimentos realizados por meio do Programa Monumenta/BID e do PAC 2 vêm auxiliando no atendimento às expectativas de implementação da política?

7. Quais relações foram estabelecidas entre os entes federal, estadual e municipal para a gestão do perímetro tombado: distinção de competências (fiscalização, investimento, preservação, conservação, dentre outros). Em que se uniram?
8. Como a instituição/entidade se relaciona com os demais agentes da patrimonialização?
9. Poderia informar quais são os critérios estabelecidos pela instituição/entidade para acompanhar a fiscalização/monitoramento do perímetro tombado: frequência (mensal, semestral, semanal, etc), distinção por área (setor norte, sul, baixo, etc), funcional (ocupado, desocupado, tipo de ocupação).
10. Quais são as principais motivações das atuações dos moradores e empresários/autônomos no sítio tombado?
11. Quais são as suas principais demandas?
12. Fale um pouco sobre o Manual do Morador do Centro Histórico (função, utilidade, distribuição, etc.).
13. Informar como a instituição/entidade percebe o centro histórico tombado como conjunto arquitetônico e paisagístico, com relação:
 - 13.1 Ao desempenho do turismo.
 - 13.2 À dinâmica das festas populares tradicionais, as festas cívicas e as atuais festas temáticas.
 - 13.3 À frequência da feira livre.

A Percepção da Cidadania Patrimonial pela Prefeitura

1. Como a instituição/entidade apreende o entendimento que a população de moradores e empresários/autônomos do sítio tombado têm do conjunto arquitetônico patrimonializado? Explique.
2. Quais esforços têm sido feitos no intuito de incluir as demandas cotidianas dos ocupantes na gestão do órgão?

Marcos e Mudanças ao longo da política de tombamento

3. Considera que passados aproximadamente 20 anos desde o tombamento do sítio histórico de Penedo os moradores e empresários/autônomos estão suficientemente informados acerca do significado, das possibilidades e das limitações decorrentes do tombamento? Explique.
4. Como se estabeleceu a relação com os moradores e empresários/autônomos do perímetro tombado ao longo dos anos (através de correspondências, realização de visitas, distribuição de cartilhas, convocação para audiências públicas, etc.)?
5. Considera a atuação da instituição exitosa no processo de tombamento e na conservação do conjunto arquitetônico e paisagístico do centro histórico de Penedo? Explique.

APÊNDICE D – Termo de Concessão de Informações

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais

**Tese de Doutorado:**

**“ARRUANDO” VEJO RIO, HOMENS, PEDRA & CAL:
A DES-RE-PATRIMONIALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO DE PENEDO-AL**

Estou ciente dos objetivos do trabalho de pesquisa intitulado: **“ARRUANDO” VEJO RIO, HOMENS, PEDRA & CAL: A DES-RE-PATRIMONIALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO DE PENEDO-AL**”, realizado pela discente DANIELLA PEREIRA DE SOUZA SILVA, portadora do RG: 5061725 SSP/PE, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe, tendo como orientadora a Prof^a Dr^a. Maria Augusta Mundim Vargas. Autorizo a gravação das informações por mim prestadas nesta entrevista. Concordo com a divulgação dos resultados de tais informações para utilização científica em congressos, encontros, textos, artigos, entre outros. Autorizo ainda a divulgação da minha imagem e/ou informações por mim prestadas. Estou também ciente que posso abandonar minha participação nesta pesquisa a qualquer momento.

Assinatura do Entrevistado (a)

APÊNDICE E – Extrato dos fragmentos da memória de um penedense



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais

A parte de imagem com identificação de relação iRIS não foi encontrada no arquivo.

Tese de Doutorado:

“ARRUANDO” VEJO RIO, HOMENS, PEDRA & CAL: A DES-RE-PATRIMONIALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO TOMBADO DE PENEDO-AL

Resposta à pergunta 5 “Conte um pouco da sua história com Penedo (família, sociabilidades, religiosidade, lazer, custo de vida, trabalho) do sub-item “O Indivíduo”, constante no roteiro de entrevistas destinado aos sujeitos da pesquisa

A minha infância ainda tinha aquilo de ir pros quintais caçar passarinho, eu já fui assassino, matava passarinho; roubar laranja no colégio Imaculada; e jogar bola ali naquela praça do coreto tinha um...ali entre o coreto e o Imaculada tinha uma praça enorme né? Que depois destruíram...destruíram porque o movimento de carro aumentou bastante e às vezes acontecia batida...e tiraram...porque a gente jogava futebol ali. A adolescência foi um espetáculo. A gente tinha um grupo...a gente frequentava muito, na época era época do clube né? As festinhas, os assustados....[amiga do entrevistado: na adolescência não existia outra cidade como Penedo pra ter tanta festa, tanto encontro] Aí eu morei uma temporada em Salvador...saí daqui, depois voltei e pretendo morar aqui. A minha mulher que é de Maceió, outro dia eu conversando com ela e perguntei: _____, se algum dia a gente ganhar muito dinheiro, você pretende morar aonde? Ela disse: Em Penedo. A gente ficaria entre Penedo e Maceió e vez e quando dava uma esticada no mundo, n/é? Outro dia eu fui sugerir a gente ir pra uma casa menor. Ela disse que só sai dali pro cemitério. Tá mais arraigada do que eu aqui [risos de satisfação]. Olhe, eu tenho um amigo. Ele é de Natal. Ele passou umas duas férias aqui. E ele me disse: ‘Olhe, eu nunca passei na minha vida férias melhores do que estas duas, ele era sobrinho de Ernani. João Bolinha: Ernani Peixoto? [amiga do entrevistado: Não, Ernani de Cleide]. Ele disse: ‘Olhe, na minha adolescência eu tenho recordações de Penedo maravilhosas...porque era um grupo animado’. Tinha as olimpíadas do Tênis (Penedo Tênis Clube) aí era o dia todo, jogos de voleibol, basquete, tênis, tudo...e à noite sempre tinha a festinha...a gente chamava como? Assustado! Quem trouxe isso pra cá foi o pessoal da Paraíba. A gente chamava como? Era Raifai...‘Hoje tem raifai’. Cinema, nós tivemos o privilégio a partir de 1960, o melhor cinema do norte e nordeste do país: o São Francisco. O único que rivalizava era o Cine São Luiz [em Recife]. Mas rivalizava por conta de uma decoração muito rica que tinha, e a programação era do de Recife! Mas poltrona e tudo, tudo nosso era melhor. Você entrava no cinema e tinha os encontros, guardar cadeira pra o namorado, paquera...era interessante. Teve também o festival de cinema. _____ não sei se é capaz de se lembrar... _____ é mais nova do que eu. Mas antes tinha o Cine Penedo, que tinha os famosos seriados, n/é? Aí nós tínhamos nas terças-feiras, chamamos de Suarê das moças, era o dia em que o ingresso era mais barato. Aí passava sempre um filme e o seriado

de Flash Gordon. O Festival de Cinema foi anos 70, 75...aí tinha uma figura aqui que chamava Aldo Butantã que era metido a conquistador e usava o cabelo de Elvis Presley. E nós tivemos, _____ não conheceu, ali no Círculo Operário era cinema também. Eu assisti os Mortos Andam, aí a projeção, a gente chamava de projeção, terminou muito tarde, tinha pouca gente no cinema, aí quando eu chego na altura do Cine Penedo, a cidade tava toda esburacada que tavam fazendo trabalho na cidade toda; aí eu tinha medo de alma né, aí não tinha ninguém na rua e eu fiz carreira pra casa, com medo dos Mortos Andam. E na Casa de São Francisco...sabe onde é? No antigo Palácio do Bispo, onde funciona hoje a Secretaria de Administração, ali em frente...ali eu assisti um clássico: a Ponte de Waterloo. [amiga do entrevistado: tem uma coisa pra você chamar a atenção no seu trabalho: quantos palcos existem em Penedo: Monte Pio dos Artistas, Círculo Operário, Casa de São Francisco, o Hotel, no Bairro Vermelho, na igreja tem um palco...então é uma cidade que quando você sabe que existem os palcos, existiu cultura, existiu apresentação e toda casa tinham pianos, tinham violinos]. Na casa de seu Dema ali na praça, eles se reuniam uma vez por semana. Era D. Helena no piano, dr. Rocha no violino. Minha mãe tocou violino também pra família, amigos. A minha vizinha era professora de piano...seu Aurélio Phidias, era escultor...e a mulher dele, dona Clotilde e tinha a mãe de dona Clotilde, d. Mariá [que] era professora de piano.[amiga do entrevistado: outra casa que tinha professora de piano era ali no Albergue, onde Francisca...ali era a família Góes]. E na João Pessoa [rua], d. Maurília, e a filha dela voltou pra Penedo, d. Hermínia[também pianista]. O Denis tinha uma banda própria e d. Herminia às vezes tocava piano.(M, 72 anos, av. Getúlio Vargas).